

Sergio Guimarães de Souza

**AS REPERCUSSÕES SOCIAIS DAS POLÍTICAS PÚBLICAS DE
SANEAMENTO PARA O DESENVOLVIMENTO
COMUNITÁRIO**

Tese submetida ao Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas, da Universidade Federal de Santa Catarina, para a obtenção do grau de Doutor em Ciências Humanas.

Orientação: Profa. Dra. Eunice Sueli Nodari.

Coorientação: Profa. Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial.

Florianópolis
2013

Ficha de identificação da obra elaborada pelo autor, através do Programa de Geração Automática da Biblioteca Universitária da UFSC.

Souza, Sergio Guimarães de

As repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para o desenvolvimento comunitário / Sergio Guimarães de Souza ; orientadora, Eunice Sueli Nodari ; coorientadora, Carmen Silvia de Moraes Rial. - Florianópolis, SC, 2013.

285 p.; 21cm

Tese (doutorado) - Universidade Federal de Santa Catarina, Centro de Filosofia e Ciências Humanas. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas.

Inclui referências.

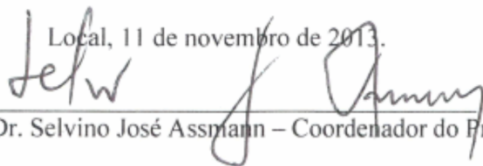
1. Ciências Humanas. 2. Desenvolvimento Comunitário. 3. Saneamento integrado. 4. Mangueira da Torre. I. Nodari, Eunice Sueli. II. Rial, Carmem Silvia de Moraes. III. Universidade Federal de Santa Catarina. Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas. IV. Título.

Sergio Guimarães de Souza

“As repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para o desenvolvimento comunitário”

Esta tese foi submetida ao processo de avaliação pela Banca Examinadora para obtenção do título de *Doutor em Ciências Humanas* e aprovada, em sua forma final, no dia 11 de novembro de 2013, atendendo às normas da legislação vigente do Programa de Pós-Graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas/Doutorado.

Local, 11 de novembro de 2013.



Prof. Dr. Selvino José Assmann – Coordenador do Programa

Banca Examinadora:



Dra. Eunice Sueli Nodari – presidente e orientadora - UFSC

Dra. Carmen Silvia de Moraes Rial (coorientadora) - UFSC



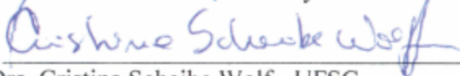
Dra. Rosa Maria Cortês de Lima (membro externo)
Universidade Federal de Pernambuco



Dra. Maria Núbia Medeiros de Araújo Frutuoso
(membro externo) - IFPE – Instituto Federal de Pernambuco



Dr. Marcos Fábio Freire Montysuma - UFSC



Dra. Cristina Scheibe Wolf - UFSC



Dr. João Klug – UFSC

A Juliana, a meus filhos Bernardo, Daniel e Sérgio, e a meu pai, *in memoriam*, com quem sempre aprendi que é possível aprender sempre.

AGRADECIMENTOS

Na minha trajetória de vida aprendi a humildade de pedir, quando necessário, e a espontaneidade de agradecer, sempre que merecido. No entanto, reconhecer e agradecer nem sempre é uma tarefa das mais fáceis, visto que, acima de tudo, precisamos ser justos com aqueles que nos são caros. Assim, agradeço:

A Deus, sempre presente em minha trajetória de vida.

A minha mãe, a meus irmãos e irmãs, pelas orações e por tudo que nos une.

A Juliana Andrade, esposa, amiga e companheira que, com amor, carinho, atenção, dedicação e cuidado compartilhou comigo todos os momentos, ajudando-me a tornar projetos em êxito alcançado.

A Normanda Beserra, pelo incentivo amigo e apoio inestimáveis que, com sabedoria, alegria, carinho e solidariedade, sempre esteve presente.

A Alcir de Paula, amigo e companheiro, sinônimo de amizade, generosidade e apoio incontestáveis.

A Teresa Guimarães, pelo apoio, atenção e cuidado inestimáveis.

Ao prof. Daniel Luna, pelo companheirismo e apoio irrestrito nas minhas ausências em sala de aula; aos professores André do Couto e Edes Rocha, pelo apoio e compreensão durante o período de aulas, e aos amigos Elba Ferraz, José Bento e Marcos Maciel, pelo incentivo e apoio sempre presentes.

A Ana Cristina Penha, Adriana Oliveira, Eliana Melo, Ebenezer Vilela, Humberto Alencar, Manuel Augusto Alves e Raphael Andrade, pelo apoio e preciosa amizade. A Janylle Ouverney-King, pela amizade, pelo companheirismo, pelas quase infinitas discussões, muitas vezes sagazes, mas sempre inteligentemente bem humoradas, e a Brian Ouverney-King, pela presteza e apoio tecnológico a (longuíssima) distância.

Aos professores Clifford Ericson e Verônica Sarmento e a Rafaella Cavalcanti, pela atenção, apoio e incentivo sempre encontrados.

Às professoras Velda Martins e Carla Eugênia, pelo apoio irrestrito durante a realização das aulas, no campus Vitória de Santo Antão, e aos estagiários, especialmente Karla Kedma e Enilma Almeida.

Aos professores Verônica Rodrigues, Ana Patrícia Falcão e Sandro Bezerra, e a Jaqueline Raquel, pelo empenho para a realização do DINTER.

À coordenação do DICH /UFSC e aos servidores da Secretaria, Jerônimo Ayala e Elaine de Lima que, com atenção e presteza, sempre nos atenderam.

A todos que fazem o LABIMHA, pelo acolhimento nas discussões a respeito das questões ambientais.

Ao IFPE / REITORIA, por concretizar as condições necessárias para a realização desse doutorado, e a todos que contribuíram com compreensão, amizade e estímulo. Ao professor Sérgio Gaudêncio pelo apoio àqueles que se dispuseram a lutar para a realização do DINTER.

Ao Centro Brasileiro da Criança e do Adolescente — Casa de Passagem, em nome de Cristina Mendonça, Graça Vasconcelos e Ana Vasconcelos — *in memoriam* — agradeço a tod@s, pela oportunidade de aprender a trabalhar com pessoas, que lutam por seus direitos.

Aos colegas de turma — Aline, Beatriz, Célia, Eliana, Fátima, Jamylle, Josie, Marlesson, Raquel, Samarone, Sandra, Sílvio, Socorro e Valquíria — pela convivência e oportunidade de troca de experiências que ajudaram na construção coletiva do saber e, em especial, aos vizinhos da ‘comunidade Lagoa da Conceição’ — Aline, Eliana, Fátima, Josie, Samarone, *Maria Carlos* e às crianças *Gabriel e Lucas*, pelo companheirismo, pelas alegrias e, às vezes, angústias compartilhadas no Movimento Lacustre de ‘Solitariedade’.

AGRADECIMENTO ESPECIAL

À professora Dra. Eunice Nodari, que me acompanhou, estimulou e muito contribuiu para meu crescimento acadêmico e pessoal, nesses últimos anos, emprestando-me seu brilho e competência.

À professora Dra. Carmem Sílvia Rial, por sua atenção e dedicação.

À professora Dra. Cristina Scheibe Wolff, por sua atenção e dedicação.

Ao professor Dr. João Klug, por sua atenção e dedicação.

À Professora Dra. Rosa Lima, pela delicada atenção e compromisso.

Ao professor Dr. Marcos Montysuma, pela valiosa contribuição e preciosa amizade.

À professora Dra. Núbia Frutuoso, pelo seu empenho e compromisso para que esse doutorado se tornasse realidade.

Ao professor Valbérico Cardoso, Diretor-Geral do Campus Recife / IFPE, pelo apoio e compromisso inestimáveis para a concretização desse doutorado.

Ao Dr. Marcos Espíndola, por sua perspicácia e valiosa contribuição.

À professora Dra. Joana Maria Pedro e aos professores Dr. Luiz Fernando Scheibe e Dr. Selvino Assmann que, com competência e compromisso, empreenderam todos os esforços necessários para a realização do DINTER.

Às professoras Sofia Brandão, Normanda Beserra e Anália Keyla, pelo pioneirismo e empenho para que a proposta do DINTER se tornasse viável.

A tod@s professor@s da UFSC / DICH — Alexandre Vaz, Carmen Rial, Cristina Wolff, Eunice Nodari, Joana Maria Pedro, João Lupi, Júlia Guivant, Luiz Fernando Scheibe, Luzinete Minella, Marcos Montysuma, Miriam Grossi, Sandra Caponi, Selvino Assmann e Teresa Kleba — que se dispuseram a quebrar paradigmas arraigados e se lançaram no desafio ‘dinteriano’.

A CAPES, pelo apoio para a efetivação do DINTER (UFSC / IFPE / IFPB / IFAL) e pela concessão de bolsa para a realização de estágio doutoral na UFSC / SC.

À professora Dra. Teresa Kleba, sempre atenciosa e dedicada às nossas reivindicações.

A Clodoaldo Torres, Zenaide Magalhães, Almir Braga, Cristina Caldas, Cida Pedrosa, Deborah Falcão, Ronival Cruz e Carmen Pontual, gestores e técnicos da prefeitura/SANEAR e aos estagiários Alexandre Martimiano, Tamiris Santos e Rhaysa Gonçalves que, com muita atenção e empenho, viabilizaram meu acesso e interação com a comunidade Mangueira da Torre. Aos engenheiros, Edson Furtado e Jayme Santos, e ao arquiteto Tom Ling Cheng por suas valiosas contribuições.

Ao professor e vereador Jairo Brito e ao ex-prefeito da Cidade do Recife, João da Costa, pela gentileza e atenção por ocasião da entrevista concedida.

Aos MORADORES e MORADORAS da Comunidade Mangueira da Torre, que se dispuseram espontaneamente a participar dessa pesquisa e com quem partilhei saberes, experiências, expectativas.

Mais importante do que aqueles que me ensinam
são aqueles que me permitem aprender.

RESUMO

Esta pesquisa analisa as repercussões sociais de políticas públicas de saneamento no desenvolvimento comunitário da Mangueira da Torre, comunidade situada na cidade do Recife, estado de Pernambuco. Para dar suporte à discussão teórica, fizemos uso da metodologia de história oral, com entrevistas temáticas para as questões empíricas, balizadas em indicadores de saneamento e desenvolvimento comunitário. Buscamos, assim, proceder às análises dos resultados tendo como parâmetros a oferta e a qualidade dos serviços prestados e suas repercussões para a qualidade de vida da comunidade, valendo-nos dos depoimentos dos moradores e técnicos entrevistados, do aporte teórico construído e dos dados secundários obtidos. A comunidade é constituída por uma população caracterizada como pobre, numa área que, por suas precárias condições, podemos denominar de periférica, no entanto, completamente inserida no contexto intraurbano do bairro da Madalena, zona oeste da cidade do Recife. A despeito dessa inserção geográfica numa área nobre da cidade, a comunidade encontrava-se, antes das intervenções de saneamento pela PCR, privada dos benefícios dos serviços de saneamento, considerados por muitos como um privilégio de poucos nas metrópoles urbanizadas. A comunidade constituía-se, antes das ações de saneamento integrado, numa verdadeira ilha de despossuídos, caracterizada por pobreza, exclusão e desigualdade. A relação entre políticas de saneamento e desenvolvimento comunitário torna-se, a nosso ver, bastante óbvia. O padrão de desenvolvimento de uma comunidade está diretamente vinculado aos níveis de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário e, em consequência, melhores condições de saúde da população. Fica evidenciada a importância da participação, do comprometimento e do esforço conjunto para o desenvolvimento da comunidade. Temos a consciência de que isso não é tarefa fácil e, às vezes, é quase utópica. A habilidade e a predisposição de seus membros para desenvolverem as ações conjuntamente, com o necessário respeito, confiança e compromisso, ajudarão a fortalecer o espírito de coletividade. Sem sombra de dúvidas, as abrangências das questões vinculadas ao saneamento e às consequências decorrentes de sua ausência tornam-se inquestionáveis para todos os cidadãos e, principalmente, para gestores públicos que tenham por objetivo a promoção da saúde humana e a proteção do meio ambiente. Essa pesquisa reitera a convicção de que o povo precisa do poder público para o seu desenvolvimento social, mas também pode e deve contribuir efetivamente com reivindicações e soluções para o

desenvolvimento da própria comunidade. O poder inerente às comunidades deve ser estimulado e fortalecido pelo poder constituído, para a promoção da democracia participativa. Esse estudo, que traz contribuições para as áreas de sociedade e meio ambiente, poderá se constituir em ferramenta capaz de auxiliar na proposição, implementação e gestão de ações para a efetiva melhoria da qualidade de vida da população e estimular a ação coletiva e articulada entre os diferentes atores sociais, buscando estreitar a relação entre o poder público e a sociedade civil nos processos que tenham como meta alcançar o desenvolvimento comunitário.

Palavras-chave: Desenvolvimento Comunitário. Saneamento integrado. Mangueira da Torre.

ABSTRACT

This research analyses the social repercussions of public sanitation policies within Mangueira da Torre community development, neighborhood which is situated in the city of Recife, Pernambuco state. In order to support the theoretical framework, we used Oral History methodology with thematic interviews for the empirical questions, marked out by sanitation indexes and community development. Therefore, we aim at the results using the offer and service quality provided as parameters for the analysis and its repercussions in the community's quality of life, making use of inhabitants' and technicians interviews, theoretical framework and secondary data. A poor population constitutes Mangueira da Torre community however they are completely inserted in the intra-urban context of Madalena's neighborhood, west of Recife. Despite this geographical insertion in an upscale area of Recife, Mangueira da Torre was deprived from its sanitation services before the sanitation interventions of PCR, considered by many as a privilege of few in the urban metropolis. The community was a real island of dispossessed people, characterized by poverty, exclusion and inequality. That was before the integrated sanitation actions were carried out. The relationship between sanitation policies and community development becomes, to our mind, really obvious. A community's development pattern is directly connected to the levels of water supplies and sewage networks and, consequently, better health conditions for the population. It becomes evident the importance in participation, commitment and joined effort to the community's development. We are aware that this is not an easy task and sometimes it can be almost utopic. The ability and availability of its members to develop joint actions with due respect, trust and commitment will allow for the strengthening of the collectivity. Without a doubt, the range of issues connected to sanitation and the consequences of its absence become unquestionable to all citizens and mainly to public managers who aim at promoting human health and environmental protection. This research reiterates the certainty that people need public power for their social development but also that they are able to and should effectively contribute with claims and solutions for their community's own development. This power inherent to the community should be stimulated and strengthened by those in power in order to promote participative democracy. This study, which brings contributions to areas such as society and environment, can also be a tool for the proposition, implementation and managing of actions that

will allow for an effective improvement in the population's life quality, stimulate articulated collective action amongst different social actors, seek ways of narrowing the relationship between public power and civil society in processes that aspire to community development.

Keywords: Community development. Integrated sanitation. Mangueira da Torre.

LISTA DE FIGURAS

Gráfico

Gráfico 1	Domicílios abastecidos de água por rede geral, segundo as regiões – 2000/2008	31
Gráfico 2	Faixa etária	179
Gráfico 3	Renda familiar	180
Gráfico 4	Escolaridade.	181
Gráfico 5	Intervenções físicas nas moradias	182

Figura

Figura 1	Regiões político-administrativas da Cidade do Recife	50
Figura 2	Planta de situação da Comunidade Mangueira da Torre	52
Figura 3	Fotografia da vista panorâmica – acesso 1 – Rua Demóstenes de Olinda	53
Figura 4	Fotografia do acesso 2 – Rua Demóstenes de Olinda	54
Figura 5	Fotografia da vista Leste – a partir da Av. Beira Rio	54
Figura 6	Fotografia do acesso pela Rua Beviláqua	55
Figura 7	Situação geográfica da Comunidade Mangueira da Torre, no Bairro da Madalena	56
Figura 8	Fotografia do habitacional multifamiliar	59
Figura 9	Fotografia da unidade térrea unifamiliar	59
Figura 10	Efeitos diretos e indiretos do abastecimento de água e do esgotamento sanitário sobre a saúde – esquema conceitual	168
Figura 11	Fotografia do aspecto interno de apartamento no habitacional ocupado sem melhorias	191
Figura 12	Fotografia do aspecto interno do apartamento no habitacional ocupado com melhorias	191
Figura 13	Fotografia do aspecto das vias internas pavimentadas e construção de novo bloco de apartamento (habitacional)	196
Figura 14	Fotografia do aspecto das vias internas (becos)	197
Figura 15	Fotografia do aspecto das vias internas anterior às intervenções	198
Figura 16	Fotografia do aspecto das precárias condições de salubridade existentes anteriormente	198

Figura 17	Fotografia do aspecto interno da comunidade a partir de um apartamento do habitacional	205
Figura 18	Fotografia da vista externa – acesso pela Rua Beviláqua	205
Figura 19	Fotografia da vista externa – acesso pela Rua Beviláqua	218
Figura 20	Fotografia da vista interna da comunidade	218
Figura 21	Fotografia da estocagem de água em recipientes plásticos reaproveitados	231
Figura 22	Fotografia da estocagem de água em reservatórios de amianto	231

LISTA DE QUADROS

Quadro 1	Moradores contatados e entrevistados	67
Quadro 2	Perfil dos moradores entrevistados	67
Quadro 3	Síntese das questões abordadas na pesquisa	177

LISTA DE ABREVIATURAS E SIGLAS

ACIESP	Academia de Ciências do Estado de São Paulo
AE	Área de execução
AG	Gestores
AS	Área social
ASA	Agentes de Saúde Ambiental
ASACE	Agentes de Saúde Ambiental e Combate às Endemias
BID	Banco Interamericano de Desenvolvimento
BNDES	Banco Nacional de Desenvolvimento
BNH	Banco Nacional da Habitação
CASI	Comissão de Acompanhamento do Saneamento Integrado
COMPESA	Companhia Pernambucana de Saneamento
COMUL	Comissão de Urbanização e Legalização
CPRH	Agência Estadual de Meio Ambiente
DSE	Departamento de Saneamento do Estado
ETE	Estação de Tratamento de Esgotos
EUA	Estados Unidos da América
EX	Executivo do poder municipal
FAFIRE	Faculdade Frassinetti do Recife
FCP/SAN	Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento
FENEARTE	Feira Nacional de Negócios do Artesanato
FGTS	Fundo de Garantia por Tempo e Serviço
FMI	Fundo Monetário Internacional
FSI	Fundo de Saneamento do Interior
FUNASA	Fundação Nacional de Saúde
FUNDESPE	Fundo de Saneamento de Pernambuco
GAT	Grupo de Acompanhamento Técnico
IBASE	Instituto Brasileiro de Análises Sociais e Econômicas
IBGE	Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas
IDH	Índice de Desenvolvimento Humano
IDIS	Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social
IFPE	Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco
ITB	Instituto Trata Brasil
M	Morador

MCIDADES	Ministério das Cidades
MMA	Ministério do Meio ambiente
ODM	Objetivos de Desenvolvimento do Milênio
OMS	Organização Mundial de Saúde
ONG	Organizações não governamentais
ONU	Organização das Nações Unidas
OP	Orçamento Participativo
PCR	Prefeitura da Cidade do Recife
PLANASA	Plano Nacional de Saneamento
PLHIS	Plano Local de Habitação de Interesse Social
PMHIS	Plano Municipal de Habitação de Interesse Social
PND	Plano Nacional de Desenvolvimento
PNEDH	Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos
PNSB	Pesquisa Nacional de Saneamento Básico
PNUD	Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento
POLIS	Instituto de Estudos Formação e Assessoria em Políticas Sociais
PPGICH	Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas
PREZEIS	Plano de Regularização das ZEIS
PRONURB	Programa de Saneamento para Núcleos Urbanos
PROSANEAR	Programa de Saneamento para População de Baixa Renda
PROUNI	Programa Universidade para Todos
PSF	Programa de Saúde Familiar
RDH	Relatório de Desenvolvimento Humano
RPA	Regiões Político-Administrativas
SAAE	Serviço Autônomo de Água e Esgoto
SANEAR	Autarquia de Saneamento do Recife
SANEPE	Saneamento do Interior de Pernambuco
SESP	Serviço Especial de Saúde Pública
SNHIS	Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social
SNSA	Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental
UFSC	Universidade Federal de Santa Catarina
URB	Empresa de Urbanização do Recife
UN-Habitat	United Nations Human Settlements Programme
USEPA	United States Environmental Protection Agency
ZEIS	Zona Especial de Interesse Social
ZEPA	Zonas Especiais de Preservação Ambiental

SUMÁRIO

	INTRODUÇÃO	27
	ORIGENS E PROPÓSITOS DA PESQUISA	27
	CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS	34
	ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO	36
1	OBJETO DE PESQUISA E ITINERÁRIO METODOLÓGICO	43
1.1	A ESCOLHA E O LOCUS DA PESQUISA	43
1.2	CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE	49
1.3	ITINERÁRIO METODOLÓGICO	61
2	MEIO AMBIENTE, DIREITOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO	81
2.1	A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE	81
2.2	DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE SADIO	93
2.3	DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE	101
2.3.1	A evolução do conceito de desenvolvimento comunitário	114
2.3.2	Atores envolvidos no desenvolvimento comunitário	119
2.3.3	Fortalecimento do senso de comunidade	121
2.3.4	Diferentes tipos de capital social	122
2.3.5	Talentos, recursos locais e parcerias	125
3	SANEAMENTO E SAÚDE PÚBLICA – CONCEPÇÕES E DISCUSSÕES	129
3.1	SANEAMENTO E HIGIENE PESSOAL - CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA	129
3.2	SANEAMENTO E SOCIEDADE	133
3.3	SANEAMENTO NO BRASIL	142
3.4	SANITARISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO	153
3.5	SANEAMENTO EM PERNAMBUCO	160
3.6	SANEAMENTO NA CIDADE DO RECIFE	162
3.7	SANEAMENTO E SUAS INTER-RELAÇÕES COM SAÚDE PÚBLICA	165
4	ANÁLISES E DISCUSSÕES	175
4.1	ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS	178
4.2	INTERVENÇÕES FÍSICAS NAS MORADIAS	181
4.3	SERVIÇOS DE SANEAMENTO DISPONÍVEIS NA COMUNIDADE	184

4.4	AS INTERVENÇÕES E SUAS REPERCUSSÕES	189
4.5	AS MUDANÇAS DECORRENTES DAS INTERVENÇÕES	192
4.6	REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE	200
4.7	REPERCUSSÕES PARA QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE	206
4.8	REPERCUSSÕES PARA A GERAÇÃO DE RENDA	209
4.9	PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO	213
4.10	DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS NA COMUNIDADE	216
4.11	PARCERIAS ENTRE A COMUNIDADE E INSTITUIÇÕES	219
4.12	SANEAMENTO INTEGRADO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE	221
4.13	DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE	224
4.14	MELHORIAS PARA O SANEAMENTO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE	229
4.15	A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DA COMUNIDADE	232
5	CONSIDERAÇÕES FINAIS	239
	REFERÊNCIAS	247
	APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido	275
	APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicada ao Exmo. Senhor Prefeito João da Costa	277
	APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado aos moradores da comunidade mangueira da torre	279
	APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado à equipe técnica (AS/AE) da PCR	283
	APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicada à área de gestão (AG) da PCR sobre as intervenções de saneamento integrado na Comunidade Mangueira da Torre.	285

Introdução

INTRODUÇÃO

ORIGENS E PROPÓSITOS DA PESQUISA

Esta pesquisa tem como objetivo analisar as repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para a qualidade de vida e o bem-estar da população assim como para o desenvolvimento comunitário, na comunidade Mangueira da Torre, Bairro da Madalena, Recife - PE, no período 2009 a 2012.

A definição na escolha do local de pesquisa se deu, ainda no início de 2012, a partir de discussões com o professor Clifford Eriksson, da área de saneamento do Instituto Federal de Pernambuco (IFPE), engenheiro civil com experiência na área de Engenharia Sanitária, com ênfase em saneamento ambiental que, ao ficar sabendo do tema de pesquisa e seus objetivos, sugeriu a comunidade Mangueira da Torre. A recomendação fundamentou-se no fato de que essa comunidade se encontrava, à época, em pleno processo de intervenção para implantar um sistema de saneamento integrado. Além disso, a Comunidade Mangueira da Torre tem mais de noventa anos de existência e uma forte história de lutas e conquistas pela inserção e inclusão no atendimento com serviços sociais e de infraestrutura na cidade do Recife e está qualificada como Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), desde 1987.

A partir dessa escolha, realizamos outros contatos e discussões, por exemplo, com a professora Verônica Sarmiento¹, também do IFPE, especialista em saneamento, com larga experiência na área de Engenharia Sanitária, urbanização de favelas, atuando principalmente nos temas de saneamento ambiental, qualidade de vida e políticas de saneamento.

As informações obtidas sobre a realidade da comunidade foram decisivas para a predefinição da escolha do local como objeto de pesquisa e, após as análises iniciais e as discussões realizadas em conjunto com a orientadora desta tese, Professora Dra. Eunice Sueli Nodari, concluímos pela definição da comunidade Mangueira da Torre como lócus da pesquisa.

Investir nas condições de higiene ambiental, por meio de um sistema de abastecimento de água e esgoto integrado a outros benefícios e aliado à educação sanitária ambiental, implicaria melhorar significativamente as condições de saúde da população, favorecer o

¹ Mestra e doutora em Engenharia da Saúde Pública pela University of Leeds, Grã-Bretanha.

processo de modernização urbana e, conseqüentemente, contribuir para a saúde, o conforto e a qualidade de vida das pessoas. É nessa perspectiva que essa tese se insere, isto é, analisa os temas *políticas públicas de saneamento e desenvolvimento comunitário* e suas influências para a qualidade de vida das pessoas.

Profissionalmente tivemos oportunidade de acompanhar e participar, desde a década de 1990, como arquiteto, urbanista e secretário de desenvolvimento urbano no município de Petrolina - PE e gestor de educação técnica — tanto na área agrícola, quanto na área industrial — da implementação de políticas públicas nas áreas de desenvolvimento urbano e formação profissional que, certamente, contribuíram para o crescimento e desenvolvimento socioeconômico das comunidades atendidas. Entretanto, aos poucos, fomos sensibilizados pela constatação de que tais benefícios muitas vezes não atendem aos anseios das populações mais pobres — que mais necessitam — nem tampouco representavam possibilidade de melhoria efetiva para a vida da maioria dessas pessoas.

Assim, considerando que essas ações repercutem direta e indiretamente na qualidade de vida da população, escolhemos estudar as políticas públicas de saneamento, numa dimensão social e humana, tema de interesse desde quando começamos, a partir de 2003, a trabalhar com comunidades pobres, na cidade do Recife e Região Metropolitana. Ainda em 2007, concluímos o mestrado em tecnologia ambiental, com trabalho intitulado *Saneamento ambiental e inclusão social: um estudo da realidade socioambiental na comunidade Chico Mendes — Recife — PE*. Essa pesquisa demonstrou que o povo precisa do poder público para o seu desenvolvimento social, mas também pode e deve contribuir efetivamente com reivindicações e soluções para o desenvolvimento da própria comunidade.

É, com isso em mente, e também com o persistente desejo de verificar em que medida a pesquisa científica pode ser colocada a serviço da população mais desassistida, que essa tese tem como foco as questões ambientais de saneamento voltadas, especialmente, às populações pobres de áreas urbanas.

Nas últimas décadas, principalmente a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek, o Brasil vem passando por um rápido processo de desenvolvimento e urbanização. Segundo o Instituto Brasileiro de Geografia e Estatísticas (IBGE, 2010a), conforme a

caracterização usada para definir áreas urbanas², no ano de 2010, cerca de 80% da população brasileira vivia nas áreas urbanas, principalmente nos grandes centros.

Essa concentração da população, frequentemente, em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura constitui uma das muitas razões que atraem, geram e concentram pobreza. De acordo com Alexandrina Moura (2009), a maior parte dos pobres³ no Brasil vive nas cidades, notadamente nas regiões metropolitanas que absorvem aproximadamente 31% da população do país. O Brasil, segundo essa autora, está sujeito aos mesmos danos ambientais encontrados em outros países, como a poluição do ar, da água e do solo. Adicionalmente a isso podemos considerar a falta de água tratada, com boa qualidade e na quantidade necessária, e a falta de saneamento e de coleta de resíduos sólidos. A inexistência de rede de distribuição de água potável, aliada à falta de esgotamento sanitário tratado, proporcionam um ambiente insalubre favorável ao desenvolvimento de doenças fatais, que afetam, em especial, às crianças.

Moura (2009, p. 77-78), fazendo referência à pesquisa realizada pelo IBGE em 2002 sobre os danos ambientais no âmbito dos municípios, observa que as queimadas são a principal causa da poluição do ar nos pequenos municípios do Brasil. Somando-se a isso, preocupamos o fato de que a poluição de rios e de suas bacias afeta 38% dos municípios. No entanto, reforça a autora, a “falta de sistemas de esgotamento sanitários é a principal causa de mortalidade infantil”⁴. As diarreias, aliadas a outras infecções e doenças toxicológicas provocadas pela contaminação por substâncias químicas diversas dispostas no meio ambiente, e potencializadas pela falta de esgotamento sanitário, comprometem o desenvolvimento dessas crianças e as penalizam em longo prazo.

² Segundo o IBGE (1998, p. 70), área urbana é a área interna ao perímetro urbano de uma cidade ou vila, definida por lei municipal, e área rural é área de um município externa ao perímetro urbano.

³ Pobres, carentes ou excluídos, segundo Paulo de Martiniano Januzzi (2012, p. 116), é aquela “parcela de população que não tem ou não dispõe, sob certos critérios normativos, de nível suficiente de escolaridade, acesso às políticas de saúde, habitação adequada, trabalho regular etc.”. O Banco Mundial (2008) define como limiar de pobreza a disposição individual de 1,25 dólares para gastos em bens e serviços, por dia.

⁴ O tema da mortalidade infantil será mais detalhadamente abordado no capítulo II.

Observa-se que, nas regiões com baixos níveis de desenvolvimento, a mortalidade infantil é considerada como um dos principais indicadores de esperança de vida e condições socioeconômicas. A oferta dos serviços de saneamento básico torna-se, assim, essencial como determinante de saúde, conforto e qualidade de vida das pessoas e a ausência ou precariedade no fornecimento desses serviços, efetivamente, contribui para agravar os prejuízos decorrentes da contaminação dos cursos d'água pelos despejos de esgoto *in natura* e de resíduos sólidos, ampliando, também, o quantitativo de moradias insalubres.

As camadas mais pobres da população são as que mais sofrem com a falta de saneamento e de tratamento dos esgotos, além da falta de serviços complementares como a coleta de resíduos, drenagem de águas superficiais, etc. Segundo a Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (PNSB), em 2008, cerca de 80% das moradias brasileiras têm algum tipo de acesso à água, e apenas 44% desses domicílios estão ligados a algum tipo de sistema de coleta de esgotos (IBGE, 2008); além disso, de acordo com Moura (2009), 16% usam fossas sépticas⁵. Essa pesquisa (PNSB) revela que somente 28,5% dos municípios brasileiros fazem tratamento de seu esgoto. Em Pernambuco, embora 88,1% de seus municípios disponham de rede coletora de esgoto, apenas 33,9% dos domicílios são atendidos por sistema público de esgotamento sanitário coletado e tratado. Esse percentual é superior à média 22,4% de domicílios atendidos com acesso à rede geral no Nordeste.

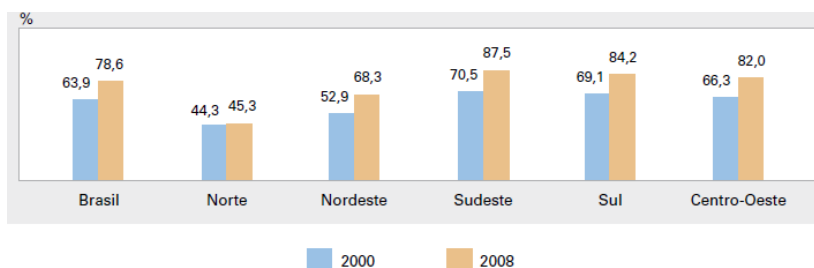
No panorama nacional, ainda de acordo com a PNSB (IBGE, 2008), em 2008, 99,4% dos municípios brasileiros forneciam abastecimento de água por rede geral de distribuição em pelo menos um distrito ou em parte dele. A região Norte apresenta o menor percentual de cobertura (98,4%); a Nordeste, 98,8%; a Sudeste, 100%; a Sul, 99,7%; e a Centro-Oeste, 99,6% (IBGE, 2008). Dispor de acesso ao saneamento básico representa uma conquista social e ambiental para aqueles que vivem em comunidades pobres e vulneráveis, carentes de infraestrutura urbana, sujeitas às doenças provenientes das condições insalubres de moradia.

Cabe-nos ressaltar que, embora um alto percentual das moradias brasileiras tenha acesso à água tratada, sua distribuição é, por vezes,

⁵ Câmara ou caixa subterrânea fechada onde os esgotos domésticos são retidos por determinado período de tempo, suficiente para que a maioria dos sólidos em suspensão se sedimente no fundo ou se acumulem na superfície e desta forma fiquem retidos nela (MASCARÓ, 2010).

desigual na mesma cidade. Uma enorme parcela da população sofre com o racionamento no fornecimento pelas concessionárias, inclusive em algumas capitais e em grandes centros urbanos. Como é possível observar no gráfico 1, paradoxalmente, o fato de um município dispor de fornecimento de água por rede geral de abastecimento não significa que todas as moradias ali existentes são igualmente atendidas por esse serviço. Em relação aos domicílios abastecidos, em 2008, tinha-se a seguinte conformação: a região Norte apresentava o menor percentual de atendimento por domicílio (45,3%); a Nordeste, 68,3%; a Sudeste, 87,5%; a Sul, 84,2%; e a Centro-Oeste, 82,0% (IBGE, 2008).

Gráfico 1 - Domicílios abastecidos de água por rede geral, segundo as regiões – 2000/2008



Fonte: IBGE, Pesquisa Nacional de Saneamento Básico (IBGE, 2008).

O elenco de serviços que integram o saneamento ambiental é composto por abastecimento de água potável, coleta e disposição sanitária de resíduos líquidos, sólidos e gasosos, promoção da disciplina sanitária do uso e ocupação do solo, drenagem urbana, controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializadas (PIZZATTO & PIZZATTO, 2009). A ausência de infraestrutura de saneamento afeta direta e indiretamente a maior parte dos municípios brasileiros. Os recursos disponíveis para o enfrentamento e solução dos problemas advindos da ausência desses serviços são, por vezes, escassos e, em muitos casos, mal administrados ou irregularmente utilizados.

A questão da água limpa, apesar de sua grande importância para a população, não constitui o problema de maior gravidade. No entanto, o descaso com a remoção e o destino final dos dejetos e das águas

servidas⁶, instrumento essencial à promoção da saúde, como forma de proporcionar qualidade à vida das pessoas, representa, ainda, um dos maiores desafios para a sociedade e para as autoridades públicas.

Consideramos que saneamento e desenvolvimento comunitário são temas intrinsecamente vinculados que se inserem no contexto das políticas públicas como instrumentos de valorização da cidadania, com relevância notadamente entre as ações voltadas para a promoção da saúde pública e da elevação do padrão de qualidade de vida, do desenvolvimento das comunidades e, conseqüentemente, da construção de uma sociedade mais justa e mais humana.

Utilizamos-nos da expressão *políticas públicas* alinhando-nos ao pensamento de Guareschi *et al.* (2004), como conjunto articulado e integrado de ações voltadas para a garantia dos direitos sociais, configurando um compromisso público para o atendimento das demandas identificadas no âmbito das diversas áreas onde deve atuar o poder público com ações de interesse coletivo.

Considerando, pois, o conceito de Pizzatto e Pizzatto (2009) para *saneamento* que, segundo o autor, consiste na aplicação dos princípios técnicos e científicos da engenharia, da medicina, da biologia e da física no controle do ambiente, visando preservar ou modificar as condições, intervindo com as necessárias medidas para instituir as condições ótimas de saúde e bem-estar, com o objetivo de alcançar níveis crescentes de salubridade ambiental, prevenir as doenças e promover a saúde e o bem-estar da população, destacamos o entendimento de que saneamento é uma questão de política pública social e de direitos humanos.

As profundas desigualdades regionais na infraestrutura de saneamento, de acordo com o IBGE (2011a) fazem da universalização e da melhoria dos serviços de abastecimento de água, esgotamento sanitário, limpeza urbana, coleta de lixo e drenagem urbana, um objetivo a ser alcançado pelo Estado e conquistado pela sociedade brasileira, em caráter de urgência, e a desigualdade verificada no acesso da população a esses serviços ainda constitui o grande desafio posto ao Estado e à sociedade em geral nos dias atuais (IBGE, 2011b).

A legislação brasileira, que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico, entende este como um direito à salubridade ambiental e um direito social, vinculado ao direito à saúde e a uma vida digna. A salubridade ambiental é, assim, entendida como um patrimônio coletivo, que todos devem promover e proteger, inclusive os estratos da

⁶ Águas que resultam dos usos domésticos, industriais, etc.

população que vivem à margem do mercado (BRASIL, Lei nº. 11.445/2007).

A Organização das Nações Unidas (ONU, 2010), por meio da Resolução A/RES/64/292, publicada em 28 de julho de 2010, na Assembleia Geral das Nações, declarou a água limpa e segura e o saneamento um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos. Afirma a Resolução que “assegurar o acesso à água e ao saneamento enquanto direitos humanos constitui um passo importante no sentido de isso vir a ser uma realidade para todos” (2010, p. 1).

O professor Ladislau Dowbor (2010), ao discutir sobre a especulação do investimento socialmente útil, enfatiza a necessidade de se aplicar, pelo menos, parte dos recursos no desenvolvimento das comunidades que, em última instância, são proprietárias desses recursos. Segundo esse autor, “trata-se de colocar os recursos da comunidade a serviço da própria comunidade” (DOWBOR, 2010, p. 29), fazendo-a, apenas, usufruir do acesso àquilo que lhe é de direito.

A Universidade Federal de Santa Catarina (UFSC) tem respaldado o desenvolvimento dessa pesquisa, que se alinha à perspectiva interdisciplinar, através do Programa de Pós-graduação Interdisciplinar em Ciências Humanas (PPGICH), no qual essa tese está inserida na linha de pesquisa *Sociedade e Meio Ambiente*, uma vez que esse tema e seus efeitos, como afirmam Bojö *et al.* (2007), têm reflexos importantes sobre a saúde, o trabalho, a segurança e a qualidade de vida dos pobres, que muitas vezes, sobrevivem de forma precária ou em situação de extrema vulnerabilidade social.

Partindo da premissa de que as políticas públicas da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), com foco nas ações de saneamento integrado, têm repercussões na qualidade de vida e no desenvolvimento comunitário, consideramos nesse estudo que a sustentabilidade dessas políticas necessariamente deve assentar-se basilarmente, como ressalta Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p. 22), sobre uma “participação maior das comunidades de baixa renda e das minorias no processo decisório relativo às políticas”. O exercício pleno da democracia na reivindicação dos direitos sociais, assegurados constitucionalmente, deve objetivar melhorias sociais, econômicas e tecnológicas aos cidadãos que se encontram aliados do processo de desenvolvimento, em situação de extrema pobreza e exclusão social.

CONSIDERAÇÕES METODOLÓGICAS

Ao realizar nossas análises utilizamos como referência o aporte teórico construído, objetivando uma visão sistêmica e interdisciplinar como forma de buscar as conexões entre as disciplinas (FERNANDES, 2010) das temáticas em estudo e construir uma elaboração acadêmica “que não esteja alienada da realidade” (COIMBRA, 2000, p. 52). Segundo Maria Cecília Minayo (2010), a interdisciplinaridade não configura uma teoria ou um método recente, mas uma estratégia que permite a compreensão, interpretação e explicação de temas complexos, visto que, constitui-se numa articulação de diversas áreas do conhecimento e disciplinas cujo foco é o objeto de estudo, o problema ou o tema complexo, para o qual não basta a resposta de uma área só.

Para as abordagens teóricas e conceituais sobre as principais temáticas (saneamento e desenvolvimento comunitário) aqui discutidas e consideradas essenciais para uma maior aproximação interdisciplinar da pesquisa realizada, embora tenhamos mantido o caráter acadêmico, buscamos não privilegiar um ou outro conceito. Para tanto, transitamos por diversos autores e épocas, de forma a trazer diversas visões e suas concepções ao longo da história; além disso, a fim de imprimir um caráter de contemporaneidade às informações, incluímos dados oriundos de fontes como jornais, revistas e sites especializados, buscando construir uma produção acadêmica, que segundo Coimbra (2000), não estivesse alienada da realidade.

Na consecução da pesquisa e das análises aqui discutidas, fizemos uso da metodologia de história oral (ALBERTI, 2010; 2012) e Khoury (2001); dos estudos de história local e história oral (SAMUEL, 1998); memórias coletivas (HALBWACHS, 2004), utilizando também a metodologia interativa (OLIVEIRA, 2005) com base em entrevistas temáticas, abordadas por Verena Alberti (2004), com os atores envolvidos.

A metodologia interativa, segundo Oliveira (2005), consiste em um processo hermenêutico/dialético que facilita compreender e interpretar as falas e depoimentos dos atores sociais em seu contexto, tendo como referência o aporte teórico e buscando uma visão sistêmica e interdisciplinar da temática em estudo com o embasamento teórico, para a categorização e análise dos dados.

O processo de codificação estabelece um código que possibilita identificar rapidamente cada elemento da amostra de depoimentos ou documentos a serem analisados. As *categorias teóricas* facilitam a construção dos instrumentais de pesquisa. Cada questão realizada

representa uma *categoria empírica* e nas entrevistas são os itens do roteiro de entrevistas que as representam. De acordo com Moraes (1999), as unidades de análises podem ser palavras, frases, temas ou mesmo documentos em sua forma integral.

Os resultados e discussões dos estudos foram realizados com base na pesquisa efetuada com aplicação de entrevistas semiestruturadas que “combinam perguntas abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto e o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas” (BONI & QUARESMA, 2005, p. 74), com representantes de diversos segmentos de moradores da comunidade, escolhidos em virtude das intervenções pelas quais passaram suas moradias.

No entanto, diferentemente da pesquisa realizada com os moradores, em que utilizamos entrevistas semiabertas, na pesquisa realizada com os técnicos e gestores envolvidos nas ações implementadas na comunidade, fizemos uso da técnica de entrevista aberta, que atende às finalidades exploratórias e é bastante utilizada para o detalhamento de questões e para a formulação mais precisa dos conceitos relacionados ao tema pesquisado. Sobre esse aspecto, afirmam Boni e Quaresma (2005, p. 74): “em relação a sua estruturação, o entrevistador introduz o tema e o entrevistado tem liberdade para discorrer sobre o tema sugerido. É uma forma de poder explorar mais amplamente uma questão”.

Assim, elegemos e definimos como método de investigação, fonte de pesquisa e tratamento dos depoimentos, a metodologia de história oral, mais especificamente, utilizando-nos de entrevistas temáticas como potenciais elementos de “estudo dos acontecimentos e conjunturas sociais” (ALBERTI, 2010, p. 19), ocorridos recentemente, inclusive em fase de conclusão por ocasião da pesquisa, na busca de ampliar e aprofundar o conhecimento das repercussões decorrentes das intervenções realizadas na comunidade.

Em verdade, eleger trabalhar com história oral não se constituiu uma decisão automática, mas sim uma busca de melhor compreensão das temáticas sociais em contextos localizados e definidos em um período de tempo recente, bem como uma forma de ampliar a conexão interdisciplinar entre estudos sobre perspectivas sociais do saneamento, a partir do ponto de vista dos sujeitos/atores que contribuem para a efetivação das políticas públicas e também daqueles que dela se beneficiam.

Ao escolher trabalhar com história oral, consideramos, como afirma Marcos Montysuma (2006, p. 118), que o foco está no “sujeito

que promove o relato, enquanto um sujeito individual e que possui particularidades reveladas através das suas narrativas” e que os depoimentos obtidos nos permitiriam lidar com “interpretações de relatos significados na memória, contidas nas falas das pessoas” (MONTYSUMA, 2006, p. 118.) que se constituem em nossas depoentes.

ESTRUTURA ORGANIZACIONAL DO TRABALHO

O trabalho está organizado em seis seções: introdução, quatro capítulos e conclusões. Na introdução, estão contemplados, em linhas gerais, as inquietações que originaram a pesquisa, referências às áreas de estudo envolvidas, os objetivos da pesquisa, a estrutura da tese. No Capítulo I, apresentamos o contexto histórico da comunidade — área de estudo e a caracterização sociopolítica da comunidade, suas delimitações e um breve histórico desde sua implantação até o período da pesquisa; também tratamos dos aspectos pertinentes à metodologia adotada e ao itinerário de pesquisa seguido para a consecução dessa tese. No capítulo II, apresentamos as discussões e concepções teóricas acerca de meio ambiente, sociedade, direitos humanos e desenvolvimento. O capítulo III, que consideramos complementar ao capítulo II, é dedicado aos aspectos teóricos e históricos das políticas públicas de saneamento para o Brasil, Pernambuco e para a Cidade do Recife, bem como para o Projeto de Saneamento Integrado da Mangueira da Torre (Comunidade Mangueira da Torre, Madalena, Recife, PE). No capítulo IV, apresentamos as análises, discussões e resultados da pesquisa. Por fim, constarão as considerações finais, e na última seção, as referências bibliográficas. Também integram esta tese os apêndices contendo o modelo de questionário aplicado e os roteiros de entrevistas.

Acreditamos que estudar a temática social sob a ótica do saneamento é de fundamental importância para subsidiar a implantação e implementação de políticas públicas capazes de gerar benefícios sociais, econômicos e tecnológicos àqueles que, embora cidadãos por direito, encontram-se alijados do processo de desenvolvimento, em situação de pobreza, vulnerabilidade ou exclusão social, pois os prejuízos causados ao meio ambiente afrontam direta e perigosamente os direitos à cidadania. Tais prejuízos podem ser representados pelo fato de parte da população não ter acesso ao simples e inalienável direito à água de qualidade, mas também por prejuízos bem mais abrangentes como a poluição de grandes mananciais hídricos, do solo e da atmosfera, que colocam em risco a sobrevivência da humanidade.

Assim, o saneamento é essencial para que possamos promover a elevação do padrão de qualidade de vida e o pleno exercício da cidadania. Em outras palavras, em nosso estudo, o saneamento é compreendido como um serviço público, vinculado à produção de um direito social, assegurado como pleno exercício dos direitos humanos e também uma questão ambiental das mais importantes.

Dessa forma, ganham destaque as propostas de intervenção de natureza interdisciplinar que se tornam cada vez mais importantes para quem estuda e promove políticas públicas pensar, propor e executar políticas ambientais de forma transversal, inclusive dedicando especial atenção às questões da garantia ao efetivo exercício dos direitos e da cidadania. Tais ações devem ser capazes de articular e integrar políticas sociais efetivamente inclusivas e duradouras, para que se tornem sustentáveis. Almejamos, com isso, que as discussões e os resultados dos temas aqui abordados possam oferecer subsídios para a construção de propostas de governabilidade que envolvam estratégias de sustentabilidade como instrumento de valorização da cidadania, de desenvolvimento comunitário e, principalmente, de inclusão social.

Capítulo 1

Neste capítulo apresentamos as razões para escolha do *locus* da pesquisa bem como a tipificação sociopolítica do lugar. Apresentamos as opções metodológicas que nortearam essa pesquisa e o desenvolvimento da tese. Buscamos tipificar os estudos realizados, suas características e a literatura utilizada como referência, bem como identificar o contexto de realização da pesquisa e os sujeitos participantes. Abordamos, ainda, os instrumentos de coleta de dados e os procedimentos seguidos.

Comunidade Mangueira da Torre

Madalena | Recife | Pernambuco



Recife - PE
2013

1 OBJETO DE PESQUISA E ITINERÁRIO METODOLÓGICO

1.1 A ESCOLHA E O *LOCUS* DA PESQUISA

O saneamento ambiental esteve presente em toda a história, desde as cidades mais antigas até as cidades contemporâneas. Contudo, em determinadas cidades, se observa a carência dessa infraestrutura básica, principalmente nas cidades em que há uma grande desigualdade social. A cidade do Recife é uma delas, pois abriga uma grande massa de pobres, em situação de vulnerabilidade, excluídos que vivem em lugares desprovidos de salubridade.

Observa-se, ainda, que em determinadas cidades e, em especial, em boa parte das comunidades pobres que nelas habitam a carência em infraestrutura de saneamento não só está mais concentrada em áreas onde há grande desigualdade social, mas também contribui para que isso ocorra de forma mais acentuada.

A cidade do Recife⁷ tem como característica um clima quente e úmido, com o sol predominantemente presente na maior parte do ano. A cidade é situada numa região de planície a uma altitude de 4m acima do nível do mar. Ocupa uma posição estrategicamente central, no litoral do nordeste do Brasil e se encontra situada na região central da sua Região Metropolitana (RMR). Sua área territorial com 218,50 km² é composta por 67,43% de morros; 23,26% de planícies; 9,31% de aquáticas; e 5,58% de Zonas Especiais de Preservação Ambiental – ZEPA (PCR, 2013).

A capital do estado de Pernambuco é considerada com um grande centro político-administrativo e de negócios do Estado, ocupando posição de destaque no contexto regional e atualmente é considerada um grande, ou talvez, o maior polo de serviços modernos do Nordeste. O município é o núcleo da Região Metropolitana do Recife, da qual fazem parte os municípios de Olinda, Abreu e Lima, Paulista, Igarassu, Itapissuma, Ilha de Itamaracá, Araçoiaba, Camaragibe, São Lourenço da Mata, Moreno, Jaboatão dos Guararapes, Cabo de Santo Agostinho e Ipojuca. 41,67% da sua população concentra grande parte das atividades econômicas e de fluxos de deslocamentos pendulares⁸. Pelo censo de

⁷ Ver: PCR. Aspectos Gerais. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/aspectos-gerais/>>. Acesso em: 02 ago. 2013

⁸ Os deslocamentos pendulares, caracterizam-se como um tipo de mobilidade populacional intra-urbana, mais intensos em áreas de maior concentração da

2010 a cidade tem uma população de 1.537.704 habitantes com uma densidade demográfica: 7.037,61 hab./ km². A taxa média geométrica de crescimento da população (2000/2010) foi de 0,78 % a.a (IBGE, 2010b).

O município do Recife está dividido em seis Regiões Político-Administrativas (RPA): RPA 1 Centro, RPA 2 Norte, RPA 3 Nordeste, RPA 4 Oeste, RPA 5 Sudoeste e RPA 6 Sul (RECIFE, 1997). Cada RPA é subdividida em três microrregiões que reúnem um ou mais dos seus 94 bairros. Limita-se ao norte com os municípios de Olinda e Paulista; ao sul, Jaboatão dos Guararapes; ao leste com o oceano Atlântico e ao oeste com São Lourenço da Mata e Camaragibe (PCR, 2013).

Embora, liricamente, a cidade ostente o título de *Veneza Brasileira*, abriga em seus bairros menos privilegiados um grande contingente de pobres, em situação de vulnerabilidade social, suscetíveis a moradias precárias, em locais com baixas condições de salubridade e segurança, caracterizadas, como é o caso do nosso *locus* de pesquisa, como um ‘bolsão de *pobreza*, cercado pela *nobreza*’ ou poderíamos dizer que se trata de uma ilha de despossuídos dentre os privilegiados? Araújo e Araújo (2005) revelam que,

no plano intramunicipal, foi observado que o Recife possui bolsões de pobreza cujo nível de renda fica abaixo da média do Brasil metropolitano, dando uma medida precisa da gravidade do problema. Ao mesmo tempo, observam-se contrastes expressos na vizinhança entre as áreas afluentes e os bolsões de pobreza, com consequências — sobre o cotidiano — muito similares às observadas em uma cidade que está sempre no foco da mídia, o Rio de Janeiro.

Reverter a grande diferença socioeconômica entre os habitantes da cidade, o abismo entre pobreza e riqueza, é uma necessidade que se tornou um dos maiores desafios para os gestores do município nos últimos tempos.

população, tornaram-se um importante aspecto a ser considerado na dinâmica urbana metropolitana. Constituem uma dimensão da organização e da alocação das atividades econômicas, são mediatizados pela confluência dos processos de transformação do espaço urbano, e derivados, em grande parte, da sua forma de expansão e de ocupação pela população, além da distribuição das funções urbanas. (Ántico, 2005).

Nas palavras de Marilena Chauí (1986, p. 58) “a cidade se divide entre um ‘centro’ e uma ‘periferia’, não apenas no espaço geográfico, mas social, embora próximo ou mesmo circunscrito em bairros nobres estão afastados dos serviços básicos como, luz, água, esgoto, escola, posto médico, entre outros”. Embora esses aglomerados sejam caracterizados pela elevada densidade de moradias e tenham a acessibilidade dificultada pelo precário e reduzido sistema viário formado por vielas e becos, encontram-se próximos ou completamente inseridos ao centro da cidade, onde se concentram maiores oportunidades de trabalho e renda.

Embora devamos considerar que o tamanho e a densidade das áreas ocupadas influenciam diretamente na qualidade de vida de suas populações, pois a acessibilidade, a ventilação e a insolação tornam-se mais críticas, observamos que o fato de a comunidade em estudo se constituir num pequeno aglomerado intraurbano faz que as soluções de acessibilidade encontradas para a integração à infraestrutura do tecido urbano formal da cidade tornem-se menos complexas e onerosas. Em situações como essas, os projetos de urbanização para serem implementados e, conseqüentemente, proporcionar melhor qualidade de vida à população como um todo, requerem menores empreendimentos e relativa facilidade para sua execução.

Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p. 50) enfatizam que “não há dúvida de que o *locus* por excelência da evidenciação da injustiça ambiental está exatamente no contexto intraurbano”. A cidade do Recife, como tantas outras cidades no mundo, encontra-se, em diversas áreas, subdividida entre um ‘centro’ e várias ‘periferias’, não somente no que tange aos aspectos geográficos, mas, principalmente, no que se refere aos aspectos sociais. Essas áreas, que chamamos de periferia, encontram-se próximas, na circunvizinhança, ou circunscritas em bairros nobres de alto valor imobiliário. Mesmo tão próximas geograficamente, permanecem ao longo do tempo desprovidas de um mínimo de infraestrutura que lhes garantam uma vida com dignidade.

Diante dessa realidade e, concordando com o que afirma Samuel (1990), em *História local e história oral*, podemos dizer que a “preocupação com o local é tão intensa quanto era no passado, mas o foco de atenção está mais provavelmente nos padrões de desenvolvimento do que nos documentos e acontecimentos individuais” (p. 228). Ainda, segundo esse autor, a “localidade é vista como um fenômeno único com sua própria periodização e leis de crescimento” (SAMUEL, 1990, p. 228). O local é entendido como um produto do processo de desenvolvimento, da participação social, ou seja, um espaço

que vai sendo construído pela sociedade, que vai formando novas configurações territoriais ao longo da história.

Conscientes da importância que têm as políticas públicas de saneamento para a qualidade de vida de uma comunidade, buscamos, nessa pesquisa, estudar e analisar como as ações de saneamento integrado poderiam interferir no processo de desenvolvimento comunitário da ZEIS Mangueira da Torre. De acordo com o Diário de Pernambuco (O EXEMPLO, 2013), dentre as cem maiores cidades brasileiras, Recife ocupa a 68ª posição no ranking da oferta de serviços de saneamento. Ainda, de acordo com esse jornal, apenas 35% da cidade possui cobertura de rede de coleta de esgoto; a matéria destaca ainda que somente 25% do que é coletado é tratado adequadamente. No entanto, as demais águas residuais dos esgotos têm como destino as irregulares ligações nas galerias de águas pluviais, nos diversos canais e rios existentes na cidade, ou são estocadas, muitas vezes precariamente, em fossas sépticas nos quintais das edificações.

Segundo Rolnik (1998), ao institucionalizar uma determinada área urbana ocupada na categoria de ZEIS, busca-se definir parâmetros mínimos de ocupação e uso do solo, bem como estabelecer recuos e coeficientes de aproveitamento. As ZEIS representam uma conquista pela luta das ocupações irregulares contra a remoção e pela melhoria das condições de urbanização e a regularização fundiária. Ainda de acordo com a autora, “reconhecer a diversidade de ocupações existente na cidade permite integrar áreas tradicionalmente marginalizadas e melhorar a qualidade de vida da população” (ROLNIK, 1998, p. 1).

Recife foi a primeira cidade brasileira a estabelecer, na Lei de Uso e Ocupação do Solo da cidade, no ano de 1983, o reconhecimento das ZEIS, no entanto, a regulamentação só foi efetivada em 1987.

Os objetivos do estabelecimento de ZEIS, segundo Rolnik (1998, p. 1), são:

- a) permitir a inclusão de parcelas da população que foram marginalizadas da cidade, por não terem tido possibilidades de ocupação do solo urbano dentro das regras legais;
- b) permitir a introdução de serviços de infraestrutura urbana nos locais onde eles antes não chegavam, melhorando as condições de vida da população;
- c) regular o conjunto do mercado de terras urbanas, pois reduzindo-se as diferenças de qualidade entre os diferentes padrões de

ocupação, reduz-se também as diferenças de preços entre elas;

d) introduzir mecanismos de participação direta dos moradores no processo de definição dos investimentos públicos em urbanização para consolidar os assentamentos;

e) aumentar a arrecadação do município, pois as áreas regularizadas passam a poder pagar impostos e taxas – vistas nesse caso muitas vezes com bons olhos pela população, pois os serviços de infraestrutura deixam de ser encarados como favores, e passam a ser obrigações do poder público;

f) aumentar a oferta de terras para os mercados urbanos de baixa renda.

A implantação de ZEIS, de acordo com Rolnik (1998), pode trazer resultados benéficos para as ocupações irregulares ao serem reconhecidas legalmente e tornarem-se aptas a receberem a atenção do poder público para investimentos e melhorias com a implantação de serviços, resultando em benefícios para toda a cidade, sob vários aspectos:

a) urbanísticos: • integrando áreas tradicionalmente marginalizadas da cidade; • diminuindo os riscos das ocupações, estabilizadas pela urbanização; • possibilitando a implantação de infraestrutura nos assentamentos (pavimentação, iluminação, saneamento, transporte, coleta de lixo); • possibilitando projetar espaços e equipamentos públicos para as ocupações.

b) ambientais: • melhorando o ambiente construído para os moradores; • diminuindo a ocorrência de danos decorrentes de ocupação em áreas de risco (como deslizamentos ou enchentes).

c) jurídicos: • facilitando a regularização fundiária dos assentamentos; • possibilitando a aplicação de instrumentos como o usucapião e a concessão do direito real de uso.

d) políticos: • rompendo com políticas clientelistas e eleitoreiras que envolvem investimentos públicos e implantação de

infraestrutura; • reconhecendo os direitos de cidadania das populações envolvidas.

e) sociais: • enfraquecendo o estigma que existe em relação aos assentamentos de baixa renda e fortalecendo a autoestima da população que ali vive; • reconhecendo a diversidade de usos e ocupações que compõem a cidade. (ROLNIK, 1998, p. 2)

Vários momentos de discussão e pesquisa documental antecederam a escolha definitiva do local para melhor compreender a natureza do projeto em implantação e tomar a comunidade ZEIS Mangueira da Torre como *locus* da pesquisa. A leitura de documentos sobre as intervenções na comunidade possibilitaram as informações iniciais e primeiras impressões sobre a comunidade escolhida para pesquisa.

Em seguida, foram feitos contatos com uma gerente de projetos da SANEAR, e com um socióloga, também da SANEAR, responsável pelo acompanhamento do projeto na comunidade que, de imediato, colocou-se à disposição para auxiliar no contato com o pessoal técnico, tanto da área social quanto da área de execução da Prefeitura, diretamente envolvidos no processo, e também para viabilizar o acesso aos moradores da comunidade. Após esses procedimentos, foi, então, possível a primeira reunião com o pessoal diretamente engajado no projeto junto à comunidade.

A primeira reunião ocorreu em 26 de junho de 2012, no escritório da SANEAR, instalado no local de execução do projeto que funciona no barracão de obras da empresa executora da obra. Participaram dessa reunião um assistente social e duas assistentes sociais; dessas últimas, uma acompanhava diretamente as intervenções realizadas e outra atuava como gestora da SANEAR na comunidade, coordenando as equipes. Também participou dessa reunião um estagiário de serviço social. Ao final da reunião, todos os presentes se comprometeram a apoiar a realização da pesquisa, inclusive auxiliando a identificar os potenciais entrevistados, fazer contato e agendar datas e horários com os moradores para aplicação dos questionários. Somando-se a isso, eles também se dispuseram a identificar e viabilizar acesso aos documentos que pudessem subsidiar e enriquecer as informações necessárias à pesquisa como leis, decretos, relatórios, diagnósticos etc.

Foi por mim apresentado aos participantes da reunião um sucinto relatório com os objetivos da pesquisa e os indicadores definidos para

análise, bem como uma amostra do projeto do questionário e um roteiro a ser utilizado nas entrevistas junto ao pessoal das áreas social e técnica.

Após as discussões a respeito do material apresentado e tendo sido anotadas as sugestões feitas durante a reunião, ficou agendada uma nova visita ao escritório da SANEAR na comunidade para o início das entrevistas com os técnicos e em seguida com os moradores, em consonância com a disponibilidade de horário de cada grupo. No intervalo entre a primeira reunião ocorrida e a subsequente, ou seja, uma semana, uma nova versão do questionário foi elaborada, tornando a versão preliminar mais próxima do instrumento a ser aplicado posteriormente.

1.2 CONTEXTO HISTÓRICO DA COMUNIDADE

A pobreza não é um acidente. Assim como a escravização e o apartheid, a pobreza foi criada pelo homem e pode ser removida pelas ações dos seres humanos (NELSON MANDELA⁹).

A Comunidade Mangueira da Torre é considerada, segundo o IBGE (2011b), um pequeno aglomerado subnormal, isolado no tecido urbano do bairro da Madalena, Recife. Para o IBGE o termo *aglomerado subnormal* caracteriza os assentamentos irregulares existentes no País, conhecidos por várias denominações, entre elas: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, etc. e, em geral, sofrem devido à precariedade dos serviços públicos essenciais.

A comunidade recebeu esse nome pela quantidade de árvores, da espécie mangueira, existentes no local e por estar incluída, à época de seu surgimento, segundo os moradores, no bairro da Torre. Porém, com o decorrer do tempo, a comunidade passou a integrar geográfica, política e administrativamente o bairro da Madalena, zona oeste da cidade do Recife, bairro vizinho à Torre, que está incluído na Região Político-Administrativa IV (RPA4)¹⁰ e microrregião 4.1, zona residencial cinco (ZR 5).

⁹ <http://www.filosofiahoje.com/2013/03/a-pobreza-nao-e-um-acidente-assim-como.html> Acesso em: 10 jul. 2013

¹⁰ A Região Político-Administrativa IV (RPA4) é composta pelos bairros: Cordeiro, Ilha do Retiro, Iputinga, Madalena, Prado, Torre, Zumbi, Engenho do Meio, Torrões, Caxangá, Cidade Universitária, Várzea.

O Bairro da Madalena localiza-se na bacia do Capibaribe e apresenta paisagem resultante de recente processo de transformação da tipologia habitacional, com maior presença de edificações verticais de grande porte. Com 6,5 km de perímetro, abrange também assentamentos populares e Zonas Especiais de Interesse Social (Zeis), dentre elas, a comunidade Mangueira da Torre. Sítio Cardoso e parte do Sítio do Berardo também são ZEIS inseridas no bairro. De acordo com Cavalcanti, Lyra e Avelino (2008), na cidade do Recife, segundo a PCR, estima-se que as 66 ZEIS existentes correspondem a cerca de 200 favelas. No entanto, de acordo com a contagem dos líderes comunitários, esse número ultrapassa a estimativa de 400 favelas ou assentamentos pobres, porém no IBGE (2011b) consta a informação de que existem 109 aglomerados subnormais na cidade do Recife. Segundo o IBGE (2011b), o Recife concentra mais de 41% dos domicílios em aglomerados subnormais da Região Metropolitana.

Figura 1 – Regiões político-administrativas da Cidade do Recife



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, perfil dos bairros, RPA4.

Segundo o Diagnóstico Socioeconômico, realizado pela Empresa de Urbanização do Recife – URB, em 2003, essa área não tinha proprietário, porém encontramos em um parecer técnico (01/93) do Grupo de Acompanhamento Técnico (GAT), constituído por várias instituições, emitido em 1993, com o objetivo de estudar o local para a definição e enquadramento em Zona Especial de Interesse Social (ZEIS), a afirmação de que o local estava registrado como de propriedade do Senhor João Inácio Pereira Guerra.

Apesar da indefinição de existência de propriedade, em razão da falta de provas documentais, sempre foi cobrada dos moradores uma taxa de ocupação do local, pelo senhor conhecido por Everardo Guerra de Andrade, que se intitulava proprietário¹¹. Segundo o Diagnóstico Socioeconômico (2003), essa taxa deixou de ser cobrada em meados dos anos 70 devido ao falecimento daquele senhor.

Em compensação, em meados dos anos 80, nesse cenário de disputa pela terra urbana, a Imobiliária Prolar acionou judicialmente os ocupantes da área para garantir a reintegração de posse, alegando que havia comprado o terreno ao Senhor Everardo Guerra. Em defesa dos seus direitos, os moradores da comunidade requereram judicialmente, em 1991, uma ação de usucapião¹² coletiva, objetivando garantir a permanência no local, no que foram apoiados pela Igreja Metodista da Torre.

Somente a partir da promulgação da LEI Nº 15.766/1993 que alterava o zoneamento da cidade do Recife, com a inclusão da área conhecida como Mangueira da Torre, no Bairro da Madalena, esta foi legalmente instituída como ZEIS, conforme consta no Art. 1º da referida Lei: Fica instituída como Zona Especial de Interesse Social – ZEIS a área conhecida como Mangueira da Torre, localizada no Bairro da Madalena, nos termos do Art. 4º, Parágrafo Único, da Lei nº 14.947/87 e do Art. 9º, do Decreto nº 13.925, de 26 de junho de 1987.

As ZEIS foram instituídas como “assentamentos habitacionais populares, surgidos espontaneamente a partir de ocupações em áreas públicas ou privadas, não possuindo infraestrutura básica de urbanização e sem ter a sua situação fundiária regularizada” com a criação da Lei de Uso e Ocupação do Solo nº 14.511/1983.

¹¹ Informação disponível em petição judicial, referente à ação de usucapião extraordinário. O Senhor Everardo Guerra de Andrade e a Senhora Anatilde Guerra de Andrade figuram como proprietários dos lotes 06, 07, 21 e 22.

¹² A usucapião é definida como "um modo de aquisição da propriedade, por via da qual o possuidor se torna proprietário" (GOMES, 1999, p. 163).

Posteriormente, com o advento do Plano de Regularização das ZEIS (PREZEIS), instituído a partir da Lei de nº 14.947/87, conhecida como Lei do PREZEIS, agregava-se a participação da população envolvida como um novo dispositivo de planejamento urbano. Atualizada em 1985, sob nº 16.113/95, a Lei do PREZEIS caracterizava a regularização fundiária dos assentamentos precários na cidade do Recife como um mecanismo de acesso aos serviços básicos de infraestrutura e urbanização.

A Comissão de Urbanização e Legalização (COMUL) foi instalada em 13 de agosto de 2001, por intermédio do Decreto Municipal 18.910/2001 e a Comissão de Acompanhamento do Saneamento Integrado (CASI) da Mangueira da Torre foi eleita em assembleia realizada na comunidade, em agosto de 2006. A CASI é constituída por integrantes da COMUL, do Fórum de Delegados do Orçamento Participativo (OP) e de moradores, com o objetivo de fomentar a participação e o controle social no processo de planejamento e execução do projeto de saneamento integrado na comunidade.

Figura 2 - Planta de situação da Comunidade Mangueira da Torre



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife – SANEAR (2009)

A localização privilegiada da comunidade e sua extensão de aproximadamente 1,7ha sempre justificaram o interesse mobiliário na localidade, que apresenta seus limites bem definidos pelas ruas Clóvis Beviláqua (norte), Demóstenes de Olinda (sul), José Bonifácio (oeste) e a Avenida Beira Rio (leste) e está localizada numa área considerada como de classe média alta.

Figura 3 – Fotografia da vista panorâmica – Acesso 1 Rua Demóstenes de Olinda



Fonte: Sérgio Guimarães, 2012.

Nessas imagens, capturadas durante as intervenções de saneamento integrado na comunidade (Figura 3 e Figura 4), podemos constatar a inserção da comunidade em uma área de alto valor imobiliário que, no entanto, até poucos anos se caracterizava como um ‘bolsão de *pobreza*, cercado pela *nobreza*’, cujo abismo social que os separava fazia da comunidade uma ilha de despossuídos dentre os privilegiados.

Figura 4 – Fotografia do acesso 2 - Rua Demóstenes de Olinda



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Figura 5 – Fotografia da vista leste – a partir da Av. Beira Rio



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Na figura 5 (foto capturada a partir da Av. Beira Rio), é possível observar a ligação direta de um dos principais acessos da comunidade com a Av. Beira Rio, uma das mais nobres e caras, situada no bairro da Madalena.

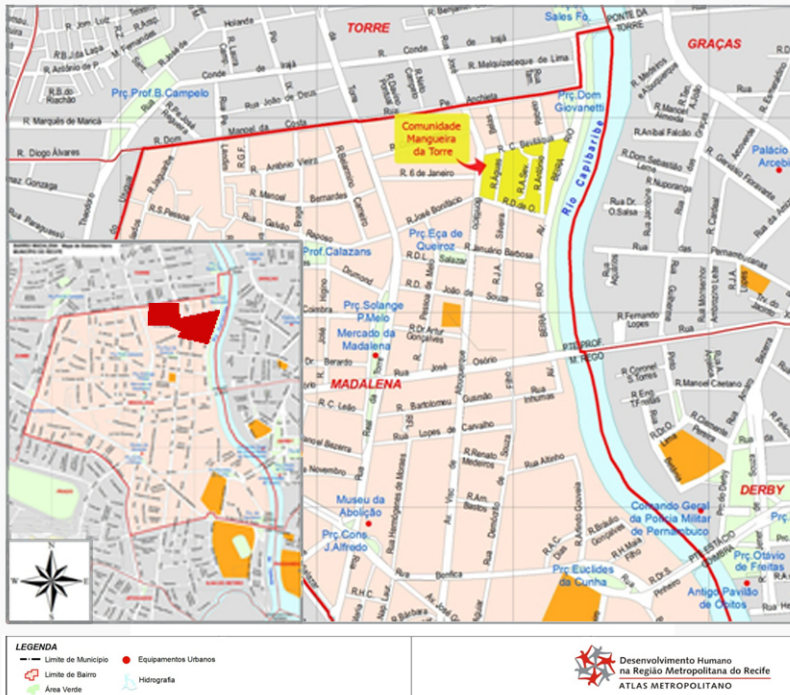
Figura 6 – Fotografia do acesso pela Rua Beviláqua



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Na figura 6, destacamos detalhes de um dos principais acessos da comunidade pela Rua Beviláqua, ao lado do Colégio Equipe.

Figura 7 - Situação geográfica da Comunidade Mangureira da Torre, no Bairro da Madalena



Fonte: Prefeitura da Cidade do Recife, Madalena (2012).

Conforme o Diagnóstico Socioeconômico (2003), a comunidade Mangureira da Torre originalmente constituiu-se numa área de mangue e sítio. Sua ocupação remonta à segunda década do século XX, quando as moradias já eram bastante precárias, pois eram palafitas, construídas com taipa e cobertas com palha ou capim. A energia elétrica existia somente porque os moradores “puxavam”, ou melhor, usavam clandestinamente a energia dos postes das ruas circunvizinhas, improvisando-a em postes de madeira, construídos por eles próprios. Segundo os moradores, o acesso à água somente se dava por meio de um chafariz que existia na comunidade.

Quando de sua implantação a comunidade ocupou uma área, à época, pouco propícia à urbanização regular, pois se encontrava em uma região de manguezal sujeita à inundação. De acordo com Rosa de Lima (2011), a comunidade situa-se em um

fragmento da planície e várzea do rio Capibaribe compondo trechos de antigas áreas de manguezais, que passou, no trajeto da ocupação da terra, por consecutivos aterros realizados de forma manual para criar o solo de habitação, à semelhança do que ocorreu com espaços de manguezais, áreas alagadas ou alagáveis no processo de expansão urbana do Recife. (LIMA, 2011, p. 122).

Assim como em outras cidades brasileiras, as especulações por áreas próximas aos grandes centros contribuíram para os sucessivos processos de aterramento de mangues na cidade do Recife ao longo do tempo. Esses aterros se davam de forma isolada ou individual, bem como por empresas privadas, com o objetivo de promover a especulação imobiliária em regiões de pouca valorização, porém potencialmente ‘valorizáveis’. Em alguns casos, o próprio poder público promoveu diversos aterramentos de áreas de manguezais para a implantação e expansão da modernização urbana.

A área ocupada caracteriza-se por uma topografia plana de cotas baixas, suscetível a alagamentos nos períodos chuvosos. A maioria das construções é em alvenaria e as coberturas em telhas cerâmicas ou de fibrocimento. Algumas casas mais antigas ainda têm suas cobertas, provavelmente, em cimento amianto — produto de uso proibido no Brasil, desde 1995. Há predominância de casa térrea, com um pavimento, no entanto, há algumas casas com dois e, mais raramente, com três pavimentos — térreo mais dois. Em geral possuem três ou mais ambientes e, após as intervenções de saneamento na comunidade, todas as casas possuem instalações sanitárias, como banheiro com bacia sanitária, chuveiro e lavatório, pias, tanques, etc. — em algumas foi necessário a implantação desses equipamentos e em outras, devido à inexistência ou precariedade dos equipamentos, foi necessária a devida adequação para a melhoria da qualidade de higiene e para o conforto.

A comunidade ocupa uma área de aproximadamente 1,75ha e, segundo o cadastro de áreas pobres do Recife datado de 1998, era à época considerada como “área crítica em face da condição de pobreza dos seus moradores, da ausência de infraestrutura, e da tipologia habitacional” (LIMA, 2011, p. 122). Na comunidade moram cerca de 300 famílias que compõem uma população de aproximadamente 1300 habitantes.

Atualmente vive-se uma nova fase na comunidade, pois, a partir de 2009, a Prefeitura da Cidade do Recife, atendendo aos anseios e reivindicações da comunidade, definidos no Orçamento Participativo (OP) de 2001, iniciou o processo de reurbanização da comunidade com o objetivo de universalizar o acesso ao saneamento e, visando garantir uma melhor qualidade de vida à população, iniciou a implantação de ações de Saneamento Integrado.

O Orçamento Participativo (OP), criado como dispositivo descentralizador da gestão pública junto às comunidades que, segundo Sánchez (2006, p. 50), “representa um registro inovador de uma concepção de educação para a cidadania”, é o principal canal no processo decisório para a definição das intervenções nas comunidades. A partir de uma ampla discussão para a eleição de prioridades na aplicação dos recursos do município, oportunizando a formação de uma nova experiência de educação para as pessoas cumprirem seu papel enquanto cidadãos ativos, pleno de seus direitos.

Destacamos que a comunidade, até o início das ações de saneamento integrado, não dispunha de sistema viário, pavimentação, drenagem, esgotamento sanitário, bem como inexistiam equipamentos sociais à disposição da comunidade e, ainda, segundo Lima (2011, p. 120), “enfrentava fortes riscos de veiculação de doenças decorrentes da ausência dos serviços de saneamento”. Como se sabe, as condições de saúde de uma população estão diretamente vinculadas ao saneamento, em especial às condições ambientais das comunidades pobres.

Além das dificuldades elencadas, ressaltamos que devido às precárias condições de acesso à água, em virtude da escassez e do racionamento imposto pela concessionária de água e esgoto de Pernambuco (COMPESA), a população era levada a armazenar a água necessária ao consumo diário em reservatórios muitas vezes inadequados, o que contribuía para o comprometimento de sua qualidade, proporcionando a contaminação e a proliferação de doenças pela ingestão de água sem o devido controle de qualidade.

Figura 8 – Fotografia do habitacional multifamiliar



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Figura 9 – Fotografia da unidade térrea unifamiliar



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

As ações de saneamento integrado da Prefeitura do Recife compreenderam diversas frentes, desde água à educação sanitária e ambiental. Até o fim das ações de saneamento integrado, em 2012, a comunidade havia recebido a pavimentação de 12 ruas, implantação de 1.500 metros de rede coletora de esgoto e a construção de um conjunto habitacional composto de oito blocos com oito apartamentos cada, distribuídos em quatro pavimentos — térreo mais três — com dois apartamentos por pavimento, totalizando 64 unidades. Além desses apartamentos foram construídas mais cinco unidades térreas unifamiliar destinadas a famílias com dificuldades de locomoção ou impossibilitadas de acesso pelas escadas.

Uma característica marcante no processo de implantação do saneamento integrado na Mangueira da Torre está no fato de todos os moradores que precisaram deixar suas moradias devido às intervenções terem continuado morando na própria comunidade. A exceção, segundo os técnicos da prefeitura entrevistados, ocorreu com dois moradores que optaram em receber a indenização e morar em outras localidades. Dentre esses, uma moradora concedeu entrevista e demonstrou insatisfação por estar em condições precárias em sua nova moradia em outra comunidade.

As ações de saneamento integrado proporcionaram à população local condições salubres de moradia, pois, segundo o secretário de Habitação do Recife à época, Abelardo Neves, “[...] muitas dessas pessoas que foram beneficiadas não possuíam um endereço fixo nem tinham acesso a coisas básicas, como luz elétrica, água encanada e esgotamento sanitário” (TAPAVICKSKY, 2012).

Além da Prefeitura, outras instituições mantêm ações voltadas para o desenvolvimento da comunidade, dentre elas, a Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE) que lançou em 2009 a incubadora tecnológica de cooperativas populares com o objetivo de incentivar a formação de redes sociais e organizações populares, junto à comunidade da Mangueira da Torre, Coque e Coelhoos, todas na cidade do Recife.

O Colégio Equipe, localizado no perímetro da comunidade, também põe em prática, por meio de ações pastorais, trabalhos de cunho espiritual e social, com estudantes, educadores e pais junto à comunidade. As atividades da ação pastoral incluem: apoio escolar; apoio multicultural; dança; dança popular; coral; pastoral da família; futebol; formação dos voluntários e assistência social (PASTORAL).

Apesar de a comunidade não dispor de nenhuma unidade de ensino pública, existem nas proximidades três escolas estaduais —

Escola Martins Júnior, Escola Joaquim Távora e Escola Barbosa Lima. Além dessas escolas estaduais, há também na circunvizinhança duas outras escolas — Virgem Poderosa e Cristo Rei — ambas municipais, e o centro comunitário Exército da Salvação.

1.3 ITINERÁRIO METODOLÓGICO

Para o desenvolvimento da pesquisa, buscamos proceder a uma análise multidimensional e interdisciplinar das repercussões advindas das ações de saneamento integrado para a qualidade de vida e para o desenvolvimento comunitário na comunidade Mangueira da Torre, Madalena, Recife/PE, e verificar se essas intervenções específicas podem ou não contribuir para a promoção da qualidade de vida, do bem-estar dos moradores e para o desenvolvimento daquela comunidade.

As pesquisas qualitativas nos oportunizam um olhar mais acurado do comportamento humano em sociedade buscando compreender melhor a realidade humana vivenciada na coletividade, e, ainda, tem a intenção de compreender de forma mais detalhada o comportamento das pessoas, levando em conta os contextos sociais mais específicos, suas atitudes, valores e motivações. As pesquisas qualitativas efetivamente contribuem para uma análise mais aprofundada das variáveis disponíveis para a consolidação dos conceitos e objetivos. A metodologia qualitativa é, por excelência, uma alternativa importante para a investigação científica, pois, em linhas gerais, é capaz de constatar ou não um fenômeno social, sem necessariamente depender de sua amplitude.

Este estudo constitui uma abordagem qualitativa, utilizando-se para análise dos dados a metodologia de história oral (ALBERTI, 2005) e a metodologia interativa que, segundo Marly Oliveira (2005), consiste em um processo hermenêutico/dialético que facilita entender e interpretar as falas e depoimentos dos atores sociais em seu contexto, tendo como referência o aporte teórico, buscando uma visão sistêmica e interdisciplinar da temática em estudo.

A metodologia interativa deve ser utilizada como embasamento teórico para a categorização e análise dos dados (OLIVEIRA, 2005), pois a codificação dos dados merece especial atenção e uma rigorosa revisão quanto à classificação das categorias, uma vez que são as *categorias teóricas* que facilitam a construção dos instrumentais de pesquisa; cada questão realizada representa uma *categoria empírica* e nas entrevistas são os itens do roteiro de entrevistas que as representam. No processo de codificação se estabelecem códigos que permitirão a

identificação rápida de cada elemento, tido como essencial, nos depoimentos ou documentos analisados. As unidades de análise são constituídas de frases, temas ou documentos em partes ou integralmente.

Reconhecendo a relevância da entrevista como técnica de obtenção de dados subjetivos, e diante da diversidade de opções de entrevistas, elegemos para essa pesquisa entrevistas com grupos focais, abertas e semiestruturadas, isto é, nos valemos do uso de entrevistas temáticas com os atores envolvidos. Consideramos como atores todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo de implantação das ações de saneamento integrado na comunidade objeto de pesquisa — Mangueira da Torre, ou seja, moradores, técnicos da área social e da construção civil, gestores e representantes da gestão municipal PCR. A concepção de atores, segundo o sociólogo Herbert de Souza (2009), Betinho como era mais conhecido, não se limita somente a pessoas ou grupos sociais, mas também são atores as instituições, sejam elas políticas, públicas ou privadas envolvidas no processo.

Ainda conforme Minayo (1996, p. 31) as pesquisas qualitativas buscam “significados, motivações, valores e crenças porque esses não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas em virtude de responderem a noções muito particulares”. Minayo (1996) defende que temos de considerar que os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando no decorrer de uma pesquisa. A entrevista constitui um instrumento de pesquisa que permite um processo de interação social entre o entrevistador, que tem por objetivo a obtenção de informações e, por parte do outro, o entrevistado que produz a informação (HAGUETTE, 1997, *apud* BONI & QUARESMA, 2005).

Assim, para a pesquisa realizada com os moradores, elegemos trabalhar com entrevistas semiestruturadas cujo roteiro é composto por perguntas abertas e fechadas, possibilitando ao informante discorrer sobre o tema proposto e ao pesquisador “seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal” (BONI & QUARESMA, 2005, p. 74). Além disso, sempre que necessário e oportuno, recorremos a novas perguntas que não estavam previstas no roteiro, objetivando esclarecer algumas questões e ou complementar o contexto da entrevista, facilitando a compreensão do entrevistador e alcançando a finalidade da pesquisa.

Ainda, segundo Boni e Quaresma, (2005), a narrativa é considerada uma forma de se desenhar a história e, conseqüentemente, “é o narrador que fornece a unidade e sentido”. Nessa perspectiva, a narrativa busca “configurar os eventos do passado na sucessão,

construindo significados e sentidos humanos” (BONI & QUARESMA, 2005, p. 171). Em função disso consideramos a importância que tem a análise dos acontecimentos a partir da narração dos atores diretamente envolvidos, pois segundo o sociólogo Betinho, além de indicarem sempre certos sentidos, revelam também a percepção que uma sociedade ou grupo social, ou classe tem da realidade e de si mesmos (SOUZA, 2009) e que “todo acontecimento é uma realidade com um sentido atribuído, não um puro fato, mas um fato lido e visto por interesses específicos” (SOUZA, 2009, p. 16).

Alberti (2004) destaca que quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, devendo-se levar em conta a relação de entrevistas e as intenções do entrevistado. Assim, para a compreensão das repercussões das ações de saneamento integrado no desenvolvimento da comunidade, numa abordagem qualitativa e interdisciplinar, se faziam necessários a escuta e os relatos dos atores envolvidos. Nesse sentido, chegamos ao entendimento de que o mais apropriado para as investigações seria utilizar a metodologia da história oral e buscar nossas fontes de consulta por meio de entrevistas temáticas, “por se voltarem prioritariamente para o envolvimento do entrevistado no assunto em questão” (ALBERTI, 2005, p. 20).

Alberti ilustra que ao usarmos a história oral, estudamos os acontecimentos históricos à luz de depoimentos de pessoas que deles participaram ou testemunharam e, assim, “se aproximar do objeto de estudo” (ALBERTI, 2005, p. 18). Ainda, segundo essa autora, a metodologia da história oral é adequada, sobretudo, quando não há outras fontes que possam efetivamente responder às indagações do pesquisador e quando não há outras fontes disponíveis, bem como “ela pode ser utilizada como metodologia de pesquisa para a reconstituição de trajetórias de comunidades específica, como as de bairro [...]” (ALBERTI, 2004, p. 25).

Em seu artigo, *narrativas orais na investigação social*, Yara Khoury (2001, p. 80), tratando do uso de narrativas orais na investigação histórica, considera adequado o uso das narrativas orais numa abordagem da história social e ressalta a relevância de abordar a história “como um processo construído pelos homens, de maneira compartilhada, complexa e contraditória”, pois, ainda segundo a autora, o sujeito não é pensado como uma abstração, mas como “pessoas vivas que se fazem histórica e culturalmente, num processo em que as dimensões individual e social são e estão intrinsecamente imbricadas” (KHOURY, 2001, p. 80). Assim, reitera a autora que, “mais do que

buscar dados e informações nas fontes, nós as observamos como práticas e ou expressões de práticas sociais através das quais os sujeitos se constituem” (KHOURY, 2001, p. 81).

Complementarmente às pesquisas por meio de entrevistas, valemo-nos das seguintes etapas:

- Pesquisa bibliográfica com identificação e estudo das teorias que dão suporte para a problemática ambiental e políticas públicas de saneamento, na perspectiva da inclusão social e do desenvolvimento comunitário, contemplando revisão de literatura para a identificação e construção da fundamentação teórica em livros, textos e em fontes secundárias como documentos, periódicos impressos e *online*, e internet;
- Delimitação da situação-problema objeto do trabalho, seguida da diagnose (pesquisa) com levantamento de dados sociais e ambientais, identificados por meio da realização de entrevistas e aplicação de questionários durante a pesquisa de campo;
- Construção de instrumentos, como questionários e roteiros de entrevista, para a efetivação da pesquisa de campo, seguida de pré-teste;
- Pesquisa de campo com aplicação dos instrumentos aos entrevistados;
- Transcrição “fiel com as alterações exigidas pela forma escrita” (ALBERTI, 2005, p. 21) das entrevistas gravadas, respeitando na íntegra a fala dos entrevistados;
- Análise das informações com a identificação dos aspectos essenciais no discurso dos entrevistados;
- Síntese e sistematização das informações em categorias gerais ou teóricas, empíricas e unidades de análise, representadas pelos depoimentos concedidos nas entrevistas;
- Análise dos dados coletados à luz do aporte teórico construído, os quais constituíram a base do desenvolvimento desta tese.

Considerando-se que as duas principais categorias teóricas que embasam a construção da tese são *políticas públicas de saneamento e desenvolvimento comunitário*, os instrumentos de pesquisa foram

construídos tendo como referência essas categorias. No questionário utilizado como roteiro para as entrevistas com os moradores, constaram dezoito (18) questões.

Utilizamos como critérios de escolha para o local de estudo o fato de se tratar de uma comunidade pobre, carente do ponto de vista econômico, social e de prestação de serviços públicos básicos de qualidade, como educação, saúde, equipamentos sociais e infraestrutura urbana, mas que tem um bom nível de organização social e participação em fóruns de debate, boa articulação política e histórica de reivindicações para melhoria da qualidade de vida, nas definições das políticas públicas municipais, em especial para as ZEIS.

Após os contatos iniciais por telefone e o agendamento com os gestores da SANEAR e técnicos da área social, foram realizadas visitas para identificação da área e reconhecimento das condições locais, a fim de melhor definir os sujeitos da pesquisa, perfil da amostragem e os instrumentos de pesquisa a serem utilizados. Houve uma primeira reunião, com técnicos e gestores da PCR, na qual foram apresentados os propósitos da pesquisa, seus objetivos e a razão de escolha do local. Nessa reunião foram também apresentados os roteiros preliminares das entrevistas o que, diante das discussões e sugestões que aconteceram, possibilitaram uma primeira adequação desses instrumentos de pesquisa que foram posteriormente utilizados. Esses roteiros, embora utilizados como orientação para a sequência de questões utilizadas na abordagem durante as entrevistas foram, por vezes, flexibilizados conforme a performance dos entrevistados durante seus depoimentos.

Tendo em vista que a listagem dos entrevistados em potencial constitui o centro de um trabalho de história oral e como é praticamente impossível precisar com rigor quantas e quais são as pessoas a serem entrevistadas (ALBERTI, 2005), após os primeiros contatos com os gestores e técnico da área social da SANEAR, foi possível caracterizar cinco situações diferentes dos moradores, potenciais entrevistados, em relação às intervenções pelas quais passaram as suas moradias devido à implantação do sistema de saneamento integrado na comunidade:

- Moradores cujas moradias não sofreram intervenções;
- Moradores cujas moradias passaram por pequenas intervenções e a família permaneceu na mesma moradia;

- Moradores cujas moradias passaram por intervenções significativas, mas as famílias permaneceram na mesma moradia;
- Moradores cujas moradias passaram por intervenções significativas que levaram as famílias a se mudarem para uma moradia no habitacional construído na comunidade;
- Moradores cujas residências passaram por intervenções, receberam indenização, e resolveram mudar para uma moradia em outra localidade.

Somente após esses potenciais entrevistados tomarem conhecimento do que se tratava e quais eram os fins da pesquisa é que foram realizadas, então, as primeiras gravações com o pessoal técnico, em uma sala reservada do escritório da prefeitura que se situava na área do canteiro de obras instalado na comunidade.

Para determinar a amostra dessa pesquisa, foram previamente contatados dezenove (19) moradores e moradoras e, após uma análise prévia, selecionadas quinze (15) pessoas entre os diversos segmentos de moradores da Comunidade Mangueira da Torre, entretanto, apenas catorze (14) concordaram em conceder entrevistas. Buscamos construir uma amostragem que pudesse representar a situação dos moradores em consequência das intervenções ocorridas, tais como aqueles cujas moradias passaram por pouca ou nenhuma intervenção; outros cujas moradias sofreram intervenção significativa; alguns que foram remanejados para o habitacional, como são conhecidos os novos edifícios construídos para a relocação dos moradores que tiveram suas casas demolidas; outros que tiveram indenização total, incluindo aqueles que optaram por mudar-se para outra localidade.

O questionário foi aplicado a catorze (14) pessoas que representavam a diversidade de situações dos moradores, em razão das ações de saneamento integrado na comunidade. Além disso, a partir de um roteiro estruturado em doze (12) itens, foram entrevistados sete (07) técnicos da PCR que atuavam direta e indiretamente junto à comunidade e um (01) da empresa executora das obras. Também, por ocasião de uma solenidade de entrega de um bloco de apartamentos aos moradores da comunidade, foi realizada uma entrevista com o então prefeito da cidade do Recife, João da Costa. O período de contatos e de realização das entrevistas ocorreu entre maio e agosto de 2012. O quadro 1 sintetiza os quantitativos dos atores contatos e entrevistados durante a pesquisa.

Quadro 1 – Moradores contatados e entrevistados

Atores	Mulheres	Homens	Observações
Moradores contatados (as)	10	09	
Moradores(as) entrevistados(as)	06	08	Uma líder comunitária e representante do Orçamento Participativo
Técnicos(as) e gestores(as) entrevistados(as)	03	04	Assistentes sociais, diretores e assessores
Executivo Municipal	-	01	Prefeito da cidade do Recife

Fonte: O autor.

Para referenciar os entrevistados, atribuímos uma nomenclatura alfanumérica que pudesse identificar os moradores entrevistados e moradoras entrevistadas, sem necessariamente revelar seus verdadeiros nomes. Nesse sentido, para identificar o grupo de moradores e ex-moradora, utilizamos a consoante M, seguida de numeração, variando de M1 a M14.

Quadro 2 – Perfil dos moradores entrevistados

Morador(a)	Mulher	Homem	Idade	Escolaridade¹³	Observações
M1		x	54	EF incompleto	
M2	x		63	EF incompleto	
M3	x		61/80	EF incompleto	
M4		x	70	Analfabeto	
M5		x	49	EF incompleto	
M6		x	41/60	EM incompleto	
M7	x		41/60	NS incompleto	Líder comunitária
M8	x		41/60	EF incompleto	
M9		x	50	EF incompleto	
M10		x	33	ES incompleto	Representante OP

¹³ EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; ES – Ensino Superior

Morador(a)	Mulher	Homem	Idade	Escolaridade ¹⁴	Observações
M11		x	62	Sem escolaridade, porém alfabetizado	
M12	x		42	EF incompleto	
M13	x		58	Sem escolaridade, porém alfabetizada	Ex-moradora
M14		X	45	EF incompleto	

Fonte: O autor.

Quanto aos técnicos e gestores entrevistados, foram assim identificados: para a área social, atribuímos a sigla AS, que variou de AS1 a AS3, de acordo com a ordem das entrevistas; para a área de execução, em especial da construção civil, foi atribuída a sigla AE, que variou de AE4 a AE5; para os gestores entrevistados, atribuímos AG, que variou de AG6 a AG7 e, para a identificação do executivo do poder municipal, foi atribuída a sigla EX.

Foram entrevistadas oito pessoas do quadro de servidores da prefeitura: três assistentes sociais (AS1), (AS2) e (AS3). Dois (AS1 e AS2) diretamente envolvidos no trabalho com a comunidade e outra (AS3) que, além de acompanhar os trabalhos nas comunidades, desempenha função de gestora na SANEAR e também acompanha ações em outras comunidades; duas pessoas da área de execução, da engenharia civil, com experiência em saneamento integrado e responsáveis diretamente pela execução das obras na comunidade — uma que atua como fiscal da Prefeitura (AE4) e outra (AE5) da empresa executora; duas da área da engenharia civil, com experiência em saneamento integrado — uma da Diretoria de Engenharia, Obras e Manutenção da SANEAR (AG6) e outra AG7) que respondia interinamente pela presidência da SANEAR; e o prefeito da Cidade do Recife, Sr. João da Costa¹⁵ (EX).

¹⁴ EF – Ensino Fundamental; EM – Ensino Médio; ES – Ensino Superior

¹⁵ Em 2001, assumiu a Secretaria do Orçamento Participativo (OP) da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR); sendo em 2006, eleito deputado estadual. Em 2008, foi eleito no 1º turno prefeito do Recife pelo partido dos trabalhadores (PT), cumprindo o mandato até 31 de dezembro de 2012.

As entrevistas gravadas com os moradores e moradoras resultaram em 02 horas 49 minutos e 44 segundos de gravação; com os técnicos da área social, de execução e gestores somaram 2 horas, 31 minutos e 04 segundos, e com o executivo municipal 06 minutos e 03 segundos. No total, obtivemos 05 horas, 26 minutos e 51 segundos de gravação. Observamos que, para complementar as entrevistas, em alguns casos, foram necessárias mais de uma etapa de gravação por entrevistado, a até quatro seções.

Embora não intentássemos realizar a pesquisa com uma grande quantidade de entrevistas, buscamos caracterizar a amostragem de forma que fosse representativa dos diferentes segmentos de atores envolvidos. Os potenciais entrevistados foram selecionados visando alcançar narrativas que fossem “representativas por sua capacidade de expressar e delinear possibilidades e limites presentes na realidade social” (KHOURY, 2001, p. 82), a fim de identificar similitudes e particularidades, encontradas na subjetividade das narrativas, que permitissem uma análise mais acurada da realidade do universo pesquisado.

Para Montysuma (2006, p. 125), “em história oral, a análise que fazemos dos materiais nunca é homogênea”, razão pela qual precisamos “discutir a singularidade do trabalho de campo, envolvendo a relação entre o pesquisador e as pessoas que se dispõem a nos prestar um relato, como condição de uma ciência que lida essencialmente com o sujeito” (MONTYSUMA, 2006, p.117) ou, melhor poderíamos dizer, com os sujeitos, pois não podemos deixar de considerar a subjetividade do pesquisador ao analisar os depoimentos obtidos.

Essa busca da compreensão da realidade do universo pesquisado nos impõe uma leitura acurada da conjuntura que para Souza (2009), é uma leitura especial da realidade, que necessita de algumas ferramentas que se constituem em elementos da representação da vida, tais como acontecimentos, cenários, atores, relação de forças e articulação. Para esse autor, trata-se de uma

tarefa complexa, difícil e que exige não somente um conhecimento detalhado de todos os elementos julgados importantes e disponíveis, como exige também um tipo de capacidade de perceber, compreender, descobrir sentidos, relações, tendências a partir dos dados e informações (SOUZA, 2009, p. 8).

Além disso, considerando que é “natural que quanto mais entrevistas puderem ser realizadas mais consistente será o material sobre o qual se debruçará a análise” (ALBERTI, 2005, p. 36), também foram considerados como sujeitos de pesquisa os técnicos e gestores envolvidos no processo de planejamento, implantação e acompanhamento do projeto. Foram incluídos na pesquisa técnicos da área social e das áreas de planejamento e execução, como engenheiros, arquitetos e gestores — tanto da prefeitura quanto da empresa executora contratada para a realização das obras. Também fez parte do rol dos sujeitos entrevistados o então prefeito da Cidade do Recife, João da Costa, por ocasião da entrega e inauguração de um dos blocos residenciais aos moradores, no dia 4 de julho de 2012.

Sobre o número de entrevistados, tivemos a preocupação de que não fosse demasiado extenso e sim significativo e suficiente, para viabilizar certo grau de generalização dos resultados (ALBERTI, 2005) e “engendrar uma análise comparativa consistente” (ALBERTI, 2005, p. 37). Outra questão com a qual nos preocupamos relaciona-se ao conceito de saturação. Segundo Alberti (2005), citando Bertaux, esse conceito só deve ser aplicado no caso de o pesquisador querer efetivamente diversificar ao máximo seus informantes para evitar a saturação das informações em razão da homogeneidade do grupo pesquisado.

No entanto, segundo essa autora, cabe ao investigador a decisão de encerrar a realização das entrevistas à medida que a pesquisa avança. Ainda, de acordo com a autora, esse conceito de saturação, formulado por Daniel Bertaux, deve ser aplicado somente a partir do momento em que os conteúdos das entrevistas começam a ficar repetitivos de tal forma que nada de novo ou útil teria a acrescentar com a realização de novas entrevistas para a compreensão do objeto de estudo.

Considerando a afirmação de Alberti (2005, p. 24) de que “o trabalho com história oral exige do pesquisador um elevado respeito pelo outro, por suas opiniões, atitudes e posições, por sua visão de mundo enfim”, buscamos, desde o princípio, nos guiar por valores, atitudes e posturas que não só demonstrassem, mas que transmitissem a sensação de tranquilidade e segurança aos entrevistados e a convicção da relevância de sua participação para a consecução de uma pesquisa acadêmica.

Procuramos sempre evidenciar o respeito pelo entrevistado enquanto sujeito produtor de significados, mostrando “franqueza na descrição dos propósitos do trabalho e na condução da entrevista” (ALBERTI, 2005, p. 27). Insistimos, sempre, em assegurar que sua

participação deveria ser voluntária e espontânea e o quanto era relevante estar contribuindo com os seus conhecimentos para o êxito da pesquisa.

Buscamos, sempre, nos adequar ao ritmo do entrevistado, pois segundo Alberti (2005, p. 103) “é o entrevistado, então, que imprime o tom à entrevista e cabe ao entrevistador apreender seu estilo para adequar seu próprio desempenho àquela relação específica”. Procuramos, amparado no entendimento da autora, não cortar a palavra do entrevistado, fazendo que seu pensamento fosse interrompido, e viesse a atrapalhar o discurso, bem como suas ideias.

Somente após esses potenciais entrevistados tomarem conhecimento do que se tratava e quais eram os fins da pesquisa é que foram realizadas, então, as primeiras gravações com o pessoal técnico, em uma sala reservada do escritório da prefeitura que se situava na área do canteiro de obras instalado na comunidade.

Segundo Khoury,

as entrevistas abrem caminhos para pensarmos e trabalharmos, por exemplo, a noção de fato histórico, [...] ou seja, dados de algum modo objetivos que permitem ser analisados e estudados [...] como fatos passíveis de reflexão objetiva, oferecendo indícios de possibilidades alternativas na realidade social (2001, p. 84-85).

Referindo-se a Portelli, a autora afirma que “a dinâmica da narrativa oral torna mais evidente a natureza historicamente condicionada do trabalho de campo” (KHOURY, 2001, p. 85). No entanto, havemos de considerar as diferenças culturais e intelectuais e as imbricadas formas de poder entre as pessoas envolvidas no processo de pesquisa.

Diante de um universo ainda desconhecido (objeto de investigação) e com o intuito de resgatar a memória da comunidade para melhor compreender as diferenciadas percepções dos sujeitos entrevistados, procuramos fazer aquilo que Alberti (2005) chamaria de destacar as prioridades, isto é, aqueles atores e ou testemunhas nos quais procuraremos investir, ainda nas primeiras abordagens, visando categorizar as diversas realidades por eles vivenciadas, o que oportunizaria a comparação das diferentes visões relatadas em seus depoimentos. Tais realidades, relacionadas ao grau de intervenção em suas moradias, estão abaixo elencadas.

- Sem intervenção
- Pequena intervenção; a família permaneceu na moradia
- Significativa intervenção; a família permaneceu na moradia
- Significativa intervenção; a família precisou se mudar para uma moradia no habitacional construído na comunidade
- Grande intervenção; a família foi indenizada e se mudou para outra localidade

Como estamos diante de uma pesquisa eminentemente qualitativa, segundo Alberti (2005), a escolha dos entrevistados não deve ser prioritariamente quantitativa, mas com base na posição do entrevistado no grupo e do significado de sua experiência. Assim, procuramos antes de qualquer definição de amostragem tomar “conhecimento prévio do objeto de estudo” (ALBERTI, 2005, p. 32), ainda que de forma elementar, no nosso universo de pesquisa, levando em consideração o ambiente a ser estudado, a conjuntura (momento em que se estavam realizando as ações de saneamento integrado) e, principalmente, os atores envolvidos — aqueles que participaram, viveram, presenciaram, ou se inteiraram das ocorrências ou situações e pudessem nos dar depoimentos significativos (ALBERTI, 2005) para nossas análises.

Salientamos que a ênfase na análise qualitativa, necessariamente, não deve excluir o quantitativo, pois tais perspectivas não são excludentes (OLIVEIRA, 2005). Também para Minayo (1996 *apud* BONI & QUARESMA, 2005), havemos de considerar que os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando no decorrer de uma pesquisa.

Considerando-se a diversidade encontrada e as variadas situações dos moradores em relação às intervenções realizadas na comunidade, buscamos garantir a representação de todas essas distintas situações para selecionar aqueles a serem entrevistados. Assim, teríamos uma abordagem capaz de representar mais proximamente a realidade da situação na comunidade em relação às ações de saneamento integrado em implantação, inclusive quanto às moradias e aos mais diversos espaços da comunidade, advindos dos novos traçados urbanos em razão das novas necessidades que a implantação de um sistema como esse requer.

Em consonância com a afirmação de Maurice Halbwachs (2004, p. 144), em *Memória coletiva do espaço*, de que a “população pobre também não se deixa deslocar sem resistência, sem ressentimentos, e ao mesmo tempo cede, deixa para trás muitos traços de si mesmo”, pois “não há memória coletiva que não se desenvolva num quadro espacial” (HALBWACHS, 2004, p. 150), entendemos como afirma esse autor que “é sobre o espaço, [...] que devemos voltar nossa atenção; é sobre ele que nosso pensamento deve se fixar, para que reapareça esta ou aquela categoria de lembranças” e, com base nessa nova situação espacial, buscamos compreender as repercussões ocorridas na vida das pessoas que ali habitam e vivem.

De acordo com historiador inglês Raphael Samuel (1989, p.221) a “história local tem também a força popular” e as “pessoas estão continuamente colocando para si mesmas questões relacionadas ao local onde moram”, razão pela qual procuramos selecionar pessoas cuja predisposição para contribuir com seus depoimentos pudessem efetivamente auxiliar na realização da pesquisa. Ressalta Khoury (2001, P. 95) que os “lugares trazidos pela memória aparecem como referências simbólicas de experiências vividas, de relações disputadas, da mesma forma que neles se produzem novas experiências”.

Ainda em acordo com o que afirma Samuel (1989), a vida comunitária está intrinsecamente relacionada às ‘peculiaridades físicas do meio ambiente’ e, com frequência, é por elas explicada. A sua história pode ser exposta em fases, de acordo com a evolução dos fatos e de forma bem organizadas, como os fatores geográficos que afetaram as condições originais da localidade até continuidades estruturais que podem ser enfatizadas, enquanto, ao mesmo tempo, se reconhece o desenvolvimento e a mudança.

Nesse caminho de investigação, a atenção volta-se para melhor apreender e compreender diferenças, contradições e ambiguidades, em cada narrativa e na comparação entre elas. A maior dificuldade está em identificar e explorar tênues vestígios ou nuances perdidas nos meandros dos enredos construídos pelos entrevistados, reconhecendo, naquilo que nos parece estranho, elementos de suas culturas, com profundos significados nos seus modos diários de ser, de pensar e de fazer (KHOURY, 2001, p. 98). No entanto, às fontes orais é creditada confiabilidade em virtude de, independentemente da veracidade da informação, essas representam a verdade, mesmo que sob influência emocional e psicológica, daqueles que prestam o depoimento.

Para Samuel (1989, p. 220) a história local demanda um conhecimento que difere “daquele focalizado no alto nível de

desenvolvimento nacional e dá ao pesquisador uma ideia muito imediata do passado. [...] o impacto da mudança tem de ser medido por suas consequências para certos domicílios”. Considerando o tema e o propósito da pesquisa, além da definição do seu foco, isto é, a questão que se pretende pesquisar, elegemos a entrevista temática apoiada na história oral.

Conforme Alberti (2005, p. 37) “entrevistas temáticas são aquelas que versam prioritariamente a participação do entrevistado no tema escolhido, enquanto as de história de vida têm como centro de interesse o próprio indivíduo na história”. A entrevista temática é, também, adequada para a nossa pesquisa, tendo em vista que nos interessamos justamente por um período cronologicamente determinado e pela investigação de acontecimentos ou conjunturas específicos, ou seja, as ações de políticas públicas de saneamento realizadas pela prefeitura na comunidade pesquisada.

Assim, com as informações obtidas inicialmente e considerando os objetivos definidos para a pesquisa, buscamos elegeer determinado número de questões por meio das quais pudéssemos registrar os dados considerados relevantes para a pesquisa e chegamos a um instrumento composto de dezoito variáveis (itens).

Esses itens que representam as questões formuladas constituíram um elenco de seis (06) questões objetivas e doze (12) questões semiabertas que permitiram, além de se analisar a existência ou não de uma determinada variável, oportunizar que o entrevistado tivesse a liberdade de melhor descrever a sua opinião em relação à questão abordada, para que pudéssemos analisar a e avaliar as repercussões para o desenvolvimento comunitário advindas das intervenções de saneamento integrado na comunidade Mangueira da Torre. Procuramos, no entanto, evitar perguntas exaustivas e excessivamente detalhadas, formulando questões que fossem “realmente importantes para os propósitos da pesquisa [...]” (ALBERTI, 2004, p. 24).

Assim, o questionário aplicado com os moradores durante a pesquisa buscava analisar e avaliar de maneira ampla a condição da moradia quanto às intervenções realizadas na comunidade bem como as variáveis socioeconômicas e culturais abaixo relacionadas.

- Faixa etária
- Nível de renda da família do entrevistado(a)
- Nível de escolarização

- Se houve mudanças na comunidade devido às intervenções
- Possíveis mudanças no modo de viver e se houve melhoria nas condições (qualidade) de vida
- Participação da população durante o processo
- Quais os serviços de saneamento disponíveis após a intervenção
- Serviços existentes
- Identificação de instituições parceiras
- A compreensão que se tem de Saneamento Integrado
- A compreensão que se tem de Desenvolvimento Comunitário
- Sugestões para melhorar o saneamento da comunidade
- Sugestões para melhorar a preservação do meio ambiente
- Opinião dos entrevistados sobre as ações desenvolvidas pela prefeitura

A primeira versão do questionário a ser aplicado para a realização da pesquisa foi submetida à discussão com a orientadora, Professora Dra. Eunice Nodari, e com os técnicos da PCR, durante os primeiros contatos realizados e, após as discussões, comentários e sugestões, foram feitos ajustes para melhor harmonizá-lo à coleta de dados, de forma a viabilizar o alcance dos objetivos da pesquisa. Após os ajustes iniciais, realizamos, então, a pré-testagem aplicando-os aos dois primeiros moradores. Após essas duas primeiras entrevistas, identificamos a necessidade de alterações e ajustes nas questões relativas à escolaridade, à situação em relação às intervenções para a implantação do sistema de saneamento integrado ocorridas na comunidade, e se a moradia dos entrevistados (as) tinha sofrido alguma interferência direta em razão dessas intervenções.

Após a definição dos roteiros, que possibilitou a elaboração dos questionários utilizados como instrumentos de controle e de acompanhamento das entrevistas, para efeito dessa pesquisa, foi selecionada uma amostragem por conveniência ou acessibilidade, ou melhor, foram definidos e selecionados os sujeitos a serem entrevistados, admitindo-se que esses poderiam, de alguma forma, representar a população da comunidade em estudo. Embora esse método não represente um alto grau de precisão, admitimos que seja suficiente e

atende às nossas intenções de pesquisa, tendo em vista tratar-se de um processo exploratório dirigido, de caráter qualitativo.

No total foram entrevistados (as) catorze (14) moradores(as). Quatro (04) responderam o questionário por escrito e dez (10) gravaram as entrevistas. Aqueles que gravaram os depoimentos também complementaram, por escrito, às questões objetivas referentes aos dados para a identificação pessoal e socioeconômica. Além dos moradores, foram entrevistados três assistentes sociais; um engenheiro da Prefeitura do Recife, responsável pelo acompanhamento e fiscalização da obra; um engenheiro da construtora, executora da obra; a arquiteta Zenaide Magalhães, Diretora de Engenharia, Obras e Manutenção da SANEAR; o engenheiro Almir Braga Filho, presidente em exercício da SANEAR; e o prefeito da Cidade do Recife, Sr. João da Costa.

Cabe destacar que inicialmente havíamos planejado aplicar o questionário aos moradores, utilizando o recurso de gravação, e utilizar essa tecnologia de forma generalizada, inclusive com os técnicos que se propusessem a conceder entrevistas. No entanto, no decorrer da aplicação dos questionários com as referidas gravações, alguns entrevistados não se sentiram completamente à vontade para realizar a entrevista gravada; então, optamos, em comum acordo com o entrevistado, por realizar os registros da entrevista por meio da escrita diretamente no questionário utilizado como roteiro.

Com a continuidade, isto é, após a quarta (4^a) entrevista, houve a pronta aceitação da proposta pelos entrevistados em gravar seus depoimentos e, diante da espontaneidade encontrada nas entrevistas gravadas, tomamos a iniciativa de continuar consultando os demais entrevistados e obtivemos, a partir disso, que todas as demais entrevistas subsequentes fossem gravadas em meio digital. Na transcrição, perseguimos, sempre, a fidelidade ao que foi gravado. Após essa fase, as transcrições foram sistematizadas em conformidade com as categorias empíricas de análise, para serem analisadas de forma a permitir as discussões e resultados obtidos e descritos no capítulo das análises e resultados.

A aplicação do questionário foi administrada de modo variável, considerando-se a idade e a capacidade de leitura e compreensão dos participantes, a fim de obtermos respostas que pudessem melhor representar a realidade vivenciada pelos entrevistados, tanto para aqueles que respondiam as perguntas individualmente e por escrito quanto para outros entrevistados que, devido a dificuldades de escrever com desenvoltura, precisaram de auxílio para preenchimento do questionário.

Nesses casos, em que houve a necessidade de preenchimento com auxílio do entrevistador, todas as respostas transcritas para o formulário foram rigorosamente lidas, para que o(a) entrevistado(a) pudesse verificar se estávamos registrando de forma fidedigna, representando suas falas na íntegra e, caso houvesse qualquer discrepância, era feita a devida correção e submetida novamente ao entrevistado. Somente após essa confirmação, passávamos para a questão subsequente.

Ao analisar os depoimentos registrados por ocasião das entrevistas realizadas, reportamo-nos ao objetivo geral definido que busca *analisar as repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para o desenvolvimento comunitário da comunidade Mangueira da Torre*, e investigar se as intervenções na área de saneamento ali ocorridas contribuíram efetivamente para a melhoria da qualidade de vida e o bem-estar de seus moradores. Nesse percurso buscamos, também, investigar como as soluções adotadas para o saneamento da comunidade podem subsidiar propostas de governabilidade que envolvam estratégias de sustentabilidade como instrumento de valorização da cidadania e, principalmente, de inclusão social e de desenvolvimento comunitário.

A utilização de indicadores, os quais estavam ancorados nas duas principais categorias teóricas — política de saneamento e desenvolvimento comunitário —, para a construção dos nossos roteiros de entrevista proporcionaram um cenário favorável para otimizar a compreensão e a percepção dos depoimentos dos atores sociais investigados e serviram de subsídios para as análises e discussões realizadas. Concluímos esse capítulo lembrando que, para Bossel (1999, p. 9), os indicadores são uma representação de valor que nos ligam ao mundo. Os indicadores carregam em si uma enorme complexidade e quantidade de informações significativas que auxiliam na condução das análises e tomada de decisão que norteiam nossas ações.

Capítulo 2

Este capítulo aborda concepções e discussões a respeito dos temas meio ambiente, sociedade, direitos humanos e desenvolvimento. Em conjunto com o capítulo III – Aspectos das políticas públicas de saneamento – compõe o aporte teórico desta tese.

2 MEIO AMBIENTE, DIRETOS HUMANOS E DESENVOLVIMENTO

2.1 A INTRÍNSECA RELAÇÃO ENTRE MEIO AMBIENTE E SOCIEDADE

As questões ambientais e sociais estão intrínseca e legitimamente vinculadas aos direitos humanos. Discutir esses temas de forma articulada nos proporciona novas e, talvez, melhores forma de pensar e ampliar a compreensão a respeito da importância da participação social, de forma efetiva e ampla, nas temáticas vinculadas ao saneamento, à saúde pública, ao meio ambiente e ao desenvolvimento comunitário.

A luta da humanidade contra as adversidades do meio ambiente remonta às mais antigas civilizações, tanto intervindo no sentido de modelar o meio físico, como fazendo uso dos limitados recursos, na busca incessante de acumulação de riquezas e bem-estar destinados a poucos. Não obstante, assistimos aos discursos em prol do meio ambiente, atrelados a apologias ao crescimento e ao desenvolvimento econômico ou à modernização, gerando, por conseguinte, desequilíbrios socioambientais graves e, por vezes, irremediáveis, em especial sobre os países mais pobres e suas populações.

Segundo Cavalcanti (2009), os custos sociais são amplamente distribuídos na sociedade, porém apenas as virtudes de tais ações sociais são enaltecidas e isso pode ser observado nas peças publicitárias oficiais, como um benefício promovido pelo desenvolvimento econômico. Entretanto, de acordo com Gilberto Dupas (2008), o crescimento econômico subordinado completamente à sustentabilidade social e ambiental coloca enormes obstáculos para a sua superação, pela dificuldade que há em estabelecer um ponto de equilíbrio entre a atividade econômica, o bem-estar humano e a sustentabilidade.

Tais desequilíbrios deixam, em seu rastro, uma herança de desigualdade, exclusão e injustiça, evidenciando, assim, o abismo dispar entre crescimento econômico e condições sociais que tendem, segundo Jannuzzi (2012, p. 15), quando se refere aos indicadores sociais no Brasil, “a produzir efeitos diretos e imediatos sobre o nível de indigência e pobreza”.

O Brasil ainda é um país marcado por profunda desigualdade social. Desigualdade essa que a sociedade ainda insiste em não reconhecer e que os dados informados ‘politicamente’ tendem sempre a demonstrar que estamos perto de ‘zerá-la’, como podemos observar quase que cotidianamente nas mais diversas formas de veiculação

mediática. Assim, como não poderíamos deixar de nos reportar à incessante insistência dos partidos políticos dominantes, em especial nos horários públicos de propaganda política, tidos como ‘gratuitos’, em negar tais disparidades nos últimos anos, independentemente da coloração ideológica.

De acordo com Furtado (2002), as desigualdades sociais sobrepõem-se às regionais no tocante aos níveis de desenvolvimento, fragilizando, ainda mais, nossa situação perante o mundo globalizado em que vivemos dominados por empresas transnacionais que tiram partido dessas desigualdades, fruto da má distribuição de renda e do sacrifício de muitos para a locupletação de poucos.

Os processos de desenvolvimento e de globalização inevitavelmente aceleram o avanço da concentração de poder nas mãos de poucos, fazendo que os governos das grandes cidades do planeta assumam as tarefas insubstituíveis de promover o desenvolvimento econômico aliado à justiça social (GASPAR, AKERMAN & GARIBE, 2006) e à justiça ambiental.

A concentração de rendas resulta, via de regra, em concentração de espaços e recursos ambientais nas mãos daqueles que detêm maior poder, inclusive e, especialmente, sobre as decisões políticas e, nesse caso, “como chamar de progresso e desenvolvimento esse processo de empobrecimento dos que já são pobres” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 77). As populações mais pobres estão, por princípio, mais desprotegidas, tornando-se, portanto, mais vulneráveis à concentração das mazelas e sujeitas à subtração de “uma espécie de ‘mais valia ambiental’ pela qual os capitais se acumulam pela apropriação dos benefícios do meio ambiente” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 77), impondo aos mais pobres o consumo forçado de seus indesejáveis efluentes.

Ressaltamos, assim, a importância de se estabelecer novos referenciais para os modelos de desenvolvimento que empreendam uma verdadeira luta contra a “estagnação dos níveis de miséria e o agravamento na concentração de renda de muitos países da periferia mundial” (DUPAS, 2008, p. 21) que ao longo dos anos ficaram à mercê do livre arbítrio dos mercados e pautada na lógica global da economia que, paradoxalmente, apesar de ampliada geograficamente, é concentradamente dominada por poucos.

Corroborando com esse posicionamento, concordamos com Cavalcanti (2009, p. 30), ao considerar ser necessário o estabelecimento de um referencial que norteie a relação homem-natureza, respeitando as limitações impostas pelos recursos disponíveis no meio ambiente. O

autor ressalta a existência de “uma crescente insustentabilidade global, um aumento das desigualdades sociais, com desemprego e uma série de mazelas, ao lado de inegáveis formas predatórias bárbaras de uso da natureza”. Essa danosa relação de causa e consequência, se não revertida a tempo, submeterá as populações a mais e maiores sacrifícios sociais e ambientais pela própria sobrevivência.

Moura (2009) advoga que é urgente a busca de uma nova compreensão da atividade humana no processo econômico, como expressão da relação entre homem e meio ambiente biofísico, à base da qual se possa elaborar, com a necessária precisão, princípios e orientações para a consecução da sustentabilidade e de uma convivência harmoniosa entre humanos e natureza. Para isso, destacamos a necessidade de se analisar de forma crítica e reflexiva as propostas de políticas ambientais, em especial, as que não levem em conta as culturas locais, nem tampouco as negociações e tensões que visam atender às populações, com ações formuladas compartilhadamente, na busca de soluções que harmonizem o desenvolvimento comum e equilibrado entre sociedade, meio ambiente e economia.

Devido à falta de definição de conceitos mais consistentes sobre desenvolvimento econômico moderno que contemplem as esferas social, ambiental e econômica, confunde-se tal visão apenas com os conceitos de crescimento econômico. Retomar o sentido da noção do desenvolvimento “como evolução, progresso, e que conduziu à ideia de desenvolvimento sustentável” (CAVALCANTI, 2009) significa, no entanto, buscar alternativas ao conceito de crescimento econômico simplesmente.

Nesse sentido, Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p.147) defendem que somente por meio de estratégias argumentativas e formas de lutas inovadoras é que os atores sociais, cujas práticas aqui analisamos ao abordar políticas públicas de saneamento e desenvolvimento comunitário, têm procurado, no Brasil e no mundo, fazer do ambiente um espaço de construção e justiça e não apenas de realização da razão utilitária do mercado.

Concordamos com Cavalcanti (2009), ao afirmar que o Brasil precisa vencer o atraso e transpor as barreiras da burocracia e a estagnação das políticas públicas que envolvem a gestão dos problemas ambientais. Nessa perspectiva, Morin (2000, p. 118) afirma que a humanidade não mais constitui uma “noção apenas biológica”, e sim deve ser “plenamente reconhecida em sua inclusão indissociável na biosfera”. Ousamos acrescentar: em especial, quando se tratar das questões socioambientais.

Embora Dupas (2008, p. 8) afirme que nas últimas décadas a crise ecológica estava sendo anunciada de maneira crescente e que “a degradação é decorrente das técnicas de produção contemporâneas e da direção dos vetores tecnológicos que sustentam a lógica do capital”, admite que, mesmo assim, a agenda necessária para evitá-la não foi capaz de ser consolidada. Ainda, segundo esse autor, é necessário saber se a “sociedade terá vontade e capacidade de agir” e, se a tragédia além de anunciada está programada, ou se ainda é possível revertê-la. Complementando, afirma o autor que

o crescimento econômico induz à ampliação dos impactos ambientais e dos conflitos ecológicos distributivos. O padrão tecnológico e social incorporado à lógica global de produção leva a uma vinculação inevitável entre crescimento econômico, expansão descontrolada dos fluxos energéticos e de materiais e acúmulo de resíduos tóxicos. Isso obriga a uma visão sistêmica das relações entre economia e meio ambiente, incluindo conflitos ecológicos distributivos. (DUPAS, 2008, p. 8).

A dimensão das questões relativas ao meio ambiente, nos últimos anos, tem sido ampliada de forma crescente na sociedade, nos meios políticos do poder público e no discurso acadêmico. Percebe-se, claramente, a importância desse debate sócio-político-científico diante dos conflitos vividos de forma globalizada frente às grandes questões como os desastres e catástrofes ambientais. Segundo Dupas (2008), a sociedade contemporânea encontrará caminhos intermediários e soluções de compromisso que sejam capazes de enfrentar o imenso desafio de retomar o controle da direção dos vetores tecnológicos e administrar os efeitos perversos de nosso sistema de produção sobre a saúde, o conforto, a segurança e o bem-estar de seus membros.

O Brasil, embora modernizado ao longo das últimas décadas, está longe de ser uma nação desenvolvida, se tomarmos como referencial o pensamento de Furtado (2002, p. 21) quando afirma que só há desenvolvimento real, quando a sociedade em sua totalidade for beneficiada. Em outra obra, esse autor afirma que o verdadeiro desenvolvimento “somente se efetiva quando a acumulação conduz à criação de valores que se difundem na coletividade” (FURTADO, 1998, p. 47). Conclui-se, assim, que o crescimento econômico não conduz por si só ao desenvolvimento e menos, ainda, ao desenvolvimento social.

O fato de termos economias em nível global, entregues às suas próprias forças, pode levar ao uso desmedido e ao esgotamento dos recursos naturais, induzindo a periferia do sistema a uma reprodução insustentável de padrões de consumo e desperdício dos países do centro. Isso promoveria um “passivo ambiental crescente e sempre mais infelicidade humana” (CAVALCANTI, 2009, p. 33-34), pois, como acrescenta esse mesmo autor, a “ocorrência de danos ambientais irreversíveis, como sucede com frequência em todo o mundo, significa que se consegue crescimento econômico a expensas de benefícios potenciais para as futuras gerações” (CAVALCANTI, 2009, p. 37).

Nossa sociedade necessita cada vez mais depender menos do uso de materiais esgotáveis, considerá-los como tais, e trilhar na direção de um paradigma mais igualitário de riqueza, sejam por questões éticas e humanitárias, ou até mesmo em função da própria estabilidade na sociedade. Nesse sentido, a luta pela construção de um mundo melhor e de uma sociedade mais consciente enseja uma reflexão sobre o papel do homem e da mulher como agentes transformadores e detentores de direitos que precisam ser individual e socialmente apropriados para a legitimação de seu poder de transformação no ambiente em que vivem. A falta ou pouca consciência, por parte de muitos, enfraquece a luta para o exercício pleno dos direitos numa sociedade democrática.

Percebemos, no entanto, que os movimentos sociais, tema eminentemente contemporâneo, haja vista as grandes manifestações sociais públicas reivindicatórias do povo brasileiro nos dias atuais, têm colaborado para que, aos poucos, esse quadro seja modificado e haja o respeito aos recursos naturais disponíveis, através da conscientização do consumo racional e da diminuição da geração de resíduos. Moura (2009, p. 7) prega que há “necessidade de inclusão de uma cultura democrática para a sustentabilidade e gestão ambiental nos seus aspectos científicos, técnicos e políticos”. O direito a um meio ambiente sadio e o dever de assim mantê-lo deve constituir-se em um dos objetos transversais das políticas públicas.

Certamente, a partir dos movimentos da sociedade civil organizada, é possível que as comunidades mais vulneráveis consigam ser ouvidas e fazer valer seus direitos para assegurar e proteger sua saúde e bem-estar para uma melhor qualidade de vida, vida digna e saudável biológica, emocional e socialmente, diminuindo as desigualdades existentes entre aqueles que poluem e aqueles que sofrem suas consequências.

Dessa maneira, entendemos que a “desenfreada ganância lucrativa com a destruição dos recursos naturais e a falta de articulação

com vários elementos na busca de novos conhecimentos e novas realidades pouco permitem a sua renovação e recuperação em tempo hábil” (SOUZA, 2007, p. 38). Nesse sentido, ressaltamos a tese de Sachs (1986 *apud* SOUZA, 2007, p. 39), quando afirma que o “ecodesenvolvimento deve ser abordado dentro do enfoque sistêmico”, pois como afirmam Bojō *et al* (2007) as condições ambientais produzem efeitos importantes sobre a saúde, o trabalho e a segurança dos pobres. Ressaltamos ainda os efeitos produzidos sobre a qualidade de vida e até mesmo da sobrevivência dessas pessoas que se encontram em situação de maior vulnerabilidade ambiental ou social ou, ainda, de ambas.

Muitas vezes, em nome do desenvolvimento econômico, alguns países admitem sediar plantas industriais produtivas, cujos danos ambientais não seriam admitidos em outros países defensores de maior rigor ambiental. Com isso, as populações em seu entorno e, mesmo aqueles que não têm acesso aos benefícios da geração de empregos ou consumo dos bens ali produzidos, estão expostos aos riscos nefastos dos processos de industrialização predatória.

Brigitte Leoni, Tim Radford e Mark Schulman (2012, p. 22) afirmam que, mais que qualquer outro grupo socioeconômico, os pobres são os mais afetados pelos desastres ambientais e ressaltam que essa “é uma realidade tanto em países desenvolvidos como em desenvolvimento”. Complementando, constata-se que

Todos os países são vulneráveis às ameaças naturais, mas a maioria das 3,3 milhões de mortes causadas por desastres nos últimos 40 anos ocorreram em nações pobres. São eles também que sofrem por um período maior as consequências dos desastres, na medida em que não possuem seguros ou meios de recuperação rápida, e em que frequentemente perdem suas casas, trabalhos e meios de subsistência, piorando ainda mais as condições de vulnerabilidade a próximo desastre (LEONI, RADFORD & SCHULMAN, 2012, p. 22).

Observamos que quanto maior a concentração das populações excluídas social e economicamente, em assentamentos subnormais¹⁶

¹⁶ O conceito de aglomerado subnormal, segundo o IBGE (2011, 25), “possui certo grau de generalização, de forma a abarcar a diversidade de assentamentos

urbanos, conhecidos como favelas ou comunidades pobres, maior o número de pessoas vulneráveis aos desastres ambientais. Para se ter uma ideia da dimensão da quantidade de pessoas que, a princípio, estariam mais suscetíveis aos desastres ambientais, Leoni, Radford e Schulman (2012, p. 22) afirmam que “três bilhões dos habitantes do mundo vivem em condições de pobreza com menos de US\$2,00 por dia; e 1,3 bilhão com menos de US\$1,00 por dia”.

De acordo com a UN-Habitat, essa situação tende a se agravar, pois se estima que em 2030 aproximadamente 3 milhões de pessoas viverão em favelas nos centros urbanos (LEONI, RADFORD & SCHULMAN, 2012). Essa fatia da população constitui um dos grupos que se encontram mais suscetíveis à fome, a doenças agravadas pela falta de acesso à infraestrutura básica para o fornecimento de água e saneamento, pela falta de escolas ou pela educação deficitária, e também pela falta de transporte e de outros serviços públicos. Todas essas deficiências contribuem para a diminuição das oportunidades de qualificação, de trabalho e renda, e para a segurança da população, em especial, das camadas mais jovens que estão, via de regra, mais expostas aos riscos sociais.

Nesse sentido, afirmam Henri Acelrad, Mello e Bezerra (2009, p. 12) que “é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais” e ainda acrescenta:

A concentração dos benefícios do desenvolvimento nas mãos de poucos, bem como a destinação desproporcional dos riscos ambientais para os mais pobres e para os grupos étnicos mais despossuídos, permanece ausente da pauta de discussão dos governos e das grandes corporações (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p.15).

De acordo com Dagnino & Carpi Junior (2007, p. 60), riscos ambientais são aqueles resultantes “da associação entre os riscos naturais e os riscos decorrentes de processos naturais agravados pela atividade humana e pela ocupação do território”. São considerados riscos ambientais pelo fato de serem potencialmente causadores de

irregulares existentes no País, conhecidos como: favela, invasão, grota, baixada, comunidade, vila, ressaca, mocambo, palafita, entre outros”.

acidentes que poderiam se tornar graves em virtude de sua importância para nosso cotidiano e para a futura qualidade de vida das pessoas.

Muitas vezes o termo *risco* é substituído nos discursos socioambientais e políticos por outros verbetes, tais como “susceptibilidade, vulnerabilidade, sensibilidade ou danos potenciais” (DAGNINO & CARPI JÚNIOR, 2007, p. 52) os quais, embora semanticamente sejam semelhantes a *risco*, atenuam a percepção dos impactos a serem produzidos.

Esses autores classificam os riscos conforme a ênfase encontrada na literatura sobre o tema. Classificando como riscos naturais, “os riscos tecnológicos, os riscos sociais e os riscos ambientais” (DAGNINO & CARPI JÚNIOR, 2007, p. 58), e citando Amaro (2005), enfatizam que o risco é caracterizado pela natureza do perigo, do potencial de exposição ou contato, e das características da população exposta aos riscos. A probabilidade de ocorrência e a magnitude das consequências também influenciam na caracterização dos riscos.

Devido à polissemia do termo “social”, Dagnino e Carpi Junior (2007, p. 59), fazendo referência a Vieillard-Baron (2007), defendem que podemos qualificar como risco social a maior parte dos riscos, “quer nos atenhamos às suas causas sociais, quer atentemos para as suas consequências humanas”.

Nesse sentido, os autores distinguem dois tipos de riscos principais que podem afetar ou serem afetados pelos riscos sociais. Riscos endógenos são aqueles relacionados aos elementos naturais e às ameaças externas, como terremotos, epidemias, secas e inundações e qualificam-se como riscos exógenos aqueles diretamente relacionados ao produto das sociedades, resultantes dos modos de intervenção política e administrativa adotados, a exemplo dos planos de zoneamento e uso solo, seja urbano, industrial ou rural, que condicionam a formação dos povoadamentos, bairros e cidades, bem como das zonas industriais ou rurais de exploração agropecuária.

Leoni, Radford e Schulman. (2012) classificam os riscos ambientais como ameaças e desastres e defendem que as ameaças são consequências dos riscos potenciais provenientes de condições naturais independentemente das ações humanas, tais como terremotos, erupções vulcânicas, inundações e tantos outros. Esses eventos não sofrem interferência humana e não podem ser prevenidos ou evitados. No entanto, para os autores, os desastres são eventos que sofrem as consequências das ações antrópicas; nesse sentido, eles argumentam, por exemplo, que se não podemos prevenir a erupção de um vulcão, poderíamos fazer com que o evento não se tornasse um desastre:

Um vulcão que entra em erupção no meio de um deserto, por exemplo, é uma ameaça natural. Mas se a erupção ocorre nas proximidades de uma grande cidade há o potencial de um grande desastre, ameaçando a vida de centenas de milhares de pessoas e suas comunidades (LEONI, RADFORD & SCHULMAN, 2012, p. 13).

Uma ameaça tanto pode ser um evento físico como um fenômeno ou uma atividade antrópica, passível de causar danos à vida e à propriedade, nas dimensões sociais, econômicas ou ambientais. Em síntese, a ameaça pode ter origem natural ou na ação humana, e os desastres ocorrem a partir da “combinação entre ameaças, condições de vulnerabilidade e capacidade ou medidas insuficientes para reduzir as consequências negativas do risco” (LEONI, RADFORD & SCHULMAN, 2012, p. 13).

A falta ou baixa capacidade das populações e comunidades vulneráveis para enfrentar as ameaças com seus próprios recursos resulta em desastres que, embora tenham origem na natureza, poderiam ter suas consequências negativas reduzidas. No entanto, o poder público não tem se mostrado eficiente na proposição e implementação de políticas que objetivem a redução dos riscos e dos desastres, e permanecem atuando de forma paliativa para atender às situações de emergência ao invés de preveni-las.

Para o sociólogo alemão Beck (1992), todas essas tensões, ameaças e possibilidades contribuem para a chamada sociedade de risco, que inclui os riscos ecológicos, químicos, nucleares e genéticos, produzidos em escala industrial e potencializados economicamente; individualizados na esfera jurídica, legitimados na esfera científica e minimizados nos discursos políticos. Esse conjunto de riscos geraria, ainda segundo esse autor, uma nova forma de economia capitalista, “uma nova forma de ordem global, uma nova forma de sociedade e uma nova forma de vida pessoal” (BECK, 1992, p. 2-7).

Nesse sentido, verificamos que, ao final dos anos 90, Celso Furtado já nos alertava que

os desajustamentos causados pela exclusão social de parcelas crescentes da população emergem como o mais grave problema em sociedades pobres e ricas [...]. A globalização em escala planetária das atividades produtivas leva necessariamente à grande concentração de renda,

contrapartida do processo de exclusão social. (FURTADO, 1998, p. 33).

Complementando, nos reportamos a Leonardo Boff (2010) quando ele afirma que o aumento no índice mundial de empobrecimento é consequência da globalização competitiva que, em sua lógica excludente, privilegia o interesse particular em detrimento do interesse coletivo.

Numa perspectiva sociológica, Januzzi (2012, p. 116) define pobres, carentes ou excluídos como aquela “parcela de população que não tem ou não dispõe, sob certos critérios normativos, de nível suficiente de escolaridade, acesso às políticas de saúde, habitação adequada, trabalho regular etc.” e que, em muitos casos, padecem de fome endêmica. O Banco Mundial define como limiar de pobreza a disposição individual de 1,25 dólares para gastos em bens e serviços, por dia (THE WORLD BANK, 2008).

De acordo com Boff (2004), a humanidade pode ser dividida entre aqueles que comem ‘à tripa forra’ e os que comem insuficientemente, condenados a todo tipo de doença da pobreza, à marginalidade e à exclusão. No entanto, ainda de acordo com o autor, o pobre não configura apenas um ser de necessidades, mas também um ser de desejo, de comunicação ilimitada, de beleza e, recorrendo ao poeta cubano José Roberto Retamar, lembra que o pobre, como todo ser humano, tem duas fomes fundamentais, uma de pão, que é saciável, e outra de beleza, que é insaciável.

Segundo Furtado (2002), o desenvolvimento, quando um processo endógeno, necessita de planejamento político, além do interesse coletivo da sociedade em tornar-se parte integrante do processo. “Afinal, o combate à exclusão não é somente um problema de justiça social, mas também uma condição de desenvolvimento econômico” (GASPAR, 2006, p. 213), pois a ênfase econômica não é, a princípio, inapropriada. No entanto, utilizada isoladamente, torna-se conservadora, injusta e excludente.

Faz-se imperativa, portanto, a necessidade de proposição, formulação e implementação de políticas públicas capazes de superar efetivamente a pobreza e vencer as limitações decorrentes de um desenvolvimento eminentemente injusto sob a ótica do desenvolvimento social. Furtado (2002, p. 11) adverte-nos que há ainda no Brasil um enorme conjunto de indigentes que nem mesmo pode comprar um mínimo de alimentos que lhes permitam o consumo necessário à sobrevivência. A carência alimentar é sentida por mais de um terço da

população, de modo que essas pessoas ficam privadas dos meios essenciais de subsistência à vida.

Assim, por princípio, devemos perseguir a superação das injustiças socioambientais na distribuição dos danos causados à natureza, procurando, “sobretudo, constituir uma nova perspectiva a integrar as lutas ambientais e sociais” [...] construindo um “nexo inovador entre a questão social e a questão ambiental” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 8-9); sendo, no entanto, necessário envidar esforços no sentido de estar atento para que a questão ambiental não se caracterize como uma questão meramente técnica, pois, segundo Beck (2010, p. 233), “é somente através de imagens e símbolos culturalmente significantes e publicamente encenados, que o nosso cotidiano pode tornar-se ‘atento’ aos perigos imperceptíveis”.

Daí a relevante importância do engajamento e de “uma participação maior das comunidades de baixa renda e das minorias no processo decisório relativo às políticas ambientais” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 22), buscando promover a vigilância efetiva para inibir ou evitar a elaboração de políticas discriminatórias e, complementando, esses autores reafirmam a necessidade de se acrescentar “o caráter indissociável de ambiente e sociedade” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p.25). A noção de justiça ambiental é associada a ações de luta caracterizadamente solidária, evidenciando que a proteção ambiental é uma questão de dimensões socioculturais, porém nem sempre é evidenciada a diversidade sociocultural daqueles diretamente envolvidos, tais como raça, gênero ou etnia.

No entanto, quando se trata de impactos negativos inaceitáveis, considerando-se as dimensões socioculturais, Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 35) reiteram que “consequentemente, eles têm sido mais apropriados pelos interesses econômicos envolvidos” e consequentemente transferidos para áreas onde haja menor resistência social. Do mesmo modo, esses autores deixam clara a vulnerabilidade de parcelas da sociedade que se encontram às margens dos círculos que dominam o conhecimento e reúnem capacidade para se inserir, participar e influenciar as decisões para a definição de políticas públicas de saneamento afirmando que

é nas áreas de maior privação socioeconômica e ou habitadas por grupos sociais e étnicos sem acesso às esferas decisórias do estado e do mercado que se concentram a falta de

investimento em infraestrutura de saneamento, ausência de políticas de controle dos depósitos tóxicos, a moradia de risco, a desertificação, entre outros fatores, concorrendo para suas más condições ambientais de vida e trabalho. (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 8-9, grifo nosso).

Assim, entendemos que as discussões sobre meio ambiente deverão contemplar a organização da sociedade na busca da construção de cidades saudáveis sanitária, social e ambientalmente, tendo como foco a parceria entre as intervenções de base tecnológica e as tecnologias sociais, no entanto, não podemos deixar de observar que, segundo Dupas (2008, p. 29), “as novas tecnologias eventualmente atenuam o problema, mas somente depois de já terem causado muita destruição”.

As novas tecnologias devem ser desenvolvidas tendo como foco principal o respeito ao capital humano, social e natural, na perspectiva de estimular o protagonismo local para a conquista de uma vida mais justa e mais humana e que a justiça seja, conforme afirmava o filósofo John Rawls (VEJA, 2012, p. 82), “a primeira das virtudes das instituições”. Nesse sentido recorreremos a Acselrad, Mello e Bezerra quando consideram que

a noção de justiça ambiental implica, pois, o direito a um meio ambiente seguro, sadio e produtivo para todos, onde o ‘meio ambiente’ é considerado em sua totalidade, incluindo as suas dimensões ecológicas, físicas, construídas, sociais, políticas, estéticas e econômicas. Refere-se, assim, às condições em que tal direito pode ser livremente exercido, preservando, respeitando e realizando plenamente as identidades individuais e de grupo, a dignidade e a autonomia das comunidades. (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 16).

Dentre os princípios definidos para designar Justiça Ambiental no Brasil, destaca-se o material publicado pelo Ibase, no Rio de Janeiro, em 2001, na série *Sindicalismo e Justiça Ambiental* (apud ACSELRAD, MELLO & BEZERRA 2009, p. 40-41), que define justiça ambiental como um elemento necessário para assegurar “[...] processos

democráticos e participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos” que dizem respeito aos grupos sociais envolvidos.

Nesse sentido, refletindo sobre as atitudes e reações da sociedade diante desse confronto entre exploração de recursos naturais e a produção de bens sociais, constatamos que o direito a um ambiente sadio é especialmente negligenciado, tanto pelos que exploram os recursos naturais quanto por aqueles que não promovem danos especulatórios à natureza. Embora esses últimos representem a maioria, mesmo assim, não reivindicam tal direito (a um ambiente sadio) e, assim sendo, muitas vezes a sociedade aceita de forma passiva e, às vezes, até enaltece de forma apologética os prejuízos causados ao meio ambiente, em nome dos ‘bens sociais’, da geração de desenvolvimento, urbanização e de emprego e renda.

Corroborando essa tese, recorremos a Le Prestre (2000, p. 63) ao afirmar que

a política ambiental não deveria, por conseguinte, se fundamentar na noção abstrata e *a priori* de bem comum, porém, sob preferências expressas pelos cidadãos; tal política não se definiria com relação às exigências dos ecossistemas, mas com relação às demandas e ao bem-estar dos indivíduos.

Dessa forma, buscamos nessa pesquisa analisar o tema meio ambiente, sociedade e direitos humanos como temas que se interseccionam numa relação trans e interdisciplinar que, na proposição e consecução das políticas públicas visam manter ou alterar as condições do meio ambiente, de forma equilibrada e sustentável, objetivando promover a elevação do padrão de qualidade de vida e o exercício da cidadania, assegurando o pleno exercício dos direitos humanos para o usufruto de uma vida mais humana.

2.2 DIREITOS HUMANOS E MEIO AMBIENTE SADIO

A tríade *meio ambiente, sociedade e direitos humanos* encontra sua interseção no *direito a um meio ambiente sadio*. A preocupação inicial com o meio ambiente é antiga, porém, na contemporaneidade, um marco de valor significativo foi a Conferência de Estocolmo, em 1972, onde se buscou estabelecer diretrizes para uma convivência harmoniosa entre o homem e o meio ambiente e verifica-se a preocupação em

estabelecer parâmetros e diretrizes para uma relação sadia homem *versus* meio ambiente.

Nos dias atuais compreende-se como ‘direito aos direitos humanos’ a concepção que incorpora os conceitos de cidadania plena, democrática e ativa, embasados em valores humanistas e “nos princípios da liberdade, da igualdade, da equidade e da diversidade, afirmando sua universalidade, indivisibilidade e interdependência”, conforme preconiza o Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos (BRASIL, 2007b).

Os vinte e seis princípios discutidos na Declaração de Estocolmo (1972) refletem as preocupações e concepções ambientais da época e inseriram essas questões na agenda dos grandes temas internacionais, a qual se tornou marco histórico no processo de tomada de consciência universal sobre a importância do meio ambiente examinada de maneira global.

Dentre esses princípios, destacamos o número 8 que reforça a necessidade de uma conexão mais direta entre os direitos humanos e direitos ambientais – “o desenvolvimento econômico e social é indispensável para assegurar ao homem um ambiente de vida e trabalho favoráveis e para criar na terra as condições necessárias de melhoria de qualidade de vida”.

No que tange à concepção dos direitos humanos, muitas são as discussões de onde e quando surgiram os primeiros questionamentos. Porém, consideramos que estes são decorrentes dos discursos dos filósofos gregos Aristóteles e Platão, no século IV a.C, os quais defendiam o direito natural inerente ao ser humano — jusnaturalismo — que consiste direito que independe de qualquer ordenamento jurídico para positivá-lo.

O Movimento Iluminista que combatia o absolutismo monárquico e defendia os direitos fundamentais do homem contra o poder hegemônico do Estado, protegendo a liberdade individual do cidadão, surge na França, no século XVIII, e teve seus princípios embasados no pensamento *jusnaturalista*.

Diante da importância desses movimentos para o mundo, acreditamos que eles serviram de esteio para a promulgação da Declaração Francesa dos Direitos do Homem e do Cidadão (1789), da Carta de Direitos dos Estados Unidos (1791), e por que não considerar que tenha influenciado na elaboração dos direitos fundamentais, artigo 5º, da Constituição da República Federativa do Brasil, de 1988.

A discussão acerca dos direitos humanos com o passar dos anos ganhou força e destaque, principalmente após a 2ª Guerra Mundial

(1939 - 1945), quando se verificou a necessidade de consolidação em nível mundial de um documento que selasse a paz no mundo e garantisse os direitos humanos a todas as nações. Como resultado advindo dessas preocupações e necessidades, em 1948, foi promulgada a Declaração Universal dos Direitos Humanos.

Segundo Tosi (*apud* NODARI & BOTELHO, 2011), a Declaração Universal dos Direitos Humanos veio a ser, então, o início de todo um processo de discussões de universalidade e indivisibilidade dos direitos inerentes à pessoa. Ainda, de acordo com o autor, três tendências destacaram-se na interlocução das várias vozes presentes nesse processo, assim descritas: um processo de *universalização* com gradual adesão dos países; uma *multiplicação*, promovida pela Organização das Nações Unidas, que promoveu uma série de conferências em diferentes áreas e diversificação ou especificação para melhor definir os sujeitos do processo, ou a quantidade de bens que necessitavam ser defendidos, dentre eles, a natureza e o meio ambiente e, por fim, Tosi também afirma que “a pessoa humana não mais foi considerada de maneira abstrata e genérica, mas na sua especificidade e nas suas diferentes maneiras de ser como mulher, criança, idoso, doente, homossexual, etc.” (TOSI *apud* NODARI & BOTELHO, 2011, p. 136).

Atualmente se registra e se aceita a existência de quatro gerações de direitos humanos que podem ser identificadas em momentos históricos e culturais relevantes da humanidade. A primeira geração inclui os direitos *civis e políticos*; a segunda inclui os direitos *econômicos, sociais e culturais*; a terceira são os assim chamados *direitos coletivos da humanidade* e a quarta, uma categoria nova de direitos, ainda em discussão, mas que trata dos direitos das gerações futuras e que criariam obrigações para a nossa geração, isto é, o compromisso de deixar um mundo melhor para um futuro melhor.

No que se refere à divisão em quatro gerações de direitos humanos, Tosi (*apud* NODARI & BOTELHO, 2011, p.139) julga como apenas indicativa, uma vez que há “uma controvérsia quanto ao fato de considerar os direitos de terceira e quarta geração” como efetivos, pois não há legitimação em sua existência nem convergência quanto aos direitos que podem estar presentes nessas categorias. Entretanto, Tosi ratifica a visão de Piovesan entre outros autores (NODARI & BOTELHO, 2011, p. 139), quando afirma que “uma geração não substitui a outra, mas com ela interage”. Entretanto, essas gerações de direito não só devem interagir entre si, mas se articularem de forma complementar.

Na visão de Boaventura de Souza Santos (1997, p. 106), o Estado se coloca em posição oposta quanto a sua dialética em relação às quatro gerações de direitos humanos, pois

Enquanto a primeira geração (os direitos cívicos e políticos) foi concebida como uma luta da sociedade civil contra o Estado, considerado o principal violador potencial dos direitos humanos, a segunda e terceira gerações (direitos econômicos e sociais e direitos culturais, da qualidade de vida, etc.) pressupõem que o Estado é o principal gerente dos direitos humanos.

No artigo *O inter-relacionamento entre educação em direitos humanos e meio ambiente*, Eunice Nodari e Lúcio Botelho (2011, p. 135) discutem a necessidade de se abordar as questões ambientais dentro do conceito dos direitos humanos e afirmam que “enquanto o governo e a sociedade não entenderem que a qualidade de vida, em todos os aspectos, é um direito garantido, continuaremos a conviver com a devastação da natureza”.

Nesse trabalho acadêmico, nos concentramos em discutir apenas a terceira geração de direitos, aquela que trata dos direitos de solidariedade ou direitos coletivos da humanidade, e que incluem o *direito a um ambiente de qualidade* e, ao mesmo tempo, expressam a intenção em discutir uma interação maior entre educação, direitos humanos e meio ambiente.

A inclusão do meio ambiente saudável e equilibrado como um direito está positivada na legislação brasileira, da mesma forma que a erradicação da pobreza com suas consequências ambientais. Desta maneira, a Constituição Federal de 1988, em seu artigo 23, IV, define que “É competência comum da União, dos Estados, do Distrito Federal e dos Municípios proteger o meio ambiente e combater a poluição em qualquer uma de suas formas” (BRASIL, 1988).

Importa destacar, ainda, que o Capítulo VI da Constituição, dedicado exclusivamente ao meio ambiente, afirma, no caput do artigo 225, que

todos têm direito ao meio ambiente ecologicamente equilibrado, bem de uso comum do povo e essencial à sadia qualidade de vida, impondo-se ao poder público e à coletividade o

dever de defendê-lo e de preservá-lo para as presentes e futuras gerações (BRASIL, 1988).

Embora a nossa Carta Constitucional não deixe claro e gere, às vezes, ambiguidade quanto às atribuições de funções ambientais entre os níveis de governo, torna-se óbvio que a proteção e conservação do meio ambiente passa a ser *dever de todos*. Moura (2009, p. 10) afirma que “(...) a falta de clareza, no que diz respeito às competências de cada um tem gerado não somente conflitos federativos como tem, igualmente, prejudicado a eficiência e a eficácia da política ambiental”.

No que tange à afirmação de Moura, consideramos que mais do que um simples conflito federativo decorrente da hermenêutica jurídica, convém, neste caso, destacar o que chamaríamos de ‘a ética da conveniência política’, porém, se o assunto não é de interesse para nenhum dos níveis de governo, cabe ater-se à falta de clareza e à indefinição de competência, para mascarar o desinteresse pelo assunto. A questão poderia ser muito bem resolvida por qualquer das esferas, tendo em vista que a todos os níveis compete a preservação do meio ambiente e, por conseguinte, a elaboração de políticas públicas ambientais, pois o direito a um meio ambiente sadio é um direito constitucional e, acima de tudo, é um direito que visa à preservação da vida com qualidade no presente e principalmente no futuro.

Fazzinga Oporto (*apud* NODARI & BOTELHO, 2011, p. 140) afirma que “o direito a um ambiente sadio salvaguarda a própria vida humana sob dois aspectos, a saber: a existência física e saúde dos seres humanos; a dignidade dessa existência”, e complementa, “a qualidade de vida faz com que valha a pena viver”. Em consonância com o que afirma essa autora, reportamo-nos a Furtado (1998, p. 67), ao afirmar que

a consciência de que está em jogo a sobrevivência da própria espécie humana cimentará um novo sentimento de solidariedade e favorecerá a emergência da figura do cidadão empenhado na defesa de valores comuns a todos os homens, e que sabem que essa luta não comporta discriminações exceto em defesa da própria liberdade.

Neste sentido, Oporto (2010) analisa a importância de salvaguardar a vida humana pelo direito a um ambiente sadio. A autora destaca que esse direito amplia a existência física e a saúde dos seres

humanos e concorre para um adequado ou suficiente padrão de vida, deixando clara a necessidade de se convergir a proteção ambiental e a proteção da saúde humana para um mesmo ponto. O direito a esse ambiente sadio, necessário ao desenvolvimento humano e social, deve fazer parte do conhecimento humano, a fim de que homens e mulheres possam contribuir para a sua realização plena.

Nodari e Botelho (2011) ressaltam que a educação em direitos humanos e a proteção ambiental devem ser consideradas em conjunto e não isoladamente, pois ocupam posição vital nos dias atuais, apesar desses dois temas aparecerem mais frequentemente na mídia, somente ou principalmente, quando catástrofes ambientais ou violação extrema dos direitos humanos ocorrem. Esses autores afirmam, ainda, que a educação em direitos humanos deve dialogar com outros saberes e práticas, perpassando outras disciplinas e conteúdos programáticos, pois partem do princípio de que essa educação é uma prática trans e interdisciplinar, uma vez que a educação em direitos humanos e a proteção ambiental não podem ser consideradas isoladamente e, sim, de forma trans e interdisciplinar.

Ao longo do século passado, iniciou-se um processo de internacionalização em diversas áreas dos direitos humanos quanto à proteção desses direitos na área ambiental, tendo como ponto de partida para esse processo a Declaração Universal dos Direitos Humanos, de 1948, e em 1972, a Declaração de Estocolmo sobre o meio ambiente. No entanto, reconhece-se que a Conferência de Estocolmo (1972) ficou marcada muito mais pelas intenções do que pela efetiva implementação de medidas para o alcance de objetivos e princípios estabelecidos.

Posteriormente, a II Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, a Eco92, destaca, em seu princípio primeiro, que “os seres humanos estão no centro das preocupações com o desenvolvimento sustentável. Têm direito a uma vida saudável e produtiva em harmonia com a natureza” (ONU, 1992). O primeiro princípio se complementa com o princípio de número quatro advogando que “para alcançar o desenvolvimento sustentável, a proteção ambiental deve constituir parte integrante do processo de desenvolvimento e não pode ser considerada isoladamente”.

Faz-se necessário, assim, que haja a mobilização da sociedade civil e dos meios de comunicação de massa, considerados “aparatos técnicos de mediação simbólica” (BIROLI, 2010, p. 277), a fim de exigir políticas públicas educacionais que transformem e reconfigurem o atual quadro estático do Brasil e quiçá do mundo, para uma nova realidade que assegure educação e direito de bem viver a todos, bem

como o direito à luta por um meio ambiente salubre (sadio) para todos, e não apenas para aqueles cujo acesso às esferas política e econômica que detêm o poder decisório é facilitada pelas riquezas que possuem. Necessitamos eminentemente buscar ‘escapar do círculo vicioso de manutenção da pobreza’ e da degradação e destruição ambiental que corroboram a exclusão social e diminuem a ‘capacidade dos ecossistemas’.

O direito à educação ambiental e ao meio ambiente sadio constitui-se como um dos mais nobres instrumentos de consolidação da cidadania, pois, por meio desses direitos, é possível garantir uma melhor qualidade de vida à sociedade e, se violado seu direito ao meio ambiente sadio, violam-se também seus direitos humanos.

Portanto, somente por intermédio de uma educação sólida é que se pode exigir o cumprimento de outras garantias asseguradas aos cidadãos, pois assim esses sujeitos, detentores de direitos, começarão a se reconhecer como parte integrante de uma sociedade. Dividimos esse mesmo pensamento com Kant (1966, p. 73) quando nos diz que “o homem só pode ser homem pela educação”.

Nesse sentido, verifica-se a importância da Educação Ambiental, ressaltando que se uma sociedade, quando privada de seus mais elementares direitos como educação, saúde, trabalho, moradia, etc., pouca consciência tem de seus direitos a um ambiente sadio (SOUZA, 2007), razão pela qual acreditamos ser necessário considerar essa relação entre os direitos assegurados e a consciência do uso dos direitos na definição de políticas públicas que promovam e assegurem os direitos humanos em sua plenitude.

É inquestionável a necessidade, para o exercício pleno da cidadania livre e democrática, de conquistas, como consta no PNEHDH, de 2007, em termos de respeito à dignidade da pessoa humana, sem distinção de raça, nacionalidade, etnia, gênero, classe social, região, cultura, religião, orientação sexual, identidade de gênero, geração e deficiência (BRASIL, 2007b). Há ainda muito a ser feito para efetivar o direito à qualidade de vida, à saúde, à educação, à moradia, ao lazer, ao meio ambiente saudável, ao saneamento básico, à segurança pública, ao trabalho e às diversidades cultural e religiosa, entre outras (grifos nossos).

Acreditamos que direitos humanos e educação ambiental, no contexto das políticas públicas, constituem-se em instrumentos de valorização da cidadania e contribuem para a elevação do padrão de qualidade de vida, do desenvolvimento comunitário e, reiteramos, para a construção de uma sociedade mais livre, mais justa e mais humana.

É imprescindível que os cidadãos, detentores de direitos, sejam proativos e atuem no desenvolvimento de modelos alternativos de desenvolvimento que garantam o acesso pleno aos recursos ambientais, porém visando à sustentabilidade, objetivando minimizar os prejuízos ao meio ambiente e os riscos advindos da proximidade dos locais de moradia com áreas potencialmente perigosas, como encostas e esgotos a céu aberto, devido à ausência de saneamento e de outros serviços públicos que assegurem bem-estar e dignidade para viver em seus bairros (IBASE *apud* ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009, p. 40-41). O simples despejo das águas servidas em poços, valas e em rede de duto de águas pluviais pode incorrer em riscos graves, como a contaminação de poços dos quais as famílias retiram água para o consumo diário e, inclusive, a contaminação dos lençóis freáticos.

A Organização das Nações Unidas (ONU), por meio da Resolução A/RES/64/292, publicada em 28 de julho de 2010, na Assembleia Geral das Nações, declarou a água limpa e segura e o saneamento um *direito humano essencial* para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos. Afirma a Resolução que “assegurar o acesso à água e ao saneamento enquanto direitos humanos constitui um passo importante no sentido de isso vir a ser uma realidade para todos”. O direito ao saneamento na contemporaneidade, de acordo com o Atlas de Saneamento (IBGE, 2011a, p. 10)

se confunde, cada vez mais, com o próprio direito ao meio ambiente e à qualidade de vida, tornando-se um dos indicadores mais sensíveis do grau de organização da sociedade civil em busca do acesso à cidadania e da própria diminuição das desigualdades existentes na sociedade brasileira.

Segundo a Comissão de Direitos Humanos, da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais (MINAS GERAIS, 2008), a conquista dos direitos humanos, abrangendo, dentre tantos outros, os direitos à qualidade de vida, à moradia, ao saneamento básico, ao meio ambiente sadio e sustentável, depende, sobretudo, de um processo de tomada de consciência por parte dos cidadãos, para, somente assim, fazerem valer plenamente seus direitos.

É, portanto, de fundamental importância que as instituições favoreçam a constituição de sujeitos coletivos de direitos para serem protagonistas com capacidade de atuarem efetivamente na “construção de modelos alternativos de desenvolvimento que assegurem a

democratização do acesso aos recursos ambientais e a sustentabilidade do seu uso” (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, p. 40-41).

2.3 DESENVOLVIMENTO E SOCIEDADE

Desenvolvimento sustentável, desenvolvimento local sustentável e, sobretudo, desenvolvimento comunitário são categorias de desenvolvimento que aqui abordaremos com o intuito de discutir os fundamentos que, juntamente com as discussões a respeito de saneamento, que abordaremos no próximo capítulo, nos auxiliaram no planejamento, formulação e na contextualização das análises em nossa pesquisa. *Desenvolvimento comunitário* assim como *políticas públicas de saneamento* constituem as principais categorias dessa tese e se tornam de fundamental importância para nossas análises, tendo em vista a temática aqui escolhida, ou melhor, *as repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para o desenvolvimento comunitário*.

Reconhecemos que as políticas públicas de saneamento nos países que se encontram em desenvolvimento, em especial no caso do Brasil, devem ter como prioridade o enfrentamento de desafios e questões intrinsecamente vinculadas à qualidade de vida das pessoas, ao desenvolvimento social e, mais precisamente, ao desenvolvimento comunitário.

Destacamos a importância fundamental de se viabilizar, estimular e valorizar a participação social nas decisões a serem tomadas, pois o destino de uma comunidade está em suas escolhas e na capacidade de mobilização para pensar, planejar e concretizar seus próprios caminhos. No entanto, aqui nos dedicaremos, com maior ênfase a discutir as questões e conceitos mais estreitamente vinculados aos processos de desenvolvimento comunitário. Essa categoria de desenvolvimento, por princípio, requer que seja abolida a cultura predominantemente vigente do assistencialismo e do clientelismo e deve buscar novas práticas políticas que permitam a participação efetiva da sociedade nas decisões que afetam diretamente suas vidas e “fortalecer o exercício da cidadania e da cooperação e o protagonismo comunitário dos cidadãos” (KRONENBERGER, 2011, p. 12). Ainda, de acordo com essa autora, é preciso que as pessoas tenham oportunidade de oferecer os seus potenciais, investindo, sobretudo, na formação de capital humano e de capital social, requisitos fundamentais para se alcançar um desenvolvimento sustentável.

A partir da década de 1970, por ocasião da Conferência das Nações Unidas sobre o Meio Ambiente (Estocolmo, 1972), as

autoridades globais despertaram para a necessidade de olharmos mais atentamente para o meio ambiente. A percepção de finitude e possível destruição do mundo natural foram entendidas como um risco à existência humana. As discussões à época abordaram questões como a camada de ozônio, o aquecimento global, dentre outros assuntos que nos debates atuais tornaram-se corriqueiros.

Considerando que o conceito de desenvolvimento é frequentemente utilizado nos mais diversos meios e veículos de comunicação e, com o intuito de verificar o entendimento corrente, no senso comum, reportamo-nos a três dos dicionários mais utilizados em nosso País — Aurélio (1986), Michaelis e Houaiss, encontramos, por definição de desenvolvimento, muita coisa comum. Em todos, desenvolvimento é considerado como a ação ou efeito de desenvolver (-se); crescimento; progresso; crescimento econômico, social e político de um país, região, comunidade etc.; passagem gradual de um estágio inferior a um estágio mais aperfeiçoado; aumento da capacidade ou das possibilidades.

Observamos, em especial, a vinculação de desenvolvimento aos aspectos de mudanças em busca de evolução, embora não tenhamos encontrado indicativos do que seria o ‘estágio superior’ ou mesmo o que caracterizaria a evolução. Entretanto, no dicionário Aurélio, temos já um prenúncio do que poderíamos entender como definição para desenvolvimento sustentável. Define o autor que “desenvolvimento autossustentado é um modelo de crescimento socioeconômico que não agride o equilíbrio ecológico”.

No *Diccionario de la Naturaleza* (1987), desenvolvimento está conceituado como “processo que se traduz pelo incremento da produção de bens por uma economia, acompanhado de transformações estruturais, inovações tecnológicas e empresariais, e da modernização em geral da mesma economia”. Entretanto, consideramos importante ressaltar os argumentos de Marcos Espíndola (2007, p. 65), ao defender que “as técnicas atuais são indiferentes em relação ao meio em que se instalam, alienadas, mais do que em qualquer outro período da história, em relação a qualquer subjetividade”. Segundo esse autor, essas técnicas são o esteio principal do processo de globalização e, assim, os espaços tradicionais ou locais ficam subordinados aos espaços globais das forças tecnológica e economicamente hegemônicas.

Ainda em 1990, Wilhein, ao introduzir o foco ambiental no conceito de desenvolvimento, ampliou esse conceito, defendendo que

o desenvolvimento só pode existir quando são levadas em conta três variáveis: a) o crescimento da economia, a fim de gerar riquezas e oportunidades; b) a melhoria na distribuição da renda, diminuindo a atual iniquidade; c) a melhoria da qualidade de vida, representada, entre outros fatores, por um melhor ambiente (preservado, conservado, recuperado e melhorado) (WILHEIN, 1990, p. 4).

O Ministério do Meio Ambiente (2005b, p. 57) ao tratar da educação ambiental e incorporar ao termo *desenvolvimento* a qualificação de *sustentável* acrescenta a perspectiva ambiental ao afirmar que “estimula a formação de sociedades socialmente justas e ecologicamente equilibradas, que conservam entre si relação de interdependência e diversidade. Isto requer responsabilidade individual e coletiva em nível local, nacional e planetário”.

Note-se, ainda, a relevante contribuição, à época, da ideia de finitude nas questões de tempo e bens naturais nos conceitos incorporados a partir de 1987, por ocasião da apresentação do documento chamado Nosso Futuro Comum, mais conhecido por Relatório Brundtland¹⁷: “desenvolvimento que atende às necessidades do presente, sem comprometer a capacidade de as futuras gerações atenderem às suas próprias necessidades” (WCED, 1987, p. 46).

Nessa mesma ocasião outros conceitos de desenvolvimento sustentável também foram incorporados e passaram a integrar o relatório, tais como: "Processo de transformação no qual a exploração dos recursos, as diretrizes de investimento, a orientação do desenvolvimento tecnológico e as mudanças institucionais sejam consistentes com as necessidades atuais e futuras" (WCED, 1987, p. 49).

O desenvolvimento sustentável, segundo Kronemberger, (2011, p. 27) “pressupõe mudanças na organização da economia e da sociedade, bem como reconstrução permanente”, fazendo-se necessário empreender esforços na busca de “soluções para os desafios atuais” (KRONEMBERGER, 2011, p. 27) e não ater-se tão somente àquelas soluções que apresentarem apenas críticas, engessadas em visões de mundo arraigadas a soluções preestabelecidas, não flexíveis e que entravam a busca das necessárias inovações.

¹⁷O relatório recebeu esse nome em função de Gro Harlem Brundtland, Primeira-ministra da Noruega à época, que chefiou a Comissão Mundial sobre o Meio Ambiente e Desenvolvimento, constituída para estudar o assunto.

Não devendo, portanto, o desenvolvimento limitar-se ao crescimento econômico que, embora seja importante, não é, em si, somente, suficiente. Fazem-se necessários outros aspectos como fatores sociais, culturais, ambientais, institucionais e políticos, relacionados à redução da pobreza e das desigualdades sociais, à geração de empregos, à conservação ambiental. O IBGE (2004), em seu vocabulário básico de recursos naturais e meio ambiente, traz algumas considerações que consideramos pertinentes sobre o tema, como podemos observar a seguir.

- O desenvolvimento sustentável procura integrar e harmonizar as ideias e conceitos relacionados ao crescimento econômico, a justiça e ao bem estar social, a conservação ambiental e a utilização racional dos recursos naturais. Para tanto considera as dimensões social, ambiental, econômica e institucional do desenvolvimento.
- Em termos sociais o desenvolvimento sustentável propõe a repartição mais justa das riquezas produzidas (justiça social), a universalização do acesso à educação e à saúde, e a equidade entre sexos, grupos étnicos, sociais e religiosos, entre outros aspectos. Para ser sustentável o desenvolvimento tem de significar melhoria na qualidade de vida de toda a população, assegurando condições de vida dignas a todos e justiça social.
- Do ponto de vista ambiental, o desenvolvimento propõe que os recursos naturais renováveis sejam usados aquém de sua capacidade de renovação, e os não renováveis de forma parcimoniosa, permitindo o seu uso pelo máximo de tempo e de gerações. Uma das características deste novo paradigma de desenvolvimento é o compromisso e a preocupação com as condições de vida das próximas gerações.

- Em termos institucionais, o desenvolvimento sustentável avalia o grau de participação e controle da sociedade sobre as instituições públicas e privadas, o aparelhamento do estado para lidar com as questões ambientais, o envolvimento em acordos internacionais, o montante de investimento em proteção ao meio ambiente, ciência e tecnologia e o acesso a novas tecnologias (IBGE, 2004, p. 101)

Sob esse paradigma, desenvolvimento considera não somente o crescimento econômico, mas integra em seu conceito as melhorias sociais, institucionais e a sustentabilidade ambiental, buscando proporcionar o bem-estar da população em longo prazo e assegurar um meio ambiente saudável para as gerações de hoje e para as gerações futuras.

No entanto, o geógrafo Carlos Porto-Gonçalves (2004) considera que a ideia de desenvolvimento pressupõe a dominação da natureza, e adverte-nos a respeito da necessidade de se estabelecer condições jurídicas e políticas para que as técnicas de dominação da natureza possam se desenvolver. Nesse aspecto, sentencia o autor:

[...] *des-envolver* é tirar o envolvimento (a autonomia) que cada cultura e cada povo mantém com seu espaço, com seu território; é submeter o modo como cada povo mantém suas próprias relações de homens (e mulheres) entre si e destas com a natureza; é não só separar os homens (e mulheres) da natureza como, também, separá-los entre si, individualizando-os (PORTO-GONÇALVES, 2004, p. 39).

Argumenta Kronemberger (2011) que, por seu caráter antagônico, desenvolvimento pode ser virtuoso para uns e nefasto para outros, à medida que simultaneamente pode promover o enriquecimento de uns e o empobrecimento de muitos outros. Na contemporaneidade, as questões socioambientais são marcadas por contradições de ordem tecnológicas, políticas, econômicas e sociais e, nesse contexto, entende-se que as questões socioambientais são definidas a partir das contradições existentes entre os diversos modelos de ocupação e exploração da terra e a sustentação dos mesmos pela natureza (SILVA e POMPEU, 1987). Também não poderíamos deixar de considerar que o

desenvolvimento, para ser sustentável, necessita ter como proposta melhorar a vida pessoal, a vida da comunidade ou sociedade e, ainda, garantir a qualidade de vida dos que estão vivos hoje e dos que virão amanhã, ou melhor, deve assegurar o desenvolvimento humano, social e ambiental (FRANCO, 2001).

O professor Ignacy Sachs (1993), muito significativamente contribuiu para a compreensão de desenvolvimento sustentável, ao defender o necessário *tripé mágico* do desenvolvimento, ou seja, *prudência ecológica, eficiência econômica e justiça social*. A *prudência ecológica* levaria à parcimônia no uso dos recursos naturais, garantindo a permanência das atividades econômicas e da qualidade de vida; *eficiência econômica* implicaria criar as condições para que os níveis de quantidade e qualidade da produção se elevem para os mesmos níveis de utilização dos recursos; *justiça social* representaria a igualdade de oportunidades para todos os contemporâneos.

Segundo Leoni, Radford e Schulman (2012, p. 64) “os desastres não causam apenas destruição e sofrimento humano imediatos, mas também impedem o desenvolvimento em longo prazo, mantendo a população presa em um círculo vicioso de pobreza”. Existe uma estreita relação entre os desastres ambientais, a pobreza, o desenvolvimento. Os altos níveis de exploração dos recursos naturais contribuem para aumentar os riscos ambientais e o fato de estarem as populações pobres expostas repetidas vezes aos desastres ampliam as chances de se estabelecer uma situação crônica de pobreza.

Kronemberger (2011, p. 43), destacando a importância da Agenda 21¹⁸ para as políticas ambientais e para o desenvolvimento sustentável, ressalta a necessidade de haver a “integração das questões ambientais, sociais e econômicas, por intermédio da construção e parcerias, do planejamento e da gestão integrados”. Numa visão sistêmica, a Agenda 21 propõe a integração entre meio ambiente, sociedade e desenvolvimento, reconhecendo o combate à pobreza como

¹⁸ Durante a Conferência das Nações Unidas sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento, realizada em 1992, no Rio de Janeiro, foi aprovada a Agenda 21 Global, documento que contém compromissos, em que cada país participante seria responsável por incorporar às suas políticas públicas, princípios com base no desenvolvimento sustentável, com o objetivo de compatibilizar a melhoria da qualidade de vida da população, proporcionando o crescimento econômico em sintonia com o meio ambiente. Os mesmos princípios serviram de modelo à elaboração de propostas de Agendas 21 em níveis nacional, estadual e local (CPRH, 2013).

condição primordial para garantir a sustentabilidade, no entanto adverte que esses compromissos podem facilmente redundar na retórica da sustentabilidade.

O programa da Agenda 21 de Pernambuco está estruturado com base em seis eixos temáticos — *idades sustentáveis*, *redução das desigualdades sociais*, *economia sustentável*, infraestrutura, gestão dos recursos naturais, e combate à desertificação e convivência com a seca. No entanto, o desenvolvimento do nosso estudo estará especialmente focado nos quatro primeiros eixos.

O eixo *Cidades Sustentáveis* aborda as questões de

uso e a ocupação do solo; planejamento e gestão urbana; habitação e melhoria das condições ambientais; garantia de direito de acesso às cidades; padrões de consumo; reciclagem e coleta seletiva de lixo; prevenção, controle e diminuição dos impactos ambientais em áreas urbanas; conservação do patrimônio histórico; rede urbana e desenvolvimento sustentável dos assentamentos humanos; transporte urbano; abastecimento de água e serviços de esgoto sanitário (CPRH, 2002, p. 17).

A cidade sustentável é um fenômeno em construção que pressupõe um conjunto de mudanças e, segundo Alva (1997, p. 66), “depende da capacidade de reorganizar os espaços, gerir novas economias externas, eliminar as deseconomias de aglomeração, melhorar a qualidade de vida das populações” e cujo objetivo é a superação das desigualdades socioeconômicas como condição para o crescimento econômico.

O segundo eixo focado em nossos estudos contempla as questões da *Redução das Desigualdades Sociais* e, nesse sentido, aborda itens como pobreza, distribuição de renda, saúde e os impactos sobre o desenvolvimento; acesso de oportunidades aos grupos considerados vulneráveis, entre outros. A busca por uma sociedade economicamente viável, socialmente justa e ambientalmente saudável conduz ao esforço de compreensão das novas dinâmicas que regem o espaço urbano e possibilitem a construção de políticas articuladas cujo objetivo seja a qualidade de vida, a produtividade, a preservação e a inclusão social (CPRH, 2002).

Em relação à economia sustentável, as discussões abrangeram os princípios da economia sustentável no estado de Pernambuco e a visão

regionalizada em termos das vocações e potencialidades para o desenvolvimento. Ainda foi realizada uma análise da cadeia produtiva e do papel das novas tecnologias, especialmente com vistas à proposição e ao apoio a empreendimentos inovadores (CPRH, 2002). Assim, evitar a primazia que o mercado tende a ter por motivos de eficiência econômica e rentabilidade privada, que favorece as economias de escala e de aglomeração, era fundamental para inibir os processos que conduzem às deseconomias sociais e à concentração funcional, regional e interpessoal da renda.

Quanto ao eixo de infraestrutura, foram abordadas questões como transportes e uso de tecnologias seguras e menos poluentes; maior cobertura social dos serviços energéticos; fornecimento de energia ambientalmente saudável; racionalização do uso de energia alternativa e reavaliação dos atuais padrões de consumo; e comunicação, compreendendo telecomunicações, computação e informação (CPRH, 2002). Buscava-se atender às exigências impostas pelas diversas dimensões da sustentabilidade e excluir um estilo de desenvolvimento que fosse conduzido e orientado exclusivamente pelas forças do mercado, já que essas tendem a favorecer a concentração e utilização do capital e das atividades econômicas.

É nesse sentido que um dos principais temas abordados na Agenda 21 é a necessidade de erradicar a pobreza, dando aos pobres acesso aos recursos de que necessitam para viver de forma humanamente digna e sustentável e complementa reiterando que a saúde, a educação, o meio ambiente, a redução das desigualdades sociais firmaram-se como temas relevantes para o desenvolvimento sustentável.

O investimento em educação e saúde, habitação e alimentação, em transporte, energia, telecomunicações, entre outros serviços de infraestrutura, significa, segundo Paul Singer (2000), investir em políticas sociais e econômicas. A esse respeito, destaca esse autor, o regime solidário de desenvolvimento como um projeto que foi sendo formulado a partir de novas práticas sociais como resposta a grandes desafios, no Brasil, não será diferente, desde que as condições políticas o tornem o fulcro da esperança geral.

Singer (2004, p. 7) deixa claro que é necessária a consolidação “de uma economia de mercado regida não pela busca do lucro, mas pela geração de trabalho e renda, organizada solidariamente em mercados locais e regionais”. Para esse pesquisador,

desenvolvimento solidário é um processo de fomento de novas forças produtivas e de

instauração de novas relações de produção, de modo a promover um processo sustentável de crescimento econômico, que preserve a natureza e redistribua os frutos do crescimento a favor dos que se encontram marginalizados da produção social e da fruição dos resultados da mesma.

Assim, o desenvolvimento solidário necessita empreender novas formas de produção que respeitem os recursos naturais e favoreçam a construção de valores como a igualdade e a autorrealização. Não se trata aqui, em nenhuma hipótese, deixar de considerar a importância dos avanços científicos e tecnológicos, no entanto torna-se imperativo submetê-lo a um permanente crivo dos valores ambientais, da inclusão social e dos processos de autogestão.

Voltando ao contexto da Agenda 21, ressaltamos um aspecto relevante a ser considerado que é seu caráter democrático e igualitário com o reconhecimento da importância dos direitos e das contribuições potenciais dos pobres e outros grupos minoritários como cidadãos detentores dos mesmos direitos à educação, saúde, alimento, moradia, ambiente sadio, etc., justificando a relevância da participação nos processos sociais na formulação de políticas.

O reconhecimento do direito à voz nas definições e decisões sobre os caminhos a serem percorridos para o alcance do desenvolvimento demonstra a importância da preparação e da educação, em seu sentido mais amplo, possibilitando a participação da sociedade como um dos meios eficazes para a implementação do desenvolvimento almejado de forma a gerar resultados positivos para todos. Observa-se, nas recomendações da Agenda 21, uma ênfase no desenvolvimento de recursos humanos para ajudar no empoderamento de mulheres, jovens, indígenas e outros grupos potencialmente em desvantagem socioeconômica ou marginalizados.

Vale considerar, como observado anteriormente, que a sociedade pouca consciência tem de seus direitos a um ambiente sadio e que a desenfreada ganância lucrativa com a destruição dos recursos naturais e a falta de articulação com vários elementos na busca de novos conhecimentos e novas realidades pouco permitem a sua renovação e recuperação em tempo hábil. Nesse sentido o desenvolvimento deve abordar as questões sociais, ambientais e econômicas, respeitando os direitos dos cidadãos, numa relação sistêmica, pois uma sociedade sem oportunidade de viver com dignidade dificilmente teria consciência e forças para se organizar e lutar pela garantia de seus direitos.

Compreendemos que o consenso, a participação, a parceria e a transparência devem estar na base de políticas formuladas e propostas que tenham um caráter sustentável. Jesus e Mance (2003), em seu artigo *sobre desenvolvimento local e sustentável: algumas considerações conceituais e suas implicações em projetos de pesquisa*, defendem que para que aconteça um desenvolvimento local se faz necessário “um processo que mobiliza pessoas e instituições buscando a transformação da economia e da sociedade locais, criando oportunidades de trabalho e de renda”. Assim sendo, se alcançaria a superação das dificuldades favorecendo oportunidades para a melhoria das condições de vida da população local.

Nesse contexto, Jesus e Mance (2003, p. 72), afirmam

pode-se, pois, dizer que se está perante uma iniciativa ou um processo de desenvolvimento local quando se constata a utilização de recursos e valores locais, sob o controle de instituições e de pessoas do local, resultando em benefícios para as pessoas e o meio ambiente do local.

Dessa forma, faz-se necessário um esforço localizado e concentrado de articulação entre todos os atores envolvidos e comprometidos (lideranças políticas e comunitárias, instituições e empresas envolvidas e os habitantes de um determinado lugar) na busca de mudanças nos meios de produção local, objetivando iniciativas que resultem em melhores condições de vida da população, a partir da valorização do capital natural, humano — individual e social — e cultural locais. Trata-se, portanto, segundo Kronemberger (2011, p. 31), “de uma convergência de fatores econômicos, sociais, políticos, institucionais e ambientais, que se cruzam e se interpenetram, sendo que nenhum deles se completa sem o auxílio dos demais” e, assim sendo, não se pode compreender um deles sem considerar a inter-relação entre os demais.

Nesse sentido, o desenvolvimento local pode ser compreendido, de acordo com Coelho (1997, p. 48), como “um plano de ação coordenado, descentralizado e focalizado, destinado a ativar e melhorar — de maneira sustentável — as condições de vida dos habitantes de uma localidade”. Assim, o desenvolvimento local deve estimular e promover a ampla participação de todos os atores inseridos no processo.

Alcoforado (2006, p. 86) quando discute desenvolvimento local, o trata como “uma nova estratégia de desenvolvimento em que a

comunidade assume um novo papel: de comunidade demandante ela emerge como agente, protagonista, empreendedora, com autonomia e independência”. Ainda, segundo esse autor, trata-se de uma estratégia que tem como principal objetivo não só a melhoria da qualidade de vida da comunidade, mas deve buscar maior participação nas ações políticas, respeitando a autonomia e a independência, contribuindo, assim, para o real exercício da democracia e para a utilização racional do meio ambiente, visando o bem estar no presente e no futuro.

Ao abordarmos desenvolvimento local, não estamos necessariamente tratando de ‘escala’, mas da natureza da intervenção a partir de políticas definidas para ações prioritariamente locais, pois o desenvolvimento local pode assumir configurações territoriais diversas como bairros, distritos, municípios e tantas outras em função das demandas e dos critérios estabelecidos nos planos e políticas governamentais para se eleger as áreas como prioritárias para a execução das ações. O local é entendido como um produto do processo de desenvolvimento, da participação social, um espaço que vai sendo construído pela sociedade, que vai formando configurações territoriais diversas (KRONEMBERGER, 2011), razão pela podemos também denominar desenvolvimento local como denominado desenvolvimento territorial.

Numa outra abordagem o conceito de desenvolvimento está vinculado ao chamado desenvolvimento solidário. Essa concepção consiste na ideia de um desenvolvimento baseado na formação de ‘comunidades’ de pequenas firmas associadas ou de cooperativas de trabalhadores, e deve estar pautado pelos valores de cooperação e mútua ajuda entre pessoas ou empresas, mesmo quando, entre si, competem nos mercados. Ressalta-se, ainda, que, segundo Singer (2004), o desenvolvimento solidário em si não propõe nem provocaria a abolição dos mercados, os quais, por sua vez, devem continuar funcionando submetidos às normas e controles, para que ninguém seja excluído da economia involuntariamente.

Desenvolvimento comunitário, por sua vez, segundo o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social – IDIS (2010) busca o fortalecimento da sociedade civil e “dos potenciais social, econômico e ambiental de uma região, município ou localidade”, com o propósito de ampliar e melhorar a qualidade de vida dos seus habitantes e prioriza as ações coletivas nas comunidades, nos âmbitos político, social, econômico e ambiental. Desenvolvimento comunitário, portanto, deve basear-se na identificação dos talentos e recursos de uma comunidade, como recursos naturais, sociais, culturais, econômicos e institucionais

(KRONEMBERGER, 2011). Dessa forma, o princípio de desenvolvimento comunitário, busca transformar a noção de que os indivíduos são meros clientes dependentes de atores externos em agentes efetivamente participativos na construção de um futuro melhor.

A abordagem de desenvolvimento necessariamente tem de considerar a efetiva participação da comunidade e a inclusão social, opondo-se à ideia de intervenção direta, que não privilegie a participação dos atores envolvidos, os interesses, as peculiaridades e a identidade própria de cada comunidade. Nesse caso, reportamo-nos a Caroline Brettel (2003, p. 120-121) ao considerar que as “relações de comunidade, implicam em um grupo de instituições ou organizações com as quais a interação contextual social pode ocorrer ou com as quais a participação do membro pode ser identificada”. Nesse contexto, a interação social almejada dever ocorrer por associações cuja adesão necessita ser voluntária.

Dentro desse mesmo tema, a Declaração de Budapeste (2004), referenciada por Brian Motherway (2006), no documento *o papel do desenvolvimento comunitário — combate à pobreza na Irlanda*, indica que o desenvolvimento comunitário essencialmente deve buscar a capacitação dos valores locais das comunidades em torno de temas específicos ou iniciativas políticas, pois isso

[...] fortalece a capacidade das pessoas como cidadãos ativos através de seus grupos comunitários, organizações e redes; e a capacidade de instituições e agências (públicas, privadas e não governamentais) para trabalhar em diálogo com os cidadãos para moldar e determinar a mudança em suas comunidades. Ele [o desenvolvimento comunitário] desempenha um papel crucial no apoio à vida democrática ativa, promovendo a voz autônoma de comunidades carentes e vulneráveis¹⁹ (p. 14 - Tradução nossa).

¹⁹ It strengthens the capacity of people as active citizens through their community groups, organizations and networks; and the capacity of institutions and agencies (public, private and non-governmental) to work in dialogue with citizens to shape and determine change in their communities. It plays a crucial role in supporting active democratic life by promoting the autonomous voice of disadvantaged and vulnerable communities.

De uma forma mais ampla o sentido de desenvolvimento comunitário inclui a noção de bem-estar social e econômico e a sustentabilidade das comunidades inseridas em seus territórios — regiões, cidades ou bairros — com a garantia de que não sofrerão com os apelos econômicos que tendem a expulsá-las para as periferias menos qualificadas dos contextos urbanos ou rurais nos quais estão inseridas.

Na prática, o desenvolvimento comunitário é resultado de um esforço comum entre pessoas e instituições, sejam ela privadas, públicas ou não governamentais, envolvidas direta e indiretamente com a comunidade. Clubes, igrejas, escolas especiais, estabelecimentos comerciais são exemplos de associações voluntárias que, segundo Brettel (2003, p. 121), “também fornecem um contexto para a interação social”. Essa interação na busca do esforço coletivo comum tem como resultado o que podemos chamar de sentimento de pertencimento e o entendimento de que os objetivos individuais só são plenamente alcançados quando todos, coletivamente, alcançam seus objetivos e metas.

Segundo Elvas e Moniz (2010), o sentimento de comunidade, denominado também por Weber de ‘sentimento de nós’, está diretamente vinculado ao fato de as pessoas não só fazerem parte de um grupo ou comunidade, mas, e principalmente, ao fato de se considerarem integrantes de um grupo cujas similaridades contribuem para a ação conjunta de forma interdependente para a satisfação das suas necessidades e, como afirmam essas autoras, para a “satisfação de vida, associados a contextos comunitários de vizinhança” (ELVAS & MONIZ, 2010, p. 451).

Para Weber (1972, p. 25) o conceito de comunidade está vinculado não somente ao fato de pertencerem ao mesmo grupo, mas “a uma relação social quando e na medida em que a atitude na ação social [...] repousa no sentimento subjetivo dos participantes de pertencer (afetiva ou tradicionalmente) ao mesmo grupo”. Nesse sentido, o sentimento de pertencimento a uma comunidade contribuiria efetivamente de forma positiva para o êxito das ações dos programas comunitários considerados essenciais para o desenvolvimento sustentável e saudável das comunidades.

Esse sentimento de pertencimento, uma vez constituído na comunidade, promove o fortalecimento entre seus membros, contribuindo para uma maior mobilização e envolvimento e, sem dúvida, para o comprometimento de todos os cidadãos nos processos de decisão a favor da comunidade. Essa mobilização, envolvimento e comprometimento dos cidadãos nos processos de decisão em favor da

comunidade caracteriza o que Elvas e Moniz denominam de “participação comunitária” (2010, p. 451). “A participação comunitária não se resume apenas a um suporte ou ajuda entre membros de um determinado grupo, envolve também o seu contributo efetivo nas decisões com impacto na mudança social” (ELVAS & MONIZ, 2010, p. 452). As comunidades bem organizadas podem não apenas se ajudar mutuamente, mas devem desempenhar a tarefa fundamental de fazer que os governos cumpram positivamente seu papel.

O sentimento de comunidade deve, portanto, transcender o individualismo e “manter-se na interdependência do relacionamento com os outros e nas expectativas que temos deles” (ELVAS & MONIZ, 2010, p. 452). O sentimento de comunidade deverá, então, fortalecer “a convicção de que as necessidades dos membros serão alcançadas através de um compromisso de união” (ELVAS & MONIZ, 2010, p. 452). A comunidade ideal, cujos membros trabalhem juntos e harmoniosamente, é um ideal utópico. No entanto, a habilidade e a predisposição de seus membros para desenvolverem as ações conjuntamente, com o necessário respeito e confiança, ajudarão a fortalecer o espírito de coletividade.

Assim, podemos entender que para que o desenvolvimento comunitário ocorra se faz necessário um processo no qual uma comunidade de um dado território não seja mera coadjuvante, e sim, efetivamente, protagonista de seu próprio desenvolvimento. Para isso é fundamental que o processo ocorra tendo como princípio alcançar o desenvolvimento dos capitais humano e social. Atender aos pressupostos de mobilização e participação comunitária, construção coletiva do conhecimento, criação e manutenção de espaços de participação, valorização dos talentos e recursos locais, articulação e integração intersetorial. O respeito ao tempo e às capacidades da comunidade são condições inerentes a qualquer processo de desenvolvimento comunitário.

2.3.1 A evolução do conceito de desenvolvimento comunitário

O conceito de desenvolvimento comunitário passou a integrar os programas governamentais a partir do final da II Guerra Mundial e o início da chamada guerra-fria, entre os blocos capitalista e socialista, caracterizando-se como estratégia de os países capitalistas assegurarem a ordem social e minimizarem os apelos de cooptação dos regimes comunistas em relação aos países pobres, principalmente na América Latina.

Segundo o Banco Nacional de Desenvolvimento (BNDES), a ideia de desenvolvimento comunitário, inicialmente, fundamentava-se na ideia de que a “pobreza tornava os povos receptivos à propaganda comunista” (SILVA & ARNS, 2002) e, para os Estados Unidos da América (EUA), ajudar aos povos de países subdesenvolvidos seria uma forma de investimento a ser revertido em benefícios econômicos. Na prática, a ideia inicial de desenvolvimento comunitário consistia em assistência técnica e social aos países periféricos da economia mundial.

As origens da ideia de desenvolvimento comunitário surgiram a partir de meados do século passado e desde esse período até os dias atuais, podemos observar que os conceitos de desenvolvimento comunitário passaram por diversos momentos com diferentes acepções no seu entendimento, evoluindo, se assim podemos dizer, do mero atendimento às necessidades demandadas, ao envolvimento, participação e compromisso de todos que fazem parte do processo. No Brasil, essa ideia de desenvolvimento comunitário adquiriu maior visibilidade nas últimas décadas, como podemos observar a seguir:

- 1950 – 60: faça desenvolvimento para o povo
- 1960 – 70: faça desenvolvimento pelo povo
- 1970 – 80: faça desenvolvimento através das pessoas
- 1980 – 90: faça desenvolvimento com as pessoas
- a partir de 1990: promova as pessoas para o desenvolvimento. O objetivo passa a ser desenvolver a capacidade local para o autodesenvolvimento. Pela primeira vez, as pessoas estão sendo vistas como foco primário; protagonistas do processo de desenvolvimento (NEUMANN, 2010, p. 9).

Safira Ammann argumenta que só quando “cada povo participa do planejamento e da realização de programas que se destinam a elevar o padrão de suas vidas” (1981, p. 147) é que o desenvolvimento comunitário realmente se efetiva. Segundo essa autora, isso implica a necessária e indispensável colaboração entre o poder público, nos seus mais diversos níveis, e a população, para que os processos de desenvolvimento viáveis e equilibrados se tornem eficazes.

Assim, ao longo do tempo, o conceito de desenvolvimento comunitário evoluiu dos ‘pacotes soluções’ que atendessem às demandas de deficiências ou problemas para as soluções conjuntas com a efetiva participação das comunidades e o reconhecimento das capacidades, das habilidades e das competências existentes na comunidade.

No Brasil, conforme consta na publicação do caderno *Desenvolvimento Comunitário*, da série *Cadernos Técnicos do Projeto BNDES* (SILVA & ARNS, 2002), — *Desenvolvimento Local*, em cooperação técnica com o PNUD, na década de 40, foram implementados os primeiros projetos de desenvolvimento comunitário a partir da realização de

convênios para o incremento da produção de alimentos e a educação rural e industrial. Em 1948, foi criada a Associação de Crédito e Assistência Social (ACAR); nas décadas de 50 e 60 foram criadas as Campanhas de Educação Rural (CNER) e o Serviço Social Rural; o início da década de 60 marca o fortalecimento do Movimento de Educação de Base (MEB), originado na Igreja de Natal (RN) e encampado pelo estado com a preocupação de ministrar a educação e organizar comunidades, o que representou um avanço na prática do desenvolvimento comunitário (p. 6).

Ainda segundo o BNDES (2002), com a repressão política a partir de 1964 que atingiu, inclusive, os movimentos sociais, as propostas de desenvolvimento comunitário tomaram um rumo diferente, “passando ao contexto de *‘integração social’* que via a participação popular como meio de ‘ajustar, cooptar, colaborar’” (p. 6), com estratégias e diretrizes políticas de planejamento para implementar programas que passaram a privilegiar os aspectos quantitativos do desenvolvimento meramente econômico.

Nesse percurso repleto de percalços políticos, as políticas de desenvolvimento comunitário atravessaram diversas fases de entendimento, adotando estratégias de ação que passaram a fluir à mercê das conveniências políticas vigentes em cada época. O BNDES ressalta que, de acordo com o texto do II Plano Nacional de Desenvolvimento

(PND)²⁰, o desenvolvimento comunitário passou a ser visto, conforme descreveu Ammann como um “processo pelo qual os responsáveis locais são induzidos, por equipe técnica, a escolherem alternativas de desenvolvimento mutuamente coerentes e que se integrem nas diretrizes emanadas das instâncias superiores do governo” (1981, p. 148, *apud* SILVA & ARNS, 2002, p. 6).

Nesse contexto, a trajetória das intervenções com propósitos de desenvolvimento comunitário assumiu conotações ideológicas que nem sempre, contraditoriamente, via o desenvolvimento sob a ótica da comunidade. Além disso, observamos que, de acordo com o BNDES,

Esta reorientação política não se deu sem conflitos e contradições, uma vez que o serviço social responsável pela execução destes programas tinha sido estruturado em bases diferentes, concebendo o desenvolvimento comunitário como uma pedagogia de participação. Mas o que predominou foi uma concepção prática de participação e de articulação que tinha como objetivo resultados estabelecidos que deixavam de fora questões estruturais do desenvolvimento social (SILVA & ARNS, 2002, p. 6-7).

Na década de 70, o Estado substituiu os programas de desenvolvimento comunitário pelo Programa Nacional de Centros Sociais Urbanos, consolidando sua estratégia de transformar as ações de comunidades em atividades comunitárias de integração social como lazer, treinamento profissional, previdência e assistência jurídica social (SILVA & ARNS, 2002, p. 7).

Essa trajetória do desenvolvimento comunitário no Brasil deixou como herança uma série de preconceitos. A ideia de comunidade passou a ser vista como encobridora de diferenças de classe e das desigualdades sociais. O desenvolvimento

²⁰O II Plano Nacional de Desenvolvimento (PND), lançado em 1974, foi um plano econômico brasileiro, instituído durante o governo militar do general Ernesto Geisel para o quinquênio 1975/1979 e que tinha por finalidade estimular e desenvolver a produção de insumos básicos, bens de capital, alimentos e energia (BRASIL, 1974).

comunitário foi tido como estratégia governamental de cooptação e desarticulação nos movimentos sociais. Já o serviço social passou a ser compreendido como conjunto de práticas assistencialistas, de caráter paliativo, com o objetivo de encobrir as questões estruturais da dinâmica social (SILVA & ARNS, 2002, p. 7).

No entanto, ao longo do tempo, esses conceitos foram influenciados por “diferentes correntes ideológicas e visões de desenvolvimento” (IDIS, 2010). Atualmente há grande valorização e reconhecimento da importância do protagonismo das comunidades no próprio desenvolvimento. O potencial local seja ele individual ou coletivo ou, melhor colocando, o capital humano ou social, é considerado condição *sine qua non* no processo de desenvolvimento de uma comunidade.

Assim, o desenvolvimento comunitário, como é concebido atualmente, já não mais se ajusta às estratégias e diretrizes políticas de nosso passado relativamente recente, visto que não mais proclama a chance de as comunidades participarem, passivamente, apenas do planejamento e das execuções das ações a elas destinados. No paradigma contemporâneo, é a própria comunidade que, se fazendo presente e participativa, se corresponsabiliza na coletividade para a construção do próprio futuro e o usufruto do direito à inclusão e ao desenvolvimento social. É um processo, através do qual a comunidade, consciente de suas potencialidades, conquista o amadurecimento na coletividade para o alcance de novas possibilidades sociais, culturais e econômicas.

Como consequência, os resultados alcançados nesse processo coletivo e participativo não pertencem a nenhuma outra instância, a não ser àqueles que ousaram num determinado espaço e tempo buscar o desenvolvimento de determinada comunidade. É uma estratégia que supera a segmentação das relações entre a sociedade civil, o poder público e o setor privado. É, literalmente, empreender esforços e desenvolver estratégias para, com uma comunicação clara e objetiva, conquistar a articulação, interação e integração de todos os envolvidos na busca por uma vida que valha ser vivida. Vida com dignidade. Vida cidadã.

2.3.2 Atores envolvidos no desenvolvimento comunitário

A participação e o envolvimento dos atores no processo de desenvolvimento comunitário podem “variar segundo o processo que se pretende aplicar, a origem da iniciativa e a realidade local” (IDIS, 2010). A identificação, reconhecimento e utilização das competências e capacidades locais bem como suas dinâmicas socioculturais irão favorecer o estabelecimento dos atores envolvidos e comprometidos com o processo de desenvolvimento comunitário.

Considerando-se as peculiaridades de cada situação, buscar-se-á o envolvimento dos mais diferentes atores, grupos de pessoas e de organizações para viabilizar a colaboração entre todos os envolvidos, isto é, a participação não deve se limitar apenas às pessoas ou grupos sociais, mas deve contemplar todos e, em especial, as lideranças e organizações dos três setores da sociedade — governo, empresas e sociedade civil — organizada ou não em instituições.

Para o IDIS (2010), “a saída é encontrar o equilíbrio entre os interesses, respeitando os limites do protagonismo local”, cuja abordagem necessariamente deverá ser feita de forma trans e interdisciplinar, numa relação democrática e participativa entre os diversos atores e as políticas públicas, de modo que essas também sejam, necessariamente, orientadas para as experiências e alternativas que identifiquem e valorizem as potencialidades locais e que os sentimentos de prosperidade e pertencimento façam que todos os envolvidos sejam parte de uma comunidade coesa para a busca coletiva da prosperidade.

Assim, para que haja desenvolvimento comunitário, faz-se necessário que haja também o desenvolvimento do capital humano, o fomento à participação da sociedade externa e interna à comunidade e, consequentemente, a ampliação do capital social.

Capital humano, segundo Franco (2001), é entendido como o potencial de conhecimento individual e a capacidade de criar e recriar no cotidiano das inter-relações comunitárias. Capital humano refere-se ao capital construído, o que o sujeito construiu como conhecimento, ou melhor, suas capacidades inatas e suas competências técnicas construídas ao longo da vida e, segundo Kronemberger (2011, p. 45), “se refere à capacidade de empreender, podendo ser expresso, por exemplo, pelos níveis de educação, saúde e nutrição”.

O estímulo ao fortalecimento do capital humano é “essencial para a economia do conhecimento” (BOEIRA, SANTOS & SANTOS, 2009, p. 699) e, segundo o autor, para a “confiança ativa, abertamente

negociada, em vez de regida pela tradição e pelo hábito, é parte da política da terceira via²¹”.

O conceito de capital social tem sido bastante difundido e discutido nos últimos tempos pelos cientistas sociais. Em 1985, Bourdieu definiu o capital social como um elemento capaz de agregar recursos, reais ou potenciais, que propiciam o sentimento de pertencer duradouro a determinados grupos ou instituições. O capital social está relacionado aos resultados e benefícios mediados e negociados fora do âmbito familiar e às disputas entre indivíduos ou grupos situados em diferentes campos sociais e suas correlações de forças.

De acordo com Putnam (1995, p. 67), o capital social, faz parte das organizações sociais como as “redes, normas e confiança social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício recíproco”. Capital social refere-se às inter-relações construídas nas esferas familiar, social, de trabalho, comercial, religiosa etc.²².

Segundo Franco (2001) para que se possa constituir em comunidade, é necessário que uma coletividade humana seja o menos hierárquica e autocrática possível e assim possa produzir, reproduzir e acumular o capital social. A construção e consolidação do capital social requerem a comunicação, a participação e a cooperação livre e democrática.

E, não menos importante, reiteramos que a comunicação clara, objetiva e transparente, a articulação, interação e integração dos demais atores institucionais vinculados direta e indiretamente às comunidades com o objetivo de trabalharem juntas para o bem comum, devem nortear o processo decisório na busca da convergência para a definição de objetivos comuns à coletividade.

Assim, de acordo com Suzana Elvas e Maria João Moniz (2010), quanto maior a integração e satisfação perante uma comunidade, maiores serão os benefícios individuais e comunitários, pois facilitam a comunicação e a troca de informações, contribuindo para a convergência de objetivos comuns.

Lycia Neumann (2010), em *Ferramentas de Mobilização Comunitária*, classifica os níveis de desenvolvimento em macro – cujo

²¹ O projeto político da Terceira Via, representa uma perspectiva de ‘modernização política’, que procura orientar o ajustamento dos cidadãos, do conjunto sociedade civil e da aparelhagem de Estado na justa medida das demandas e necessidades do reordenamento do capitalismo (LIMA & MARTINS, 2005, p. 67).

²² Ver Neumann (2010), Putnan (1995), Kronemberger (2011) e Souza (2007).

alcance ou impacto tem característica global; meso – com área de influência nacional e, no caso brasileiro, também pode ser considerado no nível regional e micro – que compreende dois níveis, ou seja, desenvolvimento local e desenvolvimento comunitário.

Ainda, segundo Neumann (2010), podemos entender o conceito de comunidade como “um grupo de pessoas que compartilham de uma característica comum, uma ‘comum unidade’, que as aproxima e pela qual são identificadas” (2010, p. 7). Como no nosso caso, comunidade é, na maioria das vezes, definida pelo local ou região onde moram as pessoas, no entanto, podem se formar comunidades em razão dos interesses e causas que esses grupos defendem e cujas características comuns são partilhadas.

Desenvolvimento Comunitário, “é o conjunto de práticas criadas com o objetivo de fortalecer e tornar mais efetiva a vida em comunidade, melhorando as condições locais, principalmente para aqueles que se encontram em situações de desvantagem social” (FDCI²³, *apud* Neumann, 2010, p. 8).

2.3.3 Fortalecimento do senso de comunidade

Promover as pessoas para o desenvolvimento tem como objetivo principal “reduzir o sentimento de dependência das mesmas, substituindo-o por autoconfiança, autonomia e responsabilidade” (NEUMANN, 2010, p. 10) e não mais seguir paradigmas de programas de desenvolvimento que visem apenas a realizar ações filantrópicas limitadas a contribuir com recursos financeiros, serviços e bens materiais nas comunidades em situação de pobreza ou em desvantagem socioeconômica, perpetuando a dependência em relação a um ente externo, seja público ou privado. O sentimento de comunidade contribui para que as organizações e instituições possam identificar as necessidades e estabelecer prioridades em suas comunidades.

De acordo com Neumann (2010), deve-se buscar a articulação da comunidade para que haja uma participação articulada, integrada e complementar de seus moradores promovendo o apoio mútuo entre eles, possibilitando trabalharem juntos em tarefas concretas. As tarefas devem ser planejadas levando em consideração o autorreconhecimento dos talentos existentes na comunidade, valorizando os recursos individuais e coletivos disponíveis no ambiente comunitário e empreendendo um processo que auxilie na criação e fortalecimento do

²³ Fundação de Desenvolvimento Comunitário da Inglaterra.

capital humano, familiar e social, “provendo nova base para um futuro mais promissor e de maior inclusão social” (p. 11).

O desenvolvimento comunitário está intrinsecamente vinculado à economia, à sociedade e ao meio ambiente; fazendo-se, portanto, necessário mudar a lógica do capital transnacional que, ao invés de fazer uso da tecnologia e da ciência para a produção visando atender às necessidades do conjunto da sociedade, busca a maximização dos lucros (SOUZA, 2009). Destacamos aqui a importância do reconhecimento, da valorização e do investimento no desenvolvimento dos recursos humanos, sociais e ambientais, ou seja, capital humano, social e natural.

2.3.4 Diferentes tipos de capital social

Para o alcance do desenvolvimento sustentável, faz-se necessário que as pessoas tenham oportunidade de contribuir com seus potenciais e, para isso precisa-se investir “sobretudo, na formação de capital humano e de capital social, requisitos fundamentais para se alcançar um desenvolvimento sustentável” (KRONEMBERGER, 2011, p. 12). Segundo essa autora, é necessário, entre outras coisas, promover a conservação ambiental por meio do uso criterioso dos recursos naturais, melhorar a qualidade de vida e das relações sociais nas comunidades, oportunizando e estimulando a participação da sociedade nas tomadas de decisão, fortalecendo, assim o exercício da cidadania, da cooperação e do protagonismo comunitário.

Ainda, de acordo com Kronemberger (2011), o capital social pode ser categorizado em estrutural e cognitivo. O estrutural é resultante das organizações e estruturas sociais e o cognitivo de “estados emocionais como percepções acerca da confiança interpessoal” (KRONEMBERGER, 2011, p. 46). Segundo Neumann (2010, p. 13), existem três tipos de capital social – de conexão, de ponte e de ligação. A seguir podemos observar as diferenças existentes entre eles.

de Conexão: acontece no relacionamento das pessoas com suas próprias famílias e com indivíduos ou grupos com interesses comuns ou moradores da mesma comunidade.



de Ponte: esta relação social acontece com pessoas de grupos diferentes, como por exemplo, em raça, geração, gênero, região ou preferência política. Este tipo de capital social é formado

quando as pessoas ultrapassam as fronteiras geográficas, sociais e culturais.



de Ligação: aproxima pessoas de diferentes faixas sociais. Através dessas relações, indivíduos obtêm acesso a recursos e conhecimentos que, normalmente, não teriam.

De acordo com Neumann e Neumann (2002), esses três tipos de capital social devem estar em equilíbrio, pois quando isso não acontece, ou quando o objetivo dos integrantes de uma comunidade não é melhorar a qualidade de vida da coletividade, as articulações entre as pessoas acabam por promover desigualdades entre elas.

Em um processo de desenvolvimento comunitário, faz-se necessário abandonar aquela visão clientelista em que as pessoas são vistas não como cidadãos, mas como “dependentes de outros para viver”, enxergando tão somente seus defeitos e ficam à espera que “outros também vejam suas deficiências e os ajudem, atendendo às suas necessidades”. Um procedimento cidadão permite que além de seus problemas e dificuldades, sejam também percebidos suas “qualidades, capacidades e potencial para mudar a realidade”. A crença na força do poder coletivo leva à busca de parceiros com os quais se possa “construir um futuro melhor” e mais promissor.

Neumann (2010, p. 15) adverte-nos que se “as instituições públicas e privadas que desenvolvem projetos e programas sociais baseados nas deficiências e necessidades das comunidades e dos beneficiários das ações”, tornam-se meras provedoras de serviços. Assim, instituições que simplesmente operam ofertando “produtos e serviços baseados em modelos padrão e desenvolvidos para ‘consertar’ pessoas e suas realidades” poderiam ser comparadas a máquinas de autoatendimento que, ao terem apertados os seus comandos, disponibilizariam os serviços para atendimento imediato, e cujo papel, assim, em nada contribuiria para o desenvolvimento da realidade comunitária.

Por outro lado, instituições que ao invés de meramente disponibilizar serviços, atuarem na promoção e engajamento dos cidadãos no desenvolvimento de projetos e programas, fazendo que estes se tornem corresponsáveis pela busca de alternativas para sua promoção social e econômica, atuando como protagonistas no que vão fazer juntos para a resolução de suas questões e problemas, estas, sim, estariam atuando como construtores de celeiros (Neumann, 2010).

As comunidades e as Instituições têm diferentes características e, portanto, diferentes papéis em suas relações. Tradicionalmente as ações de promoção do desenvolvimento social são realizadas por meio de “instituições e seus sistemas” e veem as comunidades como beneficiários, consumidores ou como potenciais clientes. As instituições têm por características o controle hierárquico, a produção em larga escala de produtos e serviços, sobrevivem por meio dos clientes, têm limitações e, por conseguinte, podem estimular a dependência dos beneficiários (JOHN MCKNIGHT, *apud* NEUMANN, 2010).

Em contrapartida, a própria “natureza das comunidades e de suas associações” fundamenta os processos de tomada de decisão no “consenso e não controle”. “Nas comunidades, ‘as pessoas votam com os seus pés’; se não gostam e não acreditam no projeto ou iniciativa, elas se retiram; não será o dinheiro ou a hierarquia que as irá segurar, mas o relacionamento entre seus membros e uma causa em comum” (NEUMANN, 2010, p. 17).

Assim, faz-se mister que um novo paradigma de relações entre “comunidades, associações e instituições” seja seguido, pois “Investimentos sociais, quando canalizados apenas para instituições ou indivíduos, ignoram o potencial das comunidades e sua capacidade de associação em torno de questões locais” (NEUMANN, 2010, p. 18). O modelo proposto por McKnight (*apud* NEUMANN, 2010) coloca as pessoas e suas famílias no centro do desenvolvimento, apoiadas por associações formais e informais da comunidade e em uma relação mais firme com as instituições sociais e seus sistemas de programas e serviços.

A capacidade de comunicação, articulação, interação e integração, isto é, o grau de conectividade entre seus membros fará que haja o reconhecimento de que “compartilham as mesmas circunstâncias de vida” (NEUMANN, 2010, p. 18).. Assim, o nível de comprometimento de seus integrantes tenderá a se fortalecer e contribuir para que assumam a “responsabilidade pelo que acontece na sua comunidade e invistam tempo, energia e outros recursos para promover o bem-estar” para todos. É por meio da solução conjunta de problemas que os compromissos tornam-se ação e buscam nesse fortalecimento o “acesso aos recursos humanos, físicos, econômicos ou políticos”, dentro ou fora da comunidade.

O investimento na construção da capacidade comunitária traz como resultados mais relevantes:

- Relações mais fortes, que resultam em pessoas mais saudáveis, famílias mais seguras e solidárias, e comunidades mais receptivas;
- Crescente número de oportunidades para ações comunitárias;
- Moradores compartilhando ideias com mais facilidade durante o processo de planejamento e execução das ações de transformação;
- Maior habilidade na definição e alcance de objetivos comuns;
- Maior intuição e sensibilidade para decidir o que e quando fazer, mas também quando desistir;
- Líderes mais competentes e comprometidos;
- Maior habilidade para lidar com as pressões, o desapontamento e as frustrações, assim como suas consequências para o orgulho e o bem-estar comunitário. (NEUMANN, 2010, p. 19).

Segundo Kretzmann e Mcknight (*apud* NEUMANN, 2010), comunidades saudáveis são basicamente lugares em que as capacidades de seus moradores são identificadas, valorizadas e usadas para o crescimento e desenvolvimento da própria comunidade. Ainda, segundo esses autores, “quanto menos uma comunidade sabe sobre si própria e sobre a capacidade de seus moradores, mais facilmente ela cai no padrão de se enxergar e a seus moradores apenas sob perspectiva das necessidades”. Assim, não há como deixar de reconhecer que os moradores de uma comunidade, enquanto principais agentes das mudanças e transformações devem atuar de forma conjunta e solidária fazendo uso de suas potencialidades, habilidades e de sua capacidade de organização para o fortalecimento das relações locais.

2.3.5 Talentos, recursos locais e parcerias

Segundo Neumann (2010) criatividade, iniciativa, conhecimento, voluntariado, capacidade de organização, bem como as instituições que atuam nas comunidades que se encontram em desvantagem social são

elementos que devem ser encorajadas como talentos e recursos capazes de “gerar soluções locais, atendendo às necessidades de seus moradores e criando oportunidades locais de desenvolvimento” (NEUMANN, 2010, p. 24). Além disso, moradores e instituições necessitam estabelecer parcerias para a “elaboração e implantação de estratégias para o desenvolvimento local”, bem como buscar manter “relações entre a comunidade, os investidores e apoiadores externos” e evitar que se estabeleçam relações de dependência.

Criatividade, iniciativa, conhecimento, reconhecimento mútuo, voluntariado, capacidade de organização e a comunicação clara, objetiva e direta; bem como as parcerias entre os valores locais e as instituições são elementos que devem ser incorporados e integrados para a efetividade do almejado desenvolvimento comunitário, pois, segundo afirma Singer (2000, p. 253), ao tratar de economia solidária,

vencer o atraso é um desafio colocado pela história, mas ele só adquire sentido concreto se servir para eliminar a pobreza do Brasil, o que exige políticas [...] que incorporem a força de trabalho que está involuntariamente ociosa e o rápido aumento da oferta de bens e serviços que os beneficiários da redistribuição da renda irão querer comprar.

A efetiva consolidação do desenvolvimento comunitário requer estratégias capazes de viabilizar projetos que atendam às demandas identificadas pela população local e não meramente satisfaçam as ofertas de atendimento identificadas nos diagnósticos técnicos; que cuidem do envolvimento e comprometimento de todos, fazendo valer verdadeiramente o protagonismo comunitário e, de acordo com o BNDES, a concertação participativa dos atores; que promova a capacitação da população beneficiária para manter a sustentabilidade das ações implementadas com os processos de mudança e a prevenir os efeitos negativos que por ventura possam ocorrer e, por fim, ser um projeto coletivo que atenda a população em sua totalidade e, simultaneamente, a considere como única.

É, pois, essa direção que o presente estudo trilha, ao buscar compreender a Comunidade Mangueira da Torre, mediante a interface entre as políticas públicas de saneamento e o desenvolvimento comunitário, na perspectiva de contribuir para o estabelecimento de uma relação homem – meio ambiente perenemente justa e equilibrada.

Capítulo 3

Esse capítulo é dedicado aos aspectos históricos das políticas públicas de saneamento para o Brasil, Pernambuco e para a Cidade do Recife, além das suas inter-relações com o Projeto de Saneamento Integrado da Mangueira da Torre (Comunidade Mangueira da Torre, Madalena, Recife, PE — local de pesquisa). Compõe com o capítulo II o aporte teórico desta tese.

3 SANEAMENTO E SAÚDE PÚBLICA – CONCEPÇÕES E DISCUSSÕES²⁴

3.1 SANEAMENTO E HIGIENE PESSOAL – CONSIDERAÇÕES SOBRE O TEMA

No mundo dos séculos XVII e XVIII, inclusive na Europa, nem mesmo o quarto do rei era provido de banheiro ou qualquer outro equipamento arquitetônico que substituísse as suas funções nos palácios e deixasse o espaço público livre de dejetos humanos. Vivia-se numa época que ainda não existiam escovas de dente, perfumes, desodorantes, nem mesmo papel higiênico. Há relatos de que por volta do século VI, na China Medieval, usavam-se pedaços de papel para a higiene pessoal e posteriormente, no século XIV, a Corte Imperial chinesa utilizava folhas de papel para a limpeza íntima (TEIXEIRA, 2007; HÁBITOS, 2013). O papel higiênico, nos moldes do que hoje conhecemos, só surgiu em 1857, nos EUA, com o nome de *papel terapêutico* e era considerado um produto caro e pouco acessível. Somente a partir do final do século XIX esse produto passou a ser produzido em escala industrial, tornou-se popular e teve diminuída a rejeição pela qual passou durante muito tempo.

Devido ao frio, durante o período de inverno, as pessoas não tinham por hábito tomar banho, como hoje nos é comum. Aqueles que detinham poder e dinheiro tinham à sua disposição serviços que o abanavam para afugentar o mau cheiro. Segundo Átila Ramos (1991, p. 31) o banho era “tomado apenas em longo prazo ou, em muitos casos, apenas em ocasiões especiais, em grandes vasilhames de bronze ou em tinas de madeira” sendo o ato repetido pelos demais membros da família, um após o outro, utilizando-se da mesma água servida. Seguiu-se uma hierarquia a partir do chefe da família que gozava do privilégio de ser o primeiro a se banhar na água limpa. Em seguida, sem trocar a água, era a vez dos outros homens da casa, de acordo com a idade, seguidos das mulheres, também por ordem de idade e, por fim, as

²⁴ Parte do tema abordado nessa seção, de forma revisada, atualizada e ampliada, foi discutida anteriormente na dissertação “*Saneamento ambiental e inclusão social: um estudo da realidade socioambiental na Comunidade Chico Mendes Recife – PE*”, desenvolvida no Programa de Pós-Graduação em Tecnologia Ambiental da Associação Instituto de Tecnologia de Pernambuco – ITEP/OS, e defendida em 21 de dezembro de 2007, sob a orientação da Profa. Dra. Fátima Maria Brayner.

crianças. Assim, de acordo com essa estranha hierarquia, quanto mais novas as crianças mais sujas e contaminadas eram as águas que lhes banhavam. Diz-se que a expressão popular ‘não jogue o bebê fora junto com a água do banho’, é resultado de as condições das águas serem tão precárias que, por vezes, era possível ‘perder’ uma criança dentro dela.

Atribui-se, segundo Jerônimo Teixeira (2007), ao cristianismo um retrocesso sanitário no processo da higiene humana ao longo do tempo, devido a esse hábito, à época, estar associado ao pecado e aos costumes pagãos, e os cuidados para com o corpo serem vistos com desconfiança. Entretanto, observa o autor que, no início da Era Cristã, os patriarcas do cristianismo frequentavam as casas de banho. Para São Francisco de Assis, a sujeira era um modo de penalizar o próprio corpo, aproximando o espírito de Deus. No entanto, o mesmo São Francisco ficara conhecido pelo seu desprendimento ao lavar as feridas de leprosos. Ainda, de acordo com Teixeira (2007), “ao codificar no século VI algumas das regras da vida monástica, São Bento determinou que só os monges doentes ou muito velhos fossem autorizados a se banhar”. Os religiosos praticavam em média dois ou três banhos ao ano, principalmente em ocasiões solenes e, acredita-se, que para a maioria da população não era diferente.

Entretanto, em épocas mais remotas, isso não era uma verdade absoluta. Ainda, Teixeira (2007), argumenta que "praticamente, todas as civilizações da Antiguidade deram grande valor ao cuidado com o próprio corpo e com o bem-estar físico. Os egípcios já fabricavam sabão". Reitera esse autor que durante o Império Romano foram criados aquedutos para abastecer as principais cidades sob o seu domínio e destaca o fato de que os romanos mais abastados frequentavam habitualmente os banhos públicos.

Ainda, de acordo com Teixeira (2007), "uma vez perdida na poeira medieval, a prática de lavar o corpo todos os dias demoraria séculos para se restabelecer e, em alguns países europeus, ainda não se restabeleceu", se assim podemos dizer, por completo. Só a partir de meados do século XIX é que o hábito do banho passou a ser efetivamente uma prática corriqueira. A higiene do corpo, principalmente nos quartéis franceses, passou a preocupar as autoridades militares a partir da segunda metade do século XIX, em virtude da necessidade de banho para uma grande quantidade de pessoas, em pouco tempo. Notícias há de que a ducha higiênica foi criada nessa época como medida de uso racional da água.

Ramos (1991, p. 23) relata que na capital de Santa Catarina, à época chamada de Desterro, no século XIX “a obscenidade das mansões

senhoriais era carregada nas costas dos escravos [...] em direção à praia mais próxima” e, Carlos Corrêa (2006, p.37), comenta que “a população reclamava do mau cheiro, principalmente do peixe e crustáceos”, levando, segundo esse autor, a Câmara Municipal a baixar uma Resolução em 25 de junho de 1834, que “mandava a demolição das barracas e de todo o material vendido em hasta pública” (CÔRREA, 2006, p. 37). Ramos (1991) ainda destaca que as primeiras obras de grande monta na área de saneamento só ocorreram em Santa Catarina, principalmente na Capital, no início do século XX, mais precisamente no ano de 1910, à semelhança de outras cidades brasileiras, e que, até essa ocasião, eram os tigres, um dos principais responsáveis pelo saneamento dos povoados portugueses.

Ainda no século XIX, Recife, assim como outras grandes cidades brasileiras que sofriam com o crescimento das populações urbanas, presenciava um desagradável espetáculo do tráfego de escravos, chamados de tigres²⁵ ou tigreiros, transportando em suas cabeças ou costas barricas repletas de águas servidas — fezes misturadas à urina — e outros dejetos para deposição às margens dos rios ou do mar.

Adicionem-se a isso os inconvenientes de um ambiente insalubre ‘emoldurado’ de sujeiras repugnantes compostas de resíduos em decomposição como restos de alimento em estado de putrefação e entregue a toda sorte de imundícies.

A gravidade da situação era de tamanha envergadura que, segundo Oliveira (2011), os vereadores da Cidade do Recife tiveram que baixar um decreto, em 1831, proibindo o arremesso das ‘águas servidas’ durante o dia. Segundo esse autor, de acordo com o decreto, essa ação somente poderia ser efetuada durante a noite. Entretanto, rezava o decreto que, antes de o arremesso ser feito se fazia necessário que o ‘arremessador’ gritasse ‘Água vai!’ pelo menos três vezes seguidas. Aquele que infringisse a determinação estava sujeito a ser penalizado com multa e teria que indenizar a vítima.

²⁵ Segundo Oliveira (2011), atribuía-se aos escravos carregadores de dejetos o cognome de “tigres ou tigreiros” em razão de que, enquanto transportavam em suas cabeças as barricas cheias, os dejetos e águas servidas transbordavam e escorriam degradadamente por seus corpos, deixando marcas listradas que se assemelhavam às do felino animal. Os transeuntes mais atentos mantinham distância ou fugiam desses escravos como se estivessem correndo de um animal feroz e, claro tampando os narizes e virando os rostos, enquanto os carregadores alertavam aos gritos: *Abram o olho!*

Para Rosa, Santos e Figueira (2013, p. 17), a preocupação dos políticos pernambucanos fundamentava-se no fato de que “antes desta norma, a população local seguia os aporuguesados hábitos e os costumes da capital do império, ou seja, excrementos e lixo de todo o tipo eram arremessados pelas janelas, a qualquer hora”. No entanto, diante da ineficiência da fiscalização, continuava comum a prática de, a qualquer hora do dia, os excrementos serem lançados do alto dos sobrados.

Na cidade do Recife, só a partir do início do século XX, no ano de 1907, devido à fase de acelerado crescimento, foi iniciada a execução de um grande plano de saneamento, concebido pelo engenheiro Saturnino de Brito. No entanto, segundo Lima (2005), essa iniciativa veio a se consolidar a partir de uma visão higienista atrelada à modernização que “percorria a cidade do Recife desde as últimas décadas do século dezenove” (LIMA, 2005, p. 69), culminando com a instalação de um novo serviço de saneamento da cidade cujo objetivo era atender aos interesses dos grupos detentores de poder. Ainda de acordo com essa autora “os argumentos sustentados no higienismo e atrelados à modernização prosseguiram nas décadas seguintes, tiveram os efeitos concretos nos anos quarenta na ostensiva campanha pública contra os mocambos” (LIMA, 2005, p. 69).

Durante o ano 2000, tivemos a oportunidade de acompanhar o processo de restauração e revitalização do edifício do Ginásio Pernambucano (GP) em Recife, criado através da Lei Provincial N°. 369, de 14 de maio de 1855, projetado pelo arquiteto José Mamede. Durante o processo de investigação arqueológica que antecedeu sua restauração, e cujo projeto foi liderado pelo arquiteto Carlos Fernando Pontual, pôde-se constatar que no projeto inicial do GP, como era comum à época, não havia instalação sanitária e que, no início do funcionamento do Ginásio, o esgotamento sanitário era feito provavelmente utilizando-se dos serviços dos ‘tigres’. No entanto, ao longo do tempo, a edificação passou a dispor de instalações para suprimento de água²⁶ e esgotamento sanitário.

²⁶ Segundo o site Brasil Arqueológico, constatou-se a existência no Ginásio Pernambucano de uma grande cacimba (poço), “que por muitos anos atendeu às necessidades de ‘água de gasto’ para as necessidades de higiene dos alunos e mestres e, provavelmente, da cozinha”, e que deve ter sido fechada por volta de 1912, quando da determinação da Presidência da Província para que fossem fechadas todas as cacimbas, a fim de melhor combater as “febres” que assolavam o Recife (ARQUEOLOGIA).

Considerando que naquela época inexistiam sistemas compostos de tubulações para a coleta e transporte de esgotos, dar destinação às águas servidas decorrentes da utilização diária pelos moradores das cidades consistia em um grande desafio para aqueles que aspiravam viver em lugares mais salubres. Rosa, Santos e Figueira (2013) ao se referirem a Mary Del Priore (2012), descrevem que no Rio de Janeiro, capital do Império, os canais corriam a céu aberto, transportando as águas servidas em direção ao mar ou aos rios, cumprindo toscamente a função de esgoto e contaminando os cursos de águas. A ocupação às margens das águas — rios e mares — era uma paradoxal iniciativa de salubridade, pois ao se libertar das imundícies das edificações, comprometiam-se as águas.

Afirma Del Priore (2012, p.10) que “de fato, parecia mesmo bisonho o costume de morar em ruas estreitas no meio das quais corriam canais de águas servidas” que, segundo a autora, exalavam insuportáveis odores que impregnavam os ares. O mar e os rios eram verdadeiros grandes destinatários de lixo e as doenças encontravam um ambiente propício para disseminação e proliferação. A cidade, apesar das belezas naturais, era um ambiente “horripelmente sujo, fétido e abandonado. Cercado de mangles e charcos, o burgo sofria com a falta de água e de higiene” (DEL PRIORE, 2012, p. 10).

Era comum, segundo a teoria miasmática, os médicos higienistas defenderem que aquela situação, devido aos vapores mal cheirosos exalados pela matéria orgânica em decomposição, era responsável pela proliferação das moléstias e doenças malignas como febres, sarampo, varíola, dentre tantas outras que se propagaram durante o século XIX. No entanto, situações como essas, ainda comum em pleno século XXI, continuam colocando em risco fontes e poços dos quais as famílias retiram a água necessária para o consumo diário, comprometendo a própria sobrevivência.

3.2 SANEAMENTO E SOCIEDADE

Se na natureza qualquer desequilíbrio afeta a ordem geral das coisas, na vida humana, o necessário equilíbrio se traduz na harmonia para o perfeito funcionamento dos órgãos e manutenção da saúde. Na sociedade e nas cidades não é diferente. Entretanto, se faz necessário dispensar atenção e empreender esforços científicos, técnicos e políticos, para manter as relações de equilíbrio entre as diferentes necessidades das populações nas mais adversas situações, em diferentes condições, na busca de minimizar os elementos nocivos e prejudiciais ao bem comum.

Para a manutenção da vida em condições adequadas de salubridade, fazem-se imperativos todos os esforços políticos, econômicos e sociais, pois assegurar à população a infraestrutura básica necessária que garanta uma vida saudável, com qualidade e dignidade, nunca será demasiadamente oneroso.

A qualidade ambiental urbana é entendida como a provisão de condições adequadas para o conforto e a saúde da população. Abastecimento de água, o destino das águas servidas e do lixo, a ocorrência de domicílios improvisados e a presença de cobertura vegetal caracterizam, segundo ACSERLRAD *et al* (2009), o índice de qualidade ambiental urbana, calculado a partir da média desses cinco índices. Observa-se que as áreas com piores índices são, na grande maioria, desprovidas de acesso a esses serviços públicos e, em geral, quem nelas habita são as populações de mais baixa renda e, conseqüentemente, em situação de vulnerabilidade social, pois, em geral, as áreas com precárias condições ambientais tornam-se acessíveis às populações mais pobres, subtraindo-lhes as condições favoráveis para o exercício de uma vida plena de saúde e bem-estar.

O tema saneamento e suas repercussões, apesar de remontar à Antiguidade, a partir do século XIX, vêm auferindo mais visibilidade em virtude de uma conscientização mais presente nos discursos e nas ações ambientais, tanto na área técnica e da saúde quanto na esfera política e na sociedade. As conseqüências da inadequação das condições de saneamento sobre a saúde humana, como reafirma (HELLER, 2103), são conhecidas desde a antiguidade e, na trajetória mais recente da saúde pública, teve sua expressão mais marcante nas célebres investigações de John Snow — *Mode of communication of cholera* — comprovando cientificamente a associação entre as águas de fontes contaminadas consumidas pela população de Londres e a transmissão de doenças, em especial, a incidência de cólera.

Ainda no século XIX, Louis Pasteur (1863) fez a descoberta da existência de microrganismos e Robert Koch (1883) conseguiu o isolamento de *Vibrio cholerae* (VIEIRA, 2005), que em muito contribuiu para o processo de análise e controle da qualidade da água. Em nosso país, ainda hoje, a falta ou a má qualidade das águas disponíveis em determinadas situações e a inadequação dos serviços de saneamento, especialmente nas áreas mais pobres, contribuem para o agravamento das doenças epidemiológicas como dengue, cólera, leptospirose, esquistossomose, entre outras.

A água constitui um dos recursos da natureza de maior utilização pelos seres vivos. Os humanos utilizam-se da água para as mais diversas

finalidades, porém, é no suprimento das atividades metabólicas que sua qualidade representa um decisivo elemento para a prevenção e controle das mais diversas enfermidades e, assim, para o bem-estar e conforto preponderantes para a qualidade de vida e a segurança das populações. Em razão disso, a garantia de qualidade e quantidade de sua disponibilidade para a sociedade se constitui em um bom indicador de desenvolvimento socioeconômico.

No entanto, como afirma a Agência Nacional de Águas (2004), a utilização da água para abastecimento traz consigo a geração de esgotos sanitários, resultando em inúmeros impactos sobre o ambiente natural. Nesse sentido, segundo a ANA:

- Percebe-se que as ações de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, dentre outras ações de saneamento, devem ser vistas de modo integrado. Particularmente, os sistemas de esgotos sanitários também compreendem uma série de etapas complementares, de forma a garantir a coleta, o transporte, o tratamento e a disposição ambientalmente adequada e sanitariamente segura dos esgotos sanitários, para que os seguintes benefícios sejam atingidos;
- Melhoria das condições sanitárias locais, resultando na redução das doenças relacionadas com a água contaminada e, conseqüentemente, dos recursos aplicados no tratamento dessas doenças;
- Redução da carga poluidora dos esgotos sanitários antes de seu lançamento em corpos d'água. (ANA, 2004, p. 3)

Entretanto, essa intrínseca relação entre as variáveis que compõem o saneamento, como a oferta de água potável à população que, inevitavelmente resulta na geração de esgotos, quando não dispõe de uma gestão pública e fiscalização eficiente, acarreta a inadequada disposição de resíduos sólidos promovendo a obstrução de redes de drenagem de águas pluviais e resultando na contaminação dos corpos de água. Compete-nos, diante dessas situações, refletir e questionar a respeito das maneiras mais adequadas da prestação dos serviços de saneamento. O planejamento adequado, a execução tecnicamente criteriosa e a fiscalização eficiente são elementos essenciais para o bom

desempenho de um sistema de esgotamento sanitário, para o cumprimento de suas funções técnicas e sociais e para a promoção e manutenção da saúde pública de forma efetivamente eficiente.

Ao longo da história, o saneamento gradativamente passou a ser considerado um determinante social de saúde pública em virtude da grande importância que teve e tem tido para muitos povos, como demonstrou Rosen, citado por Silva Filho (1998), quando se refere às constatações como o escoamento da água no Egito, os grandes aquedutos e os cuidados com o destino dos dejetos na cultura cretomicênica e as noções de engenharia sanitária de povos indígenas que habitavam a América do Sul, os Quíchuas.

Pelo fato de estar diretamente vinculado à qualidade da saúde humana e à vida dos cidadãos, há desde as mais antigas civilizações e culturas uma associação direta entre os processos de desenvolvimento das civilizações e o desenvolvimento do saneamento. Muitas vezes esses processos avançaram ou retrocederam, outras vezes renasceram com o aparecimento de novas civilizações ao longo dos tempos. A Fundação Nacional da Saúde (FUNASA, 2006) faz referências a Kottek (1995), mencionando que a Bíblia nos traz testemunhos quanto às questões de saneamento, quando apresenta, no Velho Testamento, recomendações para que os poços fossem mantidos tampados, limpos e distantes de possíveis fontes de poluição e de árvores.

No mundo inteiro, infecções parasitárias transmitidas pela água ou pelas más condições de saneamento comprometem a aprendizagem de 150 milhões de crianças, um contingente superior à população do Japão. Em razão dessas doenças, são registrados 443 milhões de faltas escolares por ano, conforme consta do Relatório de Desenvolvimento Humano²⁷ (RDH) 2006, lançado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD, ONU, 2006) e, de acordo com pesquisa do Instituto Trata Brasil (ITB, 2008), a diferença de aproveitamento escolar é de 18% entre as crianças que têm e as que não têm acesso ao saneamento básico. A ausência ou escassez de água e esgotamento sanitário, em qualquer comunidade ou sociedade, reflete-se numa área vital do desenvolvimento humano — a educação, um dos pilares que constituem o Índice de Desenvolvimento Humano (IDH).

A água se constitui um dos recursos naturais mais intensamente utilizados e o modo como é feito o gerenciamento desse recurso pode ampliar ou reduzir os riscos de doenças (HELLER, 2013). Há uma estreita relação entre as ações de saneamento e o gerenciamento dos

²⁷ Human Development Report, 2006.

recursos hídricos, tanto em termos do balanço quantitativo quanto da manutenção da qualidade da água para os diversos usos (ANA, 2004). A utilização da água é, por princípio, uma ação benéfica para a sociedade. No entanto, é imprescindível que sua utilização não venha a comprometer a saúde ambiental e que tais prejuízos, como a poluição dos mananciais hídricos, do solo e da atmosfera, não venham a comprometer o direito inalienável de uso da água de qualidade para alimentar a vida e a sobrevivência do planeta.

O acesso à água e ao saneamento pouparia a vida de uma criança a cada 19 segundos no mundo que morrem como consequência das diarreias, segundo o Relatório de Desenvolvimento Humano (ONU, 2006), divulgado pelo Programa das Nações Unidas para o Desenvolvimento (PNUD). Ainda, segundo o RDH 2006, no estudo, intitulado *Além da escassez: poder, pobreza e a crise mundial da água*, se mantido o padrão atual de atendimento desses serviços, o mundo não cumprirá a meta dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM), que prevê reduzir pela metade, até 2015, a proporção das pessoas que não têm acesso sustentável a esses recursos que deveriam ser assegurados por direito.

Heller (2013, p. 183) enfatiza que os diversos efeitos positivos advindos com a “implantação de ações de água e esgotos, conforme mostram os ODM²⁸, são razão suficiente para sugerir a importância de enfoques interdisciplinares na sua prática e similarmente para destacar o papel central das relações intersetoriais”, abandonando a herança colonizadora de uma matriz meramente tecnológica e gerencial. Esse autor também destaca que, sob a ótica do papel do abastecimento de água e esgotamento sanitário, é possível observar que “não apenas o Objetivo 7 e sua Meta 10 estão relacionados à área”²⁹ (HELLER, 2013, p. 183), mas quase todos os demais objetivos e metas se inter-relacionam com as questões de saneamento, como podemos observar nas interfaces apontadas na análise feita pelo autor a seguir.

²⁸ Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) — Em setembro de 2000, 189 nações firmaram um compromisso para combater a extrema pobreza e outros males da sociedade. Esta promessa acabou se concretizando nos 8 Objetivos de Desenvolvimento do Milênio (ODM) que deverão ser alcançados até 2015. Em setembro de 2010, o mundo renovou o compromisso para acelerar o progresso em direção ao cumprimento desses objetivos (ONU, 2001).

²⁹ Objetivo 7 - Assegurar a sustentabilidade ambiental; Meta 10 - Reduzir para metade, até 2015, a proporção das pessoas sem acesso sustentável à água potável e saneamento.

Erradicar a pobreza extrema (Objetivo 1; Meta 1): a melhoria das condições de água e esgotos produz um ambiente domiciliar mais digno, melhorando a habitação e contribuindo para quebrar o ciclo entre a pobreza e o processo saúde-doença;

Erradicar a fome (Objetivo 1; Meta 2): a melhoria das condições ambientais tem comprovados efeitos no combate à desnutrição infantil, mediante a redução da incidência de parasitoses e diarreia;

Alcançar a universalização da educação primária (Objetivo 2): a melhoria do quadro de saúde propiciado por medidas de saneamento possibilita maior frequência das crianças à escola, e a instalação de banheiros nas escolas traz um efeito significativo na presença das meninas, que passam a ter privacidade no ambiente escolar para satisfazer suas necessidades fisiológicas;

Alcançar a igualdade de gênero e o empoderamento da mulher (Objetivo 3): o fornecimento de água nos domicílios, com maior disponibilidade, tem a capacidade de liberar a mulher, em geral encarregada de prover de água a famílias carentes, para a vida produtiva, valorizando seu papel;

Reduzir a mortalidade infantil (Objetivo 4): é perfeitamente comprovado o efeito das ações de abastecimento de água e esgotamento sanitário na redução da mortalidade infantil;

Combater o HIV / AIOS, a malária e outras doenças (Objetivo 6): o papel das ações de WSS na redução dos níveis de doenças infecciosas e parasitárias é tema suficientemente aceito pela comunidade científica. Especificamente, avaliações têm evidenciado a relação do saneamento com as doenças destacadas nos OOM: o HIV / AIOS, pois a ausência de adequadas condições sanitárias eleva o risco de infecções oportunistas, além do que, a doença aumenta a

susceptibilidade individual para as doenças relacionadas com a água (WHO; UNICEF, 2005), e a malária, em vista dos hábitos aquáticos do vetor. (HELLER, 2013, p. 183).

De acordo com os dados do RDH (ONU, 2006), é possível observar que havia 1,1 bilhão de pessoas sem acesso a água de qualidade, na quantidade necessária e que, desse montante, quase duas em cada três pessoas vivem com menos de dois dólares por dia. Por ocasião do relatório, constatou-se que cerca de 2,6 bilhões de habitantes viviam em moradias sem acesso a esgoto e, desses, 660 milhões sobreviviam com menos de dois dólares por dia. Ainda, segundo o PNUD, a crise da água e do saneamento configura-se, acima de tudo, como uma crise dos pobres. “A água potável segura e o saneamento adequado são fundamentais para a redução da pobreza, para o desenvolvimento sustentável e para a prossecução de todos e cada um dos Objetivos de Desenvolvimento do Milênio”, ratifica o Secretário-Geral da ONU – Ban Ki-moon³⁰.

Os efeitos advindos desses problemas recaem mais sobre aqueles que têm menor renda. Sobretudo por falta de água potável e saneamento, são registrados anualmente cinco bilhões de casos de diarreia nos países em desenvolvimento. Anualmente essa doença tira a vida de aproximadamente 1,8 milhão de crianças menores de cinco anos por ano (ONU, 2009) – cerca de 4.900 por dia. É a segunda principal causa de morte na infância, só perdendo para as infecções respiratórias.

Ainda que possa ser evitada com medidas simples, a diarreia mata mais do que tuberculose e malária, seis vezes mais que os conflitos armados e, entre as crianças, cinco vezes mais que a AIDS. Dentre as medidas preventivas para reduzir esses índices de morbimortalidade, a água limpa e o saneamento são eficientes remédios. Um forte indicativo disso é que a morte de crianças de menos de cinco anos representa menos de 1% dos óbitos em regiões que dispõem desse tipo infraestrutura. Segundo o RDH/PNUD (ONU, 2006), em regiões que não oferecem infraestrutura de saneamento, ou dispõem dela precariamente, esse índice representa 20% da população total do planeta e na África Subsaariana e, no sul da Ásia, alcança cerca 33%.

³⁰ Discourse opening of the exhibit on water and the interlinked issue of sanitation. American Museum of Natural History and the UN Department of Public Information, 24 October 2007 (BAN KI-MOON, 2007).

Na convenção das Nações Unidas sobre os direitos da criança, artigo 24, item 1, está definido que toda criança tem “direito a gozar do melhor estado de saúde possível” (ONU, 1989, p. 17). Para a garantia do direito à vida das crianças faz-se necessário oportunizar condições básicas à manutenção da vida e assegurar um ambiente seguro e salubre faz parte dessas condições. Não restam dúvidas de que as crianças estão mais suscetíveis aos riscos ambientais, especialmente aquelas que se encontram em situações socioeconômicas mais desfavoráveis e adversas. Essas condições, quando não reparadas, comprometem o crescimento e desenvolvimento saudável dos cidadãos e contribuem para a estagnação dos níveis de desenvolvimento socioeconômico e ambiental de um povo.

As condições ambientais estão intrinsecamente vinculadas às condições de saúde e suas consequências para a população. Essa interação consiste em complexas relações entre o padrão de qualidade da saúde e fatores como o abastecimento de água. Além disso, na maioria das vezes, é de fundamental importância a educação sobre higiene para que as comunidades possam alcançar os benefícios potenciais para a saúde quando disponíveis. A adoção de hábitos pessoais e domésticos relacionados com a higiene são fatores determinantes para a prevenção de doenças e a manutenção da saúde. Bojő *et al.* (2007, p. 6) complementam afirmando que

uma lição das últimas duas décadas é que a lavagem das mãos é importante para reduzir as doenças ligadas à água e em conjunto com melhorias no destino dado ao excremento podem reduzir a mortalidade de crianças menores de cinco anos em 60%, a incidência da esquistossomose em 77%, os vermes intestinais em 29% e o tracoma entre 27 e 50%.

A importância, já a partir do século IV A.C, dos escritos hipocráticos com o livro *Ares, Águas e Lugares*, é ressaltada por Capra (1982) ao considerá-lo como um dos mais significativos livros que versa sobre o que hoje poderíamos chamar de tratado sobre ecologia humana e apontado como o primeiro esforço sistemático para apresentar as relações causais entre fatores do meio físico e doença (ROSEN, 1994), evidenciando com maior amplitude a importância dos fatores ambientais como a qualidade do ar, da água e dos alimentos, a topografia da terra, os hábitos gerais de vida, para os problemas da biologia, da medicina e da sociologia humanas. Ao citar Dubos (1968), Capra (1982, p. 291)

reforça que “a importância das forças ambientais para os problemas da biologia, da medicina e da sociologia humanas nunca foi formulada com maior amplitude ou com visão mais penetrante do que na aurora da história científica”.

A Funasa (2006) cita como exemplo ruínas de uma civilização encontrada na Índia, que se desenvolveu há cerca de 4.000 anos, onde foram encontrados banheiros e esgotos nas construções, e drenagens nas ruas, evidenciando o reconhecimento da relevância do saneamento para a saúde humana desde tempos e culturas mais remotas. A Agência de Proteção Ambiental dos EUA (USEPA), no início dos anos 1990, também fazia referências às recomendações para a purificação da água na Índia por volta do ano 2000 a C., por meio de fervura sob aquecimento ao sol ou através da imersão de um ferro em brasa dentro dela ou ainda à purificação por filtração em areia ou cascalho.

A captação da água, com o propósito de torná-la mais acessível às populações, só foi iniciada séculos depois de ter sido considerada a sua potabilidade. De acordo com Silva Filho (1998), quando César se apossou de Alexandria, em 47 a. C.,

encontrou na cidade aquedutos subterrâneos com a finalidade de trazer água do Nilo para as cisternas nas quais ela se clarificava por sedimentação. A necessidade de água de qualidade para atendimento às necessidades humanas e as obras necessárias para adução e tratamento se expandiram à proporção que também se expandiram os centros urbanos.

Outras abordagens vinculadas às práticas sanitárias estão associadas ao povo judeu. Como exemplo, a Funasa (2006) menciona Kottek (1995) ao se referir à importância do uso da água para limpeza na cultura judaica ressaltando expressões, como: "as roupas sujas podem levar a doenças como a escabiose" e "sujeira pode levar à insanidade". Essa preocupação com as práticas sanitárias e higiênicas pode ser observada no desenvolvimento da civilização greco-romana, pioneira ao considerar os critérios sanitários importantes para a saúde, com diversas referências de conhecimentos relativos aos cuidados para a manutenção da saúde e o controle das doenças.

Tidos como pioneiros na organização político-institucional das ações de saneamento, os romanos desenvolveram significativas obras de engenharia sanitária, atingindo um alto nível de conhecimento, no entanto, ao longo da história, pouco restou para as civilizações

posteriores. De acordo com Pinto (1880) e Silva Filho (1998), a evolução das práticas sanitárias coletivas teve como sua expressão mais marcante na antiguidade de Roma, representada arquitetonicamente pelos aquedutos, banhos públicos, termas e esgotos, e tem como símbolo histórico a conhecida Cloaca Máxima de Roma.

Saneamento é considerado como um conjunto de medidas para intervir nas condições do meio com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde. É essencial para o desempenho eficiente em todas as atividades básicas a ele associadas. Devido a essa interdependência entre saneamento e garantia de qualidade de vida pretende-se, segundo Heller & Castro (2007), que as políticas públicas de saneamento devam ser formuladas e avaliadas considerando-o como um direito e esse deve constituir-se em um direito essencial para garantir a saúde pública. Em 2010 a Organização das Nações Unidas (ONU) passou a considerá-lo com um direito humano essencial para gozar plenamente a vida e todos os outros direitos humanos ao afirmar na Resolução A/RES/64/292/2010 que assegurar o acesso à água e ao saneamento, enquanto direitos humanos, constitui um passo importante no sentido de isso vir a ser uma realidade para todos.

3.3 SANEAMENTO NO BRASIL

A falta de saneamento ou a inadequação dos sistemas em funcionamento constitui um agravante dos quadros epidemiológicos no Brasil, especialmente nas regiões com maior concentração de pobreza nas zonas rurais e, principalmente, nos aglomerados urbanos. Doenças como cólera, dengue, esquistossomose e leptospirose representam os males aos quais as populações mais vulneráveis estão mais suscetíveis. Segundo a PNSB, em 2008, cerca de 80% das moradias brasileiras tinham algum tipo de acesso à água, e apenas 44% desses domicílios estavam ligados a algum tipo de sistema de coleta de esgotos (IBGE, 2008).

Essa pesquisa revela que somente 28,5% dos municípios brasileiros fazem tratamento de seus esgotos. Em Pernambuco, embora 88,1% de seus municípios disponham de rede coletora de esgoto, apenas 33,9% dos domicílios são atendidos por sistema público de esgotamento sanitário coletado e tratado. Esse percentual é superior à média 22,4% de domicílios atendidos com acesso à rede geral no Nordeste.

No panorama nacional, ainda de acordo com a PNSB (IBGE, 2008), em 2008, 99,4% dos municípios brasileiros forneciam abastecimento de água por rede geral de distribuição em pelo menos um

distrito ou em parte dele. A região Norte apresentava o menor percentual de cobertura (98,4%); a Nordeste, 98,8%; a Sudeste, 100%; a Sul, 99,7%; e o Centro-Oeste, 99,6%. Dispor de acesso ao saneamento básico representa uma conquista social e ambiental para aqueles que vivem em comunidades pobres e vulneráveis, carentes de infraestrutura urbana, sujeitas às doenças provenientes das condições insalubres de moradia.

Cabe-nos ressaltar que a maior parte do déficit ainda existente está, segundo a Funasa (2006), localizada basicamente nos bolsões de pobreza, conhecidos popularmente como favelas, ou, segundo o IBGE (2011b), aglomerados subnormais. Essas áreas geralmente estão localizadas nas periferias das cidades, na zona rural e no interior. No entanto, em muitos alguns casos, essas áreas encontram-se intrínseca e intimamente localizadas no tecido urbano das grandes cidades, rodeadas por privilégios de infraestrutura urbana aos quais não têm direito.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS) e o governo federal, através da Funasa (2006), cada dólar aplicado em saneamento representa uma economia de cerca de quatro dólares em medicina curativa, o que reforça a tese de que investir em saneamento é a única forma de se reverter esse quadro.

Quando ampliamos o tema do saneamento para a questão do meio ambiente, temos por saneamento ambiental o conjunto de ações socioambientais que objetivam garantir a salubridade ambiental, com serviços, em sua maioria, de fornecimento de água, recolhimento, tratamento e destinação final de águas residuais, resíduos sólidos e gasosos; obras especializadas de infraestrutura para a drenagem de águas pluviais urbanas e o controle de vetores promotores de doenças transmissíveis; a disciplina sanitária de ocupação e uso do solo, garantindo assim a proteção à sadia qualidade de vida da população. Portanto, o saneamento ambiental deve ser entendido como uma política social e, necessariamente, deve estar focalizado na integração contextualizada para o desenvolvimento sustentável, e deve também garantir a sobrevivência da biodiversidade na natureza, bem como priorizar o bem-estar da população e a preservação ambiental, nos contextos socioeconômicos e culturais.

Ancorado nesse conceito mais amplo está a definição legal de saneamento básico como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de abastecimento de água potável, esgotamento sanitário, limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos, drenagem e manejo das águas pluviais urbanas (BRASIL, 2007a). A universalização do atendimento e a necessidade de grandes investimentos em

saneamento, dentre outros, representam os maiores desafios a serem enfrentados pelo setor atualmente.

Os esgotos sanitários e suas formas e processos de coleta, rede de transporte, tratamento e destinação final têm papel fundamental para a garantia da saúde e da qualidade de vida da população. No entanto, quando não observadas essas condições elementares para o bom funcionamento de um sistema de saneamento, aliando-se a isso a questão da educação ambiental necessária à sua boa e eficiente utilização, pode tornar-se muitas vezes um dos maiores fatores de degradação da qualidade da água, principalmente quando lançados sem o prévio tratamento adequado nos corpos d'água, de modo a evitar ou minimizar a carga poluidora antes de sua disposição final (ANA, 2004).

O conceito de Saneamento Integrado foi desenvolvido sob a perspectiva de um conjunto articulado e integrado de ações capazes de atender de forma sistêmica e interdisciplinar às comunidades em situação de vulnerabilidade econômica e social e envolve um conjunto de serviços de infraestrutura aliados à reeducação sanitária ambiental, tais com fornecimento de água tratada, esgotamento sanitário, drenagem de águas pluviais, criação e/ou ampliação do sistema viário e pavimentação; coleta e destinação de lixo; melhorias e construção de instalações hidrossanitárias domiciliares; remoção e/ou relocação de moradias; controle de vetores; fortalecimento e implantação de canais de participação popular; e controle social.

Já saneamento integrado, de acordo com o Ministério das Cidades - MCIDADES (BRASIL, 2011a), é a modalidade de intervenção composta de ações intersetoriais, que visam dotar as áreas de intervenção com condições adequadas para uma vida saudável. Segundo a Autarquia de Saneamento do Recife – SANEAR, essa é uma modalidade de intervenção cujo modelo

fundamenta-se na implementação de ações físicas, sociais e educativas que, de forma integrada, melhorem o ambiente domiciliar e peridomiciliar. A implementação destas ações é direcionada para a promoção da melhoria da qualidade de vida e é desenvolvida através de um processo participativo envolvendo a instituição executora e a comunidade beneficiária (SANEAR, 2012, p. 10).

Ainda, segundo a Prefeitura da Cidade do Recife (PCR), o Saneamento Integrado é um modelo abrangente e multidisciplinar que permite a sustentabilidade e o encadeamento lógico dos serviços,

evitando o desperdício de recursos. As intervenções de saneamento integrado destinam-se prioritariamente a áreas sem infraestrutura de urbanização, caracterizadas como favelas, invasões, loteamentos irregulares, áreas de ocupação espontânea, aglomerados subnormais ou assentamentos precários. Segundo o Ministério das Cidades (BRASIL, 2011a), as intervenções nos assentamentos precários objetivam a melhoria das condições sanitárias, o controle dos riscos geotécnicos e de inundações e a integração física das áreas de intervenção ao bairro em que está situado, visando à inserção social da população-alvo.

Esse tipo de intervenção, segundo o MCIDADES (BRASIL, 2011a), exige dos municípios certa capacidade institucional e, em algumas situações, é importante avaliar a necessidade de contratar equipes especializadas para realizar parte das ações ou um conjunto de ações para a elaboração do planejamento e gestão tendo em vista que

as rotinas de licenciamento, definição de diretrizes, elaboração de projetos, planejamento e execução das obras e ações que, normalmente, devem ser realizadas pelo órgão executor, quer seja uma prefeitura ou um órgão estadual. (BRASIL, 2011a, p 176).

Heller (2013) defende que a importância da atuação nas interfaces requer a composição de equipes com profissionais de distintas formações e de várias áreas de conhecimento e requer, desses profissionais, a capacidade de interagir com colegas de diferentes formações. Entretanto, ressalta o autor, que a organização gerencial e institucional dos serviços requer, também, mecanismos de interlocução e articulação com os diversos setores a eles relacionados.

Ainda de acordo com o MCIDADES (BRASIL, 2011a, p 176), essas intervenções, embora financiadas pelo Governo Federal, requerem a existência de uma Política de Habitação e de um Plano Local de Habitação de Interesse Social (PLHIS), para efetivação da contratação, conforme previsto na Lei nº 11.124/2005, que se constitui em um dos instrumentos do Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS (BRASIL, 2005a). Esses projetos contam com financiamentos para intervenções em assentamentos precários, como o Saneamento Integrado e envolvem recursos do orçamento geral dos próprios municípios, da União, de órgãos estaduais de habitação ou, ainda, dos prestadores dos serviços de água e esgoto. (BRASIL, 2011a, p 176).

O IBGE, através da PNSB, deixa claro que entre outras variáveis, a distribuição da oferta de saneamento básico também se dá pela variável ‘cor’. Embora não seja prudente afirmar que no Brasil haja um “racismo ambiental”, conforme comprovado nos EUA em pesquisa realizada por Robert D. Bullard, em 1978, a pedido da Comissão de Justiça Racial da *United Church of Christ*, a qual demonstrou que a “composição racial de uma comunidade é a variável mais apta a explicar a existência ou inexistência de depósitos perigosos de origem comercial em uma área” (ACSELRAD *et al*, 2009,p.19), “pode-se constatar que a raça, no Brasil, também se constitui uma variável importante em termos de distribuição da “desproteção ambiental” (ACSELRAD *et al*, 2009, p. 52).

De qualquer forma, pode-se atestar a desigualdade racial em termos de acesso à infraestrutura de saneamento básico pela referida pesquisa, cujos resultados, ‘segundo a cor’, apresentamos abaixo. Repare-se como um agravamento do quadro de desigualdade racial na distribuição do saneamento, que a metodologia empregada na pesquisa necessariamente joga os dados sobre o abastecimento dos brancos ‘para baixo’, aproximando-os das porcentagens dos não brancos. Afirmamos isso baseando-nos no seguinte raciocínio: dão que a ‘cor’ é dada pela autoatribuição do indivíduo, é bem provável que um número expressivo de pessoas sem saneamento que costuma ser vítima de discriminação racial tenha afirmado ser de ‘cor branca’. (ACSELRAD *et al.*, 2009, p. 52).

Saneamento deve ser compreendido como uma ciência comprometida em estudar de forma interdisciplinar, articulando e integrando as técnicas às ciências biológicas, ambientais e sociais. Em síntese, é reunir e aplicar os princípios da biologia, da medicina, da física e da engenharia para o controle nas intervenções das condições ambientais necessárias para a proteção, saúde e bem-estar da população. Heller (2013, p. 181), ao considerar o papel das ciências humanas e sociais para o desenvolvimento das políticas de saneamento, defende que essas podem contribuir com “elementos indispensáveis para a compreensão e o aperfeiçoamento das intervenções, no tocante à sua apropriação e utilização pela população, bem como a sua integração ao

metabolismo urbano e rural [...]” e oportunizar o aprendizado com a história e sua correlação com a dimensão geográfica.

Essa compreensão ampliada reforça o pensamento daqueles cujas preocupações objetivam evitar ou minimizar os riscos com a transmissão de enfermidades pelo contato ou uso de água ou alimentos contaminados e pelo contato com águas estagnadas, buscando as interfaces entre as políticas de saúde pública, políticas ambientais e o planejamento, urbanização e regularização fundiária dos precários assentamentos urbanos, com as políticas voltadas para os recursos hídricos, aliadas às políticas sociais, numa abordagem interdisciplinar e sistêmica.

O saneamento básico adquire, assim, o significado de bem público e social, não se constituindo uma mera commodity e, conforme preconiza a ONU, um direito humano, um direito do cidadão, de responsabilidade do Estado, no sentido de garantir que todos efetivamente tenham assegurado o seu direito social à salubridade ambiental (BRASIL, 2007a). Compreende-se que se a população continua vivendo à mercê de doenças como diarreias, cólera, dengue, febre amarela, tracoma, hepatite, conjuntivite, poliomielite, escabiose, leptospirose, febre tifoide, esquistossomose, malária, e tantas outras, causadas por enchentes ou falta de drenagem nas comunidades que, mesmo na presença de serviços de abastecimento de água e de esgotamento sanitário, não haverá salubridade ambiental. Diante disso, concordamos com Jan Bitoun (2005), ao defender a necessidade de melhoria das condições urbanísticas priorizando as estruturas de drenagem e saneamento, cuja deficiência afeta especialmente as comunidades mais pobres.

A Carta Constitucional Brasileira de 1988 menciona em seu texto a expressão "saneamento básico" por duas vezes: a primeira é no tratamento das competências da União, quando, no Inciso XX, do artigo 21, determina que é da União a competência para "instituir diretrizes para o desenvolvimento urbano, inclusive habitação, *saneamento básico* e transportes urbanos".

Numa segunda menção, a expressão está inserida na seção sobre a saúde, no artigo 200, que, ao determinar as competências do SUS, no seu inciso IV, destaca: "participar da *formulação da política e da execução das ações de saneamento básico*" e no inciso VIII: "*colaborar na proteção do meio ambiente, nele compreendido o do trabalho*". O constituinte considerou o saneamento básico como política pública que deve articular-se com o setor de saúde, de forma integrada e complementar, devendo, ainda, contribuir para a proteção do meio

ambiente. Segundo Nery (2004), ratifica-se, assim, o reconhecimento da relação entre saúde e ambiente, destacando-se a importância da atuação em prevenção primária à saúde com políticas e ações sobre o meio, especialmente intervindo com ações de saneamento básico.

A partir da Constituição Federal, cabe ao poder público compreender que a definição de uma política de saneamento ambiental, necessariamente deve contemplar todos os fatores ambientais, sociais, políticos e econômicos que direta e indiretamente condicionam as tomadas de decisão do Estado, contextualizando historicamente a formulação das políticas públicas sociais para que a sua aplicação traga, de forma ampla, benefícios para a população e a sociedade em geral.

A legislação brasileira que estabelece as diretrizes nacionais para o saneamento básico entende o saneamento básico como um direito à salubridade ambiental e um direito social, vinculado ao direito à saúde e a uma vida digna. A salubridade ambiental é, assim, entendida como um patrimônio coletivo, que todos devem promover e proteger, inclusive os estratos da população que vivem à margem do mercado.

Após dezenove anos da promulgação da Constituição Brasileira, o tema foi regulamentado pela Lei nº. 11.445, de 5 de janeiro de 2007, conhecida como *lei do saneamento* que, em seu artigo 3º, inciso I, define saneamento básico como um conjunto de serviços, infraestruturas e instalações operacionais de:

- a) *abastecimento de água potável*: constituído pelas atividades, infra-estruturas e instalações necessárias ao abastecimento público de água potável, desde a captação até as ligações prediais e respectivos instrumentos de medição;
- b) *esgotamento sanitário*: constituído pelas atividades, infraestruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, tratamento e disposição final adequados dos esgotos sanitários, desde as ligações prediais até o seu lançamento final no meio ambiente;
- c) *limpeza urbana e manejo de resíduos sólidos*: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de coleta, transporte, transbordo, tratamento e destino final do lixo doméstico e do lixo originário da varrição e limpeza de logradouros e vias públicas;
- d) *drenagem e manejo das águas pluviais urbanas*: conjunto de atividades, infra-estruturas e instalações operacionais de drenagem urbana de

águas pluviais, de transporte, detenção ou retenção para o amortecimento de vazões de cheias, tratamento e disposição final das águas pluviais drenadas nas áreas urbanas, adequados à saúde pública e à segurança da vida e do patrimônio público e privado (BRASIL, 2007a).

A partir da promulgação da Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007a), ao estabelecer as diretrizes nacionais e a política federal de saneamento básico, passamos a dispor de instrumentos legais que objetivam assegurar a universalização, embora de forma progressiva, do atendimento às populações com serviços de infraestrutura necessários para o acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços de saneamento básico. Essa condição é essencial para a manutenção da saúde pública e representa a oportunidade de melhoria da qualidade de vida, especialmente das pessoas em situação econômica desfavorável e suscetíveis às adversidades decorrentes das precárias condições de salubridade ambiental provocadas pela falta de saneamento.

A aplicação da Lei nº 11.445/2007 (BRASIL, 2007a) abrange a União, os estados, o Distrito Federal e municípios, bem como deve ser cumprida por todos os prestadores de serviços. Ao estabelecer os princípios legais a serem cumpridos para a prestação dos serviços de saneamento básico, a Lei também estabelece

as obrigações do titular, as condições em que os serviços podem ser delegados, as regras para as relações entre o titular e os prestadores de serviços e as condições para a retomada dos serviços; trata da prestação regionalizada; institui a obrigatoriedade de planejar e regular os serviços; abrange os aspectos econômicos, sociais e técnicos da prestação dos serviços, assim como institui a participação e o controle social. (BRASIL, 2011b, p. 9-10)

Como parte dos princípios fundamentais da Lei nº 11.445/2007, o Artigo 3º, inciso IV, define e estabelece controle social como sendo um

conjunto de mecanismos e procedimentos que garantem à sociedade informações, representações técnicas e participações nos processos de formulação de políticas, de planejamento e de

avaliação relacionados aos serviços públicos de saneamento básico.

No entanto, a Lei nº 11.445/2007 constitui um dos maiores desafios para as diversas esferas de poder executivo em nosso país, seja no âmbito federal, estadual, municipal ou distrital. A universalização dos serviços de saneamento básico é um dos princípios fundamentais dessa Lei. Tornar acessível o abastecimento de água nos padrões de qualidade estabelecidos para o consumo humano e em quantidade suficiente, a coleta adequada dos esgotos e dos resíduos sólidos — lixo e drenagem correta das águas superficiais é um direito que, mesmo nos dias atuais, ainda é um privilégio alcançado por poucos.

Destaca-se na Lei nº 11.445/2007, em seu artigo 1º, inciso VI, que um dos princípios estabelecidos define que a

articulação com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante (BRASIL, 2007a).

Alcançar os objetivos propostos em Lei, visando melhorar gradualmente a qualidade e atingir a universalidade, requer dos gestores públicos o conhecimento da conjuntura técnica e social existentes para a definição de programas e ações que conduzam ao cumprimento dos objetivos e metas definidos e, para isso, torna-se preponderante o planejamento adequado, norteado pelas particularidades e peculiaridades de cada lugar e situação.

Ainda de acordo com a Lei nº 11.445/2007, compete aos municípios a proposição e elaboração do plano municipal³¹ de saneamento básico e, esses, por sua vez, têm o dever de conduzir o processo de forma a estimular e oportunizar à sociedade o conhecimento, o entendimento e a efetiva participação nas discussões dos problemas e na busca de soluções para alcançar os objetivos e metas para o suprimento dos serviços de saneamento básico de qualidade.

O Ministério das Cidades recomenda a criação de Conselhos Municipais e estaduais das Cidades, cuja responsabilidade é fiscalizar e monitorar a prestação dos serviços de saneamento. Esses devem

³¹ Ver: Brasil, 2011b.

constituir fóruns permanentes de discussão com o objetivo de estimular o debate, de forma integrada, das políticas de desenvolvimento urbano, habitação, saneamento, meio ambiente, regularização fundiária, dentre outros temas. No entanto, os movimentos de participação têm por características o caráter reivindicatório, cujo êxito quando obtido se dá por meio da luta da população e não por concessão do Estado no cumprimento das políticas públicas. Nesse sentido, a experiência mostra que é necessário oportunizar, estimular e promover a participação da sociedade como protagonista das definições das prioridades no saneamento.

As diretrizes da política federal de saneamento básico são definidas no artigo 48 da Lei nº 11.445/2007. Esse artigo vincula as correlações entre saneamento básico e desenvolvimento social e que o saneamento básico deve estar a serviço da melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública, quando estabelece:

- I) Prioridade para as ações que promovam a equidade social e territorial no acesso ao saneamento básico;
- II) aplicação dos recursos financeiros por ela administrados de modo a promover o desenvolvimento sustentável, a eficiência e a eficácia;
- III) estímulo ao estabelecimento de adequada regulação dos serviços;
- IV) a utilização de indicadores epidemiológicos e de desenvolvimento social no planejamento, implementação e avaliação das suas ações de saneamento básico;
- V) melhoria da qualidade de vida e das condições ambientais e de saúde pública;
- VI) colaboração para o desenvolvimento urbano e regional;
- VII)
- VIII)
- IX) adoção de critérios objetivos de elegibilidade e prioridade, levando em consideração fatores como nível de renda e cobertura, grau de urbanização, concentração populacional, disponibilidade hídrica, riscos sanitários, epidemiológicos e ambientais. (BRASIL, 2007a)

No mesmo artigo, em seu parágrafo único, a Lei nº 11.445/2007 associa a promoção da saúde e melhoria de qualidade de vida ao financiamento das ações de saneamento básico, como podemos observar a seguir:

As políticas e ações da União de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, *de combate e erradicação da pobreza*, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltadas para a melhoria da qualidade de vida devem considerar a necessária articulação, inclusive no que se refere ao financiamento, com o saneamento básico (BRASIL, 2007a, grifo nosso).

Posteriormente, no Artigo 49, são explicitados os objetivos da Política Federal de Saneamento Básico, dos quais destacamos aqueles cujos propósitos estão diretamente relacionados às questões de cunho social:

- I – contribuir para o desenvolvimento nacional, a redução das desigualdades regionais, a geração de emprego e de renda e a inclusão social;
- II – priorizar planos, programas e projetos que visem à implantação e ampliação dos serviços e ações de saneamento básico nas áreas ocupadas por populações de baixa renda;
- III -
- IV -
- V – assegurar que a aplicação dos recursos financeiros administrados pelo poder público dê-se segundo critérios de promoção da salubridade ambiental, de maximização da relação benefício-custo e de maior retorno social;

As políticas públicas de saneamento devem ser tratadas como políticas sociais e não somente como política pública, pois são considerados instrumentos de inclusão social e valorização da cidadania, contribuindo para a melhoria da saúde e da qualidade de vida das populações, para o desenvolvimento comunitário e a construção de uma sociedade mais justa e igualitária, assegurando a manutenção de um ambiente em equilíbrio e bem-estar da população.

3.4 SANITARISMO NO CONTEXTO BRASILEIRO

O Brasil tem demonstrado capacidade técnica, experiência e amadurecimento no planejamento e implementação de ações para saneamento, embora seus gestores ainda dediquem maior atenção às questões da engenharia em detrimento das sociais. Um dos resultados da luta dos brasileiros por seus direitos está na luta pelo direito à cidade, representado, entre outras coisas, pelo direito negado aos serviços públicos de saneamento.

Em nosso país, alguns sanitaristas merecem destaque por seus trabalhos pioneiros em obras e serviços de abastecimento de água e esgotos sanitários por todo o território nacional. Como exemplo, merecem ênfase as intervenções planejadas e executadas por Saturnino de Brito, Emílio Ribas e Oswaldo Cruz em diversas cidades nas primeiras décadas do século passado, cujos resultados chegam até os dias atuais.

Francisco Rodrigues Saturnino de Brito (1864/1929) foi um engenheiro civil e notável sanitarista que realizou alguns dos mais importantes estudos de saneamento básico e urbanismo em várias cidades do país. Idealizou, projetou, construiu ou assessorou inúmeros sistemas urbanos de abastecimento e de esgotamentos em cidades e capitais brasileiras. É considerado o pioneiro da engenharia sanitária e ambiental no Brasil. Seu invento mais conhecido foi o tanque fluxível em 1900, utilizado no Brasil e em toda a Europa no século XX, que foi batizado, após a sua morte, de tanque fluxível tipo Saturnino de Brito (UFCG). O sanitarista foi eleito pelo congresso da Associação Brasileira de Engenharia Sanitária e Ambiental, por unanimidade, como Patrono da Engenharia Sanitária Brasileira.

O médico Emílio Ribas é considerado um dos bravos e incompreendidos sanitaristas brasileiros do fim do século XIX e início do século XX que, juntamente com Oswaldo Cruz, Adolfo Lutz, Vital Brasil e Carlos Chagas, lutou para livrar as cidades e o campo das epidemias e endemias que assolavam o país. Combateu a febre amarela exterminando com êxito o mosquito transmissor da doença (hoje conhecido por *Aedes aegyptii*) nas cidades paulistas. Sofreu forte oposição dos que acreditavam que a doença era transmitida por contágio entre pessoas e, para provar que essa tese estava errada, deixou-se picar pelo inseto contaminado, junto com os colegas Adolfo Lutz e Oscar Moreira. Foi a partir da contaminação de Ribas que Oswaldo Cruz empreendeu a eliminação dos focos de mosquito no Rio de Janeiro.

Oswaldo Cruz, médico paulista, formado no Rio de Janeiro em 1892, estagiou no Instituto Pasteur, em Paris, onde foi discípulo de Émile Roux, seu diretor à época. Voltou ao Brasil em 1899 e organizou o combate ao surto de peste bubônica registrado em Santos (SP) e em outras cidades portuárias brasileiras. Demonstrou que a epidemia era incontrolável sem o emprego do soro adequado. Como a importação era demorada à época, propôs ao governo a instalação de um instituto para fabricá-lo.

Foi então criado o *Instituto Soroterápico Nacional* (1900), cuja direção assumiu em 1902. Diretor-geral da Saúde Pública (1903), coordenou as campanhas de erradicação da febre amarela e da varíola, no Rio de Janeiro. Organizou os batalhões de “mata-mosquitos”, encarregados de eliminar os focos dos insetos transmissores. Convenceu o presidente Rodrigues Alves a decretar a vacinação obrigatória, o que provocou a rebelião de populares e da Escola Militar (1904) contra o que consideravam invasão de suas casas para vacinação forçada, e que ficou conhecida como Revolta da Vacina.

Fonseca e Prado Filho (2010), em artigo intitulado *Um esquecido marco do saneamento no Brasil: o sistema de águas e esgotos de Ouro Preto (1887-1890)*, fazem referência à primeira Estação de Tratamento de Esgotos (ETE) da América Latina projetada por Saturnino de Brito. Essas constatações foram embasadas, segundo esses autores, em uma publicação da Fundação João Pinheiro, a qual afirma que “o sistema de esgotamento sanitário da cidade de Ouro Preto foi construído em 1896, sendo o projeto de autoria do engenheiro Saturnino de Brito” (FONSECA & PRADO Filho, 2010, p. 52), “construída ainda no século XIX, no reinado de Dom Pedro II” (FONSECA & PRADO Filho, 2010, p. 52).

Ainda segundo Fonseca e Prado Filho (2010), as primeiras intervenções sanitárias de vulto aconteceram no Rio de Janeiro em meados do século XIX, quando “o governo de Dom Pedro II decidiu contratar, conforme consta na Lei 719, de 1853, o serviço de limpeza das casas da cidade do Rio de Janeiro, e do esgoto das águas pluviais, com o João Frederico Russel ou outro qualquer” (FONSECA & PRADO FILHO, 2010, p. 54).

O sistema construído à época consistia de um sistema híbrido, segundo o modelo inglês adotado na cidade de Leicester e outras cidades inglesas, e “compreendia duas redes distintas, uma para águas pluviais e outra para os esgotos sanitários e a contribuição pluvial de pátios internos e telhados” (FONSECA & PRADO FILHO, 2010, p. 54), com estações de tratamento em diversos bairros do Rio de Janeiro.

Segundo esses autores, “o Estado entendeu, então, que a saúde das pessoas não podia permanecer uma questão particular e começou a agir no sentido de sanear as cidades, livrando-as dos inconvenientes dos esgotos, do lixo e de outros problemas sanitários” (FONSECA & PRADO FILHO, 2010, p. 54), com o propósito de minimizar os efeitos deletérios advindos da falta desses serviços para a saúde da população.

Ainda por volta da metade do século XIX, diversas províncias brasileiras como a Bahia, Ceará, Pernambuco e São Paulo, segundo Sonaly Rezende (2000), sofreram com epidemias como cólera, febre amarela e varíola. No entanto, na maioria dos casos, o poder público não se mostrou capaz de enfrentar a situação com medidas sanitárias eficientes, o que, segundo Fonseca e Prado Filho (2010) levou a população a arcar com o pesado fardo de desafios para combate às epidemias e à morte, deixando desamparadas e sujeitas à marginalização as populações carentes.

Com o intuito de traçar uma breve cronologia das políticas de saneamento no Brasil dos séculos XX e XXI, procuramos, a seguir, descrever as principais políticas definidas para a área de saneamento no Brasil até nossos dias. O Ministério da Saúde, com a *Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento* (BRASIL, 2004), e o Ministério das Cidades (2011c), em seu *Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico*, trazem um referencial que nos ajuda a entender a trajetória do saneamento no Brasil, no entanto, buscamos nos apoiar em outros autores na busca de enriquecer os dados apresentados.

No período colonial, a maior parte das ações de saneamento era realizada em nível individual, situação possível pela ausência de grandes aglomerações humanas, abundância de recursos hídricos, baixo potencial poluidor da produção de esgotos e boas condições de autodepuração dos cursos d'água (REZENDE & HELLER, 2008). As obras, entretanto, atendiam apenas a uma parte da população, caracterizando um quadro precário das condições sanitárias da época e determinando várias epidemias. Segundo Heller *et al* (2013, p. 485), “até meados do século XIX [...] não se evidencia nenhum modelo organizado de prestação de serviços, sendo as ações de saneamento desenvolvidas no âmbito individual”, não se configurando, portanto, como políticas públicas ou ações duradouras, caracterizando-se meramente como obras setorizadas. A necessidade de melhorar as condições sanitárias levou o poder público a intervir no setor de saneamento (BRASIL, 2004).

Diante disso, no final do século XIX e início do século XX, grandes campanhas sanitárias intervencionistas foram deflagradas para o controle e erradicação de doenças epidêmicas de cunho infectocontagioso e doenças parasitárias, cujo ciclo epidemiológico é relacionado às condições de insalubridade do ambiente. Na área social, a preocupação com o meio ambiente produziu movimentos populares e cruzadas sanitárias em defesa da saúde e da higiene públicas. Embora específicas e pontuais várias ações de saneamento foram desenvolvidas no país pelos órgãos responsáveis pela Saúde Pública.

Em 1909, sob a concepção da medicina social, foi instituída a polícia médica que fazia intervenções decretando a quarentena e o controle de portos, hospitais e cemitérios. Oswaldo Cruz e Pereira Passos foram protagonistas dessa fase higienista. O conceito de saúde, vigente à época, trouxe à baila novos conhecimentos sobre a saúde que resultaram em intervenções no espaço urbano. Nessa ocasião aconteceu uma das maiores demonstrações de resistência popular contra a administração pública nessa fase da história no Brasil, contra a discriminação e os tratamentos impostos à população.

Em 1942 foi criado o Serviço Especial de Saúde Pública (SESP), com recursos para financiamentos e assistência técnica do governo dos Estados Unidos, visando garantir a salubridade nas áreas de exploração de materiais econômicos durante a Segunda Guerra Mundial (HELLER *et al*, 2013). Entre outras ações, o SESP era responsável pelo Programa de Saneamento da Amazônia e ações de saneamento em regiões estratégicas para o esforço de guerra que posteriormente ampliou sua atuação para todo o país. Durante os anos de 1950, prevaleceu a política de autonomia do setor de saneamento, e foram criados os Serviços Autônomos de Água e Esgoto (SAAE) em vários municípios brasileiros. Pelo seu caráter local e autonomia administrativa e financeira, constituídos juridicamente como autarquias municipais, os SAAE representam um marco importante na conformação dos modelos de prestação de serviços de saneamento. Na década subsequente (1960), não houve por parte dos governos militares maiores investimentos em ações nas áreas de saneamento para a promoção da saúde pública.

Com a instituição do plano de metas e bases, o governo definiu para o setor de saneamento uma proposta que resultou no Plano Nacional de Saneamento (PLANASA). Segundo o Ministério das Cidades esse plano

Prevvia a minimização e a racionalização dos investimentos da União a fundo perdido; a

atuação descentralizada, por meio das esferas estaduais e municipais e do setor privado; a criação de conjuntos integrados de sistemas municipais de abastecimento de água e de esgotamento sanitário e tarifação adequada. Reação da sociedade ao autoritarismo e repressão, através da organização em movimentos populares, rearticulando-se enquanto sociedade civil, o que criou um clima de esperança da retomada da democracia, marcando o início de um dos mais ricos momentos da história do país no que diz respeito a lutas, movimentos e, sobretudo, projetos para o país. (BRASIL, 2011c, p. 24)

Átila Ramos (1991) ressalta que só mais de seis décadas depois das primeiras investidas públicas para o controle da saúde da população, ocorridas na década de 1910, as políticas de saneamento passaram a ter um caráter nacional a partir de 1971, com o PLANASA. Heller *et al* (2013, p. 487) afirmam que o plano,

apesar do aumento significativo da cobertura dos serviços de abastecimento de água, destacou-se pela falta de unidade no estabelecimento de ações integradas de saneamento, com favorecimento do abastecimento de água em detrimento do esgotamento sanitário, além da predominância de ações em regiões mais desenvolvidas.

Essa opção pelas áreas mais desenvolvidas em detrimento das áreas mais carentes desse tipo de serviço evidencia a clara opção do governo pela garantia de retorno financeiro em investimentos que, em princípio, deveriam cumprir uma função social e não seguir a lógica mercantilista empresarial. Ainda, segundo Heller *et al* (2013), o PLANASA começou a entrar em decadência na década de 1980, quando foi extinto seu principal fomentador, o Banco Nacional da Habitação (BNH), em 1986. No entanto, reitera esses autores que o PLANASA deixou traços ainda hoje marcantes para o setor de saneamento no Brasil.

Durante a década de 1980, com abertura do país para um novo momento democrático e o fim da repressão característica do autoritarismo dos governos militares, a população com maior poder de mobilização e participação passa a obter conquistas no campo da cidadania, inclusive empreendendo lutas pela moradia popular que

resultaram, também, em importantes mudanças no setor de saneamento. O saneamento no Brasil, com recursos provenientes do Fundo de Garantia por Tempo e Serviço (FGTS), recebeu expressivos investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário através do PLANASA, oportunizando o acesso de camadas mais pobres a esse tipo de infraestrutura. Com a extinção em 1986 do BNH, houve interrupção dos financiamentos com recursos do FGTS para o setor de saneamento em decorrência do elevado endividamento e inadimplência sistêmica das companhias estaduais de saneamento e dos estados.

Nos anos de 1990, o afastamento dos organismos que fomentavam o PLANASA levou à decadência esse plano, que não chegou a cumprir suas metas. Foram criados o Programa de Saneamento para Núcleos Urbanos (PRONURB) e o Programa de Saneamento para População de Baixa Renda (PROSANEAR), para implantar sistemas de abastecimento de água e de esgotamento sanitário em favelas e periferias urbanas, com a participação da comunidade. Em 1994 foi aprovado, no Congresso Nacional, o Projeto de Lei da Câmara – PLC nº 199, que dispunha sobre a Política Nacional de Saneamento e seus instrumentos, no entanto, resultaram em tímidos financiamentos significativos. Em 1995 foi sancionada a Lei nº 8.987, conhecida como Lei de Concessões, que disciplinou o regime de concessões de serviços públicos, favorecendo sua ampliação inclusive para o setor de saneamento. Essa lei gerou polêmica, por seu caráter privatista.

Em 1997, uma nova interrupção dos recursos do FGTS seguida da suspensão do Pró-Saneamento. O Programa de Financiamento a Concessionários Privados de Saneamento (FCP/SAN) passou a conceder recursos desse fundo à iniciativa privada. A partir de 1999, em razão de acordo firmado com o Fundo Monetário Internacional (FMI), o Brasil comprometeu-se a acelerar e ampliar a concessão dos serviços de água e esgoto, limitando aos municípios o acesso aos recursos oficiais. A realização da 1ª Conferência Nacional de Saneamento apontou para a universalização do atendimento, com serviço de qualidade prestado por operadores públicos, e reconheceu o caráter essencialmente local dos serviços e, portanto, a titularidade dos municípios, desenvolvendo mecanismos de controle social e de participação popular na definição da prestação dos serviços.

Nos anos 2000, surge uma nova configuração no papel da União como principal financiador do saneamento básico. O Governo Federal assumiu sua responsabilidade constitucional de instituir as diretrizes nacionais para o saneamento básico no país. Foi criado o Ministério das Cidades, cuja estrutura é baseada em três principais problemas sociais,

ou seja, moradia, saneamento e transporte, e a Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental (SNSA) que passaram a trabalhar as questões do saneamento sob o paradigma das políticas urbanas integradas. A participação da sociedade é o principal elemento inovador na definição das políticas públicas de saneamento, no entanto, a concessão dos financiamentos passou a ser condicionada à viabilidade econômica e social dos novos projetos.

Em 2003, foi realizada a 1ª Conferência Nacional das Cidades com a participação de mais de 3.450 municípios. Nessa conferência foi eleito o Conselho das Cidades e foram propostas alterações que se julgavam necessárias à legislação em vigor. Em 2005, realizou-se a 2ª Conferência Nacional das Cidades com a participação de 1.820 delegados, durante a qual se discutiram as formulações em torno da Política Nacional de Desenvolvimento Urbano, que envolveu temas como participação e controle social, questão federativa, política urbana regional e metropolitana, e financiamento.

O dia cinco de janeiro de 2007 marca uma nova era na história do saneamento brasileiro com a promulgação da Lei nº 11.445/2007, estabelecendo-se, assim, as diretrizes nacionais para o saneamento básico e instituindo-se a Política Federal de Saneamento Básico (BRASIL, 2007a). Segundo o Ministério das Cidades, inicia-se a partir daí uma nova e desafiadora fase do saneamento no Brasil, cujo protagonista principal é o município como o titular dos serviços de saneamento básico.

Compete estritamente aos municípios o planejamento, a prestação, a regulação e a fiscalização dos serviços e a promoção da participação e controle social. Ainda em 2007, aconteceu a 3ª Conferência Nacional das Cidades durante a qual foi feito um balanço das ações desenvolvidas desde a criação do Ministério das Cidades e uma reflexão acerca da capacidade das políticas e investimentos de reverter a lógica da desigualdade e da exclusão social.

O processo de desenvolvimento e urbanização pelo qual o Brasil passou, principalmente a partir do governo do presidente Juscelino Kubitschek, aliado à falta de planejamento e à submissão a processos precários de ocupação do solo urbano, contribuiu para que as cidades brasileiras apresentem os problemas característicos de núcleos urbanos dos países menos desenvolvidos. Isso é observado nas instalações precárias, deficiência ou inexistência de sistemas de fornecimento de água potável e de coleta e tratamento de esgotos.

A concentração da população nos grandes centros, frequentemente em áreas com pouca ou nenhuma infraestrutura, com

moradias inadequadas, assentamentos subnormais clandestinos, constitui uma das muitas razões que atraem, geram e concentram pobreza. Esse conjunto de fatores incide diretamente sobre o meio ambiente urbano e provoca a contaminação de mananciais e toda a sorte de carências que afetam a qualidade de vida. A maioria desses problemas, embora atinjam a população como um todo, afeta mais drasticamente os segmentos mais pobres que frequentemente não têm outra alternativa senão morar e trabalhar em lugares insalubres, respirando ar contaminado e utilizando água poluída.

3.5 SANEAMENTO EM PERNAMBUCO

Na obra *Águas do Prata*, de José Luiz M. Menezes, Araújo e Chamisaes³², encontra-se a história do saneamento básico em Pernambuco e na cidade do Recife, inclusive a legislação que antecede a criação do órgão responsável pelos serviços de saneamento no estado de Pernambuco, conforme os atos legislativos que antecederam a constituição da Companhia Pernambucana de Saneamento (COMPESA), conforme relatamos a seguir:

- Departamento de Saneamento do Estado (DSE): Decreto-Lei 1.413, de 16 de julho de 1946;
- Saneamento do Recife (SANER), Saneamento do Interior de Pernambuco (SANEPE) e Fundo de Saneamento de Pernambuco (FUNDESPE): Lei 6.117, de 21 de junho de 1968;
- Compesa: Lei 6.307, de 29 de julho de 1971.

As primeiras obras executadas para abastecimento de água em Pernambuco ocorreram entre 1842 e 1848 e seguiram o projeto elaborado pelos engenheiros Jacob de Niemeyer e Pedro de Alcântara Bellegarde e era limitado à formação do açude do Prata, no Bairro de Dois Irmãos, para adução e distribuição de água para atender a oito chafarizes, sem pressão e ao nível do chão. No ano de 1881, houve a renovação do contrato com a Companhia do Beberibe, prorrogando o prazo de exploração dos serviços para 67 anos, e condicionando a Companhia a executar novas obras destinadas a atender à demanda existente. O engenheiro inglês Oswaldo Brown foi encarregado pela

³² COMPESA. Companhia Pernambucana de Saneamento. História e perfil. Disponível em: <<http://www.compesa.com.br/institucional/historiaeperfil>>. Acesso: 6 ago. 2007.

construção de galerias filtrantes à margem esquerda do açude do Prata e mais oito poços à montante do açude com capacidade de 5.000 metros cúbicos diários. Além disso, foram construídos o reservatório do Alto de Dois Irmãos e 70 km de rede de distribuição de água (PSBMP, 2011; COMPESA³³).

No ano de 1909, assim como em várias outras cidades brasileiras, foi criada uma comissão, dirigida pelo engenheiro Francisco Saturnino Rodrigues de Brito, para cuidar do Saneamento na cidade do Recife e que tinha por objetivo construir o sistema de esgotos sanitários e as obras de abastecimento de água para atender à demanda decorrente do crescente desenvolvimento da cidade. Em dezembro de 1915, a rede de esgotos sanitários, com uma extensão de 113 km e uma área total esgotada de 1.182 hectares entrou em funcionamento. No entanto, os serviços de abastecimento de água só não chegaram a ser concluídos devido às injunções econômico-financeiras decorrentes da I Guerra Mundial (PSBMP, 2011; COMPESA).

Entre 1910 e 1918, foi construída a Barragem de Gurjaú, solucionado o problema do manancial através uma linha adutora de 37,2 Km. A rede de distribuição foi executada com uma extensão de 26,4 km e, no final desse período, o reservatório de Prazeres estava em fase de construção bastante adiantada. Registra-se na segunda década do século XX, uma fase de grande desenvolvimento das obras de saneamento do Recife (PSBMP, 2011; COMPESA).

A instituição encarregada pelo saneamento passou por diversas mudanças de ordem estrutural e jurídica. Em 1915 a Comissão, transformada em Repartição de Saneamento; em 1937 passou a Diretoria de Saneamento do Estado e em 1946 tornou-se Departamento de Saneamento do Estado. Embora com atuação predominantemente na cidade do Recife, houve nesse período um processo de interiorização dos serviços com a execução de obras de implantação em alguns municípios (PSBMP, 2011; COMPESA).

Efetivamente, o processo de interiorização dos serviços de saneamento, somente aconteceu a partir de 1949, com a criação do Fundo de Saneamento do Interior (FSI), que tinha como finalidade financiar as obras de abastecimento de água e esgotos sanitários no interior do Estado, com a construção ou ampliação de sistemas em vários municípios. Cidades como Caruaru, Garanhuns, Bezerros,

³³ _____. Companhia Pernambucana de Saneamento. História e perfil. Disponível em: <<http://www.compesa.com.br/institucional/historiaeperfil>> Acesso em: 02 out. 2013.

Gravatá, Afogados de Ingazeira, Bonito, Sertânia, Vitória de Santo Antão, Timbaúba, Vicência e São Joaquim do Monte, entre tantas outras receberam incentivos financeiros destinados a implantar ou melhorar os sistemas de esgotamento sanitários. O FSI limitava o financiamento de obras de esgotamento sanitário às cidades de mais de 10.000 habitantes que já dispusessem de abastecimento de água e condicionava o atendimento pela ordem decrescente de suas populações e de seus índices de infestação de esquistossomose (PSBMP, 2011; COMPESA).

Com a finalidade de executar obras de ampliação dos sistemas existentes com financiamento pelo Banco Interamericano de Desenvolvimento (BID), no valor de aproximadamente 4,8 milhões de dólares, foi criada a Comissão de Obras Sanitárias da Capital em agosto de 1965. Coube ao Governo Estadual contribuir com uma contrapartida de igual valor. Essa Comissão executou serviços de grande envergadura, dentre os quais se destacam cerca de 200 km de rede de distribuição de água. Além disso, foram adquiridos hidrômetros, material ligações domiciliares e foi feita a implantação do Distrito Sanitário dos Peixinhos que consistia na construção de coletores-troncos, emissários, estações elevatórias, estação depuradora de esgotos, rede coletora de esgotos do bairro de Casa Forte e reformas que permitiram a duplicação da capacidade da Estação Depuradora da Cabanga, para atender às demandas decorrentes do crescimento da zona central da cidade. No ano de 1970 foi extinto Departamento de Saneamento do Estado (DSE) (PSBMP, 2011; COMPESA).

Em julho de 1971, com a criação da COMPESA pela Lei nº 6.307, em 29 de julho de 1971, objetivando atender os 184 municípios do Estado, inclusive o distrito de Fernando de Noronha, foram extintos o Fundo de Saneamento de Pernambuco (FUNDESPE) e as empresas SANER e SANEPE passaram a funcionar como subsidiárias da COMPESA. A COMPESA foi criada o propósito de fazer a gestão de todos os projetos financiados pelo Plano Nacional de Saneamento (PLANASA) e garantir a viabilidade econômico-financeira da relação entre Estado e União, de acordo com os moldes do Banco Nacional de Habitação (BNH).

3.6 SANEAMENTO NA CIDADE DO RECIFE

Na cidade do Recife, a gestão do saneamento está sob a responsabilidade da SANEAR, criada pela Lei Municipal nº. 17.104. de 13 de julho de 2005 e cuja missão é “Assegurar à população do Recife os benefícios da salubridade ambiental e da saúde pública, mediante a

qualidade e universalização dos serviços de saneamento integrado/básico, privilegiando o controle social, a educação sanitária e ambiental e, *principalmente, a construção de uma cidade saudável com base na cidadania*” (grifos nossos). A Carta do Saneamento do Recife, promulgada por ocasião da 1ª Conferência Municipal de Saneamento da Cidade do Recife, em 21 de abril de 2002, constitui o parâmetro de desenvolvimento das ações da SANEAR.

O regimento interno da 1ª Conferência Municipal de Saneamento assegura a participação popular ao afirmar o “caráter amplo e democrático da participação da comunidade, sem restrições partidárias, corporativas ou de qualquer outra natureza” (RELATÓRIO, 2003, p. 5), criando mecanismos, através do debate amplo com os atores envolvidos, para a efetiva participação e corresponsabilidade nas decisões para o planejamento, construção e implementação das políticas e ações de saneamento na esfera municipal.

Segundo a PCR, a 1ª Conferência Municipal de Saneamento da Cidade do Recife reuniu, entre os dias 19 e 21 de abril de 2002, delegados e delegadas, além de diversos observadores e observadoras que representaram diferentes segmentos da sociedade, entre movimentos sociais, organizações não governamentais (ONG), centros acadêmicos, trabalhadores, sindicatos, setor privado e o poder público municipal, estadual e federal. Nesse contexto, admitiu-se que a política de saneamento praticada até então tinha como resultado a reprodução do grave quadro de desigualdades sociais que marca a sociedade brasileira e foi ressaltado que o Brasil ainda apresenta dados alarmantes de déficit no acesso aos serviços fundamentais de saneamento, com graves consequências sobre a mortalidade infantil, doenças infecto-contagiosas e a qualidade de vida de nossas cidades, sendo as populações pobres e marginalizadas, do campo e da cidade, as que mais sofrem os efeitos nocivos dessa realidade.

Desse modo, a Carta do Saneamento do Recife ratifica uma concepção de Saneamento Ambiental como conjunto integrado de ações que envolvem o abastecimento de água, o esgotamento sanitário, a coleta de lixo, a drenagem urbana e o controle de vetores, destacando que a política municipal de saneamento deve ser regida pelos princípios de universalidade (acesso para todos), integralidade (contemplando todas as ações de saneamento necessárias), equidade e qualidade, com participação e controle social. Essa visão ampliada do saneamento é uma tendência que se coaduna com um novo tempo, o tempo de consciência social e ambiental.

A cidade do Recife, com uma população de cerca de 1,5 milhões de habitantes, como tantas outras cidades brasileiras, sofre as consequências da má distribuição de renda e, conseqüentemente, tem um grande número de habitantes situados nos estratos “muito pobres” e “de pobreza crítica”, o que tem contribuído ao longo da história para os processos de ocupação territorial por meio de invasões de áreas periféricas ou mesmo interurbanas.

Segundo a SANEAR,

esta população de excluídos ocupa as chamadas “áreas de risco” constituídas por encostas de morro com inclinação igual ou superior a 30°, áreas de planícies alagáveis margeando rios e canais e os chamados “bolsões de pobreza” que são áreas críticas confinadas em bairros centrais e nobres. Esta ocupação desordenada perfaz hoje um total de mais de 500 favelas desprovidas de um mínimo de infraestrutura urbana, demandando do poder público providências urgentes (SANEAR, 2008).

Os dados da SANEAR (2008) demonstram que apenas 30% do território da cidade dispõem de rede coletora pública de esgotos, basicamente restrita às áreas centrais da cidade e aos bairros de maior poder aquisitivo. Somente 88% dos domicílios estão ligados à rede geral de abastecimento de água; 9,6% são atendidos por poços ou nascentes, dos quais 8,7% não possuem canalização – em 1991 esse número era de apenas 2%. Esse crescimento se deve ao descrédito no serviço público. Há, ainda, cerca de 35 mil pessoas que consomem água de fontes sem qualquer controle de qualidade. A cidade sofre um racionamento crônico que já dura mais de 20 anos e o controle de operação de poços particulares é precário, assim como o é o fornecimento de água em carros pipas. Esse cenário levou à proliferação da indústria de engarrafamento e distribuição de água mineral (SANEAR, 2008).

Quanto ao esgotamento sanitário, apenas 42,9% dos domicílios estão ligados à rede geral de esgoto ou, como são comuns, 7,8% dos domicílios jogam os dejetos sem tratamento, em vala, rio, lago, mar ou outro escoadouro à rede pluvial e 46,6% utilizam fossas sépticas ou outros tipos rudimentares e 2,7% dos domicílios sequer dispõem de instalações sanitárias, o que equivale a uma população de 40.000 pessoas; cerca de um milhão de pessoas vivem sem serviço de coleta de esgoto (SANEAR, 2008).

A situação na cidade do Recife em relação às questões de saneamento é, no mínimo, como reconhece a prefeitura, preocupante. A cidade sofre com a qualidade da água, comprometida em decorrência das infestações em suas tubulações e com um abastecimento insuficiente e irregular marcado pela intermitência do racionamento crônico. Quanto ao sistema de esgotamento sanitário, a situação é ainda pior, pois, além de insuficiente, é comprometido pelas precárias condições de manutenção. A destinação indevida de esgotos nas estruturas de drenagem compromete a saúde da população e polui os cursos d'água ameaçando, inclusive, a balneabilidade das praias em diversos pontos (SANEAR, 2008).

No entanto, esperamos que as ações municipais de saneamento integrado, especialmente nas comunidades pobres, cumpram os objetivos e metas, podendo, assim, contribuir para a diminuição e controle dos índices de morbimortalidade provocados por vetores de doenças infecto-parasitárias, fruto da ausência ou precariedade dos sistemas de saneamento existentes. Destaca-se a necessidade de priorizar investimentos para a manutenção e a melhoria dos sistemas em funcionamento e a ampliação em torno da busca da universalidade.

O acesso democrático às informações, de forma clara e objetiva, e a participação ampla e irrestrita da população contribuirão para o exercício pleno da cidadania na construção de uma cidade sanitária e ambientalmente melhor para se viver.

3.7 SANEAMENTO E SUAS INTER-RELAÇÕES COM SAÚDE PÚBLICA

Saneamento, por definição, é considerado um conjunto de medidas para intervir nas condições do meio com a finalidade de prevenir doenças e promover a saúde e constitui um direito essencial assegurado pela ONU, por meio da Resolução A/RES/64/292, publicada em 28 de julho de 2010, como um direito humano, essencial para o desempenho eficiente em todas as atividades básicas a ele associadas como abastecimento de água, destino das águas servidas e dos dejetos, destino do lixo, controle de vetores de doenças e higienização dos alimentos, habitação, local de trabalho, escolas, ambientes apropriados para o banho.

Entretanto, segundo Heller (1998; 2007), a compreensão sanitária restrita ao abastecimento de água e de esgotamento sanitário, em detrimento das outras ações de saneamento, compromete o entendimento numa visão de relação sistêmica que aborde a combinação

de diversos fatores, com ênfase nos determinantes sociais, entre ações de saneamento e a saúde sob o enfoque de distintos ângulos da cadeia causal, cujo objetivo é um atendimento mais justo à população.

Referindo-se a Lindqvist, Narain e Turton (2001), Heller (2007) defende que além da ênfase na participação da sociedade no processo, aspectos técnicos e financeiros são indubitavelmente importantes, no entanto, é indispensável uma “abordagem política onde se privilegiem as condições sociais e as relações entre o sistema socioeconômico, a água e o ambiente” (HELLER, 2007, p. 290), para uma significativa mudança da atual situação brasileira.

O conceito de saúde pública teve seu início, segundo alguns autores, a partir do momento em que “o homem se apercebeu que da vida em comunidade resultavam perigos especiais para a saúde dos indivíduos e foi descobrindo, inconsciente e conscientemente, meios de reduzir, minimizar e evitar tais perigos” (SILVA FILHO, 1998). Dessa forma, ao longo do tempo, foram desenvolvidas medidas práticas e científicas que resultaram em definição de políticas públicas de saúde para aplicação na coletividade.

A Organização Mundial de Saúde (OMS) utiliza como conceito de Promoção de Saúde aquele proposto na Conferência de Ottawa, em 1986, que é utilizado como princípio orientador das ações de saúde em todo o mundo, ou seja, “parte-se do pressuposto de que um dos mais importantes fatores determinantes da saúde são as condições ambientais” (FUNASA, 2006, p. 10). Assim, como destaca Nery (2004), as ações de saneamento ambiental são fundamentais na promoção da Saúde Pública e têm como desafio promover a inclusão social, inclusive nas comunidades quilombolas, respeitando as peculiaridades e buscando sempre promoção da saúde e da cidadania.

A falta de saneamento está diretamente ligada à degradação do meio ambiente e representa, segundo Acsehrad, Mello e Bezerra (2009, p. 811), “um dos grandes males que acometem as sociedades contemporâneas” e, ao nosso modo de ver, um dos grandes agravantes das questões ambientais, inclusive urbanas.

Entendemos que um meio ambiente saudável não se restringe somente a um espaço ecologicamente equilibrado, mas, sobretudo, harmonioso e limpo. Pilla (2008), referindo-se a Íside Bonini (1963), ressalta que “a questão do asseio e do conforto, juntamente com os equipamentos, devem criar um todo harmonioso – móveis, paredes, revestimentos, tudo que facilite a limpeza” (p. 338). A intrínseca relação entre saúde e saneamento vincula a discussão sobre a qualidade de vida das pessoas, no que se refere à saúde, ao meio ambiente e aos serviços

de saneamento que têm repercussão de grande impacto positivo na qualidade da saúde, em especial da saúde infantil. Segundo Gouveia (2004), as crianças estão mais suscetíveis às graves consequências de um ambiente insalubre. Água tratada e saneamento básico constituem um canal para a minimização ou resolução dos graves e sérios problemas ambientais, em especial nas áreas urbanas mais pobres e vulneráveis a esses males.

Segundo a Organização Mundial de Saúde (2009), 88% das mortes por diarreias no mundo são causadas pelo saneamento inadequado e, de acordo com o ITB, em 2011, no Brasil, foram realizados 396.048 internamentos por causa relacionada à diarreia, ressaltando que 35% desse número (138.447) foram de crianças menores de 5 anos (KRONEMBERGER, 2013). Apenas nas 100 maiores cidades do País, esse número chegou a 54.339 pessoas internadas pela mesma causa e, quanto às crianças com idade entre 0 e 5 anos, 28.594 necessitaram ser internadas, representando 53% do total. Em relação ao adulto em fase laboral, estima-se que 11% das faltas do trabalhador estão relacionadas a problemas causados pela diarreia e a probabilidade de uma pessoa com acesso à rede de esgoto faltar às suas atividades normais por diarreia é 19,2% menor que uma pessoa que não tem acesso à rede de esgotamento sanitário. Esses números demonstram a evidente e urgente necessidade de investimentos para a universalização do atendimento com serviços de água tratada e esgotamento sanitário no país.

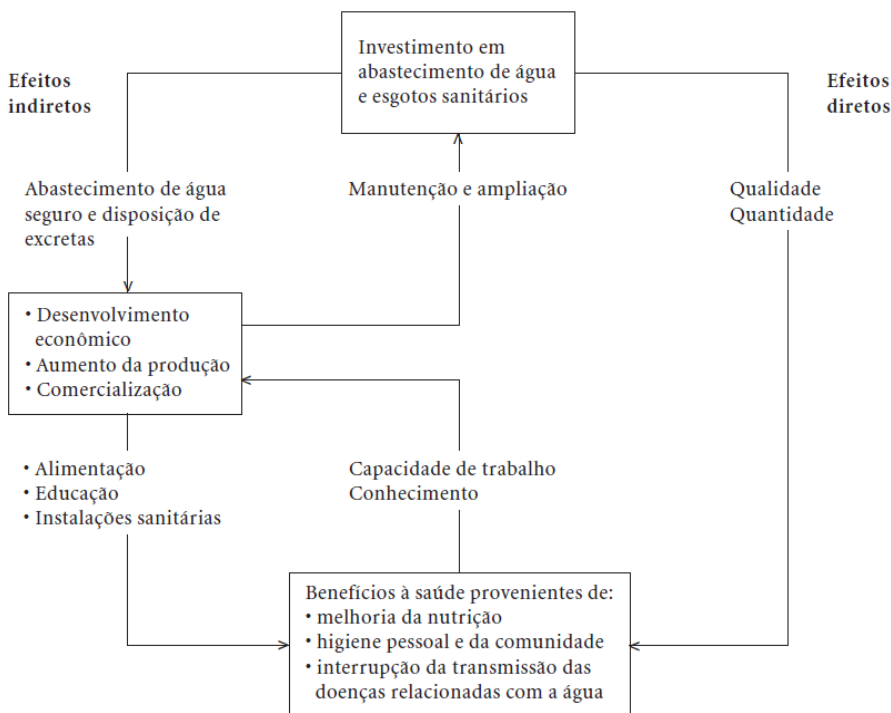
É necessário empreender esforços políticos e técnicos para minimizar o ainda evidente “descompasso entre as ações de saúde e as ambientais e, mais particularmente, entre as ações de saúde e as de saneamento” (HELLER, 1998, p. 84). Para isso, verificamos que os especialistas, planejadores e gestores públicos tendem a dar maior ênfase no reconhecimento da importância dessa relação, estabelecendo vínculos de interação entre meio ambiente-saneamento-saúde e não de exclusão. Assim, a área de saneamento necessita ter suas ações com os fins voltados para alcançar resultados numa perspectiva de saúde pública com intervenções específicas, visando eliminar ou minimizar os agravos à saúde da população.

Dessa forma ressaltamos a necessidade de analisarmos e discutirmos a relação entre saúde e saneamento, no contexto do processo de desenvolvimento social e sua correlação com o ambiente. Heller (1998, p. 74) defende que “ao se abordar a relação entre saúde e saneamento, é vital inseri-la no contexto exposto da relação saúde e ambiente”. No entanto, verifica-se, segundo esse autor, que a primeira

constatação nesse sentido foi que a relação saúde e saneamento sempre esteve vinculada às origens da visão sobre saúde e ambiente da atualidade.

Ressaltamos ainda que as questões de saneamento, historicamente, sempre caracterizaram a definição dos determinantes da saúde, evidenciando a necessidade de se investir na melhoria do saneamento, visando à melhoria da qualidade ambiental, com o objetivo de prevenir ou minimizar os danos à saúde humana. Concluímos que dentre os indicadores mais importantes para a saúde estão as questões sanitárias e a qualidade ambiental do meio. A figura 10 sintetiza esquematicamente as relações entre abastecimento de água e esgotamento sanitário e saúde e demonstra que a ampliação do investimento no saneamento básico tem resultados também no desenvolvimento econômico e social do país.

Figura 10 - Efeitos diretos e indiretos do abastecimento de água e do esgotamento sanitário sobre a saúde — esquema conceitual



Fonte: Cvjetanovic (1986), apud Heller (1998)

No Brasil, milhões de Reais são gastos na assistência médica à saúde curativa que, segundo Odir Roque (1999), “poderiam ser reduzidos à metade se tivéssemos uma infraestrutura de saneamento atuando como prevenção”. A relação entre saúde e saneamento tem sido exaustivamente tratada e, segundo a Organização Mundial de Saúde (OMS), quase 25% de todos os leitos hospitalares do mundo estão ocupados por enfermos portadores de doenças veiculadas pela água, que seriam facilmente controladas por ações de saneamento. No Brasil, este percentual pode chegar a 65%.

Isso nos faz ver que os investimentos em saneamento constituem uma das maiores contribuições para a prevenção das enfermidades. Portanto, a saúde pública, de acordo com a Academia de Ciências do Estado de São Paulo (ACIESP), deve ter como objetivos e metas:

promover, proteger e recuperar a saúde física e mental, através de medidas de alcance coletivo e de motivação da população. [...] através dos esforços organizados da comunidade, visando ao saneamento do meio, ao controle das infecções na comunidade, a educação dos indivíduos nos princípios da higiene pessoal, a organização de serviços médicos e de enfermagem para o diagnóstico precoce e o tratamento preventivo das doenças, e ao desenvolvimento da máquina social que garantirá, para cada indivíduo da comunidade, um padrão de vida adequado à manutenção da saúde (SÃO PAULO, 1980).

O conceito de saúde, segundo a Funasa (2006), entendida como o pleno de bem-estar físico, mental e social, não deve restringir o problema sanitário ao âmbito das doenças. Assim, é vital atuar com ações preventivas e de manutenção da saúde cada vez mais relevantes para a consolidação dos fatores determinantes da saúde pública. Capra (1982) refere-se à importância que tem para a saúde, de acordo com os escritos hipocráticos, um estado de equilíbrio entre influências ambientais, modos de vida e os vários componentes da natureza humana.

Para a Organização Mundial de Saúde (OMS), saneamento é considerado como "o controle de todos os fatores do meio físico do homem que exercem efeito deletério sobre seu bem-estar físico, mental ou social" e, acrescentando a isso, a *Secretaría de Asentamientos Humanos y Obras Públicas* (SAHOP, 1978) é mais específica quando afirma que

trata da correlação entre saneamento e saúde pública ao definir saneamento ambiental como o "conjunto de ações que tendem a conservar e melhorar as condições do meio ambiente em benefício da saúde".

Assim, observa-se a relevância que tem, para a sociedade, considerar fundamentais e prioritários para a saúde pública as ações, serviços e obras de saneamento, principalmente, quando se trata de políticas que garantam o abastecimento público de água, de coleta, de tratamento e de destinação final de esgotos, bem como a drenagem das águas superficiais, coleta e tratamento dos resíduos sólidos e o controle de vetores de doenças transmissíveis e demais serviços e obras especializados.

É incontestável que somente através das transformações estruturais e político-institucionais, sobre as ações de saneamento alcançarão os impactos positivos sobre a saúde da população. Embora tenhamos evoluído quanto à compreensão da relação entre saneamento e saúde, ainda é atual a tese de Heller (1998, p. 78), quando defendia que "há um crônico distanciamento entre as políticas de saneamento e de saúde no Brasil. Por um lado, a prática e os planejamentos do setor de saneamento não valorizam a relação com a saúde, havendo inclusive deficiências na formação dos profissionais".

Entretanto, para as políticas de saúde pública no Brasil, numa perspectiva mais otimista, podemos observar, mais recentemente, investimentos em ações preventivas e de manutenção da saúde, em vez das ações meramente curativas, e o reconhecimento do importante papel de tais políticas para o êxito dos resultados alcançados.

A utilização do saneamento como instrumento de promoção da saúde pressupõe a superação de entraves tecnológicos, políticos e gerenciais que têm dificultado a extensão dos benefícios em áreas rurais, municípios e localidades de pequeno porte (FUNASA, 2006) e, aumentando o espectro dos não beneficiados, podemos acrescentar as comunidades pobres, de baixo poder aquisitivo, localizadas nas grandes cidades, em especial, em suas periferias.

Ainda, de acordo com a Funasa (2006), as condições de saúde de uma população estão relacionadas à qualidade da água e ao saneamento básico. Dados da OMS indicam que 80% das doenças da infância são provocadas por água de má qualidade. No Brasil, atualmente, cerca de 90% da população brasileira é atendida com água potável e 60% com redes de esgotos.

O Nordeste e o Sudeste são as regiões com maior número de internações e que acumulam o maior índice de problemas de saúde

relacionados à falta de saneamento. O Norte e o Nordeste apresentam o pior quadro de atendimento no que diz respeito à cobertura com rede de distribuição de água. Nessas áreas são cerca de 25 milhões de pessoas que dependem de poços e ou nascentes em suas propriedades, ou de outras formas de abastecimento precárias para o suprimento de água para consumo humano; enquanto no Sudeste, o grande número de pessoas com problemas de saúde relacionados à falta de serviços de saneamento se deve ao fato de a região ser a de maior densidade populacional (FUNASA, 2006).

Segundo a PNSB, em 2008, cerca de 80% das moradias brasileiras tinham algum tipo de acesso à água, e apenas 44% desses domicílios estavam ligados a algum tipo de sistema de coleta de esgotos (IBGE, 2008); além disso, de acordo com Moura (2009), 16% usam fossas sépticas³⁴. Ainda, essa pesquisa revela que somente 28,5% dos municípios brasileiros fazem tratamento de seu esgoto.

Em Pernambuco, segundo a PNSB (IBGE, 2008), embora 88,1% de seus municípios disponham de rede coletora de esgoto, apenas 33,9% dos domicílios são atendidos por sistema público de esgotamento sanitário, coletado e tratado. Esse percentual é superior à média 22,4% de domicílios atendidos com acesso à rede geral no Nordeste.

No panorama nacional, ainda de acordo com PNSB³⁵, em 2008, 99,4% dos municípios brasileiros fornecem abastecimento de água por rede geral de distribuição em pelo menos um distrito ou em parte dele. A região Norte apresenta o menor percentual de cobertura (98,4%); a Nordeste, 98,8%; a Sudeste, 100%; a Sul, 99,7%; e o Centro-Oeste, 99,6%.

A regularidade da coleta, acondicionamento e destino final bem equacionado do lixo diminuem a incidência de vetores que promovem casos de peste, febre amarela, dengue, toxoplasmose, leishmaniose, cisticercose, salmonelose, teníase, leptospirose, cólera e febre tifoide. Dispor de acesso ao saneamento básico representa uma conquista social e ambiental para aqueles que vivem em comunidades pobres e

³⁴ Câmara ou caixa subterrânea fechada onde os esgotos domésticos são retidos por determinado período de tempo, suficiente para que a maioria dos sólidos em suspensão se sedimente no fundo ou se acumulem na superfície e desta forma fiquem retidos nela (MASCARÓ, 2010).

³⁵ Segundo a PNSB, o fato de um município informar a existência de rede geral de abastecimento de água o inclui neste universo, independentemente da cobertura, eficiência, volume e qualidade da água distribuída (IBGE, 2008).

vulneráveis, carentes de infraestrutura urbana, sujeitas às doenças provenientes das condições insalubres de moradia.

Essa situação, frequentemente ainda testemunhada em nossos dias, deixa as populações mais carentes da atenção das políticas públicas, como medidas reparadoras para o resgate da cidadania, visto que a ausência desses serviços constituem perdas irreparáveis e, por conseguinte, uma afronta à dignidade humana. Cabe a todos que lutamos pela qualidade da saúde pública ter como objetivo eliminar as formas evitáveis de doenças infectocontagiosas e atender aos anseios da população com intervenções apropriadas a cada peculiaridade das necessidades comunitárias e contribuir para o seu desenvolvimento.

Não resta dúvida de que compete às lideranças e forças políticas, aos poderes executivos nas esferas municipais, estaduais e federal, aliados à engenharia sanitária e à sociedade, estar em consonância com os interesses e necessidades da população, promoverem o acesso amplo e irrestrito aos benefícios advindos da prestação dos serviços sanitários para a promoção e manutenção da saúde e do bem-estar da população.

Capítulo 4

Neste capítulo, apresentamos uma análise multidimensional e interdisciplinar das repercussões advindas das ações de saneamento integrado o desenvolvimento comunitário da Mangueira da Torre.

4 ANÁLISES E DISCUSSÕES

Não há futuro em longo prazo para uma sociedade fundada sobre a falta de justiça, de igualdade, de fraternidade, de cuidado e de cooperação (BOFF, 2010).

Neste capítulo, buscamos proceder a uma análise multidimensional e interdisciplinar das repercussões advindas das ações de saneamento integrado para a qualidade de vida e para o desenvolvimento comunitário na Comunidade Mangueira da Torre. Além disso, buscamos também verificar, por meio da coleta de dados e das informações necessárias obtidas, como essas intervenções específicas podem ou não contribuir para a promoção da qualidade de vida, do bem-estar dos moradores e para o *desenvolvimento comunitário* do lugar.

Reconhecendo a relevância da entrevista como uma técnica de obtenção de dados subjetivos e, diante da diversidade de opções, elegemos para essa pesquisa a utilização de “entrevistas com grupos focais, aberta e semiestruturada” (BONI e QUARESMA, 2005). Segundo essas autoras, as pesquisas qualitativas buscam significados, motivações, valores e crenças porque esses não podem ser simplesmente reduzidos às questões quantitativas em virtude de responderem a noções muito particulares.

A entrevista constitui um instrumento de pesquisa que proporciona um processo de interação social entre o pesquisador, que tem por objetivo a obtenção de informações e, por parte do outro, o entrevistado que participa e contribui com seu depoimento. Minayo (1996) destaca a importância de se considerar que os dados quantitativos e os qualitativos acabam se complementando no decorrer de uma pesquisa.

Para a pesquisa realizada com os moradores, elegemos trabalhar com entrevistas semiestruturadas que, segundo Boni e Quaresma (2005, p. 74) articulam perguntas “abertas e fechadas, onde o informante tem a possibilidade de discorrer sobre o tema proposto e o pesquisador deve seguir um conjunto de questões previamente definidas, mas ele o faz em um contexto muito semelhante ao de uma conversa informal”. Além disso, sempre que necessário e oportuno, foram realizadas “perguntas adicionais para elucidar questões que não ficaram claras ou ajudar a recompor o contexto da entrevista [...] intervindo a fim de que os objetivos sejam alcançados” (BONI & QUARESMA, 2005, p. 74).

Alberti (2004) destaca que quando um entrevistado nos deixa entrever determinadas representações características de sua geração, de sua comunidade etc., elas devem ser tomadas como fatos, devendo-se levar em conta a relação de entrevistas e as intenções do entrevistado. Assim, se para a compreensão das repercussões das ações de saneamento integrado ao desenvolvimento da comunidade, numa abordagem qualitativa e interdisciplinar, se fazia necessária a escuta e os relatos dos atores envolvidos, chegamos ao entendimento de que o mais apropriado para as investigações seria utilizar a metodologia da história oral e buscar nossas fontes de consulta por meio de entrevistas temáticas, “por se voltarem prioritariamente para o envolvimento do entrevistado no assunto em questão” (ALBERTI, 2005, p. 20).

Quando da realização do trabalho de campo com os técnicos e gestores envolvidos nas ações implementadas na comunidade, fizemos uso da técnica de entrevistas abertas que atende às finalidades exploratórias e é bastante utilizada para o detalhamento de questões e formulação mais precisas dos conceitos relacionados aos temas pesquisados.

Segundo Espíndola (2012), a narrativa é considerada como uma forma de se desenhar a história e é o narrador que dá a unidade e o sentido. Nessa perspectiva, através da narrativa, configuram-se os eventos do passado na sucessão, construindo significados e sentidos humanos (ESPÍNDOLA, 2012, p. 171). Defende o historiador inglês Raphael Samuel (1990, p. 239) que “o valor dos testemunhos depende do que o historiador lhes traz, assim como aquilo que ele leva, da precisão das perguntas e do contexto mais extenso do conhecimento e entendimento do qual elas derivam”. Nesse sentido, consideramos como atores todos os envolvidos direta ou indiretamente no processo de implantação das ações de saneamento integrado na comunidade objeto de pesquisa — Manguieira da Torre, ou seja, moradores, técnicos da área social e da construção civil, gestores e técnicos da gestão municipal.

O quadro a seguir mostra-nos uma síntese do questionário estruturado, aplicado durante a pesquisa, e do roteiro de entrevistas utilizado quando da investigação junto aos técnicos e gestores da Prefeitura e da construtora responsável pela execução das obras na comunidade. As questões estão agrupadas em função das categorias teóricas e empíricas utilizadas como aporte para as análises e discussões.

Quadro 3 – Síntese das questões abordadas na pesquisa

		Categoria teórica 1: Políticas de Saneamento	Categoria teórica 2: Desenvolvimento Comunitário
Categorias empíricas	Questionários aplicados com os moradores	<ul style="list-style-type: none"> • Condição de moradia • Faixa etária • Renda familiar • Escolaridade • Situação em relação às intervenções devido às ações para a implantação do projeto de saneamento integrado • A casa na qual o(a) senhor(a) mora sofreu alguma interferência por conta das ações de saneamento que estão sendo realizadas na comunidade? • Assinale os serviços de saneamento que funcionam na comunidade • O que o(a) Senhor(a) entende por Saneamento Integrado? • Sugestões para melhorar o saneamento da Comunidade • Sugestões para melhorar a preservação do meio ambiente • O que o(a) senhor(a) diria à Prefeitura (ou órgão competente) sobre as ações de saneamento na comunidade Mangueira da Torre? 	<ul style="list-style-type: none"> • O(A) senhor(a) considera que essas ações de saneamento causaram mudança para as pessoas ou para a Comunidade? • O(A) senhor(a) considera que essas ações de saneamento podem mudar a forma de viver das pessoas que moram na Comunidade? • O(A) senhor(a) considera que essas ações de saneamento ajudam a melhorar as condições (qualidade) de vida das pessoas que moram na Comunidade? • O(A) senhor(a) participou ou conhece alguém que participou do processo de planejamento e ou execução das obras ou outras ações de saneamento da Comunidade? • A Comunidade dispõe de serviços públicos ou privados • Existem outras instituições que prestam serviços à Comunidade além da Prefeitura? (ONG, Igreja(s), escolas(s), universidade, etc.) • O que o(a) Senhor(a) entende por Desenvolvimento Comunitário?
	Roteiro de entrevistas aplicadas com os técnicos	<ul style="list-style-type: none"> • Trajetória profissional (especialmente na comunidade Mangueira da Torre) • Políticas públicas (principalmente na comunidade Mangueira da Torre) • Desenvolvimento comunitário (em função do saneamento integrado) • Em que consiste a intervenção de saneamento integrado na Comunidade? • Como foi a Receptividade da comunidade durante o processo de implantação? • O que mudou na comunidade? (Como mudou? O que foi positivo? O que foi negativo? Houve entraves? Quais entraves encontrados?) • A comunidade foi ouvida durante o planejamento e ou durante a execução projeto? • Qual o papel das lideranças (da comunidade) no processo de planejamento, execução e acompanhamento das ações do projeto de saneamento integrado? • Houve e ou ainda há diálogo entre os técnicos (execução + área social) e (execução + área social + comunidade)? • Está previsto um plano de manutenção do sistema em implantação a longo tempo? • Haverá acompanhamento ao longo do tempo? • O sistema de saneamento integrado em execução é sustentável? 	

Fonte: O autor.

Buscamos aqui analisar as questões relativas aos aspectos socioeconômicos, às repercussões das intervenções que contribuíram para as mudanças na comunidade quanto às relações sociais, à qualidade de vida e à geração de renda. Também procuramos analisar o nível de participação da comunidade no processo de planejamento e acompanhamento da execução das intervenções realizadas; a disponibilidade de serviços públicos ou privados no interior da comunidade e em seu entorno e a relação de parcerias existente com instituições oficiais ou não governamentais situadas no âmbito da comunidade ou fora dela. Além disso, buscamos a compreensão de saneamento integrado e o desenvolvimento comunitário sob a ótica dos entrevistados, bem como as sugestões para melhoramento do saneamento e para a preservação do meio ambiente no âmbito da comunidade.

A partir da próxima seção, trataremos das análises das discussões e dos resultados dos estudos realizados com base na pesquisa efetuada com aplicação de entrevistas semiestruturadas na qual utilizamos perguntas abertas e fechadas, onde o informante teve a possibilidade de responder objetivamente às questões bem como discorrer livremente sobre o tema proposto. Participaram das entrevistas representantes de diversos segmentos de moradores da comunidade, em razão das intervenções pelas quais passaram suas moradias, técnicos da área social e da área da engenharia e arquitetura da Prefeitura da Cidade do Recife e da empresa executora das obras. Também foi entrevistado o então prefeito da Cidade do Recife.

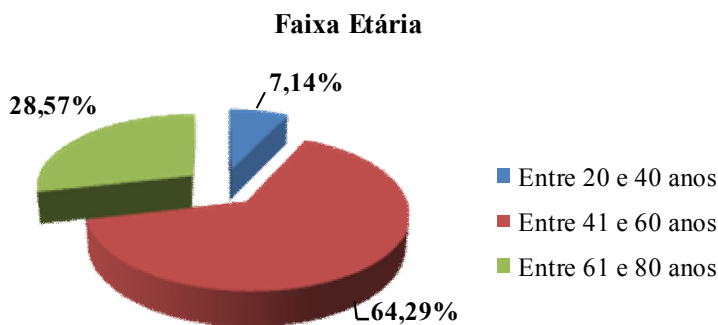
4.1 ASPECTOS SOCIOECONÔMICOS

Em relação à questão de número um (01), que trata da condição de titularidade de moradia ocupada, podemos observar que todos os catorze (100%) moradores entrevistados afirmaram residir em moradias próprias, embora um dos entrevistados (7,14%) salientasse que se trata de uma posse de herança (M2) e outro tenha destacado (7,14%) ainda estar “aguardando termo de concessão” da Prefeitura (M7). Outros moradores, durante a gravação das entrevistas, embora não tenham salientado a questão legal da posse das moradias, demonstraram informalmente a preocupação para que suas casas sejam regularizadas, com brevidade, como forma de garantir seus direitos.

Do ponto de vista da faixa etária, por ocasião das entrevistas, um (7,14%) dos entrevistados encontrava-se na faixa entre 20 e 40 anos de idade; quatro (28,57%), entre 61 e 80 anos; e nove (64,29%), entre 41 e

60 anos. De acordo com Lima (2011), na comunidade há uma prevalência de população adulta e jovem, representada por 47,4% e 45,7%, respectivamente, enquanto os idosos representam aproximadamente 7% da população.

Gráfico 2 – Faixa etária



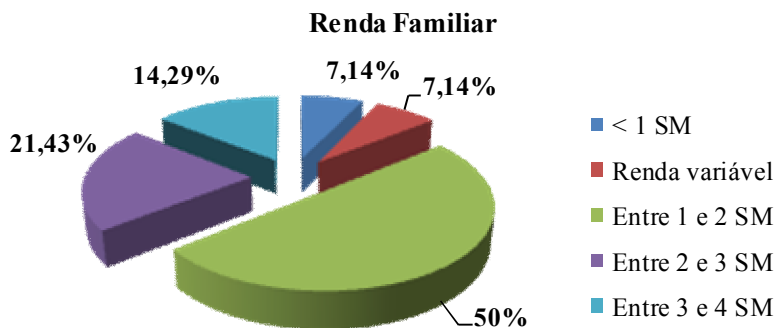
Fonte: O autor

Quanto à renda familiar, isto é, a soma total da renda bruta no mês de todos aqueles que compõem a família, podemos identificar que um (7,14%) dos entrevistados tinha uma renda familiar mensal menor que um salário mínimo; um (7,14%) dos entrevistados afirmou ter renda variável, pois trabalhava como autônomo, prestando serviço como cozinheiro em bares ou restaurantes; sete (50,0%) tinham uma renda mensal entre um e dois salários mínimos, três (21,43%) tinham uma renda mensal entre dois e três salários mínimos e dois (14,29%) afirmaram ter renda mensal entre três e quatro salários mínimos. Embora não constasse do questionário a verificação do número de pessoas por família dos entrevistados, pode-se observar, em caráter informal, que na maioria das casas viviam entre duas e quatro pessoas, embora em alguns casos houvesse um contingente maior de moradores, incluindo filhos e netos, coabitando na mesma moradia. De acordo com IBGE (2011b), a média de moradores na Mangueira da Torre é de 3,7 por domicílios particulares.

Vale aqui destacar que durante as entrevistas, alguns entrevistados, quando abordados sobre a renda, em especial os que lidavam com comércio, demonstravam certa inibição para falar sobre a

faixa de rendimento, levando-nos a crer que tendiam a declarar uma renda menor que a real. Aparentemente essa omissão devia-se ao “temor” relacionado a questões de especulação e segurança na própria comunidade, bem como ao receio de que as informações fossem utilizadas para questões fiscais.

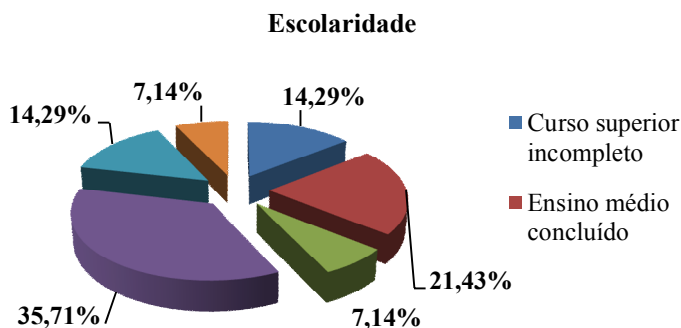
Gráfico 3 – Renda familiar



Fonte: O autor

Com relação ao nível de escolaridade, dois (14,29%) dos entrevistados iniciaram curso de nível superior, embora não tivessem concluído; três (21,43%) haviam concluído o ensino médio; um (7,14%) tinha o ensino fundamental completo e cinco (35,71%) não chegaram a concluir esse nível de ensino; dois (14,29%) desses entrevistados, embora se considerassem alfabetizados, admitiram não ter escolarização formal e, por fim, um (7,14%) declarou-se analfabeto, no entanto este entrevistado demonstrou bastante esclarecimento acerca dos assuntos abordados e boa desenvoltura comunicativa.

Gráfico 4 – Escolaridade



Fonte: O autor

4.2 INTERVENÇÕES FÍSICAS NAS MORADIAS

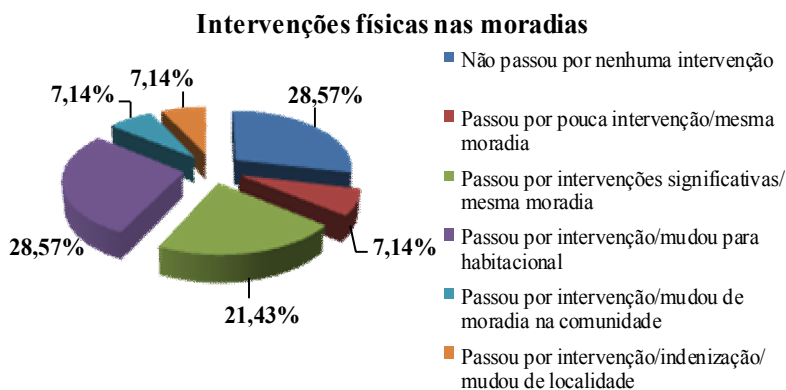
Considerando que quase a totalidade dos moradores, de forma mais simples ou mais complexa, passaram por algum tipo de mudança em suas moradias, pudemos constatar situações bastante diversas com relação às intervenções na comunidade, em decorrência das ações para a implantação do projeto de saneamento integrado na comunidade. Devido à necessidade de aberturas para o sistema viário, à criação de solo para novas construções e à impossibilidade legal da permanência de moradias com área menor que 18 m², moradores tiveram que mudar para novas moradias, inclusive alguns optaram em mudar para outra localidade.

Constatamos que quatro (28,57%) dos moradores entrevistados afirmaram que suas moradias *não passaram por nenhuma intervenção*, embora um deles tenha destacado que ainda aguardava a ligação do esgoto entre sua casa e a rede coletora pública (M5). Observamos que apesar de os demais entrevistados desse grupo não terem feito referência direta sobre a questão da ligação do esgoto domiciliar à rede pública, todos tiveram suas casas atendidas pelo sistema de esgotamento sanitário. A ligação do esgoto entre a casa e a rede coletora pública consiste em uma etapa das obras extremamente simples e que foi realizada em todas as moradias, independentemente do porte da intervenção realizada.

Apenas um (7,14%) entrevistado afirmou que sua moradia passou por *pouca intervenção*. Nesse caso, a moradia passou por um processo de requalificação, com uma pequena reforma que consistiu em refazer dois (02) quartos e um (01) banheiro, entretanto o morador permaneceu residindo no mesmo local. Dentre os entrevistados, três (21,43%) tiveram *intervenção significativa* em seus imóveis, como demolições, redução de área de terreno, remembramento, desmembramento, etc., realizadas em suas moradias, mas permaneceram morando na comunidade.

Como houve *intervenção de grande porte* em algumas moradias, devido às necessidades de atender ao projeto de urbanização e às ações de implantação do projeto de saneamento integrado na comunidade, quatro (28,57%) entrevistados tiveram suas casas demolidas e passaram a residir em apartamentos (habitacional)³⁶ construídos na própria comunidade, um (7,14%) entrevistado teve sua casa demolida e com a indenização recebida, adquiriu outra casa também na comunidade, mantendo, assim, os laços culturais e de vizinhança com o lugar. Além disso, uma entrevistada (7,14%), com a indenização recebida, optou por morar em outra localidade.

Gráfico 5 – Intervenções físicas nas moradias



Fonte: O autor

³⁶ Denomina-se “Habitacional” as unidades multifamiliares, ou seja, edifícios compostos por apartamentos residenciais construídos dentro do limite da própria ZEIS Mangueira da Torre, cujos titulares foram remanejados originalmente de unidades habitacionais ‘isoladas’ que passaram por grandes intervenções e precisaram ser demolidas.

Garcés (2006, p. 8), ao utilizar-se do conceito de Augé (2002), define *lugar* como aquela “construção concreta e simbólica do espaço [...] que é ao mesmo tempo princípio de sentido para aqueles que o habitam, e princípio de inteligibilidade para aqueles que o observam”. Embora seja necessária a construção e a apropriação de uma nova cultura de relações e convivência, em regime de condomínio, envolvendo questões entre as famílias residentes nos habitacionais e aqueles em seu entorno, inclusive nos custos das despesas comuns, bem como “os conflitos entre os ocupantes das novas moradias e de vizinhança” (LIMA, 2007). Espindola (2012, p. 190) afirma que “a apropriação do espaço não se inicia com a ocupação em si, mas com a necessidade de controle de um espaço e das expectativas que ela envolve”.

No caso da Mangueira da Torre, embora os moradores permaneçam vinculados ao mesmo lugar, é inevitável a necessidade de adequação e apropriação de uma nova cultura de relações e convivência em regime de condomínio, inclusive do partilhamento das despesas comuns de manutenção e possíveis melhorias. Com relação a isso, afirma um técnico da área social entrevistado que “por serem moradias verticalizadas, e eles terem habitualmente morado em casas isoladas, a gente percebe uma dificuldade em relação à convivência nessas unidades devido a algumas restrições existentes” (AS2).

Ainda, segundo esse técnico, o processo de elaboração do regimento interno, “foi um pouco confuso”, bem como a adaptação a esse novo tipo de moradia, mas

[...] eles conseguiram, ao longo do tempo, entender e compreender isso e estão se adaptando bem e existe em cada habitacional, em cada unidade dessas o seu regimento próprio. Foi construído também coletivamente, elegeram-se síndicos e tudo isso facilitou a chegada deles na unidade habitacional e a convivência deles com seus vizinhos. [...] também a questão do saneamento, que a gente não pode tirar o rumo desse foco, a gente percebe que houve uma adaptação da utilização do sistema, de novos hábitos, a gente percebe que há hoje uma nova compreensão de como utilizar o sistema (AS2).

Obtivemos informações, por meio do pessoal técnico da área social da Prefeitura, de que apenas dois moradores, em toda a

comunidade, que receberam indenização por suas moradias optaram em mudar para outra localidade. Desses três ex-moradores, somente uma moradora, que passou a residir no Bairro da Torre, numa área próxima à Mangueira da Torre, concordou em nos conceder entrevista. Outro morador com o qual mantivemos contato não concordou em nos dar entrevista, alegando falta de tempo, mas confirmou estar morando em outro município, próximo ao Recife, com a sua família e trabalhando, coincidentemente, em um bairro próximo à comunidade onde antes morava. O terceiro ex-morador não foi localizado.

4.3 SERVIÇOS DE SANEAMENTO DISPONÍVEIS NA COMUNIDADE

Quanto aos serviços de saneamento existentes na comunidade, os moradores foram unânimes em afirmar que todos os itens que compõem o elenco das ações de saneamento integrado são prestados de forma satisfatória. Segundo a SANEAR (2012, p. 10), “o modelo de concepção do Saneamento Integrado fundamenta-se na implementação de ações físicas, sociais e educativas que, de forma integrada, melhorem o ambiente domiciliar e peridomiciliar”. Esse modelo consiste em intervenções de infraestrutura urbanística, em especial na área de saneamento, com ações de abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, melhoria sanitária domiciliar, controle de vetores e ações de educação sanitária e ambiental.

Embora cem por cento dos moradores tenham se mostrado satisfeitos com as intervenções realizadas e com a prestação dos serviços de infraestrutura na comunidade, inclusive com as novas moradias nos apartamentos dos residenciais, destacamos que a incidência de novos custos que passaram a fazer parte das despesas domésticas com essas comodidades, em nenhum momento, durante as entrevistas, foi feita menção a esses custos adicionais.

No entanto, McGranahan e Mulenga (2013) defendem que, sem nenhum subsídio, é improvável que os ‘inaceitavelmente’ pobres encontrem opções ‘aceitáveis’ de água e esgoto sanitário pelas quais possam pagar e, em acordo com Peixoto (2013, p. 504), ao considerar esses serviços como “bens sociais, essenciais e universais”, não podemos considerar seu valor econômico simplesmente determinado pela lei da procura e da oferta como normalmente é regido o mercado de serviços.

Em pesquisa realizada pelo ITB, em 2012, em 26 municípios com população acima de 300 mil habitantes, concluiu-se que metade dos

entrevistados, se pudesse, não pagaria para ter seu domicílio ligado à rede coletora de esgotos, e 58% afirmaram que o valor pago pela água e pelo esgoto é caro em relação à qualidade do serviço prestado.

Entretanto, diante das peculiaridades dessas moradias, em virtude de estarem inseridas numa ZEIS, estas são beneficiadas com ligação de água e esgoto legalizados e podem usufruir deste bem sem comprometer a qualidade de vida ou o orçamento familiar, em virtude de uma iniciativa da COMPESA³⁷ — tarifa social — que oferece benefícios a famílias que tenham condições sociais mais humildes, de forma a possibilitar que usufruam desses serviços dentro da legalidade. Segundo a COMPESA, para ter acesso a essas vantagens o usuário necessita apresentar uma das seguintes características: ser beneficiário de algum programa social do Governo Federal, ter renda familiar de até um salário mínimo, ser morador de um imóvel com até 60m². Além disso, deve ter consumo médio mensal de energia elétrica de até 80 kWh e consumo médio de água de até 10 m³. Todos os moradores da comunidade estão inseridos em, no mínimo, uma dessas categorias.

Especificamente no caso da comunidade Mangueira da Torre, os serviços de infraestrutura urbana e ações de saneamento implementados na comunidade compreendem a remoção e relocação de habitações; educação sanitária e ambiental; controle de vetores (ratos, mosquitos, baratas etc.) e doenças; abastecimento de água; esgotamento sanitário; sistema de drenagem de águas superficiais; criação/ampliação de sistema viário e pavimentação; coleta e destinação de resíduos (lixo); melhorias e construção de instalações hidrossanitárias domiciliares e implantação e fortalecimento de canais participação popular e controle social.

Segundo Rubinger (2008):

O papel da engenharia sanitária, seja no desenvolvimento de tecnologias ou na elaboração e aplicação de projetos, deve estar em consonância com os interesses e necessidades da população, pois a obtenção de benefícios oriundos dos serviços sanitários está intimamente vinculada às características socioculturais da população que se pretende beneficiar, sendo necessária a análise de diversos aspectos para verificar a viabilidade

³⁷ COMPESA. Responsabilidade social. Disponível em: <<http://www.compesa.com.br/institucional/responsabilidadesocial>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

econômico-financeira e a forma como a comunidade se relacionará com a intervenção pretendida (RUBINGER, 2008, p. 17).

Compreendemos que o saneamento deve ter uma abordagem sistêmica e interdisciplinar de forma a melhorar a qualidade dos serviços de saneamento prestados, bem como “para a viabilização do controle social e da participação da população, propiciando conseqüentemente avanços nas relações entre cidadãos e poder público e na melhoria da saúde pública” (RUBINGER, 2008, p. 19). A articulação e interação das ciências técnicas com as ciências sociais proporcionam soluções mais adequadas para as demandas da população em função de suas necessidades e anseios.

Nesse contexto, faz-se mister, em situações de intervenções dessa envergadura, assegurar amplo acesso às informações de forma a consolidar os processos democráticos participativos na definição de políticas, planos, programas e projetos favorecendo a constituição de sujeitos coletivos de direito para serem protagonistas na construção de modelos de desenvolvimento (ACSELRAD, MELLO & BEZERRA, 2009). Esses autores destacam o que Francisco de Oliveira (2006) chama “dominação sem política”, ou seja, evitar o risco de envolver atores sociais com acentuada desigualdade de poder, para que a resolução negociada de conflitos não resulte por utilizar uma tecnologia social para a desmobilização social.

Observa-se que, em algumas situações, as responsabilidades são compartilhadas, mas as decisões prevalecem unilateralmente e que em determinadas situações a obediência, muitas vezes, é privilegiada em detrimento da transparência e do compartilhamento. Isso, lamentavelmente, muitas vezes é entendido e aceito com certa naturalidade pelos diversos atores envolvidos, caracterizando a obediência³⁸ como um conceito político mais essencial.

No entanto, as tecnologias sociais devem constituir, segundo o Instituto de Tecnologias Sociais do Brasil (ITS, 2009) um conjunto de técnicas e metodologias, de caráter inovador, desenvolvidas e ou aplicadas de forma articulada e integrada com a população e por ela apropriadas, que objetivam soluções para inclusão social e para melhoria das condições de vida de uma comunidade.

A participação popular e o controle social constituem-se em ferramentas que auxiliam, não somente nas interlocuções entre os

³⁸ Ver GROS, 2004.

diversos atores — internos e externos, mas principalmente nos processos de negociação entre a comunidade e as demais instituições envolvidas. Segundo Espíndola, (2012, p. 190) “todo território é produzido e produto de relações de determinada coletividade com o meio e ao mesmo tempo das relações entre os atores no interior da coletividade, mediadas por organizações”. Castells (2010) destaca a necessidade de uma participação intensa dos atores de forma a favorecer a construção do conhecimento para a coletividade e não para o interesse pessoal. Isso requer que todos envolvidos se conheçam e reconheçam mutuamente suas capacidades e que haja confiança nas bases das relações para o estabelecimento de um ambiente cooperativo.

A construção de um ambiente favorável em busca de uma participação efetiva é percebida no depoimento a seguir:

Historicamente as políticas de saneamento elas eram desenvolvidas sem que houvesse a participação popular, sem que houvesse a discussão com a comunidade. A autarquia de saneamento vem desenvolvendo uma política de participação, de controle social, que tenta envolver a comunidade nos processos de aprovação e discussão das obras. Então aqui esse desenvolvimento foi muito fruto de uma discussão coletiva, onde todas as pessoas puderam opinar quais as benfeitorias que iriam acontecer, o que é que iria ser feito nessa comunidade, então através desse movimento muito participativo, que teve transparência em todo processo conseguimos trazer melhorias que a gente acredita que tem feito, surtido um bom efeito nas condições de vida dessas dessa comunidade (AS2).

Além disso, a participação popular e o controle social são considerados também elementos fundamentais para que os destinatários dos projetos de intervenção nas comunidades possam previamente analisá-los, permitindo que seja verificado, antes mesmo de começar a ser desenvolvido o projeto, se será possível realizá-lo por completo em função do que foi inicialmente proposto e planejado (TENÓRIO, 2003). Somente quando identificados os motivos que poderão, eventualmente, impedir a plena execução do projeto, é que a “comunidade estará em condições de promover as modificações necessárias para resolver os problemas identificados” (TENÓRIO, 2003, p. 24).

Destaca-se, nesse elenco de ações desenvolvidas na comunidade, a educação sanitária ambiental que integra os serviços prestados com o objetivo de preparar a comunidade para o uso adequado e tecnicamente correto das instalações sanitárias e, conseqüentemente, minimizar os danos e a necessidade de reparos devido ao mau uso do sistema. No entanto, afirma um morador que apesar da existência da “educação sanitária ambiental, [...] precisa de mais ênfase para conscientizar melhor os moradores no sentido de preservar” (M7).

Há ainda o acompanhamento pelos Agentes de Saúde Ambiental e Combate às Endemias (ASACE), anteriormente denominados apenas como Agentes de Saúde Ambiental (ASA) que atuam na fiscalização e controle de vetores e no trabalho de educação sanitária ambiental. Constatamos que, apesar dos avanços, alguns problemas persistem como é caso de eventuais focos de lixo, causados por moradores, inclusive pela escola situada nos limites da comunidade, em especial no tocante aos resíduos de reformas ou construções, declara o morador que:

as pessoas que fazem reforma trazem o lixo para essa praça da esquina. É um problema que a gente tem e em cima disso, a gente sempre aciona o pessoal da EMLURB, que vem fazer o projeto com a gente aqui, de sensibilização até mesmo de aprendizado geral pra comunidade, através da consciência crítica de não colocar o lixo ali e preservar a comunidade limpa, o ambiente limpo (M10).

Observamos, a partir dos depoimentos obtidos, que houve mudanças no comportamento da população em decorrência dos esforços empreendidos nas ações de educação ambiental e sanitária, como por exemplo, um morador afirma que “nós fazemos o possível para varrer, fazer a nossa varrição, e isso é diariamente pra que aquelas coisas que tem, na presença papeis etc., não cause entupimento [nas redes de esgoto e drenagem]. Então isso nós temos a nossa condição de convivência” (M11). As formas como os moradores se inserem no processo de reurbanização reforça a compreensão de que houve mudança nas relações sociais. Eles são parte de um conjunto e nesse conjunto se integram na busca pela manutenção da organização e da limpeza do local e também encontram oportunidade de um novo aprendizado.

Em relação ao sentimento de bem-estar vivido na comunidade, um morador que vive ali há sessenta e dois anos declarou: “[...] eu me

sinto muito bem. To me sentindo muito bem. Não só eu, não, são todos eles. Então vamos fazer o que nós fizemos, agradecer a Deus primeiramente” (M11). Observamos, mais uma vez, o sentimento de pertencimento à comunidade como um grupo, e não individualmente, colocados diante de seus sentimentos. Embora as políticas públicas devam ser efetivas para o atendimento, por direito, às necessidades dos cidadãos, observamos a relação subjetiva da fé e da religiosidade colocada diante do agradecimento ao “ser supremo, criador de todas as coisas”.

Para Marilena Chauí (1989), a religiosidade se concretiza como uma forma de conhecimento da realidade, como uma prática que, simultaneamente, reforça e nega essa realidade. Uma prática que associa o conformismo, quando se aceita o fatalismo no cotidiano da vida, ao inconformismo evidenciado pelo anseio por mudanças. O milagre é tido como referência pela concretização dos desejos.

Além dos ASACE presentes na comunidade, há também agentes do Programa de Saúde Familiar (PSF) que visitam regularmente as moradias, como afirma um entrevistado, “pra saber como a gente anda” (M12), inclusive a médica [Dra. (...)] “que também vem atender os idosos que não podem chegar até lá no centro de saúde; ela passa nas casas para atender diabéticos. Essas coisas todas de pessoas doentes melhorou” (M12). Essas medidas de políticas públicas para a saúde preventiva, implicam, de certa forma, a implementação de ações biopolíticas³⁹ para a manutenção da saúde coletiva, ou como enfatiza Assmann (2010), referindo-se à Foucault (2005), “à relação de domínio sobre a vida”, como prática da política ocidental.

4.4 AS INTERVENÇÕES E SUAS REPERCUSSÕES

Ainda em relação às interferências ocorridas em razão das ações de saneamento integrado realizadas na comunidade nas casas dos moradores entrevistados, buscamos identificar quais as modificações e analisar se essas alterações contribuíram para a melhoria da qualidade das moradias ou se, em alguma das situações, houve queixa por parte dos moradores quanto a piorar a situação existente. Procuramos verificar se houve reforma, benfeitorias, demolição, ampliação ou redução da área construída, remembramento etc. e investigar as repercussões dessas intervenções para a vida e o cotidiano das pessoas.

³⁹ Ver: Agamben (2002) e Assmann (2010).

Dos catorze entrevistados, dez (71,43%) confirmaram ter havido interferência em suas moradias devido às ações realizadas na comunidade e quatro (28,57%) afirmaram não ter havido interferência, embora dois dos entrevistados complementassem suas respostas acrescentando que foram realizadas as ligações do esgoto entre a casa e a rede pública, eliminando, dessa forma, as fossas sépticas até então em uso. Um dos entrevistados salientou que toda a parte interna das instalações foi, por ele, pessoalmente, executada — “a única coisa feita foi a ligação do esgoto, a parte interna dos canos foi feita por mim” (M4) — deixando-nos o entendimento de que havia a consciência de uma necessidade subjetiva de participar para agilizar a execução das obras no âmbito de sua moradia.

Nos casos em que se procederam às intervenções, essas foram realizadas, segundo os entrevistados, para a construção de banheiros, com o objetivo de promover a melhoria sanitária domiciliar (M2); “redução do terreno para construção de uma nova casa isolada e relocação do banheiro” (M3); ampliação devido à moradia ser menor que 18m² (M8; demolição em virtude da necessidade de abertura para “construir um viário” (M6), ou seja, a criação de uma nova via que permitisse a mobilidade no interior da comunidade e melhorasse a ventilação entre as casas; remembramento de casas, ou seja, a junção de duas moradias cujas áreas eram menores que 18 m² para a construção de uma nova unidade domiciliar que atendesse às regras previstas na ZEIS (M11), e uma das famílias (do entrevistado) passou a residir em um “apartamento do conjunto habitacional” (M7).

Segundo um dos moradores entrevistados, de sessenta e dois (62) anos e que passou a residir em um dos apartamentos do habitacional, a casa em que morava “não tinha dignidade não, porque, na verdade, era uma casa sem estrutura, era uma casa de tábua, uma casa que só tinha 14 e poucos m²” (M11). Ainda, de acordo com esse morador, nessa casa moravam nove pessoas (09), “sem saneamento, sem água suficiente”; onde “não podiam continuar a viver mais elegantemente como cidadão” e “viviam praticamente na lama” e, ainda acrescentou que o “saneamento foi uma coisa espetacular, tivemos a felicidade e o prazer de ganhar esta casa que nós temos hoje”. Para outra moradora entrevistada, houve indenização devido à redução da área construída para adequação ao projeto urbanístico, além da demolição de parte do muro e construção de um novo banheiro (M12).

Figura 11 – Fotografia do aspecto interno de apartamento no habitacional ocupado sem melhorias.



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Figura 12 – Fotografia do aspecto interno do apartamento no habitacional ocupado com melhorias



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Observamos nessas figuras (fotografias 11 e 12) que, embora o material originalmente empregado, seja simples, não é de má qualidade, “os moradores individualizaram suas casas. [...] Os interiores receberam decoração individualizada” (CHAUÍ, 1989, p. 67). Nas moradias personalizadas, a ideia de padronização e homogeneidade que os arquitetos e urbanistas têm das moradias populares é desconstruída pelas melhorias que recebem em seus interiores com acabamentos, cores, móveis, etc., que representam a diversidade do gosto de seus usuários e a capacidade de compra de cada família que as ocupa. A personalização imaginativa é um componente da apropriação do espaço, do pedaço.

Dos moradores que optaram por mudar da comunidade e morar em outra localidade, conseguimos entrevistar apenas uma ex-moradora em sua nova casa, situada na comunidade Santa Luzia, no bairro da Torre, na circunvizinhança da Mangueira da Torre. Essa ex-moradora mostrava-se insatisfeita, de certa forma, indignada, com as negociações junto à Prefeitura, em especial, pelos valores pagos em caráter de indenização pela casa onde morava e que precisou ser demolida. Segundo ela, a indenização “não dava pra comprar casa em canto nenhum que prestasse” (M13), razão pela qual, segundo ela, entrou em depressão e teve outros problemas de saúde agravados. Segundo a ex-moradora, apesar de querer “aceitar a indenização, gostaria que desse para comprar uma casa num ambiente em que pudesse criar família”, não em um ambiente que, segundo ela era “numa favela”, como a casa que teria sido de um marginal e que “já tinha saído da casa”, que fora visitar com o intuito de comprar e, diante da situação, desistiu da compra. Reconhecemos que o preconceito percebido naqueles que fazem parte da classe média e dominante, que estigmatiza profundamente os habitantes das comunidades, despossuídos e menos favorecidos financeiramente, também povoa o imaginário dos próprios moradores dessas localidades.

4.5 AS MUDANÇAS DECORRENTES DAS INTERVENÇÕES

Nessa fase, buscamos analisar se, e como as ações de saneamento na comunidade causaram mudança para as pessoas ou para a comunidade além de, também, investigar como essas ações interferiram na forma de viver e conviver das pessoas que continuam morando na comunidade após as intervenções. Nesse sentido procuramos analisar os aspectos de organização da comunidade, de convivência entre seus habitantes e relação de vizinhança no âmbito do bairro onde está circunscrita a comunidade, do espaço intraurbano antes e depois das

intervenções, serviços prestados no interior da comunidade e a inter-relação com a circunvizinhança, saúde da população, oportunidades de trabalho, emprego e geração de renda etc.

Todos os moradores entrevistados enfaticamente afirmaram que houve mudança para as pessoas e para a comunidade, bem como destacaram ter havido mudança na forma de convivência entre os habitantes da comunidade, fato esse que contribuiu para a melhoria do bem-estar e para a qualidade de vida das pessoas como um todo. Podemos observar no depoimento de um entrevistado que afirma que passaram a ter uma “melhor qualidade de vida para a saúde e bem-estar” (M6) e que, embora não tenha mudado sua renda pessoal, para a comunidade melhorou sim. Esse depoimento demonstra um posicionamento subjetivamente altruísta que evidencia um sentimento de bem-estar coletivo em lugar da realização financeira pessoal. E complementando diz o mesmo morador que “antes tinha becos e vielas e hoje a acessibilidade é melhor. Antes era ruim, se tivesse incêndio ou se precisasse de ambulância”. A única exceção quanto à qualidade das melhorias ocorridas foi encontrada na opinião da ex-moradora da comunidade que optou por morar em outra localidade.

Nos depoimentos obtidos, observamos certa valorização para os aspectos estéticos das intervenções, especialmente para aqueles que contribuíram para a organização urbanística da comunidade. Um dos aspectos que mereceu destaque por parte dos moradores foi quanto à pavimentação e drenagem das ruas, como se pode observar a seguir e em grande parte dos depoimentos: “era esburacada, está tudo bem feito, melhorou” (M1); “evita lama, nojeira e ficou outra presença” (M2); “mudou para melhor porque deixou de entrar água na casa e as ruas ficaram sem alagamentos” (M3); “antes era um lamaceiro, era lama até umas horas. Quando chovia, enchia tudo” (M5); “Nós nunca tivemos uma rua assim e nunca esperava que um dia um filho de Deus fizesse alguma coisa assim” (M4). Observamos, mais uma vez, de acordo com Chauí (1989, p. 84), “uma justificação transcendente (...) para o que se passa aqui e agora” e a religião ou a fé parece converter o acontecer e o dever ser em algo sobrenatural, independentemente da capacidade de reivindicação e luta individual ou coletiva e encontra no cumprimento das políticas públicas algo que parecia inalcançável e, menos ainda, o usufruto de um direito cidadão.

Observamos a importância que tem na vida das pessoas o fato de passar a ter uma casa planejada e suas consequências à sociabilidade, como declara um entrevistado: “é importante ter uma casa própria com cômodos, principalmente banheiro... Receber familiares em casa” (M8).

E isso é também posto em depoimento de um técnico da área social ao afirmar que as pessoas

[...] começaram a trazer seus familiares pra visitar suas casas e visitar sua comunidade que antes, assim, eles tinham um certo receio em relação à rua estar sempre com esgoto a céu aberto, eles não terem uma casa digna pra receber seus familiares e hoje [...] tem prazer em trazer um familiar, um amigo, pra apresentar, pra conhecer sua comunidade (AS3).

Também constatamos que, em decorrência das ações na comunidade, os moradores percebem as melhorias quanto à mobilidade, à segurança e à saúde na comunidade, como podemos observar nas afirmações que se seguem: “as pessoas entram para comprar, antes as pessoas tinham medo de entrar” (M1); “ficou mais limpa, a qualidade na saúde melhorou bastante” (M7).

Apesar da unanimidade quanto à qualidade de vida e bem-estar decorrentes das mudanças ocorridas em relação às questões de saúde, comércio e segurança, entre outras, continua presente nas preocupações dos moradores a questão da falta de atendimento em educação na própria comunidade. Destacamos a existência de uma escola particular de grande porte, situada no perímetro da comunidade que mantém uma relação estreita com os moradores, por meio de parcerias para treinamento dos moradores, oferta de bolsas de estudo para alunos da comunidade, cessão de ambientes para reuniões e apoio em algumas ações sociais. Entretanto, essa escola apenas trabalha com alunos matriculados no ensino fundamental, a partir da primeira série e ensino médio, o que a impede de firmar parcerias no nível pré-escolar, uma das fases extremamente importantes para a formação do cidadão. Essa dificuldade é evidenciada quando consideramos a necessidade de deslocamento dos pequenos alunos devido à tenra idade.

Em relação às questões do saneamento, muitas vezes tratada pelos moradores como esgoto, há o entendimento de que a complementaridade das ações de esgotamento sanitário, drenagem e pavimentação, além da coleta dos resíduos sólidos, controle de vetores e a educação ambiental sanitária contribuem para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, como podemos observar na voz de um morador que afirma: “Eu diria assim, que foi uma intervenção que chegou na hora certa, no momento certo e a mudança foi boa porque, porque a

gente não tinha asfalto, era esgoto a céu aberto e hoje em dia não, a gente tem tudo isso, coisas que a gente não tinha” (M12), além disso, acrescenta outro morador:

A gente vê que a rua teve uma mudança geral em questão de pavimentação acoplada nesse projeto de saneamento integrado, a gente mudou 100% a qualidade de vida da gente, reduziu o impacto da... vamos dizer, do esgoto a céu aberto e as doenças que daí surgiam na comunidade entre a população que aqui reside (M10)

Destacamos aqui o sentimento de valorização e empoderamento do cidadão, perceptível na voz de um morador quando afirma que

nós que não tínhamos, vamos dizer assim, uma certa dignidade é saíamos de casa da maneira que nós estávamos [entenda-se: sem se cuidar, devidos às más condições das ruelas e becos], e hoje a dignidade das pessoas mudou porque, porque muita gente já quer sair mais vestidinho, calçado, porque há o saneamento, né essas coisa toda, então quer dizer, pegamos mais dignidade que nós não tínhamos, na maioria (M11).

Figura 13 – Fotografia do aspecto das vias internas pavimentadas e construção de novo bloco de apartamento (habitacional)



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Figura 14 – Fotografia do aspecto das vias internas (becos)



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

As figuras acima (fotografias 13 e 14) demonstram que a construção de um sistema viário possibilitou a integração da comunidade com o entorno do lugar e viabilizou a mobilidade interna. Essas ruas, mesmo as mais estreitas, contribuem para uma melhor insolação, ventilação e renovação do ar no ambiente, e auxiliam na melhoria do padrão de salubridade das moradias. Nas figuras abaixo, é possível observar as mudanças ocorridas nas condições de mobilidade e salubridade ambiental.

Figura 15 – Fotografia do aspecto das vias internas anterior às intervenções.



Fonte: Cavalcanti, 2009.

Figura 16 – Fotografia do aspecto das precárias condições de salubridade existentes anteriormente.



Fonte: Cavalcanti, 2009.

Observamos nessas figuras (fotografias 15 e 16), datadas de 2009, portanto, antes das intervenções de urbanização e saneamento, as precárias condições de salubridade ambiental. O processo de reurbanização contribuiu para minimizar os elementos nocivos e contrários ao bem da população, para a melhoria da autoestima das pessoas e para o fortalecimento das relações interpessoais e sociais, estimulando o cuidado pessoal e coletivo.

Por outro lado, para a moradora que optou por mudar de local de moradia, o entendimento é de que as intervenções na comunidade a levaram a uma mudança “forçada”, devido ao baixo valor da indenização paga pela Prefeitura, o que piorou sua condição de vida e de seus nove parentes, entre filhos, filhas e netos que moram na mesma casa. “Não foi pra melhor não, foi pra pior. Por que eu vim morar aqui... É uma bocada de tráfico, é revólver, polícia adoidado”. Complementando, acrescenta:

tem que tá com a porta fechada de dia, de noite, não tenho liberdade nenhuma com meus filhos que eu pensava que era uma coisa era outra, mas tive que ficar a pulso aqui porque eu não, eu não tinha mais onde encontrar casa, aí encontrei essa e a mulher me vendeu, por R\$ 28 mil, toda destijolada, toda podre. Não era assim, (como está) fui eu que já do restante do dinheiro que sobrou que fiz isso.

Finalizando, afirma a ex-moradora que estava dormindo no chão com suas filhas e “quando chove fica no sofá, porque não tem onde armar a cama”. Acrescentando, a entrevistada disse que o único quarto existente na casa fica reservado para a menina, as mulheres e uma “bebê novinha” — suas filhas e neta. Ainda, segundo a entrevistada, outra filha precisou ir morar na “casa da sogra e tá por lá até agora”, por falta de espaço e privacidade.

Diante dessa situação aqui relatada, nos perguntamos: o que levou essa família, que adquiriu uma moradia pequena, em local inseguro, mal conservada e com precárias condições de habitabilidade a não aceitar permanecer morando na comunidade onde vivia há tanto tempo, mesmo que fosse em um dos apartamentos, apesar de pequeno, construídos no habitacional oferecidos como indenização em troca de sua antiga moradia que precisou ser demolida para a reorganização espacial urbana?

Embora a ex-moradora não tenha tornado explícita a razão de seu descontentamento, deixou transparecer a expectativa que tinha ao aceitar a indenização pela casa na qual morava anteriormente com o intuito de adquirir outro imóvel, no mínimo, no mesmo nível do que possuía na Mangueira da Torre, em um local compatível com o que morava, ou de melhor nível, e ainda fosse possível restar alguma economia que pudesse ser usado como reserva ou poupança ou, até mesmo, adquirir novos bens.

4.6 REPERCUSSÕES NAS RELAÇÕES SOCIAIS NO ÂMBITO DA COMUNIDADE

No que concerne às mudanças ocorridas na forma de viver e de se inter-relacionar das pessoas que moram na comunidade em decorrência das ações de saneamento, observamos que para cem por cento (100%) dos entrevistados que permaneceram residindo na comunidade, houve mudanças para melhor e aumentou o sentimento de pertencimento na comunidade. De acordo com o depoimento do executivo municipal (2012), “quando a gente urbaniza e as pessoas passam a viver com dignidade, a gente melhora a autoestima da comunidade, melhora a relação entre as pessoas”. Nesse sentido, com o sentimento de pertencimento fortalecido na comunidade, ocorreu, de forma efetivamente positiva, uma contribuição para o êxito das ações implantadas consideradas essenciais para o desenvolvimento comunitário.

Segundo Suzana Elvas e Maria Moniz (2010), o sentimento de comunidade está diretamente vinculado ao fato de as pessoas não só fazerem parte de um grupo ou comunidade, mas, e principalmente, ao fato de se considerarem integrantes de um grupo cujas similaridades contribuem para a ação conjunta de forma interdependente para a satisfação das suas necessidades e “satisfação de vida, associados a contextos comunitários de vizinhança” (ELVAS e MONIZ, 2010, p. 451).

Na visão do prefeito do Recife, em entrevista que nos foi concedida à época de nossa pesquisa, em julho de 2012, isso ocorre porque todo o processo desenvolvido na comunidade se deu de modo

participativo, desde a escolha da prioridade, que nessa comunidade foi para as reuniões do orçamento participativo e votou o tema da habitação em primeiro lugar e pediu urbanização

da sua comunidade. Então é um processo construído coletivamente, a partir de um espaço democrático, de participação da população e um processo de construção que envolve, através da comissão de acompanhamento de obras, a participação contínua da população nas decisões do acompanhamento da construção, nas decisões, na participação da obra (2012).

Esse tipo de intervenção contribui para consolidar uma educação comunitária, um espírito de solidariedade e absorver valores fundamentais para a democracia, significa uma cidadania ativa. Ainda, segundo o prefeito, o “resultado que fica mais marcante, não é a casa em si, não é a pavimentação da rua, é o direito adquirido pela população e a incorporação disso como direito de cidadania”.

Percebemos, quase na totalidade dos depoimentos, a satisfação e o reconhecimento de que a vida das pessoas, na esfera individual e nas relações intracomunitárias, melhorou.

Vejam, por exemplo, o seguinte depoimento: “depois que saneou e urbanizou as pessoas estão mais acessíveis para as visitas. Se orgulham de dizer o endereço” (M6). Há uma clara demonstração de que as relações pessoais e sociais melhoraram e que o espaço de moradia, que antes se resumia ao convívio familiar e intracomunitário, adquire um status de sociabilidade mais abrangente. Podemos compreender a abertura do cidadão para uma dimensão maior de mundo que nos sinaliza para um “resgate” ou construção da autoestima.

As intervenções realizadas oportunizam aos moradores melhores condições de higiene e salubridade, inclusive em relação à saúde de seus filhos, como podemos observar no depoimento de um morador ao afirmar que “principalmente na época de chuva, ninguém podia sair de casa porque a água da chuva se misturava com o esgoto, tinha muitas doenças de pele. Hoje não vemos mais isso e as crianças estão brincando na rua sem adoecer” (M8). Outro morador, referindo-se às precárias condições existentes anteriormente nas ruas, afirma que agora “as pessoas quando chegam em casa não precisam mais lavar os pés” (M3).

No entanto, ainda há o reconhecimento de que nem tudo foi resolvido, como ressalta um morador: “só tem um defeito, quando chove muito a água retorna pra dentro de casa” (M1). Entendemos que isso provavelmente ainda ocorre pelo fato de, em alguns casos, ter permanecido uma pouca diferença entre a cota de nível de algumas ruas e a das casas.

Em razão da urbanização da comunidade, os moradores se sentem privilegiados quando comparam com a situação anterior: “acho que mudou e muito, até a ‘sociedade’ antes não entrava aqui, porque tinha medo. Via isso aqui como uma favela” (M5). Essa visão pejorativa que as classes mais abastadas e dominantes têm da favela ou outros aglomerados pobres, atribui a seus moradores, segundo Chauí (1989, p. 58) “um estigma extremamente forte, forjador de uma imagem que condensa todos os males de uma pobreza que, por ser excessiva, é tida como viciosa e, no mais das vezes, também considerada perigosa”. A favela é vista pela cidade como uma realidade patológica, uma calamidade pública, pois pelo fato de ocupar terras alheias irregularmente, seus moradores são vistos sob a ótica da ilegalidade e sobre eles recaem a ausência de direitos, algo inaceitável para uma sociedade fundamentada nos direitos da propriedade privada.

Com a autoestima elevada os moradores reconhecem que a nova situação traz mais qualidade de vida, inclusive emocionalmente:

agora não sinto mais vergonha de receber visitas, abro a porta com prazer, pois o meu apartamento é muito lindo e cheiroso. Antes convivia com mau cheiro, ratos, baratas, cobras, e com o medo da casa em que morava desabar, hoje durmo tranquila (M7).

Nesse sentido, sem sombra de dúvidas, os moradores, enquanto cidadãos urbanos, passam a usufruir de um padrão de qualidade de vida que os aproxima daqueles que tanto os segregavam e discriminavam, de forma mais ou menos acirrada. Observamos que o processo de discriminação diferencia e distancia os mais ricos dos mais pobres e permeia todas as escalas das diferentes classes sociais.

A prestação de serviços públicos disponíveis e o controle de vetores de doenças, embora seja um direito do cidadão, reforça a sensação de bem-estar e segurança dos moradores — “antes o ambiente não era bom. Agora tem gari, antes não existia. Não tem barata, rato...” (M4); “Porque tinha muriçoca, escorpião, tudo” (M1). A mobilidade adquirida com a organização e pavimentação do sistema viário interno contribuiu para melhorar a prestação de serviços e o comércio — “as vendas de verduras, etc. chega na porta, chega inclusive a retirada de lixo” (M3).

Entendemos que o sentimento de comunidade e alteridade ficou fortalecido, como podemos observar a partir do depoimento de que “as

pessoas têm que zelar. O prefeito foi bom. Agora depende do pessoal e se não zelar acaba” (M2). Segundo este relato, não basta um fazer, mas o resultado depende do empenho e compromisso de todos os agentes envolvidos no processo para que a vida possa continuar melhorando.

De acordo com um morador entrevistado, com as mudanças ocorridas na comunidade, algumas pessoas tiveram que se “adequar à limpeza, coisas que eles não tinham antes, eles foram obrigados a se adequarem” (M12). Ainda, segundo esse morador, algumas pessoas da comunidade são mal-educadas, no que se refere à limpeza e colocação do lixo, mas com a mudança ocorrida na comunidade os moradores tiveram que se adequar à nova realidade. Reconhecemos, evidentemente, a importância de fazer parte das ações de saneamento integrado, a educação sanitária ambiental para a construção de hábitos cotidianos saudáveis de higiene, pois se isso não se integra às atitudes coletivas, tornar-se-ia uma luta inglória para a comunidade.

Ficamos com o entendimento de que, para que haja melhora na convivência entre os moradores e eles possam usufruir dos benefícios que o processo de reurbanização veio a permitir, faz-se necessário um esforço conjunto para a mudança de hábitos em prol de uma convivência mais saudável e harmoniosa, bem como para o fortalecimento do sentimento de pertencimento entre os moradores da comunidade.

Esse sentimento de pertencimento, empoderamento e autoestima elevada, uma vez constituído na comunidade, promove o fortalecimento entre seus membros, contribuindo para uma maior mobilização e envolvimento e, por que não dizer, comprometimento de todos os cidadãos nos processos de decisão em favor da comunidade. A partir da adoção de posturas básicas como a limpeza, o sentimento de comunidade deve, portanto, transcender o individualismo e “manter-se na interdependência do relacionamento com os outros e nas expectativas que temos deles” (PRETTY *et al*, 1994 *apud* ELVAS & MONIZ, 2010, p. 452). O sentimento de comunidade deverá, então, fortalecer “a convicção de que as necessidades dos membros serão alcançadas através de um compromisso de união” (MCMILLAN & CHAVIS, 1986, *apud* ELVAS & MONIZ, 2010, p. 452).

Dentre as ações que compõem o projeto de saneamento integrado na comunidade, a educação ambiental sanitária é reconhecida, pelos moradores, como importante e necessária para a construção de um novo aprendizado em prol da convivência em harmonia e com melhores condições de salubridade e habitabilidade, elementos esses antes desconhecidos por uma parte da população ali residente. E, segundo um morador entrevistado,

se você tinha o hábito de jogar um papel no chão, de ver um ‘reguinho’ ali, no qual você não zelava pro escoamento das águas, das coisas e tudo que pra você era normal; você começa a se conscientizar que, por exemplo, você não pode colocar os resíduos dos alimentos na pia, você não pode jogar uma fralda descartável que você vai poluir, você vai interromper o fluído do esgoto normalmente, então você vai, a partir daí, você vai tomando determinado tipo de consciência pra que não venha a ter algum transtorno depois, né (M10).

Com relação à convivência entre as pessoas e à sociabilidade entre elas, constatamos que as intervenções ocorridas na comunidade contribuíram, segundo um entrevistado, “sem sombra de dúvidas”, porque:

[...] a partir do momento que você tem uma rua pavimentada, tem gente que leva aquilo como melhoria no seu ego, a autoestima. É uma qualidade melhor que você vai ter pra receber os visitantes, porque quem recebe quer receber geralmente num ambiente melhor, com mais qualidade e mostrar uma coisa de satisfação. Porque a partir do momento que se pavimenta principalmente as pessoas que moravam em [...] em casas insalubres, em casas que pra você ter o acesso a casa você passava por alguns becos cheio de buraco, com fezes, com esgoto a céu aberto e você tá num apartamento ou você tá numa das casas térreas e com toda estrutura de pavimentação sem esgoto a céu aberto, isso aí melhora muito a autoestima e é um prazer até de você receber quem vem na sua casa (M10). *(sic)*

Figura 17 – Fotografia do aspecto interno da comunidade a partir de um apartamento do habitacional



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Figura 18 – Fotografia da vista externa – acesso pela Rua Beviláqua.



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Ainda em processo de finalização das obras (figuras 17 e 18), é possível observar as melhorias advindas em virtude das intervenções urbanísticas, como as circulações internas e os acessos que fazem interface com outros logradouros do bairro.

No depoimento a seguir, o entrevistado destaca a mudança quanto à necessidade identificada em alguns moradores de buscarem trabalho para melhorar a capacidade de geração de renda e, assim, poderem cuidar melhor de si mesmos e de suas moradias nesse novo contexto de urbanização e desenvolvimento da comunidade.

Nós mudamos a nossa vida, é... Praticamente a nossa vida, porque nós não tínhamos, vamos dizer, aquela força, aquela vontade até de trabalho, por exemplo, porque tem muita gente aí inclusive que não trabalhava, mas agora mudou, vi que mudaram, agora que estão trabalhando, porque, porque as casas que receberam são bonitas e eles precisam de trabalho para poder então a sobrevivência ser muito melhor e mais adequada, né? (M11, grifos nossos)

Ao ter acesso à rede de esgoto, um trabalhador aumenta a sua produtividade em 13,3%, permitindo assim o crescimento de sua renda na mesma proporção e, com a universalização do acesso à rede de esgoto, a estimativa é de que a massa de salários se eleve em 3,8% (ITB, 2010). Adicionalmente a isso, afirma esse Instituto, com a universalização do acesso à rede de esgoto haveria uma agregação de valor médio estimado de até 18% no valor dos imóveis.

Os anseios e a luta da população por um ambiente salubre se refletem na mudança de atitudes ao conquistarem seus direitos, fazendo que haja mudanças no que se refere à busca de melhoria da qualidade de vida, isto é, o desenvolvimento da comunidade estimula o empreendimento de esforços para a geração de renda e melhoria do padrão socioeconômico de sua população.

4.7 REPERCUSSÕES PARA A QUALIDADE DE VIDA DA COMUNIDADE

Observamos que, quando consultados a respeito da melhoria das condições ou qualidade de vida das pessoas na comunidade após as ações de saneamento, cem por cento (100%) dos entrevistados, inclusive a ex-moradora, afirmaram que as mudanças contribuíram para melhorar

a situação em relação às condições anteriores, como evidenciado no depoimento de um morador ao afirmar que sim, “porque, meu amigo, era tanto problema; melhorou 100%. Gente que morava num buraco hoje mora em apartamento. Não se pode reclamar de nada, para mim é nota 10” (M1).

Destaca-se que cinco, dentre os catorze entrevistados (35,71%), ressaltaram a melhoria das questões relacionadas à saúde em decorrência do conjunto de ações efetuadas na comunidade correlacionadas aos serviços de saneamento integrado, principalmente à eliminação do “esgoto a céu aberto” que, segundo um morador, foi uma mudança considerável, pois “pra quem vivia no lamaçal aqui, hoje, é uma bênção” (M5) e outro, ao afirmar que “as crianças viviam doentes por causa do esgoto a céu aberto” (M6). Além disso, como afirma mais um morador, “não tem mais o problema de as pessoas terem fossa que quando enchia tinha que esgotar na lata. Agora se tiver problema de entupimento na rua, o carro da prefeitura vem e resolve” (M4). Corroborando com aqueles que reconhecem a importância do saneamento para a melhoria da qualidade de vida dos moradores, acrescentamos o depoimento a seguir:

a partir do momento que a gente não tem um esgoto a céu aberto, a gente vai potencializando a forma de viver, por exemplo, a gente deixa de adquirir alguns tipos de doenças (...) causado por uma poça de lama que tinha um esgoto ali dentro, então, sem sombra de dúvida, melhorou e muito aqui a qualidade de vida nossa, aqui da comunidade Mangueira da Torre (M10).

Quanto às ações voltadas para a drenagem de águas superficiais, percebemos claramente a importância que teve para a vida das pessoas, pois, dentre os depoimentos obtidos, podemos destacar a afirmação de um morador: “tudo mudou, hoje as pessoas vão trabalhar sem a preocupação de na volta encontrarem sua casa alagada com as águas da chuva” (M8); e, complementa outro morador, ressaltando que “a gente pode sair e voltar com tranquilidade” (M3). Outro morador justifica que

antigamente nós tínhamos entupimentos, aquela... Vamos dizer, aquele meleiro de lama e etc. A gente saía e pra sair de casa, nós tínhamos que tirar o calçado pra poder então calçar lá na pista. Hoje não, hoje o saneamento está

extraordinariamente até agora muito bem, não é? Descarga, faz tudo em casa, a água sai e a gente nem sabe pra onde vai, então quer dizer que é uma coisa espetacular, no meu modo de pensar e não só no meu, mas da comunidade em geral (M11).

Aliada à questão da eliminação do esgoto a céu aberto, há, também, evidências de que os investimentos no controle de vetores promotores de doenças infectocontagiosas, como moscas e mosquitos, ratos, baratas, escorpiões etc., contribuíram não somente para a diminuição de doenças como também para a segurança das pessoas. Isso é possível observar nos depoimentos de alguns moradores: “antes, quando as pessoas abriam a porta, os ratos entravam, tínhamos que ficar de porta fechada” (M6). Outros moradores corroboraram com a hipótese de diminuição das situações de doença em razão das ações de saneamento na comunidade ao afirmarem que “diminuíram muito os ratos, muriçocas, mosquitos, etc., baratas” (M3); “tinha muito rato, barata e gabiru” (M2).

Ainda em relação à incidência das doenças decorrentes das más condições de higiene, habitabilidade e insalubridade, observamos no depoimento de uma moradora, que acreditava viver constantemente doente, que ela percebeu que a melhoria nas condições ambientais, a partir das intervenções de saneamento integrado, refletiram em suas condições de saúde.

Sim, a minha saúde era muito frágil, eu pensava que eu era doente, porém depois que me mudei para o conjunto habitacional percebi que a casa onde morava é que me adoecia, gastava muito dinheiro com remédios, hoje não me lembro quando fui medicada em relação ao que sentia; eu respirava todos os dias e vivia com congestão nasal, dores de cabeça, quando mudei, e já faz um ano e me surpreendi quando respirei, minha saúde melhorou 90% (M7).

Notamos, nesse depoimento, o reconhecimento de que as condições advindas de um ambiente sanitariamente insalubre podem não somente comprometer a saúde física propriamente dita, mas também afetar a questão emocional do sentir-se doente e influenciar as questões financeiras, pois evita a realização de despesas com a compra constante de medicamentos, o que afetaria ainda mais a sua limitada renda, quase

totalmente comprometida com a própria sobrevivência. Referimo-nos novamente a Capra (1982) destacando a importância que tem para a saúde um estado de equilíbrio entre influências ambientais, modos de vida e os vários componentes da natureza humana e a interdependência da mente e do corpo e o poder curativo inerente à natureza.

4.8 REPERCUSSÕES PARA A GERAÇÃO DE RENDA

Em virtude das ações de saneamento integrado, constatamos que o processo de reurbanização da comunidade favoreceu a criação de novas oportunidades para a melhoria da renda, trabalho e emprego dos moradores, conforme podemos observar: “melhorou a renda e as pessoas têm a casa mais bonita” (M2); “melhorou para ganhar mais dinheiro” (M3) e, se referindo ao fato de outras pessoas procurarem serviços que podem ser prestados na comunidade, afirma que “a patroa bota o carro na porta. Facilita tudo. O carro não atola” (M3). Segundo outro morador, essas intervenções ajudaram a “melhorar a qualidade de vida, na base da educação, de empreendimento, em buscar emprego. É outra visão” (M9). Corroborando a fala anterior, outro morador afirma:

Hoje em dia você vê por aí os meninos, alguns meio descalços, meio sujos, mas na maioria da rua a gente já vê já os meninos vestidinhos, [de] sapato, tudo organizado, então isso melhorou muito pra cabeça dos pais e até para [as] próprias crianças, porque eles mesmos pedem, né? Vê os outros arrumadinhos, eles também querem ficar, aí melhorou bastante. A pessoa tem que zelar e caprichar (M12).

Assim como observado em pesquisa anterior, na Comunidade Chico Mendes⁴⁰, há, no mínimo, uma equiparação, por parte da população, na valorização entre as ações de saneamento e os aspectos de urbanização. Isso pode nos revelar que, no imaginário da população, a pavimentação confere um caráter de desenvolvimento e *status* ao bairro, pois as ruas pavimentadas são comparadas esteticamente a áreas mais nobres da cidade, o que nos leva a questionar se isso está implícito na cultura local ou se não se trata do resultado de uma ação de marketing por parte da PCR, visto que pavimentação, em si somente, é uma obra

⁴⁰ Ver: SOUZA, 2007.

de custo mais baixo, execução mais rápida e fácil visibilidade; enquanto saneamento e seus ‘condutos’, por naturalmente serem subterraneamente escondidos, gerariam menor apelo eleitoral e, conseqüentemente, menos votos.

Para um técnico entrevistado, embora o projeto contemplasse um “programa mão de obra local, [...] que priorizava a força de trabalho dentro da própria comunidade, [...] numa perspectiva de geração de emprego e renda” (AS1), o maior avanço estava na questão de saúde da população, que, pelo fato de antes o esgoto correr a céu aberto e não haver pavimentação, havia grande incidência de doenças e a qualidade de vida da população era comprometida.

No aspecto da melhoria da qualidade de vida das pessoas e da comunidade, enquanto conjunto de moradores como um todo, percebemos a consciência que têm os moradores no que tange à necessidade de participar das decisões que levariam às ações ali ocorridas, como podemos observar nas vozes de outros moradores:

É preciso que você vá buscar também, entendeu, pra gente saber, faz uma pesquisa socioeconômico, [...], agora o que é que você tá querendo? É aquilo que eu sempre disse... sempre acreditei na comunidade. Eu não quero que a prefeitura venha na comunidade, na cultura, me enfiar um projeto de goela a baixo não, ela tem que vir entrevistar a comunidade e saber o que é que a comunidade quer de fato e de direito (M9).



[...] Porque isso é uma luta histórica, que a gente vinha brigando historicamente há mais de 100 anos. Pessoas que já se foram, outras que ainda tem uns 90 e pouco, e ainda tão na luta, esses é que têm o verdadeiro reconhecimento da história da comunidade (M10).

Constatamos não somente a importância como a consciência que tem a comunidade da necessidade de ser ouvida e não figurar apenas como “massa de manobra” para a realização de obras com intuídos meramente eleitorais. Compreendemos que o sentimento de comunidade deverá, então, fortalecer-se, como afirma McMillan & Chavis, (1986, *apud* ELVAS & MONIZ, 2010, p. 452), “a convicção de que as necessidades dos membros serão alcançadas através de um

compromisso de união”, como podemos entender no depoimento a seguir:

Quando vieram dar uma ordem de despejo a uma senhora que morava aqui [...], que veio o batalhão de choque, veio o oficial de justiça, daí a comunidade começou a ter o entendimento da importância da união, da solidariedade, da participação conjunta para que a gente viesse ter um projeto. Não que a gente pensava que ia ser esse projeto tão maravilhoso de saneamento integrado, mas que a gente queria garantir que aqui nessa comunidade onde muita gente, deu a vida, onde muita gente carregou balde, carregou lata, carregou carro de mão de barro para ter sua primeira casa (M10, grifos nossos).

Observamos o quão está clara para a comunidade a importância da mobilização e da participação da comunidade para o engajamento na luta pela conquista de melhorias que venham garantir maior segurança, inclusive em relação às questões de legalização de suas moradias.

Isso aí é uma luta que a gente não vai parar, a gente ainda vai travar muito com o governo Municipal, através da COMUR, que é a comissão de legalização e urbanização da posse da terra, e assim frisando que esse projeto que a gente tem hoje aqui, ele foi votado nas plenárias do orçamento participativo, a gente mobilizou toda a comunidade. O pessoal aqui da Beira Rio também nos apoiou muito, o colégio Equipe abriu as portas, chamou os pais de alunos que poderiam contribuir pra que a gente viesse votar no primeiro e no segundo orçamento (M10, grifos nossos).

Entendemos que criatividade, iniciativa, conhecimento, reconhecimento mútuo, voluntariado, capacidade de organização e a comunicação clara, objetiva e direta, bem como as parcerias entre os valores locais e as instituições são elementos que devem ser incorporados e integrados para a efetividade do almejado desenvolvimento comunitário.

No entanto, “a participação comunitária não se resume apenas a um suporte ou ajuda entre membros de um determinado grupo, envolve

também o seu contributo efetivo nas decisões com impacto na mudança social” (ELVA & MONIZ, 2010, p. 452): constatamos isso a partir do envolvimento da comunidade Mangueira da Torre com as comunidades circunvizinhas, como a da Avenida Beira Rio e as instituições situadas no perímetro da comunidade, como é o caso do citado Colégio Equipe. Tais instituições, ao se integrarem à luta da Mangueira da Torre, contribuíram para a defesa de interesses comuns e para o fortalecimento de todos.

A participação do pessoal não só da Beira Rio, quanto do colégio Equipe, tanto foi presencial, as pessoas foram com a gente votar, muitas foram no próprio ônibus que a gente conseguiu botar na comunidade, a gente quebrou aquele vínculo de quem é rico é rico, quem é pobre é pobre, nessas horas a gente deu as mãos e a gente se uniu pra conseguir esse objetivo da melhoria da qualidade de vida da comunidade (M10).

A moradora que optou por deixar a comunidade e mudar para outro bairro nas proximidades também reconheceu que a Prefeitura “deve ter ajudado, deve ter feito boas melhoras pra lá pra comunidade” (M13). Ela destaca que não alcançou essas melhorias ao afirmar que “agora, quem saiu que se ferrou, né?”. Essa entrevistada deixa transparecer, entre outras coisas, a sua pouca capacidade de adaptação à nova comunidade, a um novo convívio, o que a fazia sentir-se, como se diz na linguagem popular “uma estranha no ninho”. Por meio de seu discurso, ela esboçava não ter conseguido se integrar numa rede de relações de parentesco, vizinhança ou procedência. Isso nos reporta ao que Elias e Scotson (2000)⁴¹ chamariam de *outsiders*, tendo em vista a compreensão de que não somente estava insatisfeita com a nova situação, como também transparecia, em seu depoimento, que a nova comunidade não a aceitava plenamente ou, como se diz no senso comum, de “braços abertos”.

⁴¹ Publicada originalmente em 1965, essa obra trata de um estudo de três anos, realizado na década de 1950, em uma vila situada ao sul da Inglaterra sobre as relações entre os antigos moradores — *estabelecidos* e os recém-chegados ou novos moradores — *outsiders*, e a correlação de forças e poder que resultava por estigmatizar os novos moradores. Tratados como inferiores ou desprovidos de virtudes, os *outsiders* não se apropriavam do sentimento de pertencimento, em decorrência dessa discriminação social.

Assim, concordamos com o Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social, quanto ao entendimento de que o desenvolvimento comunitário é um “processo por meio do qual uma comunidade de um dado território torna-se protagonista de seu próprio desenvolvimento” (IDIS, 2010). Entretanto, ainda segundo o IDIS, faz-se necessário que esse processo ocorra tendo como princípio alcançar o “desenvolvimento dos capitais humano e social”. Aliado a isso, entendemos ser necessário que atenda aos pressupostos de articulação, interação, integração e mobilização da comunidade, na construção coletiva do conhecimento, bem como na criação e manutenção de espaços de participação social. Fundamental também é o reconhecimento e a valorização das potencialidades e dos recursos locais da comunidade e a capacidade de articulação entre os diversos setores, sejam públicos ou privados, que se inter-relacionam na busca de um desenvolvimento comunitário duradouro e sustentável, visando ao bem-estar comum e à melhoria de todos e do todo.

4.9 PARTICIPAÇÃO NO PROCESSO DE PLANEJAMENTO E EXECUÇÃO

De acordo com o relatório da SANEAR (2012, p. 11), foram adotadas medidas buscando assegurar ações para o fortalecimento da participação popular e do controle social nas intervenções realizadas. Durante o processo de planejamento e execução das ações foram realizadas cento e doze (112) reuniões que totalizaram um mil e sessenta participantes (1060). “Essas reuniões tiveram como objetivo a participação dos representantes da comunidade nos debates referente aos assuntos pertinentes à execução da obra e incluía a vistoria na mesma” (SANEAR, 2012, p. 11).

Segundo esse relatório, essas reuniões se transformaram em “espaços privilegiados para discussão e deliberação acerca dos projetos de urbanização e regularização desenvolvidos na respectiva ZEIS” e, em se considerando o total de participantes, “é como se cada morador da comunidade tivesse participado no mínimo de uma reunião ou realizada no mínimo três reuniões em cada domicílio”. Segundo os técnicos entrevistados, essas reuniões tinham como objetivo contribuir com as mais variadas informações necessárias à implantação exitosa das ações e à preparação antecipada da população.

A comunidade e seus moradores constituem-se no principal beneficiário das intervenções realizadas e a sua participação necessita ser efetiva durante todo o processo de planejamento, execução e

fiscalização das ações a eles destinadas. A participação da população e o controle social merecem destacada relevância no âmbito das políticas públicas e, aqui ressaltamos, de saneamento, especialmente quando se tratam de questões significativas que buscam soluções por meio de intervenções que visam à melhoria da qualidade de vida das pessoas individual e comunitariamente.

Ainda quanto à participação da comunidade no processo de planejamento e/ou execução das obras, ou outras ações de saneamento ali implantadas, podemos constatar nas entrevistas realizadas que cem por cento (100%) dos entrevistados, em maior ou menor escala, participaram de todo o processo de planejamento e da execução das obras, intervindo para que as ações atendessem aos anseios dos moradores, conforme constatamos na voz desse morador cujo depoimento relatamos a seguir: “com o passar do tempo, fomos nos organizando para lutar por melhoramentos na comunidade, foi quando veio o orçamento participativo e organizávamos o povo e pedíamos saneamento básico e habitação à prefeitura” (M7).

Constatamos, segundo outros moradores entrevistados, que muitos participaram de todo o processo, desde as intervenções iniciais, caracterizando um “processo de participação popular no orçamento participativo” (M10) e, posteriormente, do processo de acompanhamento das obras — “Nós fizemos uma comissão de acompanhamento de obras. [...] sempre a gente tá tomando a decisão coletiva” (M10); “Participei desde o começo e as vezes que isso ia ser realizado” (M5); “Trouxeram o projeto e teve assembleia para apresentar à comunidade e a comunidade aprovou com unanimidade” (M6). No entanto, há o reconhecimento de que nem todos participam: “tem gente que ainda não acompanha, outros acompanham” (M4).

De acordo com Neumann (2010), as tarefas devem ser planejadas levando em consideração o autorreconhecimento dos talentos existentes na comunidade, valorizando os recursos individuais e coletivos disponíveis no ambiente comunitário e empreendendo um processo que auxilie na criação e fortalecimento do capital humano, familiar e social, “provendo nova base para um futuro mais promissor e de maior inclusão social” (p. 11). Franco (2001) entende capital humano como a disponibilidade de conhecimento e a capacidade de criar e recriar, ou seja, capital humano é a representação da capacidade humana. A efetiva participação política das comunidades nas questões de interesse comum faz a diferença no fortalecimento da sociedade civil e na consolidação do capital social. Putnam (1995) defende que capital social é visto como um elemento de organização social como as redes, normas e confiança

social que facilitam a coordenação e a cooperação em benefício coletivo e recíproco.

Para nós fica, mais uma vez, evidenciada a participação da comunidade nas decisões e intervenções que traçaram os destinos da comunidade e assim observamos no depoimento de um dos moradores entrevistados que:

É através do processo de pressão da comunidade que a gente consegue rever, reverter várias coisas, como, por exemplo, a gente tem uma rua central lá, ela tem quase 6 (seis) metros. No projeto ela ia ficar com 3 (três) metros e a gente disse aqui não vai fazer dessa forma, não. Mas, [...] dizem que projeto não se muda. E a gente mudou (M10).

Ao questionarmos esse mesmo morador a respeito de suas conquistas com a definição de políticas em prol da comunidade, e se essas se tratavam de uma iniciativa oriunda dos interesses governamentais ou de uma reivindicação da população, obtivemos o depoimento a seguir:

Eu acho que foi a partir dos movimentos populares das décadas de 70 e 80 que vieram surgir [...]. Consideravelmente o respeito dos governantes de elaborar projetos de política pública, até mesmo de vir a sua implantação, que a gente sabe que não existia. Era o que eles queriam e acabou-se. Então, a partir da nossa necessidade, a gente começou ter a consciência que tinha que fazer as intervenções *'direitamente'* no poder municipal, estadual e federal pra que eles viessem pensar qual o objetivo deles como político e não pensar, propor, executar projetos que fossem em desacordo com o interesse da comunidade (M10).

No entanto, como afirma outra moradora, “não foi tão fácil assim como a gente imaginava, né? Por que eles diziam... Não. Você pede num ano e no outro a gente executa, e assim, passaram-se oito anos pra poder começar a chegar aonde a gente chegou hoje” (M12).

Ratificando esse pensamento de que as políticas para serem efetivadas necessariamente emanam das reivindicações da sociedade, afirma um técnico da área social: “Sim, eu acredito que através das

reivindicações e das demandas, o poder público passa a intervir. O que deveria ser ao contrário, o poder público deveria ter esse olhar e já trazer essas políticas para comunidades e a gente percebe que isso não acontece de fato”. (AS2). Ainda, esse mesmo entrevistado complementa:

Quando as necessidades de uma população passam a ser reivindicadas e cobradas ao poder público, elas se tornam uma questão social e, portanto, passam a entrar no cenário político [...] saneamento encontra-se inserido nesse contexto [...] veio através da organização deles em votar no orçamento participativo essa obra que hoje tá trazendo grandes melhorias pra os moradores da área (AS2).

Lamentavelmente, para que seus direitos sejam atendidos, a sociedade necessita se unir e, num esforço conjunto, cobrar de seus governantes um olhar mais atento para que os investimentos em abastecimento de água e esgotamento sanitário sejam vistos como prioritários para garantir qualidade de vida à nossa população hoje e, principalmente, às gerações futuras. Enfim, a comunidade e a sociedade civil como um todo devem buscar a articulação e integração para que haja uma participação integrada de seus moradores e esses possam apoiar-se uns aos outros e trabalhem juntos em tarefas objetivas e concretas e, como consequência, logrem êxito na luta por aquilo que lhes é de direito.

4.10 DISPONIBILIDADE DE SERVIÇOS NA COMUNIDADE

Constatamos, durante a pesquisa, que se encontravam disponíveis no interior da comunidade uma diversificada gama de serviços prestados por pequenos e micro empreendedores, especialmente no ramo de comércio de pequeno porte, como “barracas” e “vendas” (mercearias); quitandas que ofertam verduras e legumes diariamente e que, segundo um morador, “atende com frutas do dia, fresquinhas do dia”; alguns “mercadinhos” (supermercados de pequeno porte para atendimento local); *lan house*; salão de cabeleireiros; e uma revenda de pães vindos de uma padaria próxima à comunidade. Também há um comércio ambulante bastante ativo que se utiliza de pequenas carroças. Conforme destacaram alguns moradores, há uma prevalência de pequenos bares dentre os serviços disponíveis na comunidade. Ao

abordar as referências que delimitam o núcleo de uma comunidade, chamada por Magnani (1984) de ‘pedaço’, esse autor destaca que os bares são, antes de tudo, pontos de encontro nos finais de semana ou após o dia de trabalho, antes de retornar à casa, que ensejam conversas e discussões. No entanto, verifica-se também que, devido ao hábito da ingestão de bebida alcoólica, às vezes excessivamente, nesses lugares, muitas discussões acabam por resultar em violência, muitas vezes, por motivos banais.

Devido à comunidade estar inserida em um bairro de classe média e média alta, destaca-se, dentre os serviços oferecidos em seu interior, uma grande incidência de revendas de água mineral para atendimento aos prédios situados na circunvizinhança. Uma parcela considerável da população urbana da cidade do Recife, em virtude de não confiar na qualidade da água disponível nas torneiras pelos sistemas de abastecimento, consome água mineral adquirida por meio de pequenos fornecedores, geralmente estabelecidos nas proximidades de seus domicílios.

Para um morador entrevistado, referindo-se às condições anteriormente existentes e à situação hoje encontrada, “o comércio aumentou evidentemente devido ao saneamento que foi feito, as pessoas que não queriam se aproximar da comunidade tão se aproximando, são pessoas de nível melhor do que nós e isso fez a convivência melhorar muito [...]” (M11). Observamos, em conversas informais durante as entrevistas, a intenção de muitos moradores abrirem seu próprio negócio. Uma tendência observada a partir das melhorias realizadas na comunidade.

Observamos, na figura 20, assim como pôde ser observado na figura 17, além do aspecto da disponibilidade de serviços de comércio, inclusive de água mineral, a caracterização do espaço público comunitário com decoração festiva, ou como define Chauí (1989), referindo-se a Magnani (1984), o ‘pedaço’, utilizado para a realização do lazer coletivo. Os poucos espaços públicos disponíveis na comunidade constituem-se de ruas, becos, e vielas, cuja maior qualificação é a pavimentação.

Figura 19 – Fotografia da vista externa – acesso pela Rua Beviláqua.



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Figura 20 – Fotografia da vista interna da comunidade



Fonte: Sergio Guimarães, 2012.

Ressaltamos que a comunidade está inserida em uma região da Cidade do Recife cujo padrão socioeconômico é considerado de classe média e média alta, no entorno, existem diversos restaurantes, padarias e delicatessens, farmácias e supermercado de grande porte. Além disso, a comunidade está situada muito próxima ao mercado público da Madalena, um dos mercados públicos de referência na cidade.

Segundo os depoimentos dos moradores e dos técnicos entrevistados e também de observação *in loco*, não há posto ou centro de saúde na comunidade e quando se faz necessário atendimento nessas unidades recorre-se ao Posto de Saúde da Família Sítio Cardoso, situado no Bairro da Torre, a cerca de um quilômetro de distância.

Constatamos também a existência de um centro comunitário, uma igreja católica e outra evangélica da Assembleia de Deus e uma casa de umbanda, chamada pelos moradores de “terreiro”. A presença de várias vertentes religiosas na comunidade parece ir ao encontro do que observa Chauí (1989) sobre a “transgressão” dessa religiosidade que não se importa de frequentar diferentes cultos em busca de uma graça.

Quanto ao oferecimento de escola, a comunidade tem parceria com uma grande escola particular que atende os níveis fundamental e médio, mas falta atendimento para as crianças de pré-escola e creche.

4.11 PARCERIAS ENTRE A COMUNIDADE E INSTITUIÇÕES

As comunidades e as instituições têm diferentes características e, portanto, diferentes papéis em suas relações. Tradicionalmente as ações de promoção do desenvolvimento social são realizadas por meio de “instituições e seus sistemas”, que veem as comunidades como beneficiários, consumidores, ou seja, potenciais clientes. As instituições têm por características o controle hierárquico, a produção em larga escala de produtos e serviços, sobrevivem por meio dos clientes, têm limitações e, por conseguinte, podem estimular a dependência dos beneficiários (JOHN MCKNIGHT, *apud* NEUMANN, 2010).

Em contrapartida, as características próprias das comunidades e de suas associações fundamentam os processos de tomada de decisão pautados no consenso e não no controle. Nas comunidades, as pessoas votam seguindo suas consciências — ‘com os seus pés’ e, se não gostam e não acreditam no projeto ou na iniciativa, elas rejeitam e se retiram. Segundo Neumann (2010), não será o dinheiro ou a hierarquia que lhes irá assegurar o êxito de um projeto, mas o relacionamento entre seus membros aliado à construção de uma causa em comum.

Na Mangueira da Torre, em relação a possíveis parcerias com instituições sociais e políticas como a Prefeitura, ONG, Igreja(s), escolas(s), universidades, entre outras, constatamos que existem várias iniciativas na comunidade que proporcionam melhores condições para que a população tenha acesso a serviços sociais e, em especial, à capacitação, à formação profissional e ao ensino superior.

Segundo um morador entrevistado, a comunidade “tem em torno de 300 famílias e, nessas 300 famílias, se muito tiver, tem umas 25 pessoas com curso superior [...]” (M10) e pelo que se depreende a partir de outros depoimentos, deve-se muito a parcerias firmadas entre a comunidade e a Faculdade Frassinetti do Recife (FAFIRE), situada na região central da cidade do Recife, apontada como pioneira entre as parcerias firmadas. Essa faculdade, por vezes, ofereceu bolsas de estudo com isenção de até 100%. Segundo outro morador, a faculdade “prestou bons serviços aqui, de psicologia, de informática, inclusive eu (morador) fui um dos beneficiários desse processo como muitos outros aqui. A minha esposa se formou em pedagogia gratuitamente na FAFIRE [...] e assim isso foi muito importante pra gente” (M10).

Complementando, afirma outro morador, “a FAFIRE entrou muito forte aqui, aí fez curso de bijuteria, de sandália; a gente viajou pra fora pra mostrar nosso produto; a gente foi para FENEARTE⁴². A gente participou de muita coisa aqui com a FAFIRE” (M12).

O colégio Equipe, situado no entorno da comunidade, além de oferecer bolsas de estudos para os alunos residentes na comunidade, também oferece preparação para que esses alunos possam participar do Exame Nacional do Ensino Médio (ENEM) com melhores condições de concorrer a uma vaga nas universidades e orientação para inscrição no Sistema Informatizado do Prouni⁴³ (Sisprouni).

Outro aspecto observado refere-se ao fato de também existir parcerias entre as instituições religiosas presentes na comunidade como a Igreja Católica e a igreja Assembleia de Deus, bem como com a igreja Metodista, situada nos arredores da comunidade. Segundo alguns moradores, essas parcerias acontecem em forma de “cursos”, “apoio espiritual” e atuam também “tirando jovens das drogas e dando apoio às famílias” (M7). Acrescemos a isso o apoio declarado pelos entrevistados de parceria com a paróquia do Perpétuo Socorro, no bairro da Madalena

⁴² Feira Nacional de Negócios do Artesanato, considerada a maior feira de negócios do artesanato da América Latina. Ocorre anualmente no Centro de Convenções, situado entre Recife e Olinda.

⁴³ Programa Universidade para Todos – Prouni

e da Capela Santo Antônio, que participam ministrando “aulas de inglês e informática” (M9) e com “psicóloga para atender” (M9) na própria comunidade. A única ocorrência de opinião contrária à integração da comunidade com instituições privadas ou públicas foi da moradora que optou por mudar-se da comunidade para outro bairro.

4.12 SANEAMENTO INTEGRADO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE

Quando questionados a respeito do entendimento que os moradores tinham sobre Saneamento Integrado, obtivemos depoimentos fragmentados, mas que, quando associados uns aos outros, demonstravam a compreensão da proposta colocada em prática pela PCR, através da SANEAR, na comunidade, ou seja, as intervenções de infraestrutura urbanística, em “abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, melhoria sanitária domiciliar, controle de vetores e ações de educação sanitária e ambiental”, como podemos observar no depoimento de um morador que afirma ser “um conjunto de coisas que faz a separação de água, esgoto, escoamento de águas da rua e moradia no habitacional. Foi uma melhoria para o povo” (M4). Nesse aspecto, um técnico entrevistado complementa afirmando que, para a comunidade,

a questão do saneamento integrado é importante também porque vê a questão da saúde pública, da higiene e dignidade do indivíduo por não estar morando em rua com o esgoto a céu aberto, estar tudo pavimentado, tudo drenado direitinho, esgoto funcionando, os banheiro todos ligados na rede de esgoto (AE4).

Outros depoimentos vêm a corroborar essa assertiva e, de certa forma, se complementam: “Acho bom porque fica tudo limpinho”; “Tudo legal. Ajuda a vida da dona de casa porque fica melhor” (M3); “É muito importante, tanto na área de saúde quanto na visão que as pessoas têm quando chegam na comunidade” (M5); “Foi tudo isso que transformou minha comunidade, como água encanada, pavimentação das ruas, tratamento do esgoto e as palestras de educação sanitária realizadas com os moradores” (M8); “Entendo que Saneamento Integrado trouxe qualidade de vida” (M7). Quanto à preparação das pessoas para minimizar os transtornos decorrentes de atitudes

incompatíveis para a manutenção e preservação do sistema de saneamento, constatamos que a PCR tem investido na educação sanitária ambiental e na preparação dos moradores, como podemos observar no depoimento que se segue:

Depois que a SANEAR entrou, fez e faz reunião para explicar o que se deve fazer, como não colocar óleo no esgoto, não obstruir as galerias. A SANEAR está fazendo um trabalho com reciclagem. O pessoal não tem a conscientização para separar o lixo. A comunidade começou a saber o que fazer (M6).

Outro morador observa que,

o saneamento, na verdade, foi espetacular porque traz o quê? Saúde pra população. Sem o saneamento evidentemente nós vamos ficar muitas vezes doentes, sem saber o porquê, então, em minha opinião (morador), o saneamento é uma coisa básica pra que podemos sobreviver (M11).

Além disso, outro morador afirma que, em seu entendimento,

saneamento integrado [...] foi uma grande mudança que aconteceu na nossa comunidade, que mudou nossa... Tiramos os pés da lama. Hoje em dia a gente não anda mais com o pé na lama; andamos sim, com o pé no asfalto, graças a Deus. E que mexeu com toda a comunidade, quem não tinha banheiro, ganhou banheiro; quem fazia no papel, hoje não joga mais o pombo-correio, o correio já vai direto, agora vai via cabo, pronto, tá bom (M12, grifo nosso)⁴⁴

A prática de defecações a céu aberto representam ameaças à saúde e McGranahan e Mulenga (2013) reconhecem que ela não só deve como pode ser descontinuada. Segundo a Organização Mundial da Saúde (ONU, 2012), 15 % da população mundial não tem acesso a

⁴⁴ Atribui-se o nome de ‘pombo-correio’ ao ato de se realizar as necessidades fisiológicas em um papel ou sacola plástica e posteriormente lançar aleatoriamente os dejetos sobre o telhado das casas vizinhas.

banheiro e o Brasil é um dos países com o índice mais alto de pessoas que não têm acesso a esse tipo de equipamento sanitário, quase 7,2 milhões de habitantes. Na cidade do Recife, segundo o IGBG (2011b), existem 1.165 (mil cento e sessenta e cinco) domicílios sem banheiro ou sanitário.

Concluimos que a situação na comunidade antes das ações de saneamento e educação sanitária ambiental, em pleno segundo decênio do século XXI, não era muito diferente do que ocorria nas primeiras décadas do século XIX no Recife que, segundo Oliveira (2011), os vereadores da cidade tiveram que baixar um decreto, em 1831, proibindo o arremesso das *'águas servidas'* — fezes misturadas à urina — durante o dia. Segundo esse autor, de acordo com o decreto, essa ação somente poderia ser efetuada à noite. Entretanto, antes de o arremesso ser feito se fazia necessário que o *'arremessador'* gritasse *'Água vai!'* pelo menos três vezes seguidas. Aquele que infringisse a determinação estava sujeito a ser penalizado com multa e teria que indenizar a vítima. No entanto, diante da ineficiência da fiscalização, continuava comum a prática de a qualquer hora do dia lançarem os excrementos dos altos dos sobrados.

Entendemos que para a promoção e manutenção de uma vida saudável, é indispensável a compreensão e o empenho de todos os envolvidos nos processos sociais de desenvolvimento, para que as ações de intervenção, cujos propósitos contribuam para o bem-estar coletivo, sejam alcançadas por todos, pois, ainda nos anos oitenta do século XIX, Aureliano Pinto, em suas *Breves Considerações a propósito do saneamento das Cidades*, já admitia que “as classes mais desprotegidas da fortuna, mais numerosas da população, é que são obrigadas a viver em casas mais acanhadas, com exíguo espaço para as necessidades da habitação [...]” (1880, p. 26), e é “por isso que a salubridade da população é uma das necessidades primárias da vida humana; o desenvolvimento de todas as forças vitais é o fim principal tanto do homem como das sociedades” (p. 46).

De acordo com Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 12), “é possível constatar que sobre os mais pobres e os grupos étnicos desprovidos de poder recai, desproporcionalmente, a maior parte dos riscos ambientais” e, segundo Milton Santos (2009, p. 30), fazendo referência a L. J. Lebert (1958), “o crescimento seria inócuo cada vez que não viesse acompanhado de uma maior redistribuição e de um aumento do bem-estar das massas desamparadas”. A questão do saneamento integrado é de fundamental importância por sua direta

vinculação às questões de saúde pública, higiene e dignidade do indivíduo no usufruto de seus direitos essenciais.

4.13 DESENVOLVIMENTO COMUNITÁRIO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE

Na contemporaneidade, as questões socioambientais são marcadas por contradições de ordem tecnológicas, políticas, econômicas e sociais. Nesse contexto, não poderíamos deixar de considerar que o desenvolvimento de uma comunidade necessariamente deve melhorar não só a vida pessoal, mas a vida de todos que vivem em comunidade e, ainda, assegurar a qualidade de vida das de hoje e daquelas viverão amanhã.

Observamos que, para os moradores, essa compreensão de que para existir desenvolvimento é necessário que haja o compartilhamento dos benefícios alcançados de forma ampla fica evidenciada em depoimentos como o que afirma que “para mim (entrevistado) desenvolvimento comunitário tem que haver participação do povo e políticas voltadas para atender os pobres” (M7) ou quando outro entrevistado complementa: “é a luta do povo” (M8). Esse aspecto da necessidade de a responsabilidade ser compartilhada é evidenciado no depoimento de outro morador ao afirmar que “se numa família... vamos dizer... se tem a mulher com dois, três filhos pra sustentar, como é que ela vai criar esta criança, como é que ela vai educar? Aí, [...] não é problema dela, passa a ser problema não só dela, mas da comunidade!” (M9).

Para os moradores a comunidade apresentou desenvolvimento a partir das ações de saneamento integrado, ao se constatar uma maior articulação, interação e mobilidade entre a comunidade e os bairros de seu entorno. Afirma um morador: “a comunidade se desenvolveu no meio de uma sociedade; um ambiente de barão”⁴⁵ (M4) e justifica afirmando que hoje pode “viver com tranquilidade. Não passava carro de polícia — o carro ficava de fora e se entrava a pé” (M4). Toda a comunidade é atendida com sistema viário local, cujas ruas são todas pavimentadas e onde ainda há ruelas (becos), esses estão todos “saneados e cimentados”. Devidos às dimensões reduzidas da largura da maioria das ruas, internamente, a comunidade não é atendida com

⁴⁵ “Um ambiente de barão”, na linguagem coloquial do entrevistado, assume o significado de “entre os ricos”.

transporte coletivo. No entanto, há disponibilidade de várias linhas de ônibus em seu entorno.

Fica evidenciada a importância da participação, do comprometimento e do esforço conjunto para o desenvolvimento na comunidade, pois, como ressalta um morador, é “muito bom porque temos grupos de pessoas envolvidas e que se entregam mesmo, para fazer o trabalho comunitário. Se não tivesse esses grupos, isso não existia” (M5). Para um técnico entrevistado, isso é primordial, porque só “através das reivindicações e das demandas, o poder público passa a intervir. O que deveria ser o contrário. O poder público deveria ter esse olhar e já trazer essas políticas para as comunidades e a gente percebe que isso não acontece de fato” (AS2). No entanto, há também a consciência de que se faz necessário aumentar o controle social, como se pode observar no depoimento: “precisa de um controle [...] porque ficaram ainda algumas famílias de fora” (M9).

No depoimento a seguir fica evidenciado que o que acontece na comunidade é resultado do respeito das autoridades pela comunidade e da consciência de sua população para uma efetiva participação.

porque se a comunidade não participar, não é governo nenhum que vai chegar e vai dizer: vamos fazer isso nessa comunidade, não. A partir do pontapé iniciado na comunidade, é que a gente vai começando a ampliar a forma de se organizar, a forma de intervir, é que a gente vai crescendo (M10).

Para o geógrafo americano Robert Sack (1986, *apud* ESPINDOLA, 2012, p. 189):

Não é o espaço em si que se procura controlar, mas as relações e as coisas no seu interior e as relações com o exterior, sendo a territorialidade a relação de poder na qual um indivíduo ou um grupo procura afetar ou influenciar pessoas, fenômenos e relações através da delimitação e do controle sobre uma determinada área.

Outra evidência constatada foi em relação à mudança ocorrida na oportunidade de a população melhorar a capacidade de geração de renda, trabalho e emprego, em razão das intervenções na comunidade, no âmbito das ações de saneamento integrado. Para um dos moradores,

do ponto econômico, mudou e continua mudando aos poucos, porque hoje a gente vê que alguns jovens já saem atrás de seus projetos pra buscar capacitação, pra buscar seus empregos. É... a gente vê resultado porque eles começam assim, a 'erguer' com seu próprio salário que ganha, e valorizando, porque a gente sempre diz assim: quando você passa a ganhar seu próprio salário e sair de manhã ou sair à noite pra um trabalho, que você se capacitou pra aquilo, você passa mais a valorizar o seu dinheiro e saber em que você vai aplicar e como você vai gastar (M9).

Outro aspecto que se depreende dos depoimentos é quanto à elevação da autoestima como consequência das melhorias alcançadas na comunidade, e isso pode ser observado a seguir:

Foi ótimo, porque a filosofia dentro de uma comunidade é a seguinte: eles procurarem melhorar consideravelmente para que todos possamos sobreviver bem e bonito, porque nós não tínhamos essas condições, agora o que aconteceu? A prefeitura fez uma coisa espetacular porque não veio só fazer o trabalho, veio também associar e socializar a própria comunidade, isso pra mim foi espetacular (M11).



A gente tinha uma dificuldade anteriormente que era alguns jovens daqui encontrar trabalho na redondeza, pessoal que tem dinheiro, poder executivo maior, tem uns com essa visão fechada de que quem mora na comunidade como essa é bandido, é favelado, não tem consciência, não pensa, e assim a partir de uma estrutura que a gente vem conseguindo, tinha discussão, por exemplo, essas conquistas que tivemos em ter acesso a faculdade... Aí, assim, as pessoas começam a observar a gente de forma diferente (M10).

Ainda em relação à autoestima, diz um morador que as mudanças “ajudam, pois quando faz feira e o carro entra até a casa; fica tudo limpinho e as pessoas vêm trazer trabalho como lavagem de roupa e

outras coisas” (M3). Essas questões de acessibilidade e mobilidade, aliadas a uma maior segurança e, especialmente, às questões de habitabilidade e salubridade no ambiente da comunidade, têm contribuído para que pessoas externas à comunidade possam sentir-se mais espontâneas e mais seguras para buscar a prestação de serviços dentro da comunidade e, conseqüentemente, aumentar a capacidade de geração de trabalho e renda. Mais uma vez, é possível perceber como o exercício do trabalho e a renda própria é capaz de fortalecer a autoestima das pessoas, como podemos observar:

Engraçado... Eu não trabalhava e eu não pensava em ir numa festa e tinha tempo e não ia. Hoje eu quero ir numa festa; to trabalhando? [...] faz assim: organize sua história, seus dias de sair, você já trabalha, agora você vai poder ir ao campo de futebol, vai poder ir a show, não vai nesse show de agora, vai no show do próximo. Agora é bom também você ir pra um show com saúde [...] porque você se está gordinho, chamado obeso, então vamos primeiro começar a descer na balança, é mesmo, é, meu amigo, não adianta você trabalhar (e não ter saúde) e aí você e o dinheiro, vocês vão ser infeliz. Então começa por aí né? Gostando de você mesmo e dando esse espaço pra tu (M9).

Embora encontremos sempre uma vinculação entre desenvolvimento e os aspectos de mudanças em busca de evolução e, destarte, não tenhamos encontrado indicativos do que seria o ‘estágio superior’ a ser alcançado, podemos perceber que para os moradores essa concepção não difere significativamente:

porque é aquela história... muita gente fica naquela de ver navio, mas depois que começou esse negócio de saneamento, essa coisa toda que movimentou a comunidade, as pessoas, não todas, mas algumas procuraram fazer alguma atividade pra se programar melhor por conta do habitacional. Se eu vou pro habitacional, eu não vou entrar no habitacional só com uma mesa, eu não vou entrar só com uma cadeira, eu quero entrar, deixar tudo bonitinho, organizado, então foram se organizando, procurando o que fazer pra

que quando chegasse a hora, elas tivesse o seu, sua cama, sua mesa, tudo organizadozinho pra levar pra lá organizado (M12).

Segundo Espíndola (2012, p. 190),

a apropriação do espaço não se inicia com a ocupação em si, mas com a necessidade de controle de um espaço e das expectativas que ela envolve. Daí decorre os agenciamentos para conseguir o domínio do espaço, submeter, controlar e regular soberanamente o direito de uso.

Vale observar que a sociedade, muitas vezes privada de seus mais elementares direitos como saúde, educação, moradia, trabalho etc., pouca consciência tem de seus direitos e uma sociedade sem oportunidade de viver com um mínimo de dignidade, dificilmente teria consciência e força para lutar pelos seus direitos.

Destacamos aqui a importância fundamental de se viabilizar, estimular e valorizar a participação social nas decisões a serem tomadas, pois em consonância com Kronemberger (2011, p. 7), podemos afirmar que “o destino de uma comunidade está em suas escolhas e no dinamismo para traçar e concretizar seus próprios caminhos”, e de acordo com Acselrad, Mello e Bezerra (2009, p. 12), “sabe-se que a forma de se diagnosticar um problema costuma condicionar a busca da sua solução”. Reconhecemos que as políticas públicas de saneamento nos países que se encontram em desenvolvimento, em especial no caso do Brasil, devem ter como prioridade o enfrentamento de desafios e questões intrinsecamente vinculados à qualidade de vida das pessoas, ao desenvolvimento social e, mais precisamente, ao desenvolvimento comunitário.

Assim, a consciência construída, a participação e o reconhecimento do direito à voz nas decisões sobre os caminhos que o desenvolvimento deve tomar naquela comunidade, indica como sendo de fundamental importância a participação, no seu mais amplo sentido, como um dos meios de implementação de ações que venham atender aos anseios da comunidade de forma a satisfazer a coletividade e o bem-estar comum.

4.14 MELHORIAS PARA O SANEAMENTO SOB A ÓTICA DA COMUNIDADE

Quando consultados sobre se teriam sugestões e, caso quisessem opinar, quais seriam as sugestões para melhorar o saneamento da Comunidade, ficou evidenciado o alto grau de satisfação dos moradores quanto aos resultados das ações de saneamento integrado na comunidade. No entanto, destacamos que dentre os doze (12) moradores que responderam a essa questão, cinquenta por cento (50%) ressaltaram a necessidade de se realizar mais ações que contribuíssem para melhorar a efetividade nas condutas em relação ao uso correto do sistema para minimizar possíveis problemas decorrentes de entupimentos e a colocação de resíduos em locais não apropriados. Acreditamos que esse deva ser um indicador importante para se persistir nas ações de educação sanitária ambiental. A ex-moradora entrevistada não opinou nessa questão.

Observamos que frequentemente aparece o termo “conscientizar as pessoas” para um melhor uso do sistema, como afirma esse morador que é necessário “conscientizar as pessoas para usar o esgoto até para os nossos netos” (M6) e, acrescenta outro morador, “espero que os moradores tenham consciência para manter o saneamento, não jogando lixos nas ruas e usando de forma correta o sistema de esgoto” (M8).

Assim, torna-se explícita a consciência da necessidade de continuidade no processo de orientação da população para o uso adequado e correto das instalações, como vemos no depoimento a seguir:

olha... pra melhorar o saneamento da comunidade chama-se fazer reuniões, reuniões e reuniões com a própria comunidade, reeducando mais [...], não pode pegar, comer o que você quer e tá saindo jogando no meio da rua, [...] cada vez mais você entope a galeria e você entope o saneamento (M9).

Ainda, corroborando a mesma linha de opinião dos demais moradores, opina mais um morador que:

é a partir da nossa consciência crítica, por exemplo, que a gente ganhou a intervenção e a gente sabe que o mau uso vai atribuir alguns transtornos, [...] se a gente preserva, não joga

papel na descarga, não joga uma fralda descartável e assim, a partir disso, a gente vem garantindo um bom funcionamento do sistema (M10).

E, nessa sequência de opiniões que defendem a necessidade da mudança de atitudes como forma de melhorar o desempenho do sistema de saneamento, sentenciam um dos moradores entrevistados:

É só a gente criar vergonha na cara e, juntar o lixo, botar o lixo na hora que o lixeiro for passar, pra se organizar melhor, [...] só falta esse povo criar vergonha na cara e saber que tem horário e regras pra botar o lixo no horário certo, só isso (M12).

Outro aspecto evidenciado foi a necessidade de ainda melhorar o sistema de drenagem que, segundo alguns moradores, ainda deixa a desejar quanto ao escoamento eficiente das águas superficiais em época de muita chuva, como podemos observar em alguns depoimentos quando se afirma que quando chove é necessário “tirar o tampão” (M1), ou seja, as grelhas apropriadas para a coleta das águas pluviais. Ainda, outro morador destaca que deveria “aumentar a quantidade de caixas de coleta de água da chuva” (M7).

As figuras abaixo (fotografias 21 e 22) demonstram a permanência das precárias condições de armazenamento de água para suprir as necessidades diárias das famílias, em virtude do constante racionamento d’água. Observa-se que o amianto é considerado um agente cancerígeno pela Organização Mundial de Saúde (OMS) e seu uso está proibido no Brasil desde 1995. Devido ao fornecimento irregular e escasso da água, torna-se difícil erradicar o hábito de as pessoas armazená-la em recipientes indevidos que muitas vezes foram, anteriormente, utilizados com produtos nocivos à saúde humana.

Figura 21 – Fotografia da estocagem de água em recipientes plásticos reaproveitados



Fonte: Cavalcanti, 2009.

Figura 22– Fotografia da estocagem de água em reservatórios de amianto



Fonte: Cavalcanti, 2009

Registramos também queixas quanto à falta d'água na comunidade. No entanto, quase a totalidade dos moradores da Cidade do Recife sofre devido ao racionamento d'água ocorrido nos últimos 20 anos e que em 2013 permaneceu até o dia 20 de maio último (IMPLANTADO, 2013). O racionamento consiste na liberação do abastecimento por sistema de rodízio em bairros previamente escolhidos por um período de 20 horas consecutivas, seguido de corte por outras 28 horas, limitando-se, em algumas áreas mais pobres, a um fornecimento por um período de 3 horas, contra 45 horas sem abastecimento. Castro (20013, p. 58) destaca que embora o racionamento oficialmente seja “destinado a garantir uma distribuição mais justa, é, na verdade, estruturalmente desigual e se volta preconceituosamente contra os muito pobres”. Em alguns aspectos, quanto à situação do acesso “ao abastecimento de água regular e confiável e a um esgotamento sanitário seguro, em função de desigualdades sociais persistentes amiúde se agravaram” (CASTRO, 2013, p, 58), pois nem sempre as coisas são feitas da maneira correta nem tampouco alcançam os resultados esperados e, também, nem sempre são cumpridos os objetivos e metas efetivamente propostos para as questões em pauta.

4.15 A PRESERVAÇÃO DO MEIO AMBIENTE NO ÂMBITO DA COMUNIDADE

A luta pela construção de um mundo melhor e de uma sociedade mais consciente enseja uma reflexão sobre o papel dos cidadãos como agentes transformadores e detentores de direitos que precisam ser apropriados para a legitimação de seu poder de transformação no ambiente em que vivem. No entanto, reiteramos que a sociedade, por vezes desprovida de seus mais elementares direitos, pouca ou nenhuma consciência tem de seus direitos a um ambiente sadio e, mais ainda, a falta de consciência não ajuda a fortalecer a luta pelo exercício pleno dos direitos numa sociedade democrática.

Nesse sentido, os moradores, quando abordados sobre quais sugestões teriam para melhorar o meio ambiente na comunidade, apesar da satisfação em virtude das melhorias conquistadas com o saneamento integrado, demonstraram seu desalento em virtude de ser uma área que deixa muito a desejar com relação à exiguidade de áreas verdes. Houve morador que se queixou pelo fato de ter perdido um jardim em sua casa pela necessidade de abrir espaço para a criação de uma nova rua, mas, mesmo assim, demonstra seu orgulho dizendo que “hoje, na linha da calçada ainda tem quatro vasos com plantas” (M9). Argumenta outro

morador que é importante que se faça “alguma coisa com que a moradia seja muito mais elegante, logo na entrada” (M11).

Fica claro que todos têm consciência do seu importante papel para tornar viável o usufruto de um ambiente com melhores condições de saúde e estética e de uma vida mais saudável, inclusive com preocupações relativas às questões de reaproveitamento dos resíduos, quando afirma: “a começar por mim, poderia também botar os saquinho lá, cada um de uma cor, feito a gente vê e faz lá no trabalho” (M12). Por outro lado, essa mesma moradora que nasceu e foi criada na comunidade, cujo avô viveu sempre naquela localidade e sobrevivia da pesca no rio afirma que:

A gente vê tantas pessoas que jogam lixo dentro do rio. O que é que acontece? Antigamente a gente pescava aí nesse rio e os camarões vinham, a gente pegava aí na beira do rio, a gente comia disso, meu pai sustentou a gente com isso aí e hoje em dia a gente olha e vê uma água suja que não pode nem tomar um banho [...], mas agora o mundo ficou pequeno, não tem onde plantar mais nada [...] as grandes empresas vai compra aquele pedaço, constrói o seu arranha-céu e a gente fica na selva de pedra, [...] só os ricos e a gente no meio. A ilha, a gente é uma ilha, é... a gente é uma ilha (M12).

No entanto, a população, organizada em movimentos sociais nas suas mais diversas formas, com suas reivindicações políticas, inclusive em prol da conscientização coletiva pelo direito a um meio ambiente sadio, tem colaborado para que, aos poucos, esse quadro se modifique e haja o respeito aos recursos naturais disponíveis, bem como o seu uso racional e a minimização dos resíduos gerados pelo seu consumo.

Analisando os depoimentos a respeito do que diriam os moradores à Prefeitura (ou órgão competente) sobre as ações de saneamento na comunidade Mangueira da Torre, observamos unanimidade nas respostas quanto à satisfação pelas intervenções realizadas na comunidade. Existe o reconhecimento pelo empenho e dedicação do pessoal da Prefeitura envolvido no processo desde a fase de planejamento até a execução das obras que, à época da realização das entrevistas, estavam próximas de sua conclusão.

Cem por cento (100%) dos moradores que permaneceram na comunidade, em seus depoimentos, manifestaram menções de

agradecimentos a todos os técnicos envolvidos, tanto da área técnica quanto da área social, como podemos observar na voz de um morador: “agradeço, porque vivia em lugar sujo, cheio de lama. [...] Gosto dos encarregados da prefeitura (assistentes sociais) e do pessoal da construtora. Adoro todo mundo, o pessoal tem muita paciência” (M3). Acrescemos a isso outros depoimentos de cunho semelhante. tais como: “Muitos agradecimentos” (M4); “Agora a gente viu funcionar para a gente mais humilde” (M5); “Eu praticamente só tenho que agradecer pelo trabalho desenvolvido pela SANEAR aqui dentro da comunidade, sempre parceiros com a comunidade” (M6); “Eu diria que a gestão do prefeito João da Costa mudou as comunidades, trazendo mais qualidade de vida. Diria à SANEAR, que está na área durante a execução do projeto, que eles são competentes e com uma visão social incrível” (M7); “Hoje estou muito feliz por ter uma casa digna de moradia e por minha comunidade ter passado por esta transformação” (M8); “Que as ações viessem a se repetir em mais comunidades [...] que ela venha se repetir não só nessa comunidade Mangueira da Torre como em outras comunidades” (M9); “obrigada por ter feito essa mudança na minha comunidade” (M12). Outro morador afirma que:

a partir do momento que a gente tem um gestor que tem a consciência de que o povo que mora na comunidade é o que realmente sabe das necessidades da comunidade, a gente começa a avançar, então, assim, a gente, eu sou... eu, particularmente, sou muito grato (M10.)

Consciente da importância que têm as políticas públicas de saneamento para a qualidade de vida de uma comunidade, buscamos, nessa tese, estudar e analisar como as ações de saneamento integrado poderiam interferir no processo de desenvolvimento comunitário da ZEIS Mangueira da Torre. Ao analisarmos, de uma maneira geral, a existência ou não dos contributos dessa intervenção para os moradores, procuramos avaliar os resultados da execução do projeto sob a ótica dos depoimentos obtidos durante as entrevistas. Embora reconheçamos as limitações e dificuldades para se identificar uma forma adequada para analisar e avaliar projetos de natureza social, entendemos, como afirma Tenório (2003, p. 84), que o “primeiro e principal passo é reconhecer a sua necessidade e utilidade” para a população à qual se destina e fazer a inter-relação entre as abordagens técnicas e os anseios da comunidade.

Importante destacar o valor de essa análise se dar com base na compreensão da avaliação feita pelos entrevistados em seus depoimentos, não só porque esses detêm o saber real, mas também para ter certeza de que o projeto executado atendeu às expectativas da comunidade (TENÓRIO, 2003).

Ao analisarmos os depoimentos registrados por ocasião das entrevistas realizadas, reportando-nos ao objetivo definido que busca analisar as repercussões sociais das políticas públicas de saneamento para a qualidade de vida e o bem-estar da população assim como para o desenvolvimento comunitário, na comunidade Mangueira da Torre, Bairro da Madalena, Recife — PE, no período 2009 a 2012, entendemos que a implementação de ações físicas, sociais e educativas que, de forma integrada, melhoraram o ambiente domiciliar e peridomiciliar com as intervenções de infraestrutura urbanística, em especial na área de saneamento, e com ações de “abastecimento de água, esgotamento sanitário, drenagem, pavimentação, melhoria sanitária domiciliar, controle de vetores e ações de educação sanitária e ambiental”, contribuíram efetivamente para a melhoria da qualidade de vida da comunidade.

Segundo um técnico entrevistado da área social, era alto o índice de famílias que dividiam a mesma moradia e isso se dava

por falta de oportunidade de moradia, então, a partir do momento que eles receberam suas unidades habitacionais, eles deixaram de residir com seus familiares e a partir daí, a gente teve que controlar essa questão pra que não houvesse uma demanda maior de habitação, visto que a gente colocou à disposição 69 imóveis pra serem ocupados (AS3).

No entanto, observamos que ainda há déficit da habitação, pois em alguns casos, há famílias numerosas formadas pelo casal de pais com filhos ainda crianças, adolescentes, e jovens solteiros; filhos que constituíram novas famílias e, às vezes, alguns agregados que coabitam os mesmo espaços, às vezes bastante reduzidos. Isso contribui para uma convivência doméstica onde há pouca privacidade, a liberdade é limitada e a autonomia fica comprometida.

Em alguns casos, muitas moradias permaneceram precárias devido a não terem sofrido nenhuma intervenção em virtude de não se fazer necessária para a implantação do projeto, embora essas

habitações/moradias tenham permanecido precárias, elas atendiam aos critérios mínimos exigidos para a efetivação de ZEIS. Os moradores que vivem nessas habitações, em geral, reconhecem as vantagens de todo o processo de implantação do projeto de saneamento integrado na comunidade, mas se queixam por não terem sido beneficiados diretamente nas áreas privadas de suas moradias.

Segundo Samuel (1990, p. 237), “a história local não se escreve por si mesma, mas, como qualquer outro tipo de projeto histórico, depende da natureza da evidência e do modo como é lida”. O local é entendido como produto de um processo de desenvolvimento e de participação social, resultando num espaço que vai sendo construído pela sociedade, pois o destino de uma comunidade se constrói a partir de suas escolhas. Assim, buscamos, nesse percurso, investigar como as soluções adotadas para o saneamento integrado da comunidade podem subsidiar propostas de governabilidade que envolvam estratégias de sustentabilidade como instrumento de valorização da cidadania e, principalmente, de inclusão social e do desenvolvimento comunitário. Entendemos, em função dos impactos urbanos observados no cotidiano dos moradores da Mangueira da Torre que, efetivamente, as ações públicas de saneamento afetam, de forma positiva, direta e indiretamente as mudanças na qualidade de vida das pessoas e das comunidades de forma ampla, abrangente, duradoura e equânime.

Considerações Finais

5 CONSIDERAÇÕES FINAIS

As considerações aqui abordadas são decorrentes dos estudos e discussões teóricas a respeito de desenvolvimento comunitário sob a ótica das políticas públicas de saneamento e de um planejamento e realização de pesquisa, visando verificar em que medida as políticas públicas de saneamento repercutem socialmente no processo de desenvolvimento comunitário. Para dar suporte à discussão teórica, utilizamos, no meio empírico, um roteiro de entrevista, balizado em indicadores de saneamento e desenvolvimento comunitário. A adoção de métodos qualitativos de pesquisa nos permitiu potencializar o acesso a informações acerca do entendimento sobre o saneamento e suas repercussões para a melhoria da qualidade de vida da população pesquisada — Comunidade Mangueira da Torre.

Considerando que o crescimento desordenado, a falta de infraestrutura e os resíduos gerados pela população apresentam grandes impactos sobre a qualidade de vida dos cidadãos, partimos do pressuposto de que as políticas públicas de saneamento integrado da Prefeitura da Cidade do Recife (PCR) têm influenciado de forma positiva o processo de inclusão social e o desenvolvimento comunitário. Isso porque as camadas mais carentes e despossuídas são as mais afetadas pela ausência de saneamento, principalmente se considerarmos a alta densidade populacional, aliada ao iminente risco de inundações, fator comum nas áreas carentes, e que aumenta o potencial de risco à saúde de uma comunidade na qual falta saneamento.

Buscamos, assim, analisar as repercussões sociais das ações de políticas públicas de saneamento para o desenvolvimento comunitário da Mangueira da Torre, Recife – PE, a partir das intervenções de saneamento integrado da PCR, tendo como parâmetro a oferta e a qualidade dos serviços prestados e também as análises das condições ambientais e suas implicações diretas para a saúde, a qualidade de vida da população e o desenvolvimento comunitário, com base em depoimentos de moradores e de técnicos entrevistados.

A comunidade é caracterizadamente constituída por uma população pobre, numa área que poderíamos chamar de periferia. No entanto, está completamente inserida no contexto intraurbano do Bairro da Madalena, zona oeste da cidade do Recife. Devido às suas características peculiares, podemos entendê-la como uma área geograficamente privilegiada, devido a estar situada numa área de classe média alta, cujos imóveis em seu entorno são de alto valor imobiliário. Entretanto, a despeito dessa proximidade geográfica, encontrava-se

distante, muito distante, de gozar dos benefícios da prestação de serviços como saneamento, infraestrutura viária e moradia digna e salubre, considerados por muitos como um privilégio de poucos nas metrópoles urbanizadas, em vez de um direito de todos. A comunidade constituía-se, antes das ações de saneamento integrado por parte da PCR, numa verdadeira ilha de despossuídos caracterizada por pobreza, exclusão e desigualdade.

A relação entre políticas de saneamento e desenvolvimento comunitário tornam-se, a nosso ver, bastante óbvia. Os bairros com maior poder econômico e com grau mais elevado de desenvolvimento demonstram que suas populações dispõem de maiores e melhores coberturas de saneamento proporcionando condições de vida mais saudáveis às populações, evidenciando saneamento como um indicador social de desenvolvimento. Lamentavelmente, chega a ser vergonhosa a situação nos bairros onde predomina a carência desse tipo de infraestrutura caracterizando a falta de saneamento como uma face perversa da pobreza e do atraso nas grandes cidades brasileiras.

A falta de saneamento está diretamente vinculada à degradação do meio ambiente e representa um dos grandes males que acometem as sociedades contemporâneas e, no nosso entendimento, é um dos grandes agravantes das questões ambientais, inclusive urbanas. O saneamento caracteriza-se, portanto, como uma das questões das políticas públicas sociais que interfere direta e indiretamente nas mudanças da qualidade de vida das pessoas e das comunidades de forma ampla, abrangente e duradoura objetivando proporcionar condições ambientais que contribuam para a prevenção de doenças e promoção da saúde, favorecendo a elevação do padrão de qualidade de vida, a inclusão social e o desenvolvimento comunitário.

Os grupos sociais em situação de vulnerabilidade social sofrem com a ausência de instalações sanitárias adequadas, o que contribui para o aumento das doenças infectocontagiosas bem como para o aumento dos índices de mortalidade infantil e o adoecimento frequente da população adulta. Não obstante, podemos considerar que não somente os índices de desnutrição e subnutrição entre elas afetam as condições de sobrevivência, mas, também a desigualdade de acesso aos serviços básicos de infraestrutura.

O padrão de desenvolvimento de uma comunidade está diretamente vinculado aos níveis de atendimento com abastecimento de água e esgotamento sanitário e, conseqüentemente, melhores condições de saúde infantil e da população como um todo. Compete-nos destacar que os impactos positivos do saneamento básico na saúde da

população devem ser o objetivo mais importante tanto na perspectiva das políticas públicas e sociais quanto dos beneficiários.

Destacamos que os princípios da universalidade, equidade, integralidade, titularidade municipal, participação e controle social, intersectorialidade, qualidade dos serviços e acesso, estabelecidos em lei, devem condicionar os rumos que as políticas públicas de saneamento devem trilhar. A não articulação e integração desses princípios levariam a uma leitura das necessidades da sociedade sem levar em conta a complexa relação entre o meio e a qualidade de vida da sociedade.

A partir da promulgação Lei nº 11.445/2007, conhecida com Lei do Saneamento no Brasil, passamos a dispor de instrumentos legais que asseguram a universalização, embora de forma progressiva, do atendimento às populações com serviços de infraestrutura necessários para o acesso de todos os domicílios ocupados aos serviços saneamento básico. Essa condição é essencial para a promoção e manutenção da saúde pública e a oportunidade de melhoria da qualidade de vida, especialmente das pessoas em situação econômica desfavorável e suscetíveis às adversidades decorrentes das precárias condições de salubridade ambiental provocadas pela falta de saneamento.

Essa Lei representa um dos maiores desafios para as diversas esferas de poder executivo em nosso país, seja no âmbito federal, estadual, municipal ou distrital. A universalização dos serviços de saneamento básico é um dos princípios fundamentais da lei. Tornar acessível o abastecimento de água nos padrões de qualidade estabelecidos para o consumo humano, em quantidade suficiente, a coleta adequados dos esgotos e dos resíduos sólidos — lixo e drenagem correta das águas superficiais é um direito que, mesmo nos dias atuais, ainda é alcançado por poucos ou visto como um privilégio por muitos.

Um dos princípios estabelecidos na Lei é a articulação das políticas de saneamento com as políticas de desenvolvimento urbano e regional, de habitação, de combate à pobreza e de sua erradicação, de proteção ambiental, de promoção da saúde e outras de relevante interesse social voltada para a melhoria da qualidade de vida, para as quais o saneamento básico seja fator determinante.

Alcançar os objetivos propostos em Lei, visando melhorar gradualmente a qualidade e atingir a universalidade, requer dos gestores públicos o conhecimento da conjuntura técnica e social existentes para a definição de programas e ações que conduzam ao cumprimento dos objetivos e metas definidos e, para isso, torna-se preponderante o planejamento adequado, norteado pelas particularidades e peculiaridades de cada lugar e situação. Compete aos municípios a proposição e

elaboração do plano municipal de saneamento básico e, esses, por sua vez, têm o dever de conduzir o processo de forma a estimular e oportunizar a sociedade o conhecimento, o entendimento e a efetiva participação nas discussões dos problemas e na busca de soluções para alcançar os objetivos e metas definidos para o suprimento dos serviços de saneamento de qualidade a todos.

No entanto, possivelmente devido à ineficiência na forma como são conduzidas essas políticas e à ineficácia no grau de alcance de seus objetivos, metas e resultados positivos para a sociedade, os problemas aparentemente continuam. Em alguns aspectos quanto à situação do acesso ao abastecimento de água na quantidade necessária e qualidade confiável e a um sistema de esgotamento sanitário eficiente, “em função de desigualdades sociais persistentes amiúde se agravaram” (CASTRO, 2013, p. 58), pois nem sempre as coisas são feitas da maneira correta nem tampouco alcançam os resultados esperados e, também, nem sempre são cumpridos os objetivos e metas efetivamente propostos para as questões em pauta.

Por isso, destacamos a necessidade de se analisar de forma crítica e reflexiva as propostas de políticas ambientais, em especial, as que não levem em conta as características culturais locais e as peculiaridades de cada lugar, bem como as discussões e negociações que visam atender às populações, com ações formuladas compartilhadamente, na busca de soluções que harmonizem o desenvolvimento comum e equilibrado entre sociedade, meio ambiente e economia.

Podemos propor e construir um mundo melhor para se viver e conviver, promovendo um habitat cuja relação do homem com a natureza esteja orientada pela harmonia e equilíbrio. Para isso, se faz necessário um novo modelo de desenvolvimento em que se harmoniza a qualidade de vida das populações, a sustentabilidade do meio ambiente e a busca de soluções inovadoras para atender aos anseios dos cidadãos por acesso aos direitos assegurados às sociedades contemporâneas.

Assim, fica evidenciada a importância da participação, do comprometimento e do esforço conjunto para o desenvolvimento na comunidade, pois, como ressaltou um morador sobre a importância de grupos de pessoas envolvidas e que se integram para fazer o trabalho comunitário, “se não tivesse esses grupos, isso não existia” (M5). Para um técnico entrevistado, esse comprometimento é primordial, porque só “através das reivindicações e das demandas, o poder público passa a intervir” (AS2).

No entanto, reiteramos que, apesar dos esforços empreendidos, nem tudo foi resolvido na Mangueira da Torre. Como mencionamos no

capítulo IV, ainda há déficit da habitação. Há famílias numerosas formadas por filhos e netos e, às vezes, agregados coabitando os mesmos e poucos espaços disponíveis que, na maioria das vezes, são bastante reduzidos, contribuindo para uma convivência onde a privacidade e a liberdade fica comprometida e a autonomia limitada. Algumas moradias permaneceram precárias devido a não terem passado por nenhuma intervenção em virtude de não se fazer necessária para a implantação do projeto, pelo fato de atender às exigências mínimas requeridas nas ZEIS. Os moradores que vivem nessas habitações, se queixam por não terem sido beneficiados diretamente nas áreas privadas de suas moradias.

Dessa forma, ganham destaque as propostas de intervenção de natureza interdisciplinar que se tornam cada vez mais importantes para quem estuda e promove políticas públicas pensar, propor e executar políticas ambientais de forma transversal, inclusive dedicando especial atenção às questões da garantia ao efetivo exercício dos direitos e da cidadania. Tais ações devem ser capazes de articular e integrar políticas sociais efetivamente inclusivas e duradouras, para que se tornem sustentáveis.

Entretanto, temos a consciência de não ser tarefa fácil e, quase utópica, a mobilização e articulação para que os membros de uma comunidade trabalhem juntos e harmoniosamente. No entanto, a habilidade e a predisposição de seus membros para desenvolverem as ações conjuntamente, com o necessário respeito, confiança e compromisso, ajudarão a fortalecer o espírito de coletividade. Como resultado principal não devem ser priorizadas as conquistas físicas, como a infraestrutura realizada, mas o direito conquistado e o fortalecimento do exercício da cidadania.

Sem sombra de dúvidas, as abrangências das questões vinculadas ao saneamento e às consequências decorrentes de sua ausência tornam-se inquestionáveis para todos os cidadãos e, principalmente, para gestores públicos direta e indiretamente responsáveis por promover uma melhor qualidade de vida para as pessoas e, para isso, destacamos a necessidade de integração do saneamento com outras áreas do conhecimento, visando à promoção da saúde humana e à proteção do meio ambiente.

Enfatizamos a necessidade, não somente da implantação, mas do efetivo e satisfatório funcionamento dos sistemas de saneamento implantados, com o permanente controle de doenças e eficácia nas ações corretivas de forma sustentável, visando promover o acesso aos serviços e o usufruto de seus benefícios para a saúde humana e para a proteção

do meio ambiente. Neste contexto, uma abordagem sistêmica considerando a interação interdisciplinar entre as áreas técnicas e as ciências sociais, aliadas à participação da sociedade e ao controle social, permite-nos uma identificação mais precisa das necessidades e anseios da população e, conseqüente, o desenvolvimento de soluções mais apropriadas respeitando as particularidades para cada realidade encontrada.

Assim, para a manutenção da vida em condições adequadas de salubridade, fazem-se imperativos todos os esforços políticos, econômicos e sociais, pois assegurar à população a infraestrutura básica necessária que garanta uma vida saudável, com qualidade e dignidade, nunca será demasiadamente oneroso. Cabe a todos que lutam pela qualidade da saúde pública, especialmente daqueles mais necessitados, ter como objetivo eliminar as formas evitáveis de doenças infectocontagiosas e atender aos anseios da população com intervenções apropriadas a cada peculiaridade das necessidades comunitárias e, conseqüentemente, contribuir para o seu desenvolvimento.

Entendemos que esse estudo, possivelmente, poderá se constituir em ferramenta capaz de auxiliar na proposição, implementação e gestão de ações para a efetiva melhoria da qualidade de vida da população e estimular a ação coletiva articulada entre os diferentes atores sociais, buscando a estreita relação entre o poder público e a sociedade civil nos processos que tenham como meta alcançar o desenvolvimento comunitário. Almejamos, com isso, que as discussões e os resultados dos temas aqui abordados possam oferecer subsídios para a construção de propostas de governabilidade que envolvam estratégias de sustentabilidade como instrumento de valorização da cidadania, de desenvolvimento comunitário e, principalmente, de inclusão social.

Essa tese reitera a convicção de que o povo precisa do poder público para o seu desenvolvimento social, mas também pode e deve contribuir efetivamente com reivindicações e soluções para o desenvolvimento da própria comunidade. O poder inerente às comunidades deve ser estimulado e fortalecido pelo poder constituído, para a promoção da democracia participativa, pois só haverá desenvolvimento real, quando a sociedade for beneficiada em sua forma ampla e irrestrita. A articulação e a participação das comunidades nas mobilizações sociais deixam evidenciar, em caráter amplo, aquilo que, quem conhece e convive com as comunidades sabe, na prática, que as políticas públicas não nascem para o povo, mas a partir do clamor da sociedade que luta pelo direito aos seus direitos.

Referências

REFERÊNCIAS

FONTES PRIMÁRIAS

Anais de eventos

FERRAZ, Débora; CASTILHO, Cláudio Jorge Moura. Movimentos sociais e busca da inclusão social: a participação popular no planejamento e gestão urbanos em ZEIS: um estudo de caso no lugar Chico Mendes. In: **Anais do II Seminário Nacional Movimentos Sociais, Participação e Democracia**. Florianópolis: UFSC, 2007. Disponível em: <http://www.sociologia.ufsc.br/npms/debora_ferraz.pdf>. Acesso em: 11 fev. 2013.

SILVA, D. J. da; POMPEU, C. A. Bases metodológicas para o tratamento da questão ambiental. In: **Anais do II Seminário Nacional sobre Universidade e meio ambiente**. Belém: [s.n], 1987.

Censos oficiais

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Censo Demográfico 2010**. Características gerais da população, religião e pessoas com deficiência. Rio de Janeiro: IBGE, 2010a. Disponível em: <ftp://ftp.ibge.gov.br/Censos/Censo_Demografico_2010/Caracteristicas_Gerais_Religiao_Deficiencia/caracteristicas_religiao_deficiencia.pdf>. Acesso em 30 jun. 2013

_____. _____. **Censo Demográfico 2010**. Resultados do universo: características da população e domicílios. Rio de Janeiro: IBGE, 2010b. Disponível em: <www.ibge.gov.br>. Acesso em 24 out. 2012

_____. _____. **Censo Demográfico 2010**. Aglomerados Subnormais Primeiros Resultados. Rio de Janeiro: IBGE, 2011b.

Documentos oficiais

BRASIL. II Plano nacional de desenvolvimento (1975 – 1979). Brasília: 1974. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/Leis/1970-1979/anexo/ANL6151-74.PDF>. Acesso em: 24 jul. 2013.

_____. Ministério da Saúde. Organização Pan-Americana da Saúde. Avaliação de impacto na saúde das ações de saneamento: marco conceitual e estratégia metodológica. Organização Pan-Americana da Saúde. – Brasília: Ministério da Saúde, 2004. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/eng_impacto.pdf>. Acesso em: 15 jul. 2012.

_____. Ministério do Meio Ambiente. Diretoria de Educação Ambiental; Ministério da Educação. **Programa nacional de educação ambiental – ProNEA**. Coordenação Geral de Educação Ambiental. - 3. ed - Brasília : Ministério do Meio Ambiente, 2005b. Disponível em: <http://www.mma.gov.br/estruturas/educamb/_arquivos/pronea3.pdf>. Acesso em: 03 abr. 2013

_____. Comitê Nacional de Educação em Direitos Humanos. **Plano Nacional de Educação em Direitos Humanos**. Brasília: Secretaria Especial dos Direitos Humanos, 2007b. Disponível em: <http://portal.mec.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=2191&Itemid>. Acesso em: 24/2/2008

_____. **Peças Técnicas Relativas a Planos Municipais de Saneamento Básico**. 1 ed. Brasília, DF, 2011a.

_____. Secretaria Nacional de Saneamento Ambiental. **Plano de Saneamento Básico Participativo**: elabore o Plano de saneamento de sua cidade e contribua para melhorar a saúde e o meio ambiente do local onde você vive. 2 ed. Brasília: 2011b.

_____. Ministério das Cidades. **Guia para a elaboração de Planos Municipais de Saneamento Básico**. 2 ed. Brasília: 2011c.

CADERNO de Resoluções da 1º Conferência Municipal de Saneamento do Recife. Recife: [s.n], 2002.

CPRH. Agência Estadual de Meio Ambiente. Agenda 21 do estado de Pernambuco. Recife: [s.n], 2002. Disponível em: <<http://www.cprh.pe.gov.br/downloads/capitulo02.pdf>>. Acesso em: 20 jul. 2013.

CPRH. Agência Estadual de Meio Ambiente. Agenda 21 brasileira. Recife: [s.n], 2013. Disponível em:

<http://www.cprh.pe.gov.br/educacao_ambiental/agenda_21/39744%3B59261%3B0401%3B0%3B0.asp>. Acesso em: 20 jul. 2013.

MINAS GERAIS (Estado). Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. Comissão de Direitos Humanos da Assembleia Legislativa do Estado de Minas Gerais. **Direitos humanos: Direitos de Todos, Todos os Direitos.** Manual de direitos humanos. – 2 ed. atualizada por Taciana Nogueira de Carvalho Duarte. Belo Horizonte: 2008. Disponível em: <http://www.dhnet.org.br/dados/manuais/a_pdf/manual_cdh_mg_direitos_humanos.pdf>. Acesso em: 07 jun. 2012.

ONU. Organização das Nações Unidas. Fundação das Nações Unidas. **Convenção sobre os Direitos da Criança adotada pela Assembleia Geral nas Nações Unidas.** 1989. <http://www.unicef.pt/docs/pdf_publicacoes/convencao_direitos_crianc_a2004.pdf>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. _____. **Declaração do Rio sobre Meio Ambiente e Desenvolvimento.** Rio de Janeiro: 1992. Disponível em: <<http://www.onu.org.br/rio20/img/2012/01/rio92.pdf>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

_____. _____. United Nations General Assembly. **Resolution A/RES/64/292.** The human right to water and sanitation. New York: 2010, p. 1-3 Disponível em: <http://www.un.org/ga/search/view_doc.asp?symbol=A/RES/64/292>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. _____. United Nations Development Programme. **Human development report 2006.** Beyond scarcity: Power, poverty and the global water crisis. New York: 2006. Disponível em: <<http://hdr.undp.org/en/reports/global/hdr2006/>>. Acesso em: 03 set. 2013.

_____. _____. The United Nations Children's Fund (UNICEF)/World Health Organization. (WHO). **Diarrhoea: Why children are still dying and what can be done.** York: Unicef, Geneva: 2009, 58 p. Disponível em: <http://www.unicef.org/media/files/Final_Diarrhoea_Report_October_2009_final.pdf>. Acesso em: 04 set. 2013.

_____. _____. The United Nations Children's Fund (UNICEF)/World Health Organization. (WHO): Joint Monitoring Programme for Water Supply and Sanitation (JMP) – 2012. **Progress on Drinking Water and Sanitation: 2012 Update**. 66p. New York: 2012. Disponível em: <http://www.wssinfo.org/fileadmin/user_upload/resources/JMP-report-2012-en.pdf>. Acesso em: 30 ago. 2013.

PSBMP. Plano de Saneamento Básico do Município de Petrolina/PE. Relatório 1 - Situação do saneamento em Petrolina/PE. Petrolina: 2011. Disponível em: <http://www.petroлина.pe.gov.br/2010/pdf/Rel_1_PLANO_MUNICIPAL_DE_SANEAMENTO_DE_PETROLINA-PE.pdf>. Acesso em: 02 out. 2013.

SANEAR. Autarquia de Saneamento do Recife. **Relatório de atividade social 2009-2012**. Recife: SANEAR, 2012.

_____. _____. **Situação do saneamento na cidade do Recife**. Recife: 2008. Disponível em: <http://www.recife.pe.gov.br/2008/06/16/mat_162708.php>. Acesso em: 14 Set. 2013

URB. Empresa de Urbanização do Recife. **Diagnóstico Sócio-econômico** – Mangueira da Torre. Recife: 2003

Fontes orais

A.C.A.B.F. Homem. Entrevista, 25 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

A.L.C.. Homem. 54 anos. Entrevista, 03 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

COSTA, João. Prefeito. Entrevista, 04 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

C.P.P.. Mulher. Entrevista, 03 de julho de 2012, Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

D.G.B.F.P.L.. Mulher. Entrevista, 03 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

E. J. A.. Mulher. 63 anos. Entrevista, 03 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

E.M.F.F.. Homem. Entrevista, 24 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

F.C.S.. Homem. 33 anos. Entrevista, 11 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

G.M.S. Mulher. Entre 61 e 80 anos. Entrevista, 04 de julho de 2012,
Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

G.J.S. Homem. 70 anos. Entrevista, 04 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

I.A.M.. Homem. 62 anos. Entrevista, 12 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

J.F.L.. Mulher. 58 anos. Entrevista, 17 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

J.S.. Homem. Entrevista, 24 de julho de 2012, Recife. Entrevistador:
Sergio Guimarães de Souza.

J.S.V.. Homem. Entre 41 e 60 anos. Entrevista, 05 de julho de 2012,
Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

J.V.S.. Homem. 49 anos. Entrevista, 05 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

M.F.S.R.. Mulher. 42 anos. Entrevista, 12 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

M.I.S.H.. Mulher. Entre 41 e 60 anos. Entrevista, 10 de julho de 2012,
Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

M.J.P.. Mulher. Entre 41 e 60 anos. Entrevista, 10 de julho de 2012,
Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

P.J.S.F.. Homem. 50 anos. Entrevista, 11 de julho de 2012, Recife.
Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

R.L.C.. Homem. Entrevista, 02 de julho de 2012, Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

Z.N.M.. Mulher. Entrevista, 25 de julho de 2012, Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

W.J.A.M.. Homem. 45 anos. Entrevista, 18 de julho de 2012, Recife. Entrevistador: Sergio Guimarães de Souza.

Legislação

BRASIL. **Constituição da República Federativa do Brasil**, promulgada em 5 de outubro de 1988. Brasília: 1988. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/constituicao/constituicao.htm>. Acesso em: 20 jul. 2013.

_____. **Lei nº 11.124, de 16 de junho de 2005**. Dispõe sobre o Sistema Nacional de Habitação de Interesse Social – SNHIS, cria o Fundo Nacional de Habitação de Interesse Social – FNHIS e institui o Conselho Gestor do FNHIS. Brasília: 2005a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2004-2006/2005/lei/111124.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

_____. **Lei nº 11.445, de 5 de janeiro de 2007a**. Estabelece diretrizes nacionais para o saneamento básico; altera as Leis nos 6.766, de 19 de dezembro de 1979, 8.036, de 11 de maio de 1990, 8.666, de 21 de junho de 1993, 8.987, de 13 de fevereiro de 1995; revoga a Lei nº 6.528, de 11 de maio de 1978; e dá outras providências. Brasília: 2007a. Disponível em: <http://www.planalto.gov.br/ccivil_03/_ato2007-2010/2007/lei/111445.htm>. Acesso em: 20 set. 2012.

RECIFE. **Lei Municipal nº 16.293, de 22 de janeiro de 1997**. Dispõe sobre as Regiões Político-Administrativas do Município do Recife e dá outras providências.

Periódicos

ÂNTICO, Cláudia. Deslocamentos pendulares na região metropolitana de São Paulo. **São Paulo em Perspectiva**, São Paulo, v.19, n.4, out/dez, 2005. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-

88392005000400007&lng=en&tlng=pt. 10.1590/S0102-88392005000400007>. Acesso em: 14 abr. 2013.

AS LEIS E O PIB. **Revista Veja**. Edição 2290, ano 45, n 41, 10 out. 2012, p. 82.

BECK, Ulrich. A política na sociedade de risco. Tradução de Estevão Bosco. Revisão Anisha Vetter. **Idéias - Revista do Instituto de Filosofia e Ciências Humanas** – Unicamp, Campinas, v.2, n. 1, p. 229-253, 2010. Disponível em: <<http://www.ifch.unicamp.br/ojs/index.php/ideias/article/view/66/62>>. **Acesso em: 03 jul. 2012.**

BIROLI, Flávia. Gênero e política no noticiário das revistas semanais brasileiras: ausências e estereótipos. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 34, p. 269-299, jan./jun. 2010. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332010000100011&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 23 set. 2013.

BOEIRA, Sérgio Luís; SANTOS, Adriana Clara Bogo dos; SANTOS, Alini Giseli dos. Estatuto da Cidade: aspectos epistemológicos, sociopolíticos e jurídicos. **Rev. Adm. Pública**, Rio de Janeiro, v. 43, n. 3, jun., 2009. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0034-76122009000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 jul. 2013.

BONI, Valdete; QUARESMA, Sílvia Jurema. Aprendendo a entrevistar: como fazer entrevistas em Ciências Sociais. **Revista Eletrônica dos Pós-Graduandos em Sociologia Política da UFSC**, v. 2, n. 1, p. 68-80, jan./jul. 2005.

DAGNINO, Ricardo de Sampaio; CARPI JUNIOR, Salvador. Risco ambiental: conceitos e aplicações. **Climatologia e Estudos da Paisagem**. Rio Claro, v.2 - n.2 - julho/dezembro/2007, p. 50-87. Disponível em: <http://www.ctec.ufal.br/professor/elca/Risco_Ambiental__Conceitos_e_Aplicacoes.pdf>. Acesso em: 15 set. 2012.

ELVAS, Susana; MONIZ, Maria João Vargas. Sentimento de comunidade, qualidade e satisfação de vida. **Análise Psicológica**,

Lisboa, v. 28, n. 3, set. 2010. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10400.12/270>>. Acesso em: 06 dez. 2012

FERNANDES, Valdir. Interdisciplinaridade: a possibilidade de reintegração social e recuperação da capacidade de reflexão na ciência. **Revista Internacional Interdisciplinar INTERthesis**, Florianópolis, v. 7, n.2, p. 65-80, jul./dez. 2010. Disponível em: <<http://www.periodicos.ufsc.br/index.php/interthesis/article/view/17193>>. Acesso em: 11 abr. 2013

FONSECA, Alberto; PRADO FILHO, José Francisco do. Um esquecido marco do saneamento no Brasil: o sistema de águas e esgotos de Ouro Preto (1887- 1890). **História, Ciências, Saúde – Manginhos**, Rio de Janeiro, v.17, n.1, p.51-66, jan./mar. 2010.

FUNASA. **FUNASA em revista**: 100 anos de saúde pública, n.1. [S.l.: s.n.], 2004.

GOUVEIA, Nelson. Saúde e meio ambiente nas cidades: os desafios da saúde ambiental. **Saúde soc.**, São Paulo, v. 8, n. 1, fev. 1999. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-12901999000100005&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 25 ago. 2012.

HÁBITOS de higiene no século XIX. **Revista História Catarina**, Ano VII - Nº 53. Florianópolis: Ed.Leão Baio, 2013, p. 21-27.

HELLER, Léo. Relação entre saúde e saneamento na perspectiva do desenvolvimento. **Ciênc. saúde coletiva**, Rio de Janeiro, v. 3, n. 2, p. 73-84, 1998. Disponível em:

<http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-81231998000200007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 15 set. 2013.

_____.; CASTRO, José Esteban. Política pública de saneamento: apontamentos teórico-conceituais. **Eng. Sanit. Ambiental**, Rio de Janeiro, v. 12, n. 3, p. 284-295, jul./set. 2007. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S1413-41522007000300008&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 set. 2013.

KHOURY, Yara Aun. Narrativas orais na investigação da historia oral. **Projeto História**, São Paulo, v. 22, p. 79-103, jan./jun. 2001.

Disponível em:

<<http://revistas.pucsp.br/index.php/revph/article/view/10731/7963>>.
Acesso em: 10 maio 2013.

MINAYO, Maria Cecília de Souza. Disciplinaridade, interdisciplinaridade e complexidade. **Revista Emancipação**, Ponta Grossa, v. 10, n. 2, p. 435-442, 2010. Disponível em: <<http://www.revistas2.uepg.br/index.php/emancipacao/article/view/1937/1880>>. Acesso em: 10 out. 2012.

MONTYSUMA, Marcos Fábio Freire. Um encontro com as fontes em História Oral. In: **Estudos Ibero-Americanos**. Porto Alegre, v. 32, n.1, p. 117-125, jun. 2006. Disponível em: <<http://revistaseletronicas.pucrs.br/ojs/index.php/iberoamericana/article/view/1304/1009>>. Acesso em: 15 mar. 2013.

NERY, Tito César dos Santos. Saneamento: ação de inclusão social. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 50, p. 313-321, abr. 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000100028&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez. 2012.

O EXEMPLO de Paris. **Diário de Pernambuco**. Caderno Vida Urbana, 27 fevereiro de 2013, p. 2.

PILLA, Maria Cecília Barreto Amorim. Labores, quitutes e panelas: em busca do lar ideal. **Cad. Pagu**, Campinas, n. 30, jan./jun, 2008. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0104-83332008000100017&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 18 set. 2013.

PUTNAM, Robert D. Bowling alone: America's declining social capital. **Journal of Democracy**, v. 6, n. 1, p.65-78, jan. 1995. Disponível em: <<http://xroads.virginia.edu/~HYPER/DETOC/assoc/bowling.html>>. Acesso em: 10 out. 2012.

ROLNIK, Raquel. **Zona especial interesse social**. Desenvolvimento Urbano. n 117, 1998. Disponível em: <<http://www.polis.org.br/uploads/497/497.pdf>>. Acesso em 13 jun. 2013.

ROSA, Alexandre Valdemar da; SANTOS, Cledeilson dos; FIGUEIRA, João Ribeiro. Trigueiros: escravos encarregados de "dar fim" aos dejetos, no século XIX. 16-20. **Revista História Catarina**, Ano VII - Nº 53. Florianópolis: Ed.Leão Baio, 2013.

SAMUEL, Raphael. História local e história oral. **Revista Brasileira de História**, São Paulo, v. 10, n. 19, p. 219-243, set. 1989/fev. 1990. Tradução Zena Winona Eisenberg. Disponível em: <http://www.anpuh.org/revistabrasileira/view?ID_REVISTA_BRASIL_EIRA=22>. Acesso em: 10 dez. 2012.

SANTOS, Boaventura de Souza. Uma concepção multicultural de direitos humanos. **Lua Nova**, São Paulo, n. 39, 1997. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0102-64451997000100007&lng=en&nrm=iso>. Acesso em: 17 ago. 2013.

SINGER, Paul. De dependência em dependência: consentida, tolerada e desejada. **Estud. av.**, São Paulo, v. 12, n. 33, p. 119-130, maio/ago 1998. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40141998000200008&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 14 dez 2006.

_____. O Brasil no limiar do terceiro milênio. **Estud. av.**, São Paulo, v. 14, n. 38, p. 247-259, jan./abr. 2000. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142000000100013&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez 2006.

_____. Desenvolvimento capitalista e desenvolvimento solidário. **Estud. av.**, São Paulo, v. 18, n. 51, p. 7-22, maio/ago 2004. Disponível em: <http://www.scielo.br/scielo.php?script=sci_arttext&pid=S0103-40142004000200001&lng=pt&nrm=iso>. Acesso em: 13 dez 2006.

TAPAVICKSKY, Lorena. Velho sonho, novas moradias para famílias carentes. **Jornal do Commercio**, Recife, 03 jul. 2012. Caderno Cidades, Disponível em: <<http://jonline.ne10.uol.com.br/canal/cidades/geral/noticia/2012/07/03/velho-sonho-novas-moradias-para-familias-carentes-47811.php>>. Acesso em: 05 mar. 2013

TEIXEIRA, Jerônimo. Séculos de imundície. **Revista Veja**. Edição 2038, ano 40, n 49, 12 dez. 2007. Disponível em: <http://veja.abril.com.br/121207/p_192.shtml>. Acesso em: 28 jun. 2013

Textos diversos

ANA. Agência Nacional das Águas. **Coleta e Tratamento de Esgotos Sanitários**. Brasília: ANA, 2004. Disponível em: <<http://www.riodoce.cbh.gov.br/prhbsf/arquivos/Estudos/ET%2003%20Esgotos.pdf>>. Acesso em: 24 out. 2012.

ASSMANN, Selvino J. Biopolítica em Michel Foucault e Giorgio Agamben: duas perspectivas. Minicurso realizado em 15 de setembro de 2010, no XI Simpósio Internacional IHU: UNISINOS - S. Leopoldo (RS). Universidade do Vale do Rio dos Sinos/RS, 13 a 16 setembro 2010.

ARQUEOLOGIA do Ginásio Pernambucano. Disponível em: <http://www.brasilarqueologico.com.br/arq_ginasiopernambucano.php>. Acesso em: 16 jul. 2013

BAN KI-MOON urges greater efforts to tackle ‘silent crisis’ of safe water for all. Discourse opening of the exhibit on water and the interlinked issue of sanitation. American Museum of Natural History and the UN Department of Public Information, 24 October 2007. Disponível em: <<http://www.un.org/apps/news/story.asp?NewsID=24397#.UlsOYtIjJM>>. Acesso em: 03 out. 2013.

BIOGRAFIA. Oswaldo Cruz. Disponível em: <<http://www.medicinaintensiva.com.br/oswaldo-cruz.htm>>. Acesso em: 15 fev. 2013.

BOSSSEL, Hartmut. **Indicators for Sustainable Development: Theory, Method, Applications**. A Report to the Balaton Group. Winnipeg (Canada): International Institute for Sustainable Development, 1999. Disponível em: <<http://www.iisd.org/pdf/balatonreport.pdf>>. Acesso em: 10 nov. 2011.

COMPESA. Companhia Pernambucana de Saneamento. **História e perfil**. Disponível em: <<http://www.compesa.com.br/institucional/historiaeperfil>>. Acesso: 6 ago. 2007.

_____. Companhia Pernambuco de Saneamento. **Responsabilidade Social**. Disponível em: <<http://www.compesa.com.br/institucional/responsabilidadesocial>>. Acesso em: 10 jun. 2013.

_____. Companhia Pernambucana de Saneamento. **História e perfil**. Disponível em: <<http://www.compesa.com.br/institucional/historiaeperfil>> Acesso em: 02 out. 2013.

DESENVOLVIMENTO. In: DICIONÁRIO Michaelis. Disponível em: <<http://michaelis.uol.com.br/>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

DESENVOLVIMENTO. In: DICIONÁRIO Houaiss. Disponível em: <<http://200.241.192.6/cgi-bin/houaissnetb.dll/frame>>. Acesso em: 03 abr. 2013.

FAFIRE lança, oficialmente, incubadora tecnológica de cooperativa. **Revista Algo Mais**. Disponível em: <http://www.revistaalgomais.com.br/pdf/fafire_lanca_oficialmente_incubadora_tecnologica_de_cooperativas_populares.pdf>. Acesso em: 05 ago. 2012.

FERREIRA, Aurélio Buarque de Holanda. Novo dicionário da língua portuguesa. 2 ed. Rio de Janeiro: Nova Fronteira, 1986.

GROS, Frédéric. L'abus d'obéissance. **Libération**. Tradução de Selvino J. Assmann. Paris, 19 jun. 2004. Caderno Le feu Foucault, p. XI.

IDIS. Instituto para o Desenvolvimento do Investimento Social. **Tira dúvidas sobre desenvolvimento comunitário**. São Paulo: 2013. Disponível em: <<http://www.idis.org.br/biblioteca/tira-duvidas/tira-duvidas-sobre-desenvolvimento-comunitario/>>. Acesso em: 25 jun. 2013.

IMPLANTADO desde março, termina o racionamento de água no Recife. Correio Brasiliense, [S.l.], maio 2013. Disponível em: <http://www.correiobrasiliense.com.br/app/noticia/brasil/2013/05/20/interna_brasil,366847/implantado-desde-marco-termina-o-acionamento-de-agua-no-recife.shtml>. Acesso em: 23 maio 2013.

ITB. Instituto Trata Brasil. **Trata Brasil: Saneamento e Saúde**. Marcelo Côrtes Neri (Coord.). Rio de Janeiro: FGV/IBRE, CPS, 2008. <http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa2/texto_principal.pdf>. Acesso em: 03 Out. 2013

_____. _____. **Percepção da população quanto ao Saneamento Básico e a responsabilidade do Poder Público** (Pesquisa IBOPE). Rio de Janeiro: 2012. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa15/Resultados-Pesquisa-Ibope-2012.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2013.

ITS. Instituto de Tecnologias Sociais do Brasil. **Conceito de tecnologia social**. São Paulo, 2009. Disponível em: <<http://www.itsbrasil.org.br/conceito-de-tecnologia-social>>. Acesso em 03 jul. 2013

KRONEMBERGER, Denise.. Instituto Trata Brasil. **Análise dos Impactos na Saúde e no Sistema Único de Saúde Decorrentes de Agravos Relacionados a um Esgotamento Sanitário Inadequado dos 100 Maiores Municípios Brasileiros no Período 2008-2011**. São Paulo: ITB, 2013. Disponível em: <<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/drsai/Relatorio-Final-Trata-Brasil-Denise-Versao-FINAL.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2013.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. Relatório de Extensão. **A sustentabilidade dos serviços de saneamento nas novas condições de moradia das famílias reassentadas em Mangueira da Torre no Recife**. UFPE, Pró-Reitoria de Extensão/CCSA/Departamento de Serviço Social/NEPHSA. Recife, maio de 2007.

MOTHERWAY, Brian. **The Role of Community Development in Tackling Poverty in Ireland: A Literature Review for the Combat Poverty Agency**. March, 2006. Disponível em: <http://www.cpa.ie/publications/TheRoleOfCommunityDevelopment-LiteratureReview_2006.pdf>. Acesso em: 02 dez. 2012.

NEUMANN, Lycia Tramuja Vasconcellos. **Ferramentas de Mobilização Comunitária**. Curitiba: [s.n], 2010. Disponível em: <http://www.imap.curitiba.pr.gov.br/index.php?option=com_docman&task=doc_download&gid=138&Itemid=90>. Acesso em: 20 jan. 2013.

OLIVEIRA, Thiago Silva de. Águas e tigres. Mar, 2011. Disponível em: <www.webartigos.com/artigos/aguas-e-tigres/62140> Acesso em: 16 jul. 2013.

PASTORAL: ação pastoral - Projeto Mangueira da Torre. Disponível em: <http://www.equipe-recife.com.br/pastoral_projeto_mangueira.asp>. **Acesso em: 10 fev. 2012.**

PCR. Prefeitura da Cidade do Recife. **Madalena**. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-4/madalena/>>. Acesso em: 12 jun. 2013

_____. _____. **Perfil dos bairros - RPA4**. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/perfil-dos-bairros/rpa-4/>>. Acesso em: 12 jun. 2013.

_____. _____. **Aspectos Gerais**. Disponível em <<http://www2.recife.pe.gov.br/a-cidade/aspectos-gerais/>>. Acesso em: 02 ago. 2013.

_____. _____. **Saneamento integrado**. Disponível em: <<http://www2.recife.pe.gov.br/projetos-e-acoas/acoas/saneamento-integrado/#!prettyPhoto>>. Acesso em: 05 jul. 2012.

SAHOP. Secretaría de Asentamientos Humanos y Obras Públicas. **Glosario de términos sobre asentamientos humanos**. Mexico: D.O. SAHOP, 1978. 175 p.

SILVA, Maria Teresa da; ARNS, Paulo César (orgs.). **Desenvolvimento Comunitário**. Série Cadernos Técnicos do Projeto BNDES- Desenvolvimento Local, Cooperação Técnica do PNUD. Recife: BNDES, 2002. Disponível em: <<http://www.emprende.org.br/pdf/Programas%20e%20Pol%C3%ADticas%20Sociais/Desenvolvimento%20Comunitario.pdf>>. Acesso em: 14 jul 2013.

UNITED STATES ENVIRONMENTAL PROTECTION AGENCY (U.S. EPA). **Environmental Pollution Control Alternatives: Dinking Water Treatment for Small Communities**. Cincinnati: [s.n.], 1990. Disponível em: < <http://nepis.epa.gov/Exe>>. Acesso em: 05 fev. 2013.

UNIVERSIDADE FEDERAL DE CAMPINA GRANDE. **Biografias**. Francisco Saturnino de Brito (1864 – 1929). Disponível em: <<http://www.dec.ufcg.edu.br/biografias/FrancSat.htm>>. Acesso em: 10 maio 2013.

VIEIRA, José Manuel Pereira. **Implementação das recomendações da OMS referentes à Qualidade da Água para Consumo Humano**. Apresentação realizada no Seminário de Aplicação em Portugal e na União Européia das directivas incidentes no ciclo urbano da Água. Universidade da Beira Interior, Covilhã/PT, 19 a 21 de setembro de 2005. Disponível em: <http://repositorium.sdum.uminho.pt/bitstream/1822/4893/1/jvieira_covilha.pdf>. Acesso em: 18 set. 2012.

WILHEIN, Jorge. Desenvolvimento o sob a ótica ambiental. . Mimeo, I Conferência Nacional do Meio Ambiente e Desenvolvimento Sustentável. Manaus 1990.

WORLD BANK. **What is Social Capital**. Disponível em: <<http://web.worldbank.org/WBSITE/EXTERNAL/TOPICS/EXTSOCI/ALDEVELOPMENT/EXTTSOCIALCAPITAL/0,contentMDK:20185164~menuPK:418217~pagePK:148956~piPK:216618~theSitePK:401015,00.html>>. Acesso em: 09 out. 2012.

_____. **Poverty data A supplement to World Development Indicators**. Washington, D.C: 2008. Disponível em: <<http://siteresources.worldbank.org/DATASTATISTICS/Resources/WDI08supplement1216.pdf>>. Acesso em: 04 jul. 2013

Trabalhos de conclusão de curso, dissertações e teses

CAVALCANTI, Rafaella dos Santos. **Caracterização das condições de saneamento ambiental da ZEIS Mangueira da Torre - Recife/ PE**. 2009. 89 f. Trabalho de conclusão de curso (Curso Superior de Tecnologia em Gestão Ambiental) - Instituto Federal de Educação, Ciência e Tecnologia de Pernambuco – Campus Recife, Recife, 2009.

LIMA, Rosa Maria Cortês de. **A cidade autoconstruída**. 2005. 373 f. Tese (Doutorado em Planejamento Urbano e Regional) - Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2005.

PINTO, Aureliano. **Breves Considerações a propósito do saneamento das Cidades**. 1880. 61f. Dissertação Inaugural - Universidade do Porto, Porto, 1880. Disponível em: <<http://hdl.handle.net/10216/18277>>. Acesso em: 21 abr. 2013

REZENDE, Sonaly Cristina. **O saneamento no Brasil: evolução histórica e aspectos econômicos, sociais, políticos e culturais**. 2000. 167 p. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio Ambiente e Recursos Hídricos) – Escola de Engenharia, Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte. 2000.

RUBINGER, Sabrina Dionísio. **Desvendando o conceito de saneamento no Brasil: uma análise da percepção da população e do discurso técnico contemporâneo**. 2008. 213 f. Dissertação (Mestrado em Saneamento, Meio ambiente e Recursos hídricos) - Universidade Federal de Minas Gerais, Belo Horizonte, 2008.

SILVA FILHO, Waldemar Ferreira da. **A competitividade e a quebra de paradigmas gerenciais: um estudo de caso em uma empresa de saneamento**. 1998. 156 f. Dissertação (Mestrado em Engenharia de Produção) - Universidade Federal de Santa Catarina, Florianópolis, 1998. Disponível em: <<http://www.eps.ufsc.br/disserta98/waldemar/>>. Acesso em: 12 set. 2013

SILVA, Telma Salesa Santana da. **Estudo de tratabilidade físico-química com uso de taninos vegetais em água de abastecimento e esgoto**. 1999. 88 f. Dissertação (Mestrado em Saúde Pública) - Escola Nacional de Saúde Pública, Fundação Oswaldo Cruz, Rio de Janeiro, 1999. Disponível em: <<http://portalteses.icict.fiocruz.br/pdf/FIOCRUZ/1999/silvatssm/capa.pdf>>. Acesso em: 15 set. 2013.

SOUZA, Sergio Guimarães de. **Saneamento ambiental e inclusão social: um estudo socioambiental da comunidade Chico Mendes**. 2007. 105 f. Dissertação (Mestrado em Tecnologia Ambiental) - Instituto de Tecnologia de Pernambuco, Recife, 2007.

FONTES BIBLIOGRÁFICAS

ACSELRAD, Henri; MELLO, Cecília Campello do A.; BEZERRA, Gustavo das Neves. **O que é justiça ambiental**. Rio de Janeiro: Garamond, 2009.

AGAMBEN, Giorgio. **Homo sacer: O poder soberano e a vida nua**. Belo Horizonte: Ed. UFMG, 2002.

ALBERTI, Verena. **Ouvir contar: textos em história oral**. Rio de Janeiro: FGV, 2004. Reimpressão 2010.

_____. **Manual de história oral**. 3 ed. Rio de Janeiro: FGV, 2005. Reimpressão 2012.

ALCOFORADO, F. **Globalização e desenvolvimento**. São Paulo: NOBEL, 2006.

ALVA, Eduardo Neira. **Metrópoles (In)Sustentáveis**. Rio de Janeiro: Relume-Dumará, 1997.

AMMANN, Safira Bezerra. **Ideologia do Desenvolvimento Comunitário no Brasil**. São Paulo: Cortez, 1981.

ARAÚJO, Tânia Bacelar de; ARAÚJO, Tarcísio Patrício de. Recife: Desenvolvimento e desigualdade. In: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife. Recife: 2005. Disponível em: <<http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2005/2.%20Desenvolvimento%20e%20Desigualdade.pdf>>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BECK, Ulrich. Risk Society. Towards A New Modernity. Londres: Sage Publications, 1992.

BITOUN, Jan. O Que revelam os Índices de Desenvolvimento Humano. In: Atlas de Desenvolvimento Humano do Recife. Recife: 2005. Disponível em: <[http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/O%20que%20revelam%20os%20%C3%8Dndices%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20\(IDH\).pdf](http://www.recife.pe.gov.br/pr/secplanejamento/pnud2006/doc/analiticos/O%20que%20revelam%20os%20%C3%8Dndices%20de%20Desenvolvimento%20Humano%20(IDH).pdf)>. Acesso em: 05 jul. 2013.

BOFF, Leonardo. **Ética e moral**: a busca dos fundamentos. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 2010.

_____. **Ecologia**: o grito da terra, grito dos pobres. Rio de Janeiro: Sextante, 2004.

BOJÖ, Jan et al. Environment. *In*: KLUGMAN, Jeni (org.). **A Sourcebook for Poverty Reduction Strategies**. v.1. Washington, D.C.: World Bank, 2002. Disponível em: <http://www-wds.worldbank.org/external/default/WDSContentServer/WDSP/IB/2004/08/18/000112742_20040818172234/Rendered/PDF/2980000182131497813.pdf> Acesso: 22 out. 2007.

BOURDIEU, Pierre. The social space and the genesis of groups. *Social Science Information*. v. 24, 1985.

BRETTEL, Caroline. Is the ethnic community inevitable? A comparison of the settlement patterns of portuguese immigrants in Toronto and Paris. *In*: _____. **Anthropology and migration**: Essays on transnationalism, ethnicity, and identity. California: AltaMira Press, 2003. p. 109-125.

CAPRA, Fritjof. **Ponto de mutação**: A Ciência, a Sociedade e a Cultura Emergente. 25 ed. São Paulo: Cultrix, 1982. Disponível em: <<http://escoladeredes.net/group/biblioteca/fritjofcapra>>. Acesso em: 10 jul. 2012.

CASTELLS, Manuel. **A sociedade em rede** – a era da informação: economia, sociedade e cultura. Tradução Roneide Venâncio Majer. Atualização para a 6 ed. Jussara Simões. v.1. São Paulo: Paz e Terra, 2010. 13ª reimpressão.

CASTRO, José Steban. Políticas públicas de saneamento e condicionantes sistêmicos. *In*: HELLER, Léo; CASTRO, José Steban (orgs.). **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Ed. ampliada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 53-75.

CAVALCANTI, Clóvis. Uma introdução à economia ecológica. *In*: MOURA, Alexandrina Sobreira de (org.). **Políticas públicas e meio**

ambiente: da economia às ações setoriais. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009. p. 15-43

CAVALCANTI, Helenilda, LYRA, Maria Rejane de Britto, AVELINO, Emília. Exclusão/Inclusão na Cidade do Recife: diferentes padrões de desigualdades. In CAVALCANTI, Helenilda, LYRA, Maria Rejane de Britto, AVELINO, Emília. **Mosaico urbano do Recife:** exclusão/inclusão socioambiental. 2008 Disponível em: <http://www.fundaj.gov.br/geral/observanordeste/livro%20MUR/livro_mur.pdf>. Acesso em 12 set. 2012.

CHAUÍ, Marilena. **Conformismo e resistência:** aspectos da cultura popular no Brasil. 4 ed. São Paulo: Brasiliense, 1989.

COELHO, Franklin Dias. Reestruturação econômica e as novas estratégias de desenvolvimento local. In: FONTES, Ângela; COELHO, Franklin Dias (orgs.). **Desenvolvimento econômico local:** temas e abordagens. Rio de Janeiro: IBAM, 1997.

COIMBRA, José de Ávila Aguiar. Considerações sobre interdisciplinaridade. In: PHILIPPI JR, Arlindo *et al* (Ed.). **Interdisciplinaridade em ciências ambientais.** São Paulo: Signus Editora, 2000. Disponível em: <<http://www.ambiente.gov.ar/infoteca/descargas/philippi01.pdf>>. Acesso em: 11 maio 2013.

CORRÊA, Carlos Humberto Pederneiras. **Jerônimo Coelho** - um liberal na formação do II Império. Florianópolis: Insular. 2006

DEL PRIORE, Mary. **A Carne e o Sangue:** A Imperatriz D. Leopoldina, D. Pedro I e Domitila, a Marquesa de Santos. Rio de Janeiro: Rocco, 2012.

DOWBOR, Ladislau. **Democracia econômica:** um passeio pelas teorias. 2 ed. Fortaleza: Banco do Nordeste do Brasil, 2010.

DUBOS, R.J. **Man, Medicine, and Environment.** New York: Praeger, 1968.

DUPAS, Gilberto (Org). **Meio ambiente e crescimento econômico:** tensões estruturais. São Paulo: UNESP, 2008.

ELIAS, Norbert; SCOTSON, John L. **Os estabelecidos e os outsiders**: sociologia das relações de poder a partir de uma pequena comunidade. Tradução de Vera Ribeiro. Rio de Janeiro: Jorge Zahar, 2000.

ESPINDOLA, Haruf Salmen. Sociedade, natureza e território: contribuição para a história ambiental. In: NODARI, Eunice Sueli; KLUG, João (orgs.). **História ambiental e migrações**. São Leopoldo: Oikos, 2012. p. 167-197.

ESPÍDOLA, Marcos Aurélio. “Globalização, fronteira, modernidade”: um paradoxo tripartido. In: SCHEIBE, Luiz Fernando, DORFMAN, Adriana. **Ensaio a partir de “A natureza do espaço”**. Florianópolis: Fundação Boiteux, 2007. p. 63-76.

FRANCO, Augusto de. **Capital Social**. Brasília: Instituto de Política, 2001.

FUNASA. Fundação Nacional de Saúde. **Manual de saneamento**. 3. ed. rev. Brasília, DF, 2006. Disponível em: <http://www.funasa.gov.br/site/wp-content/files_mf/eng_saneam2.pdf>. Acesso em: 10 set. 2012.

FURTADO, Celso. **O capitalismo global**. São Paulo: Paz e Terra, 1998.

_____. **Em busca de um novo modelo**: reflexões sobre a crise contemporânea. São Paulo: Paz e Terra, 2002.

GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto (orgs.). **Espaço urbano e inclusão social**: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004). São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006.

GOMES, Orlando. **Direitos reais**. 15.ed. Rio de Janeiro: Forense, 1999

GUARESCHI, Neusa *et al.* Problematizando as práticas psicológicas no modo de entender a violência. In: STREY, Marlene N. *et al.* (Org.). **Violência, gênero e políticas públicas**. Porto Alegre: Editora PUC-RS, 2004. p. 177-194

HAGUETTE, Teresa Maria Frota. **Metodologias qualitativas na Sociologia**. 5 ed. Petrópolis: Vozes, 1997.

HALBWACHS, Maurice. **A memória coletiva**. Tradução de Lais Teles Benoir. São Paulo: Centauro, 2004.

HELLER, Léo. **Saneamento e saúde**. Brasília: OPAS, 1997.

HELLER, Léo. Políticas públicas e gestão dos serviços de abastecimento de água e esgotamento sanitário e suas interfaces: a perspectiva da saúde pública. In: HELLER, Léo; CASTRO, José Steban (orgs.). **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Ed. ampliada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 179-195.

HELLER, Léo *et al.* A experiência brasileira na organização dos serviços de saneamento básico. In: HELLER, Léo; CASTRO, José Steban (orgs.). **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Ed. ampliada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 483-501.

IBGE. Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística. **Noções básicas de cartografia**. Rio de Janeiro. Rio de Janeiro: 1998. Disponível em: <ftp://geoftp.ibge.gov.br/documentos/cartografia/nocoes_basicas_cartografia.pdf>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. _____. **Vocabulário Básico de Recursos Naturais e Meio Ambiente**. 2 ed. Rio de Janeiro: IBGE, 2004. Disponível em: <<http://www.ibge.gov.br/home/presidencia/noticias/vocabulario.pdf>>. Acesso em: 30 jun. 2013.

_____. _____. **Pesquisa nacional de saneamento básico**. Rio de Janeiro: IBGE, 2008. Reimpressão 2010. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/condicaodevida/pnsb2008/PNSB_2008.pdf>. Acesso em: 08 jul. 2013.

_____. _____. **Atlas de saneamento 2011**. Diretoria de Geociências. Rio de Janeiro: IBGE, 2011a. Disponível em: <http://www.ibge.gov.br/home/estatistica/populacao/atlas_saneamento/>. Acesso em: 17 jun. 2013.

ITB. Instituto Trata Brasil. **Pesquisa Benefícios Econômicos da Expansão do Saneamento Brasileiro**. Rio de Janeiro: ITB/FGV, 2010. Disponível em:

<<http://www.tratabrasil.org.br/datafiles/uploads/estudos/pesquisa7/pesquisa7.pdf>>. Acesso em: 03 out. 2013.

JANNUZZI, Paulo de Martino. **Indicadores sociais no Brasil**. 5 ed. Campinas: Alínea, 2012.

JESUS, Paulo de; MANCE, Euclides. Exclusão/inclusão. In: CATTANI, Antônio David (org.). **A outra economia**. Porto Alegre: Veraz Editores, 2003. p. 149-153.

KANT, Immanuel. **Réflexions sur l'éducation**. Traduction par A. Philonenko A.Philonenko. Paris: Vrin,1966, p.73

KOTLER, Philip. **Administração de marketing**: análise, planejamento, implantação e controle. São Paulo: Atlas, 1994.

KRONEMBERGER, Denise. **Desenvolvimento local sustentável**: uma abordagem prática. São Paulo: SENAC São Paulo, 2011.

LEONI, Brigitte; RADFORD, Tim; SCHULMAN, Mark. **O desastre sob o enfoque de novas lentes: para cada efeito, uma causa**. Tradução de Sarah Marcela Chinchilla Cartagena. São Paulo: CARE Brasil, 2012.

LE PRESTRE, Philippe. **Ecopolítica internacional**. Tradução Jacob Gorender. São Paulo: SENAC, 2000.

LIMA, Kátia Regina de Souza; MARTINS, André Silva. Pressupostos, Princípios e Estratégias. In: NEVES, Lúcia Maria Wanderley (Org.). **A nova pedagogia da hegemonia**: estratégias do capital para educar o consenso. São Paulo: Xamã, 2005. p. 43-68

LIMA, Rosa Maria Cortês de. Revisitando o lugar da ação: Mangueira da Torre no Recife. In: ARCOVERDE, Ana Cristina Brito (org.). **Avaliação de políticas, programas e projetos sociais: modelos, metodologias e experiências de avaliação**. Recife: Ed. Universitária da UFPE, 2011.

MACGRANAHAN, Gordon; MULENGA, Martin. Organização comunitária e paradigmas alternativos para a melhoria dos serviços em

assentamento de baixa renda. *In*: HELLER, Léo; CASTRO, José Steban (orgs.). **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Ed. ampliada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 238-256.

MAGNANI, José Guilherme Cantor. **Festa no pedaço: cultura popular e lazer na cidade**. São Paulo: Brasiliense, 1984.

MASCARÓ, Juan Luis (org.). **Sustentabilidade em urbanizações de pequeno porte**. Porto Alegre: Masquatro Editora, 2010.

MINAYO, Maria Cecília de Souza (org.). **Pesquisa Social: Teoria, Método e Criatividade**. 6 ed. Petrópolis: Vozes, 1996.

MORAES, Roque. Análise de conteúdo. **Revista Educação**. Porto Alegre, v. 22, n. 37, p. 7-32, 1999.

MORIN, E. **Os Sete Saberes Necessários à Educação do Futuro**. São Paulo: Cortez; Brasília, DF: UNESCO, 2000.

MOURA, Alexandrina Sobreira de; JATOBÁ, Jorge. Federalismo Ambiental no Brasil. *In*: MOURA, Alexandrina Sobreira de (org.). **Políticas públicas e meio ambiente: da economia às ações setoriais**. Recife: Fundação Joaquim Nabuco, Massangana, 2009. p. 45-105.

NEUMANN, Lycia Tramujas Vasconcellos; NEUMANN, R.A. **Desenvolvimento Comunitário baseado em talentos e recursos locais** – ABCD. Coleção Investimento Social. São Paulo: Global, IDIS, 2002.

NODARI, Eunice Sueli; BOTELHO, Lúcio José. O inter-relacionamento entre educação em direitos humanos e meio ambiente. *In*: RIFIOTIS, Theophilos; RODRIGUES, Tiago Hyra (orgs.). **Educação em direitos humanos: Discursos críticos e temas contemporâneos**. 2 ed. ver. Florianópolis: Ed. da UFSC. 2011, p. 135-154.

OLIVEIRA, F. A dominação globalizada: estrutura e dinâmica da dominação no Brasil. *In*: BASUALDO, E. M.; ARCEI, E. (orgs.). **Neoliberalismo y sectores dominantes** — tendências globales e experiências nacionales. Buenos Aires: CALCSO, 2006.

OLIVEIRA, Maria Marly de. **Como fazer pesquisa qualitativa**. Recife: Bagaço, 2005.

ONU. Organização das Nações Unidas. **Objetivos do milênio**. Lisboa: United Nations Information Centre, 2001. 20.p. Disponível em: <<http://www.unric.org/html/portuguese/uninfo/DecdoMil.pdf>>. Acesso em> 25 set. 2013.

OPORTO, Silvia Fazzinga. **Reconhecimento do direito a um meio ambiente sadio**: a preocupação com a proteção ambiental nos instrumentos internacionais de direitos humanos. São Paulo: 2010. Disponível em: <<http://sisnet.aduaneiras.com.br/lex/doutrinas/arquivos/290606u.pdf>>. Acesso em: 13 mar. 2012.

PEIXOTO, João Batista. Aspectos da gestão econômico financeira dos serviços de saneamento básico no Brasil. In: HELLER, Léo; CASTRO, José Steban (orgs.). **Política pública e gestão de serviços de saneamento**. Ed. ampliada. Belo Horizonte: Ed. da UFMG; Rio de Janeiro: Fiocruz, 2013. p. 502-524.

PIZZATTO, Luciano; PIZZATTO, Raquel (orgs.). **Dicionário socioambiental brasileiro**. Curitiba: Tecnodata Educacional, 2009.

PORTO-GONÇALVES, Carlos Walter. **Desafio ambiental**. Rio de Janeiro: Record, 2004. (Os porquês da desordem mundial. Mestres explicam a globalização).

RAMOS, Átila Alcides. **Saneamento básico catarinense**: história dos fatos relacionados ao saneamento básico catarinense. Florianópolis: IOESC, 1991.

REZENDE, Sonaly Cristina; HELLER, Léo. **O saneamento no Brasil**: políticas e interfaces. 2. ed. rev. e amp. Belo Horizonte: Ed. da UFMG. 2008.

RICO, E. M. (org.) **Avaliação de políticas sociais**: uma questão em debate. São Paulo: Cortez, Instituto de Estudos Especiais, 1998.

ROQUE, Odir C. Educação para a qualidade de vida em vista do saneamento ambiental. *In*:

PDGB. **Subprojeto de Educação Ambiental**, módulo IV. Rio de Janeiro: UERJ, 1999.

ROSEN, George. **Uma história da saúde pública**. Tradução Marcos Fernandes da Silva Moreira. São Paulo: Editora UNESP/HUCITEC/Abrasco, 1994

SACHS, Ignacy. **Estratégias de transição para o século XXI: desenvolvimento e meio ambiente**. São Paulo: Studio Nobel/Fundap, 1993.

SÁNCHEZ, Felix. Mudar a cidade – o desafio do orçamento participativo. In: GASPAR, Ricardo; AKERMAN, Marco; GARIBE, Roberto (orgs.). **Espaço urbano e inclusão social: a gestão pública na cidade de São Paulo (2001-2004)**. São Paulo: Fundação Perseu Abramo, 2006. p. 49-55

SANTOS, Milton. **Pobreza Urbana**. 3 ed. São Paulo: Ed. da USP, 2009.

SÃO PAULO (Estado). Secretaria de Indústria, Comércio, Ciência e Tecnologia. **Glosário de termos usuais em ecologia**. Publicação n. 24. São Paulo: ACIESP, 1980.

SOUZA, Herbert José de. **Como se faz análise de conjuntura**. 31 ed. Petrópolis: Vozes, 2009.

TENÓRIO, Fernando Guilherme (coord.) *et al.* **Avaliação de projetos comunitários: uma abordagem prática**. 4 ed. São Paulo: Loyola, 2003.

WEBER, Max. **Economia e Sociedade**. Brasília: UNB, 1972. 1 v.

Apêndices

APÊNDICE A - Termo de consentimento livre e esclarecido

Declaro, por meio deste termo, que concordei em ser entrevistado e participar da pesquisa de campo referente ao projeto intitulado “*As repercussões sociais das políticas públicas ambientais no desenvolvimento comunitário*”, desenvolvido por Sergio Guimarães de Souza, aluno matriculado no doutorado do PPGICH/UFSC.

Fui informado, ainda, de que a pesquisa é orientada pela Profª. Dra. Eunice Sueli Nodari da Universidade Federal de Santa Catarina - UFSC.

Afirmo que aceitei participar por minha livre e espontânea vontade, sem receber qualquer incentivo financeiro ou ter qualquer ônus e com a finalidade exclusiva de colaborar para o sucesso da pesquisa. Fui informado dos objetivos estritamente acadêmicos do estudo, que, em linhas gerais é uma *análise das repercussões sociais das políticas públicas ambientais no desenvolvimento comunitário* na Comunidade Mangueira da Torre.

Fui também esclarecido de que o uso das informações por mim oferecidas se fará de forma pública, por meio de entrevista semiestruturada, a ser gravada a partir da assinatura desta autorização. A análise dos dados coletados será feitos apenas pelo pesquisador e sua orientadora.

Fui ainda informado de que posso me retirar dessa pesquisa a qualquer momento, sem sofrer quaisquer sanções ou constrangimentos.

Atesto recebimento de uma cópia assinada deste Termo de Consentimento Livre e Esclarecido.

Recife, ____ de _____ de 2012.

Nome do participante	Assinatura do participante:
Pesquisador Sergio Guimarães de Souza PPGICH/UFSC – Mat. 201100286	Assinatura do pesquisador

**APÊNDICE B – Roteiro de entrevista aplicada ao Exmo. Senhor
Prefeito João da Costa¹**

1. Com essas ações de *Saneamento Integrado* na comunidade Mangueira da Torre, quais os impactos que o senhor considera mais relevantes para a *qualidade de vida* dessas pessoas que aqui vivem?
2. Quais as repercussões dessas ações para o desenvolvimento comunitário?
3. O que representa para o senhor, como prefeito, a entrega dessas novas *unidades habitacionais* na Comunidade Mangueira da Torre?

¹ Entrevista aplicada na solenidade de inauguração e entrega de mais 16 unidades novas habitacionais na Comunidade Mangueira da Torre, 04 de julho de 2012.

APÊNDICE C – Roteiro de entrevista semi-estruturada aplicado aos moradores da comunidade Mangueira da Torre

Recife, de _____ de 2012.

Prezado(a) Senhor(a), eu, Sergio Guimarães de Souza, aluno do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC, gostaria de contar com a sua valiosa participação no sentido de responder esse questionário. A sua colaboração é muito importante, para que seja possível analisar as influências das políticas públicas de saneamento¹ para o desenvolvimento comunitário² na Comunidade Mangueira da Torre.

Por gentileza, se possível, apresente também as sugestões que considerar importantes.

Desde já, meus agradecimentos pela atenção dispensada.

Entrevistado(a)

Contato(s)

Endereço _____

1. Condição de moradia:

() Própria () alugada () Outra(s) _____

2. Faixa etária?

- a) menos de 20 anos
- b) 20 a 40 anos
- c) 41 a 60 anos
- d) 61 a 80 anos
- e) mais

3. Renda familiar?

- a) Menos de salário mínimo
- b) Entre 1 e 2 salários mínimos
- c) Entre 2 e 3 salários mínimos
- d) Entre 3 e 4 salários mínimos
- e) Mais 4 salários mínimos

f) Opcional (R\$ _____)

4. Escolaridade?

- a) Ensino Fundamental () completo () incompleto
 b) Ensino Médio () completo () incompleto
 c) Ensino Superior () completo () incompleto
 d) outra _____
 e) sem escolaridade, mas alfabetizado.
 f) analfabeto

5. Situação em relação às intervenções devido às ações³ para a implantação do projeto de saneamento integrado¹

- () Não passou por nenhuma intervenção
 () Passou por pouca intervenção, mas permanece na mesma moradia.
 () Passou por intervenção significativa, mas permanece na mesma moradia.
 () Passou por intervenção e teve que mudar para uma moradia no habitacional construído na comunidade
 () Passou por intervenção, resolveu mudar para outra moradia Comunidade
 () Passou por intervenção, recebeu indenização, mas resolveu mudar para uma moradia em outra localidade.

6. A casa na qual o(a) senhor(a) mora **sofreu alguma interferência** por conta das ações de saneamento que estão sendo realizadas na comunidade?¹ (de reforma, benfeitoria, demolição, remembramento, etc.)

() SIM () NÃO **Justifique sua resposta.**

7. O(A) senhor(a) considera que essas ações de saneamento **causaram mudança** para as pessoas ou para a Comunidade?² (organização da comunidade, convivência, espaço urbano, serviços, saúde, emprego, renda, etc.)

() SIM () NÃO **Justifique sua resposta.**

8. O(A) senhor(a) considera que essas ações de saneamento **podem mudar a forma de viver** das pessoas que moram na Comunidade?²

() SIM () NÃO **Justifique sua resposta.**

9. O(A) senhor(a) considera que essas ações de saneamento **ajudam a melhorar as condições (qualidade) de vida** das pessoas que moram na Comunidade?²

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

10. O(A) senhor(a) **participou ou conhece alguém que participou** do processo de planejamento e ou execução das obras ou outras ações de saneamento da Comunidade?²

SIM NÃO **Justifique sua resposta**

11. Assinale os **serviços de saneamento** que funcionam na comunidade¹

Abastecimento d'água Coleta de resíduos (lixo)
 Esgotamento sanitário Controle de vetores (ratos, mosquitos, etc.)
 Drenagem outras opções _____
 Pavimentação _____

12. A Comunidade dispõe de serviços públicos ou privados?² (centro ou posto de saúde, hospital, maternidade, escola, creche, comercio, fábrica, etc.).

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

13. Existem outras instituições que prestam serviços à Comunidade além da Prefeitura? (ONG, Igreja(s), escolas(s), universidade, etc.)

SIM NÃO **Justifique sua resposta.**

14. O que o(a) Senhor(a) entende por **Saneamento Integrado?**¹

15. O que o(a) Senhor(a) entende por **Desenvolvimento Comunitário?**²

16. Sugestões para melhorar o **saneamento da Comunidade**¹

17. Sugestões para melhorar a preservação **do meio ambiente**¹

18. O que o(a) senhor(a) diria à Prefeitura (ou órgão competente) **sobre as ações de saneamento**¹ na comunidade Mangueira da Torre?¹

Legenda:

- 1 Categoria Teórica: Políticas Públicas de Saneamento Ambiental
- 2 Categoria Teórica: Desenvolvimento Comunitário
- 3 Ações de saneamento: obras de infraestrutura, água, esgoto, drenagem, pavimentação, coleta de resíduos, controle de vetores, educação sanitária e ambiental, etc

APÊNDICE D – Roteiro de entrevista aplicado à equipe técnica (AS/AE) da PCR

Recife, de _____ de 2012.

ROTEIRO PARA ENTREVISTAS¹

Prezado Senhor(a), eu Sergio Guimarães de Souza, aluno do Doutorado Interdisciplinar em Ciências Humanas pela UFSC, gostaria de contar com a valiosa participação do(a) senhor(a) no sentido de responder este questionário. A sua colaboração é muito importante, para que possamos analisar a influência das políticas públicas de saneamento² para o desenvolvimento comunitário³ na Comunidade Mangueira da Torre.

Por gentileza, participe desta entrevista e apresente as sugestões que considere importante. Desde já, agradecemos pela atenção dispensada.

Entrevistada(o)

Contato(s)

Endereço

1. Trajetória profissional (especialmente na comunidade Mangueira da Torre)
2. Políticas públicas (principalmente na comunidade Mangueira da Torre)
3. Desenvolvimento comunitário (em função do saneamento integrado)
4. Em que consiste a intervenção de saneamento integrado na Comunidade?
5. Como foi a Receptividade da comunidade durante o processo de implantação?
6. O que mudou na comunidade? (Como mudou? O que foi positivo? O que foi negativo? Houve entraves? Quais entraves encontrados?)
7. A comunidade foi ouvida durante o planejamento e ou durante a execução projeto?

8. Qual o papel das lideranças (da comunidade) no processo de planejamento, execução e acompanhamento das ações do projeto de saneamento integrado?
9. Houve e ou ainda há dialogo entre os técnicos (execução + área social) e (execução + área social + comunidade)?
10. Está previsto um plano de manutenção do sistema em implantação a longo tempo?
11. Haverá acompanhamento ao longo do tempo?
12. O sistema de saneamento integrado em execução é sustentável?

Legenda:

- 1 Utilizado para organização e sequência das perguntas e, conseqüentemente das respostas e sugestões, bem como para ordenar a fala dos entrevistados visando melhor aproveitamento durante o processo de transcrição.
- 2 Categoria Teórica: Políticas Públicas de Saneamento Ambiental
- 3 Categoria Teórica: Desenvolvimento Comunitário

APÊNDICE E – Roteiro de entrevista aplicada à área de gestão (AG) da PCR sobre as intervenções de saneamento integrado na Comunidade Mangueira da Torre.

1. Trajetória profissional (especialmente na comunidade Mangueira da Torre)
2. Políticas públicas de saneamento (principalmente na comunidade Mangueira da Torre)
3. Em que consiste as intervenções de saneamento integrado na Comunidade?
4. Desenvolvimento comunitário (em função do saneamento integrado)
5. O que mudou na comunidade? (O que foi positivo? O que foi negativo? Houve entraves? Quais entraves encontrados?)
6. Como foi o processo de escuta da comunidade?
7. Qual o papel das lideranças (da comunidade)?
8. Está previsto um plano de manutenção a longo tempo do sistema em implantação?
9. Haverá acompanhamento pela Prefeitura após a conclusão das obras?
10. O sistema de saneamento integrado em execução é sustentável?
11. Com essas ações de *Saneamento Integrado* na comunidade Mangueira da Torre, quais os impactos que a senhora considera mais relevantes para a *qualidade de vida* dessas pessoas que ali vivem?
12. Quais as repercussões dessas ações para o desenvolvimento comunitário?
13. O que representa para a senhora a sua participação, enquanto urbanista e gestora, na realização dessas ações de saneamento integrado na Comunidade Mangueira da Torre?